

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jorge Alberto Soares Cruz

**A IDENTIDADE E A MEMÓRIA COMO FATORES DE INTEGRAÇÃO:
A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS/BRASIL E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1955-2020)**

Santa Maria – RS
2020

Jorge Alberto Soares Cruz

**A IDENTIDADE E A MEMÓRIA COMO FATORES DE INTEGRAÇÃO: A QUARTA
COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS/BRASIL E O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL (1955-2020)**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH - UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin

Santa Maria, RS
2020

Cruz, Jorge Alberto Soares

A IDENTIDADE E A MEMÓRIA COMO FATORES DE INTEGRAÇÃO: A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS/BRASIL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1955-2020) / Jorge Alberto Soares Cruz.- 2020.

240 p.; 30 cm

Orientador: Maria Medianeira Padoin

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2020

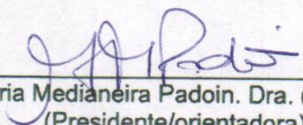
1. Quarta Colônia 2. Desenvolvimento Regional 3. Agência Consular Italiana 4. Sociedades Italianas 5. Memória e identidade I. Padoin, Maria Medianeira II. Título.

Jorge Alberto Soares Cruz

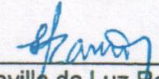
**A IDENTIDADE E A MEMÓRIA COMO FATORES DE INTEGRAÇÃO: A
QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS/BRASIL E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1955-2020)**

Tese apresentada no Curso de Pós-
Graduação em História, da
Universidade Federal de Santa Maria
(PPGH - UFSM-RS), como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Doutor em História.

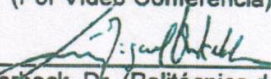
Aprovado em 10 de agosto de 2020




Maria Medianeira Padoin. Dra. (UFSM)
(Presidente/orientadora)



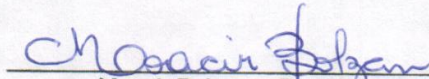
Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos – Dra. (UNISINOS)
(Por Vídeo Conferência)



Luiz Miguel Oosterbeek – Dr. (Politécnico de Tomar-Portugal)
(Por Vídeo Conferência)



André Luiz Ramos Soares – Dr. (UFSM)
(Por Vídeo Conferência)



Moacir Bolzan – Dr. (UFSM)
(Por Vídeo Conferência)

Santa Maria, RS
2020

AGRADECIMENTOS

No momento em que chegamos ao ápice de mais uma fase de nossa caminhada acadêmica, procuramos analisar e rememorar toda nossa jornada até aqui. Sendo assim, lembramos das pessoas que nos ensinaram e mostraram que na vida não existem diferentes caminhos, mas jeitos diferentes de caminhar. Porém, devido ao ciclo natural da vida, algumas dessas pessoas não estão mais neste plano conosco, mas sabemos que de onde elas estão, sempre irão olhar e torcer por nossa vitória. Sendo assim, acredito que hoje elas estão orgulhosas por terem nos acompanhado nesta vida. Muito obrigado ao Senhor Justiniano Cruz, meu avô, e à minha segunda mãe, Julieta Rodrigues Cruz.

Neste contexto, agradeço aos meus pais Loreno Cruz e Maria José Soares Cruz pelo carinho, amor e dedicação. À minha esposa, amiga e companheira de 28 anos de jornada, Daniela Cruz, que me incentiva e me dá forças para continuar crescendo. Aos meus filhos, Pablo e Yasmin, que procuraram entender as horas em que estive ausente.

Agradecimento especial à minha orientadora, professora Maria Medianeira Padoin, por ter acreditado e incentivado esta pesquisa. Agradeço por sua paciência, atenção, pelos “puxões de orelha” e por ter nos colocado em contato com outros personagens que foram fundamentais para a realização desta tese. Além disso, foi parceira e conselheira neste e em outros projetos, inclusive, em minha carreira profissional.

Agradeço aos colegas do Departamento de Arquivologia da UFSM, que aprovaram meu afastamento integral para a realização da pesquisa. Agradecimento especial à professora Fernanda Pedrazzi por seu apoio, conselhos e pelo incentivo para que este trabalho fosse concluído.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em História da UFSM, Hugo Blois, Tomoko Gaudioso, Ricardo Kemmerich e Gunther Mros, pelo compartilhamento de ideias e pela parceria. Agradecimento especial à colega Luciana Brito pelo apoio, e parceria neste e em outros trabalhos acadêmicos e profissionais.

À arquivista da Câmara de Vereadores de Santa Maria, a Senhora Jara Silveira, que gentilmente nos concedeu acesso aos documentos digitalizados do acervo da casa legislativa. À senhora Daniele Calil, Arquivista do Arquivo Histórico

Municipal de Santa Maria.

Ao escritor Valter Antônio Noal Filho, que gentilmente cedeu imagens de seu acervo pessoal. Ao Professor Luiz Gonzaga Binato de Almeida, por ceder imagens e emprestar livros de seu acervo. Ao professor Moacir Bolzan, que nos mostrou alguns caminhos que deveríamos seguir e também por nos ceder livros e documentos de seu acervo pessoal.

Não podemos deixar de agradecer a algumas pessoas que auxiliaram mais diretamente para que se obtivesse êxito nesta tese. Dentre estas, destacamos o Doutor Oscar José Carlesso, que até agosto de 2019 exerceu o cargo de Agente Consular Honorário de Santa Maria. Também deve ser lembrada a sua secretária, a professora Bernadete Didonet que nos auxiliou em vários momentos.

Aos colaboradores do Centro de Pesquisa Genealógica de Nova Palma, representado pelo professor Valter Freo e a Arquivista Roberta Bisognin que sempre estiveram prontos para auxiliar quando precisássemos de documentos do arquivo do CPG.

À professora Valserina Bulegom Gassen, atual Secretária Executiva do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS, e à senhora Juliana Vendrusculo, auxiliar-administrativa do Consórcio, pela disponibilidade em fornecer informações sempre que necessário.

O espaço é pequeno para citar e agradecer a todas pessoas e aos anônimos que colaboraram nesta pesquisa. A eles meu muito obrigado.

EPÍGRAFE

Se oferecêssemos aos homens a escolha de todos os costumes do mundo, aqueles que lhes parecessem melhor, eles examinariam a totalidade e acabariam preferindo os seus próprios costumes, tão convencidos estão de que estes são melhores do que todos os outros.

(HERODOTO 484-424 A.C.)

RESUMO

A IDENTIDADE E A MEMÓRIA COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO: A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS/BRASIL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1955-2020)

AUTOR: Jorge Alberto Soares Cruz
ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin

A Quarta Colônia de Imigração Italiana está localizada na parte central do Rio Grande do Sul. A ocupação desse território teve início em 1877, com a chegada de imigrantes denominados russos-alemães que, devido a uma série de infortúnios, abandonaram a região. No início de 1878, começam a chegar as primeiras famílias de imigrantes oriundas do norte da Itália. Devido ao isolamento da colônia, esses grupos desenvolveram um sentimento de pertencimento a uma cultura étnica, identitária e religiosa, que é uma característica marcante na região. Já em 1886, a colônia teve seu território dividido entre os municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul, São Martinho e Vila Rica. Nas décadas de 50 e 60, do século XX, sob a liderança do padre Luiz Sponchiado, aconteceu uma tentativa de integração da ex-colônia em torno de um ideal comum, o pároco procurou reunir os moradores da região através do fortalecimento da italianidade e da religiosidade. Porém, devido a interesses políticos, a ideia de unificação proposta pelo sacerdote não prevaleceu, o que propiciou o surgimento de sete pequenos municípios: Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Silveira Martins, São João do Polêsine, Pinhal Grande e Ivorá. Nas décadas de 80 e 90, século XX, o sentimento de pertencimento a um grupo étnico foi reavivado na comunidade ítalo-brasileira de Santa Maria e Quarta Colônia, com a reabertura das sociedades, associações e *circolos* italianos e, também, da Agência Consular Italiana. Soma-se a isso o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial de valorização da história, cultura e turismo regional. Após as emancipações políticas, em 1995 foi criado o CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) que tem procurado superar o atraso no desenvolvimento econômico provocado pela fragmentação do território. A partir do CONDESUS surgiu uma nova Quarta Colônia, com a anexação dos municípios de Restinga Seca e Agudo. Sendo assim, defende-se a ideia de que a integração econômica e a força de um “bloco” regional estão intimamente vinculadas à valorização e ao fomento da identidade histórica da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do RS, sendo esse, o fator que agrega e motiva o desenvolvimento regional. Também, busca-se demonstrar que o processo de construção identitário do território da Quarta Colônia, possibilitou e estabeleceu as bases políticas para o surgimento do CONDESUS. Para alcançar os objetivos desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa. Neste contexto, foram elencados dois tipos de variáveis: as Variáveis Independentes que agregam o CONDESUS, o território, a Agência Consular, as Sociedades/Associações e os *Circolos* italianos, determinantes nos resultados da pesquisa e influenciadores das Variáveis Dependentes que dizem respeito à memória, à cultura, à identidade e ao desenvolvimento regional. Dessa forma, conclui-se que os fatores históricos, culturais e identitários são importantes no contexto do desenvolvimento da Quarta Colônia. Porém, sozinhos esses elementos não terão potencial para alavancar o desenvolvimento regional, que deve acontecer através da união de um conjunto de fatores.

Palavras-Chave: Quarta Colônia. Desenvolvimento Regional. Agência Consular Italiana. Sociedades Italianas. Memória e Identidade.

ABSTRACT

IDENTITY AND MEMORY AS FACTORS OF DEVELOPMENT AND INTEGRATION: THE FOURTH COLONY OF ITALIAN IMMIGRATION FROM RIO GRANDE DO SUL STATE / BRAZIL AND THE REGIONAL DEVELOPMENT (1955-2020)

AUTHOR: Jorge Alberto Soares Cruz
CHAIR: Maria Medianeira Padoin, Ph.D.

The Fourth Colony of Italian Immigration is located in the central part of Rio Grande do Sul State. This territory occupation began in 1877, with the arrival of Russian-German immigrants, who abandoned the region due to a series of misfortunes. In early 1878, the first families of immigrants from northern Italy began to arrive. On account of the colony isolation, these groups developed a sense of belonging to an ethnic, identity, and religious culture, which is an outstanding feature in the region. In 1886, the colony had its territory divided into the municipalities of Santa Maria, Cachoeira do Sul, São Martinho, and Vila Rica. In the 50s and 60s, 20th century, under the leadership of the priest Luiz Sponchiado, an attempt to integrate the former colony around a common ideal was made. The parish priest sought to bring together the residents of the region by strengthening of Italian spirit and religiosity. However, due to political interests, the idea of unification proposed by the priest did not prevail, which led to the emergence of seven small municipalities: Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Silveira Martins, São João do Polêsine, Pinhal Grande, and Ivorá. In the 80s and 90s, the 20th century, the feeling of belonging to an ethnic group was revived in the Italian-Brazilian community of Santa Maria and the Fourth Colony, with the reopening of Italian societies, associations, and *circolos*, as well as the Italian Consular Agency. In addition, there was the development of heritage education projects that value regional history, culture, and tourism. After the political emancipations, in 1995 was created the CONDESUS (Consortium for Sustainable Development of the Fourth Colony), which has sought to overcome the delay in economic development caused by the fragmentation of the territory. A new Fourth Colony emerged from CONDESUS, with the annexation of the municipalities of Restinga Seca and Agudo. Therefore, the idea held is that the economic integration and the strength of a regional "bloc" are intimately linked to the valorization and promotion of the historical identity of the Fourth Imperial Colony of Italian Immigration at the Rio Grande do Sul State, which is the factor that aggregates and motivates regional development. It also seeks to demonstrate that the process of identity construction of the Fourth Colony territory enabled and established the political bases for the emergence of CONDESUS. So, to achieve the objectives a qualitative research was developed. In this context, two types of variables were listed: the Independent Variables that aggregate CONDESUS, the territory, the Consular Agency, the Italian associations and *circolos*, which are determinants in the research results, and influencers in the Dependent Variables that relate to memory, culture, identity, and regional development. Thus, it is concluded that historical, cultural, and identity factors are important in the context of the development of the Fourth Colony. However, just those elements will not have the potential to promote regional development, which must happen through the union of a set of factors.

Keywords: Fourth Colony. Regional Development. Italian Consular Agency. Italian Societies. Memory and Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1-Variáveis utilizadas na pesquisa | 24 |
| Figura 2 - Mapa da província de Rio Grande de São Pedro, em 1822..... | 40 |
| Figura 3 - Mapa da província de Rio Grande de São Pedro em 1991..... | 41 |
| Figura 4 - Silveira Martins..... | 47 |
| Figura 5 - Monumento do imigrante de Val de Buia Silveira Martins..... | 52 |
| Figura 6 - Monumento a Garibaldi em Silveira Martins | 54 |
| Figura 7- Monumento em homenagem aos heróis italianos mortos da Guerra da Líbia. Erigido em São Marcos, Arroio Grande em 1913 | 54 |
| Figura 8 - Inauguração do Monumento Nacional ao Imigrante pelo Presidente Getúlio Vargas. Caxias do Sul, 28 de Fevereiro de 1954 | 55 |
| Figura 9 - Monumento do Leão de São Marcos em Vale Vêneto..... | 57 |
| Figura 10 - Igreja Matriz de Nova Palma e a Casa Paroquial onde se localiza o CPG | 59 |
| Figura 11 - Interior do CPG – Livros Genealogia e Acervo “Caixa das Famílias”..... | 59 |
| Figura 12 - Imagem do Engenheiro Guilherme Greenhalght..... | 83 |
| Figura 13 - Decreto Imperial que emancipou a Quarta Colônia do Regime colonial . | 85 |
| Figura 14 - Texto publicado no Jornal Diário do Interior, 12 de junho de 1913. | 96 |
| Figura 15 - Esquema da Carreira Consular Italiana | 97 |
| Figura 16 - Sede do Instituto Ítalo-brasileiro e da Real Agência Consular | 104 |
| Figura 17 - Material de divulgação do Instituto Ítalo-brasileiro | 105 |
| Figura 18 – Festa do Instituto Ítalo-brasileiro, em 1915 | 106 |
| Figura 19 - Umberto Ancarani | 107 |
| Figura 20 – Viagem do professor Ancarani antes de fixar residência em Santa Maria | 109 |
| Figura 21 - Comitê feminino pró-Itália de Santa Maria, em 1915..... | 113 |
| Figura 22 - Diário do Interior, 17 de janeiro de 1918..... | 116 |
| Figura 23 - Anúncio da venda da sede da primeira Associação Italiana de Santa Maria | 118 |
| Figura 24 - Anúncio da pensão da senhora Iró Ancaran | 120 |
| Figura 25 - Giusepe Isaia | 121 |
| Figura 26 - Doutor Nicola Turi | 124 |
| Figura 27- Professor Osvaldo Dal Lago | 128 |
| Figura 28 - Convite para a formatura da primeira turma de cultura e língua italiana promovida pelo Circolo Trentino de Santa Maria | 129 |
| Figura 29 - Grupo de alunos da primeira turma de cultura e língua italiana formada | |

| | |
|---|-----|
| pelo Circolo Trentino de Santa Maria (1995)..... | 130 |
| Figura 30 - Cerimônia de assinatura de convênio para a elaboração do projeto de criação do curso de Língua Italiana na UFSM..... | 132 |
| Figura 31 - Festa de comemoração dos dez anos da Società Culturale Italiana de Dona Francisca | 133 |
| Figura 32 - Oscar Carlesso Agente Consular de 2008-2019..... | 135 |
| Figura 33 - Posse de Oscar Carlesso como Agente Consular | 136 |
| Figura 34 - Lançamento do livro "Imigração e Quarta Colônia: Nova Palma e Padre Luizinho..... | 138 |
| Figura 35 - Escola Príncipe de Napoli, Mantida Pela Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro Príncipe di Napoli, Caxias do Sul..... | 144 |
| Figura 36 - Foto do antigo prédio da Società Italiana di Mutuo Socorro i Ricriativa..... | 145 |
| Figura 37 - Sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro na rua do Acampamento, em 1914 | 146 |
| Figura 38 - Autor do Projeto da Sociedade Italiana..... | 147 |
| Figura 39 - Coral Arrigo Boito, em 1934..... | 148 |
| Figura 40 - Membros da Società Italiana de Mutuo Socorro Ducca decli Abruzzi .. | 149 |
| Figura 41 - Convite para reunião extraordinária da Sociedade Italiana de Santa Maria que deliberou a dissolução e a entrega do seu prédio ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. | 159 |
| Figura 42 – Monumento de Arroio Grande reconstruído pela AISM..... | 167 |
| Figura 43 - Vista parcial do distrito de Vale Vêneto. Em destaque a igreja de Corpus Christi a direita da foto o prédio onde funcionou o Seminário Palotino. | 172 |
| Figura 44 - Cartaz do primeiro Festival de Inverno da UFSM e da Primeira Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto. | 174 |
| Figura 45 - Fachada casa Paroquial e aos fundos prédio do Museu | 175 |
| Figura 46 - Imagem do Interior do CAPPA, local de exposições (2016) | 195 |
| Figura 47 - Reunião de sensibilização – Geoparque e Educação Patrimonial aos professores da rede municipal e estadual de Restinga Seca (2019). | 199 |
| Figura 48 - Organograma do Conselho Gestor do Geoparque Quarta Colônia | 200 |
| Figura 49 - Reunião para a escolha dos representantes da comunidade para o Comitê Gestor do projeto Geoparque Quarta Colônia/Condesus, 12/03/2020, em Faxinal do Soturno, RS. | 200 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|------|
| Quadro 1 - Ocupação do espaço da Quarta Colônia | 455 |
| Quadro 2 - Agentes consulares de Santa Maria –1912-2020 | 1391 |

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIRS - Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul
AGCVSM - Arquivo Geral da Câmara de Vereadores de Santa Maria
AIB- Ação Integralista Brasileira
AISM – Associação Italiana de Santa Maria
CACISM -Câmara do Comércio e Indústria de Santa Maria
CAMNPAL – Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma
CAPPA - Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica
CDES- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CONDESUS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável - Quarta Colônia
CPG - Centro de Pesquisa Genealógica - Nova Palma
DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social
EDUCS - Editora da Universidade de Caxias do Sul
EMATER RS - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
FIC - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição
FUNDESUS - Fundo Rotativo de Desenvolvimento Sustentável Quarta Colônia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI – Lei de Acesso à Informação
PPGH – Programa de Pós-graduação em História
PREP – Projeto Regional de Educação Patrimonial
PRODESUS – Quarta Colônia - Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
PROI- Projeto Identidade
PRR – Partido Republicano Rio-Grandense
RS- Rio Grande do Sul
UFN - Universidade Franciscana
UFSM- Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| CAPÍTULO I – CULTURA E IDENTIDADE EM UM ESPAÇO GEOGRÁFICO DETERMINADO | 29 |
| 1.1 O TERRITÓRIO DA QUARTA COLÔNIA..... | 29 |
| 1.2 CRIAÇÃO DE CIDADES OU URBANIZAÇÃO | 39 |
| 1.3 O TERRITÓRIO E OS LUGARES DE MEMÓRIA | 50 |
| 1.4 A IDENTIDADE E O ESPAÇO TERRITORIAL..... | 60 |
| CAPÍTULO II - IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E MEMÓRIA | 64 |
| 2.1: A IMIGRAÇÃO PARA O SUL DO BRASIL | 64 |
| 2.2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA..... | 68 |
| 2.3 A QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE IMIGRAÇÃO ITALIANA | 79 |
| CAPÍTULO III - A AGÊNCIA CONSULAR ITALIANA: O FORTALECIMENTO DE UMA IDENTIDADE | 92 |
| 3.1 REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO RIO GRANDE DO SUL | 93 |
| 3.2 HISTÓRICO E REPRESENTAÇÃO CONSULAR | 95 |
| 3.3 A PRIMEIRA FASE DA AGÊNCIA CONSULAR ITALIANA DE SANTA MARIA.... | 99 |
| 3.3.1 Umberto Ancarani, primeiro agente consular de Santa Maria | 103 |
| 3.3.2 Senhor Giuseppe Isaia, segundo agente consular | 120 |
| 3.3.3 Doutor Nicola Turi, terceiro agente consular em Santa Maria | 123 |
| 3.4 A NOVA FASE DA AGÊNCIA CONSULAR DE SANTA MARIA..... | 127 |
| 3.4.1- A gestão do professor Osvaldo Dal Lago (1995-2007) | 127 |
| 3.4.2 Oscar José Carlesso (2008-2019) | 134 |
| CAPÍTULO IV – AS SOCIEDADES, AS ASSOCIAÇÕES E CIRCOLOS ITALIANOS | 142 |
| 4.1 - AS PRIMEIRAS SOCIEDADES ITALIANAS DE SANTA MARIA | 143 |
| 4.2 - O RESURGIMENTO DAS SOCIEDADES, ASSOCIAÇÃO E CIRCOLOS ITALIANOS..... | 160 |
| 4.3 – A ASSOCIAÇÃO ITALIANA DE SANTA MARIA | 162 |

| | |
|---|------------|
| 4.4 – ATUAÇÃO DAS SOCIEDADE E ASSOCIAÇÕES ITALIANAS NA QUARTA COLÔNIA | 169 |
| 4.4.1 – Società Amici D’ Italian Polesani Nel Mondo e a Sociedade Vêneta do distrito de Vale Vêneto - São João do Polêsine..... | 169 |
| CAPÍTULO V - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA - CONDESUS | 182 |
| 5.1 O SURGIMENTO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA. | 182 |
| 5.2 O CONDESUS QUARTA COLÔNIA | 188 |
| 5.3 O CONDESUS E OS PROJETOS GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA..... | 194 |
| CONCLUSÃO | 203 |
| REFERÊNCIAS..... | 213 |
| APÊNDICE A - Termo de Livre Consentimento..... | 225 |
| ANEXO A - Mapa da demarcação dos lotes da Quarta Colônia | 228 |
| ANEXO B - Ato de criação das colônias Conde D’eu e Dona Izabel | 231 |
| ANEXO C - Lei que criou a Colônia de Jaguary..... | 233 |
| ANEXO D - Elevação da ex-colônia de Silveira Martins à categoria de freguesia | 235 |
| ANEXO E - Abaixo-assinado dos moradores de Silveira Martins solicitando a elevação da ex-colônia à categoria de município..... | 237 |
| ANEXO F - Inclusão no currículo escolar do município de São João do Polesine da disciplina de Cultura e Língua Italiana | 239 |

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, a configuração da paisagem natural e geográfica do território da então província do Rio Grande de São Pedro foi alterada com a chegada de grandes levas de imigrantes europeus, principalmente italianos. Nesse cenário foram criadas, em momentos distintos, quatro grandes colônias italianas denominadas de Conde D'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves), Fundos de Dona Palmira ou Campo dos Bugres (Caxias do Sul) e Santa Maria da Boca do Monte que ainda no período colonial, teve o nome alterado para Colônia de Silveira Martins. Essas quatro colônias, posteriormente, seriam as responsáveis pela ocupação de novos espaços no território provincial e brasileiro.

Entende-se por colônia a ocupação e domínio de espaços territoriais por grupos de indivíduos que migraram de uma região para outra motivados por fatores políticos, econômicos, sociais, climáticos, dentre outros. Essas migrações estabeleceram, ou criaram, nos espaços territoriais ocupados, culturas imbuídas de fatores identitários e ideológicos. Além disso, provocaram mudanças nos modos de produção agrícola através da diversificação e incremento de novas culturas. Deve ficar claro que no contexto da imigrações, ocorrido na segunda metade do século XIX, nem todo o imigrante se estabeleceu em espaços destinados à colonização.

Para Giron (1992), as colônias criadas no Brasil Império diferenciavam-se das 13 criadas nos Estados Unidos. As colônias norte-americanas, transformaram-se em Estados e possuíam certa autonomia, enquanto aqui no país, foram transformadas em áreas dependentes econômica e politicamente dos governos provinciais.

Também deve ser lembrado que no caso brasileiro, o governo deu um tratamento diferenciado aos indivíduos negros, negando a concessão de lotes coloniais a esse grupo, que além de ser a maioria, era tratado como objeto e propriedade de seus senhores e mesmo os "libertos" eram considerados e tratados como incapazes. Ademais, algumas áreas que foram disponibilizadas à colonização eram ocupadas por tribos nômades, algumas oriundas das missões jesuíticas¹, que

¹ Segundo Beltrão (1979), em 24 de janeiro de 1634 foi fundada, no atual território de Santa Maria, a missão jesuítica de São Cosme e São Damião. Porém, devido aos ataques dos bandeirantes estas missões são extintas e parte de seus habitantes, migraram para as missões Jesuíticas do Paraguai. Em 1682 os jesuítas retornam ao Rio Grande do Sul e fundam os Sete Povos das Missões. Com o tratado de Madri e a Guerra Guaranítica (1754-1756) estas missões são extintas e a população indígena passa a peregrinar pelo território sul-rio-grandense.

andavam a esmo por esse território.

Nesse contexto, além das colônias privadas, devido a necessidade da ocupação de vazios populacionais existentes no território, o governo imperial e provincial promoveu e patrocinou a criação de outras colônias. Todas deveriam ser ocupadas por imigrantes europeus e brancos, de preferência católicos, já que esta era a religião oficial do Império Brasileiro.

Na primeira metade do século XIX, em 1824, chegam à província do Rio Grande de São Pedro as primeiras levas de imigrantes germânicos. Os grupos de imigrantes italianos começam a chegar a partir de 1875. Numericamente, os italianos formaram o maior contingente de imigrantes que ocuparam o território do Rio Grande do Sul, seguidos por germânicos e poloneses² (DE BONI E COSTA, 1984). Nesse cenário é que são criadas as três colônias imperiais italianas na serra rio-grandense e uma quarta, na região central da província do Rio Grande de São Pedro. Os imigrantes que ocuparam estes espaços territoriais impuseram uma identidade cultural fundamentada na religiosidade, nos usos e costumes, na cultura, na culinária, dentre outros. Essas identidades, apesar de terem sofrido várias adaptações, ainda prevalecem nos dias de hoje.

Em relação a denominação de Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, ao antigo território que formava a ex-colônia de Silveira Martins, pode-se afirmar que diz respeito a uma identidade regional recriada por iniciativa do Padre Luiz Sponchiado³, tendo como base a ordem de criação das colônias imperiais no Rio Grande do Sul. Deve ficar claro que nos documentos oficiais não aparece os termos Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Colônia. As referências tratam de Colônia Conde D'eu, Dona Isabel, Fundos de Dona Palmira ou Campo dos Bugres e Colônia de Santa Maria da Boca do Monte e, posteriormente, Colônia Silveira Martins.

Ao longo de sua história, o espaço territorial da Quarta Colônia foi fragmentado e passou por várias tentativas de reunificação, porém sem êxito. O processo de fracionamento do território teve início no final do século XIX através do Decreto Imperial 1570, de 2 de abril de 1886, que dividiu o espaço geográfico da ex-colônia de Silveira Martins entre os municípios de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Júlio de Castilhos.

² Mais tarde chegam grupos de judeus, japoneses, dentre outros.

³ Esta identidade regional foi fortalecida por outras lideranças regionais como o Padre Clementino Marcuzzo, Jose Itaquí, dentre outros.

Originalmente, a Colônia era formada pelos territórios que hoje compõem os municípios de São João do Polêsine, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande e partes dos territórios de Santa Maria⁴, Agudo, Restinga Seca, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul.

No final da década de 50, no século XX, sob a liderança do padre Luiz Sponchiado, foi reavivado o pensamento de unificação regional em torno de um núcleo comum, o que provocou a rememoração e o renascimento do sentimento de italianidade, com a ideia de Quarta Colônia Imperial Italiana. Padre Luiz, além de ser líder espiritual, desempenhou o papel de líder político. Nesse contexto, o religioso coordenou um movimento de emancipação política da região visando a criação de um amplo e único município. Porém, interesses de grupos que detinham o poder local e de algumas lideranças políticas e inclusive religiosas⁵, favoráveis e contrárias às emancipações, tanto dos antigos núcleos como das cidades sedes aos quais os mesmos pertenciam, trabalharam para impedir que isso acontecesse. Sendo assim, foi consolidada a fragmentação da Quarta Colônia e o sonho de unificação que havia iniciado ainda no período imperial.

Esse novo processo de fracionamento do território da ex-colônia de Silveira Martins, levou aproximadamente trinta anos para ser consolidado e provocou o surgimento de nove pequenas cidades que alcançaram sua autonomia política e administrativa em períodos distintos. Os processos de emancipação estavam alicerçados em sentimentos identitários, na memória e no patrimônio cultural, relacionados ao passado histórico dos colonizadores da região.

Em 1996, a Quarta Colônia foi reconfigurada (ou reinventada) através do PRODESUS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) e da criação do CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia). Os territórios dos municípios de Santa Maria, São Martinho da Serra, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul foram excluídos dessa configuração, enquanto dois outros municípios, tiveram seus territórios integralmente inseridos nesse novo contexto que tem como objetivo a integração, visando o desenvolvimento regional. Estas cidades dizem respeito a Agudo, região predominantemente habitada por

⁴ O distrito santa-mariense de Arroio Grande, limite entre Santa Maria e Silveira Martins, foi um dos primeiros núcleos povoadores da Quarta Colônia.

⁵ Vários religiosos foram favoráveis à ideia de emancipação, porém no núcleo de Ivorá, o Monsenhor Humberto Busato fez oposição ao posicionamento do padre Luiz Sponchiado e compôs uma Comissão contrária a emancipação, sendo seu presidente honorário (BOLZAN, 2015.).

descendentes de imigrantes alemães, e Restinga Seca⁶, que possui uma população formada pela mescla de descendentes de portugueses, afrodescendentes (alguns descendentes de populações quilombolas), povos nativos, alemães e italianos. Porém, ambas as cidades possuem parte de seus territórios no contexto original da ex-colônia de Silveira Martins.

Estes dois Municípios passam a participar integralmente da Quarta Colônia a partir da assinatura das “Diretrizes Básicas para o Desenvolvimento Sócio-econômico da Quarta Colônia” assinado em 1994 por prefeitos dos municípios de Silveira Martins, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine, Pinhal Grande, Ivorá, Agudo e Restinga Seca.

A reinvenção da Quarta Colônia, através do PRODESUS e do CONDESUS, tenta recuperar um atraso econômico que havia iniciado ainda durante o governo imperial, quando o território da ex-colônia de Silveira Martins foi fragmentado. Esse processo de cisão foi consolidado com as emancipações políticas e administrativas dos municípios, que iniciaram em 1955, sendo concluídas em 1992, resultando no surgimento de pequenas cidades. Assim como Sponchiado (1996), Santin (1999) e Bolzan (2015), acredita-se que a fragmentação foi um dos fatores preponderantes para o atraso no desenvolvimento econômico sustentável da região.

A ideia de integração em torno das mesmas finalidades é um desafio antigo, o que, supostamente, poderia auxiliar no desenvolvimento sustentável, fortalecendo economicamente a ex-colônia, como aconteceu com as colônias da serra gaúcha (Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul).

Sendo assim, esta tese busca avaliar as medidas que estão sendo tomadas para a integração regional, tendo como parâmetro a sustentabilidade econômica e seu vínculo com o processo histórico e cultural, a memória e a identidade regional em um período pós-emancipação política dos municípios que formam a região. Além disso, busca-se demonstrar que o processo de construção identitário do território da Quarta Colônia, que tem como base o processo cultural e histórico, possibilitou e estabeleceu as bases políticas para o surgimento de um Consórcio, que tem como princípios a sustentabilidade econômica integrada e o desenvolvimento regional.

⁶ Uma parcela da área geográfica destes municípios já fazia parte da Quarta Colônia. Como exemplo destaca-se o Distrito do Recanto Maestro. A localidade é um distrito planejado e administrado pela iniciativa privada e possui parte do seu território dividido entre os municípios de Restinga Seca e São João do Polêsine. Ou seja, é um distrito do município de Polêsine e, ao mesmo tempo, compõe o distrito sede de Restinga Seca

O interesse para a realização desta pesquisa e a delimitação do tema, relacionado à "Quarta Colônia de imigração Italiana do Rio Grande do Sul, surge a partir de atividades como docente no desenvolvimento de um projeto de extensão realizado na cidade de São João do Polêsine, que iniciou em 2015. O referido projeto realiza-se a partir de uma parceria entre a prefeitura do município e professores dos cursos de História e de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). No desenvolvimento dessas atividades de extensão houve uma convivência com moradores e lideranças locais, o que proporcionou a participação de algumas festividades relacionadas à valorização do passado histórico e cultural que construiu tal região. Dentre essas festividades destacam-se a Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, além de eventos religiosos nas mais diversas localidades. Soma-se, a esta atuação, lembranças de infância na casa dos avós paternos,⁷ na cidade de Caxias do Sul, onde adquiriu-se o gosto e o interesse pela culinária e a cultura italiana. Outro fator preponderante nas motivações para escolha e delimitação do tema desta proposta, foram os diálogos com a orientadora desta tese, professora doutora Maria Medianeira Padoin.

No que tange a proposta de tese em si, a mesma foi motivada pela leitura do livro do Professor Moacir Bolzan (2015), que se intitula "Quarta Colônia: da Fragmentação a Integração", resultante de sua tese de doutoramento na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Seu trabalho trata-se de um dos poucos estudos acadêmicos que procurou tratar a região como um todo.

O autor trabalhou a trajetória da Quarta Colônia apontando que um dos principais desafios da atualidade é a sua integração regional e a construção de uma nova identidade coletiva entre os moradores da região. Para tanto, defende que a mesma deve investir no futuro por meio de um projeto conjunto econômico ao invés de ficar arraigada nos fundamentos históricos e culturais, nas concepções identitárias e da memória, que têm por base a religião e o sentimento de italianidade. Neste sentido, Bolzan entende que o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – o CONDESUS é um dos principais responsáveis em realizar as transformações necessárias, inclusive culturais.

Porém, em seu trabalho⁸ o autor silencia alguns agentes históricos e sujeitos

⁷ O Avô era um mulato neto de um ex-escravo que havia comprado sua carta de alforria, em 1876, com o dinheiro que ganhou trabalhando como marceneiro. A avó era neta de imigrantes italianos.

⁸ Apesar da discordância com alguns posicionamentos do professor Bolzan, sua obra é uma das grandes referências para a História da Quarta Colônia.

que estão atuando na região e que muito têm colaborado no processo de desenvolvimento e integração regional, mesmo antes do surgimento do CONDESUS.

Sendo assim, esta tese procura demonstrar que anterior a construção do CONDESUS Quarta Colônia, já existia um contexto que agregava e continua investindo em projetos de integração regional, que têm como fundamentos a cultura e a noção construída de italianidade e religiosidade. Ou seja, propor rupturas ou mudanças que visem esquecer ou “ultrapassar” um processo de memória e história construídos pelas comunidades e suas lideranças, forçando a perda desta identidade regional é desconsiderar o próprio conceito de desenvolvimento sustentável em todas as suas perspectivas. Sendo assim, o abandono da valorização do patrimônio histórico-cultural dessa sociedade, poderá sim levar ao fracasso qualquer tentativa de desenvolvimento econômico integrado.

A partir do exposto, defende-se a ideia que o desenvolvimento e a integração econômica alicerçada em um bloco regional, deva estar intimamente vinculado à valorização e ao fomento das identidades históricas e culturais da “Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do RS” ou da “ex-colônia de Silveira Martins”. Sendo assim, procura-se evitar o esquecimento do passado, da memória e da atuação dos vários sujeitos que atuaram e atuam no processo de desenvolvimento e integração regional.

Para tanto, buscou-se estudar como foi e como estão sendo tratadas, na Quarta Colônia, no período pós-emancipação política dos municípios da região, questões relacionadas ao processo de integração e desenvolvimento, tendo como cenário a identidade, a memória e o patrimônio cultural inserido em um espaço territorial delimitado. Neste contexto, procurou-se dar voz a instituições e personagens que atuaram e atuam de forma coletiva ou individual no processo de construção das identidades, buscando fortalecer um contexto cultural aliado ao processo de desenvolvimento e relacionado à integração regional. Assim sendo, no processo de construção desta tese, procurou-se verificar a atuação da Agência Consular Italiana, das sociedades/associações e *circolos* italianos e do CONDESUS no processo de desenvolvimento sustentável, e a participação destas instituições no processo de integração e fortalecimento da identidade regional, historicamente construída. Além disso, acredita-se que um projeto de integração do território da Quarta Colônia também deva ressaltar aspectos geográficos tendo como cenário a

paisagem natural vinculada à manutenção ou criação de uma identidade regional.

Com base no exposto, procurou-se realizar uma análise da integração regional tendo como parâmetro a sustentabilidade econômica e sua relação com a memória e identidade historicamente construídas na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, no período compreendido entre os anos de 1955-2020.

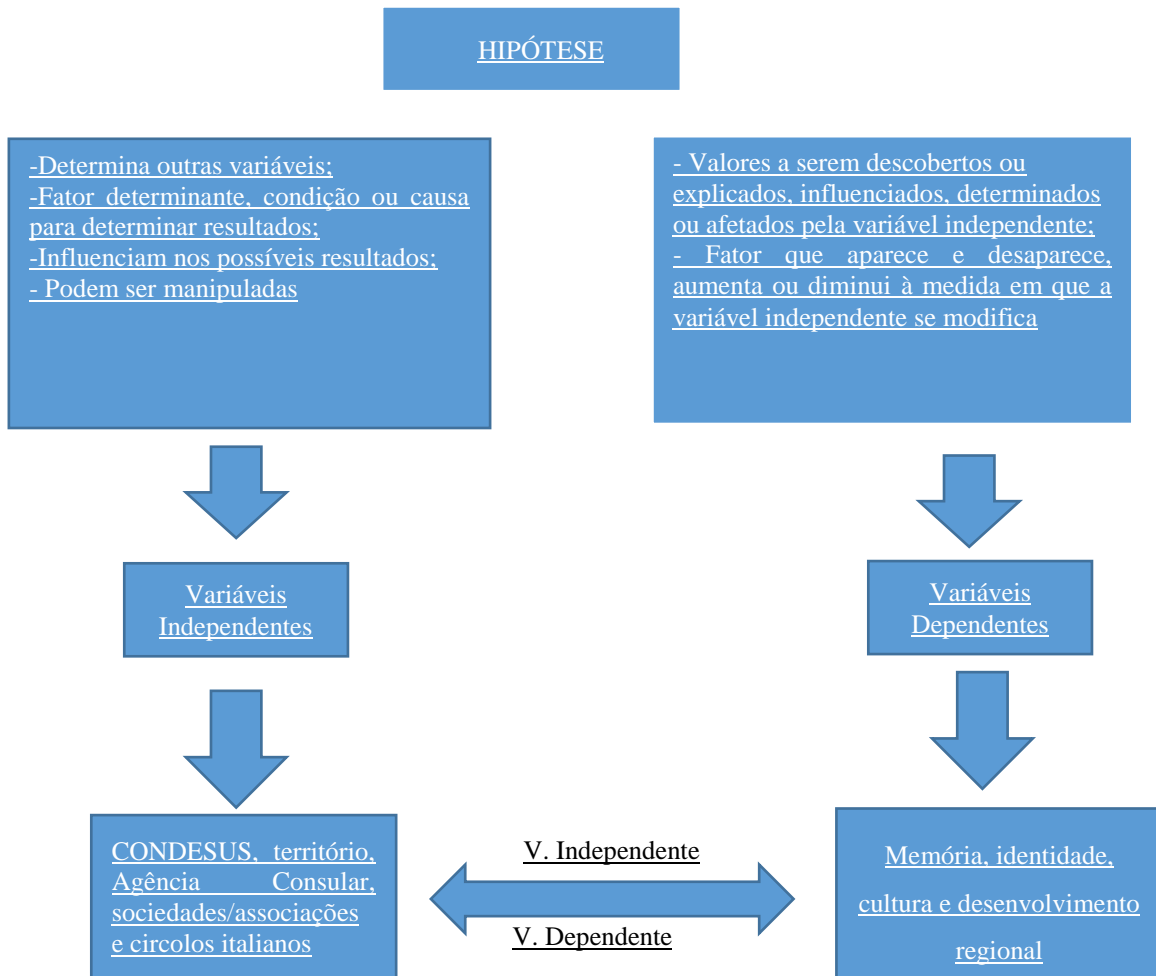
Para alcançar os objetivos que esta tese se propõe, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, pois a mesma não envolveu tabulação de dados, fórmulas e cálculos estatísticos. Ou seja, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, diz respeito “ao estudo acerca dos valores, comportamentos e atitudes dos indivíduos” (LIMA, 2016). Para Silva e Menezes (2001) em pesquisa qualitativa “o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave que busca analisar seus dados indutivamente”. Enquanto Minayo (2010, p. 57) complementa dizendo que o método qualitativo em pesquisa é “[...] aquele que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem”.

No contexto de uma pesquisa qualitativa procurou-se elencar dois tipos de variáveis, classificadas como Variáveis Independentes e Variáveis Dependentes. As Variáveis Independentes elencadas foram: o CONDESUS, o território, a Agência Consular, as Sociedades, Associações e *Circolos* italianos. Estas variáveis são determinantes nos resultados da pesquisa além de influenciar as outras variáveis. As Variáveis Dependentes especificadas foram: a memória, a cultura e a identidade, e o desenvolvimento regional. Essas variáveis, por sua vez, possuem valores que serão influenciados e determinados pelas Variáveis Independentes. Essas características podem aparecer e desaparecer dependendo das modificações que ocorram com as Variáveis Independentes. (FIGURA 01).

Em relação à coleta de dados, foram realizadas 11 entrevistas, entre novembro de 2018 a outubro de 2019, com pessoas que tiveram experiências com a proposta desta tese. Esses indivíduos são os que participaram na criação e recriação da Sociedade/Associação Italiana de Santa Maria, professores que ministraram aulas de italiano no período em que ocorreu a reabertura da Agência Consular em Santa Maria (1996), além de pessoas envolvidas com a criação do CONDESUS, da Associação Italiana de Vale Vêneto e Sociedade Italiana de São João do Polêsine. Tal levantamento corrobora com o que Silva e Menezes (2001)

afirmam sobre a importância das entrevistas, que são muito utilizadas em pesquisas qualitativas, pois os pesquisadores são peças fundamentais para o processamento das informações coletadas.

Figura 1-Variáveis utilizadas na pesquisa



FONTE - Elaborado por Jorge Alberto Soares Cruz.

O uso de entrevistas proporcionou o contato com fatos e versões que não são encontrados em outros tipos de suportes documentais (escritos, televisivos, digitais, etc.), além de poder trazer à luz percepções e experiências que estavam esquecidas ou sujeitas ao esquecimento. Sendo assim, o uso de entrevistas é “(...) a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2013).

Pode-se afirmar que este tipo de fonte é um arquivo vivo, sujeito aos

desgastes do tempo, que rememora os fatos corridos e vivenciados por um indivíduo em uma determinada época. Diante disso, vale lembrar que na atualidade, para o historiador, todos os fatos humanos colaboram e servem como fontes para a reconstrução/rememoração do passado.

Para a realização das entrevistas foram organizados roteiros básicos de acordo com o perfil dos depoentes. Mesmo existindo um roteiro a ser seguido, foram realizadas entrevistas não estruturadas com perguntas abertas, pois segundo Silva (2001) esse tipo de entrevista possibilita explorar outras questões não previstas anteriormente. As entrevistas foram gravadas e posteriormente, algumas foram transcritas, material que pode servir como fonte para outras pesquisas referentes ao tema abordado. Não serão listados os nomes dos entrevistados por razões éticas, e pelo que consta no Termo de Livre Consentimento que foi lido, assinado e entregue aos entrevistados quando foi realizada a entrevista (APÊNDICE A).

Em relação aos procedimentos técnicos, foi desenvolvida, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica. Este tipo de fonte é constituído principalmente de livros e artigos de periódicos impressos e on-line. Também foram realizadas pesquisas nos portais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) e no repositório da biblioteca SciELO – (Scientific Electronic Library Online) em que foram selecionadas dissertações, teses e artigos científicos.

Em relação ao uso das referências levantadas, pode-se afirmar que as mesmas remeteram a uma gama de estudos e interpretações do tema, propiciando, muitas vezes, a informação para a busca de fontes primárias, permitindo uma possível releitura ou um novo olhar.

Neste contexto, também foram buscadas fontes junto às hemerotecas do Arquivo Histórico de Santa Maria e hemeroteca da Biblioteca Nacional, jornais do final do século XIX e início do XX. Em alguns momentos da construção desta tese, especialmente no estudo da primeira fase sobre a história da Agência Consular, essas fontes foram as únicas testemunhas ou referências existentes do passado, especialmente de alguns personagens que fazem parte dessa história regional.

Em relação ao uso de jornais em pesquisa histórica percebe-se que:

Trabalhar com imprensa escrita reside no compromisso da interpretação dos fatos apresentados por ela aprender a desvendar sua escrita jornalística. Porém, ao utilizar a imprensa como fonte podemos de forma clara fazer a reconstrução dos acontecimentos através do mais eficaz meio de comunicação na difusão das informações, uma vez que durante todo o

século XIX este veículo de comunicação foi o mais utilizado como disseminador dos costumes, atitudes e desejos da sociedade. (KRENISKI e AGUIAR, 2011, p. 3)

Levando em consideração a importância e a função dos jornais e seus registros para a sociedade do final do século XIX e início do XX, considerou-se a sua utilização como referência documental relevante para esta pesquisa. O uso de jornais suscitou o olhar atento do historiador provocando, sempre que possível, o cruzamento dos dados coletados com outras fontes, visando evitar interpretações incorretas da realidade.

Também foram realizadas pesquisas documentais em acervos físicos e virtuais disponibilizados na internet, neste contexto, concordando com Miranda (2008), que ressalta que os arquivos são considerados como o laboratório dos historiadores. Segundo a autora, os documentos que se encontram nos arquivos estão classificados tanto por sua estrutura como por seu conteúdo, o que facilita e auxilia os pesquisadores no desenvolvimento de sua investigação. A historiadora Arlette Farge (2009) afirma que os arquivos são lugares onde se encontram alguns momentos da vida de personagens comuns que possuem o potencial de ligar o passado ao presente, através do trabalho dos historiadores. Sendo assim, esse tipo de experiência foi vivenciada nas seguintes instituições arquivísticas:

- Arquivo Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria;
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul;
- Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul;
- Arquivo Histórico da Cidade de Santa Maria;
- Arquivo do Centro de Pesquisa Genealógica (CPG), de Nova Palma;
- Arquivo Municipal da Cidade de Rio Grande,
- Arquivo do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS);
- Arquivo de História Oral da Faculdade Franciscana de Santa Maria (LAHIS/UFN);
- Arquivo da Agência Consular Italiana de Santa Maria,
- Arquivo da Casa de Edmundo Cardoso;
- Arquivo da Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul (ACIRS);
- Acervo Virtual do Arquivo Nacional;
- Arquivo Virtual do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da Itália;
- Arquivo Virtual do Congresso Nacional Brasileiro.

Além destes arquivos também foram obtidas informações através de atas e estatutos da Associação Italiana de Santa Maria, Associação Italiana de Vale Vêneto, Associação Italiana de São João do Polêsine e dos acervos privados do Professor Luiz Gonzaga Binato, da Cantina Pozzobon, de Oscar José Carlesso, Moacir Bolzan e de Walter Antônio Noal Filho.

A partir dessas considerações e a realização de uma pesquisa qualitativa, que busca interpretar e aprofundar as fontes utilizadas para descrever um tema específico, esta tese está constituída de cinco capítulos.

No primeiro capítulo procurou-se abordar a influência do território na formação das relações sociais e familiares e, em consequência disso, no fortalecimento da identidade e da cultura no desenvolvimento regional. Além disso, foram abordadas questões relacionadas à mobilidade dos indivíduos de um espaço territorial para outro, procurando demonstrar que a ocupação de novos territórios tem proporcionado a imposição de valores, tradições e culturas, tanto materiais como imateriais. Sendo assim, os municípios que compõem a Quarta Colônia são apresentados como locais de memória relacionados a fatores históricos, culturais e identitários.

No segundo capítulo, procurou-se apresentar uma síntese do processo migratório para o Brasil e, conseqüentemente, dos fatores que influenciaram na criação da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Para tanto, foi necessária uma revisão da bibliografia já conhecida da comunidade científica (livros, teses e dissertações), o que despertou a busca de fontes documentais primárias, representadas por alguns documentos de arquivos que confirmaram, e algumas vezes, demonstraram equívocos ou silêncios nas informações apresentadas por trabalhos anteriores. Pode-se afirmar que este capítulo apresentou, em alguns pontos, uma forma nova de ver os fatos históricos. Neste sentido, destaca-se a importância desta revisão bibliográfica que é apresentada como *fundamento* para nossas discussões, que têm como motivação a identidade, a memória e o patrimônio cultural, vinculados a projetos de integração e desenvolvimento regional.

Nos dois capítulos seguintes, buscou-se apontar as instituições que têm promovido e incentivado o fortalecimento de elementos relacionados às identidades culturais, em especial o italo-centrismo, que tem transformando “a memória em uma construção coletiva do passado no tempo presente” (Halbawch, 1990). Dentre essas

instituições que incentivam a manutenção das identidades culturais, pode-se destacar as agências consulares, as sociedades/associações e os *circolos* italianos, que tem desenvolvido atividades para auxiliar na construção e fortalecimento de uma identidade italiana, como fatores de agregação cultural, social e econômica no contexto da Quarta Colônia.

No último capítulo foram abordadas questões relacionadas às atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), que surgiu com o objetivo de buscar alternativas para alavancar o desenvolvimento regional. O consórcio visa a unificação dos nove municípios que compõem o território da Quarta Colônia em um bloco único, diluindo fronteiras físicas que por ventura possam impedir o seu desenvolvimento. Além disso, procurou-se avaliar o papel do CONDESUS na construção e manutenção da cultura e da identidade vinculados a projetos de integração e desenvolvimento regional.

Por fim, no contexto do programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM) e da linha de pesquisa a qual esta tese faz parte, Memória e Patrimônio, concluímos a tese com o sentimento de termos colaborado com o fortalecimento da memória e identidade, tendo como base questões relacionadas ao passado histórico e ao desenvolvimento regional. Além disso, recuperou-se fragmentos da vida de personagens e instituições que estavam esquecidos pela historiografia.

CAPÍTULO I – CULTURA E IDENTIDADE EM UM ESPAÇO GEOGRÁFICO DETERMINADO

Pesquisas relacionadas à memória, à identidade e à cultura, muitas vezes estão associadas aos estudos referentes à influência do espaço geográfico na formação cultural e identitária de grupos humanos. Nestes espaços, os indivíduos, estabelecem condições de sustentabilidade e preservação da espécie. São espaços onde vivem ou viveram bons e maus momentos, e estão repletos de memórias e vivências presentes ou pretéritas.

Nesse cenário, defende-se a ideia que o espaço é um lugar que acumula múltiplas possibilidades, que despertam e favorecem o desenvolvimento de relações sociais políticas e econômicas ou, como apresenta Haesbaert (2013), trata-se de um território vivido, onde as comunidades se reúnem por laços consanguíneos ou afetivos a partir da identidade regional construída pelo grupo.

O território da Quarta Colônia pode ser visto como uma ilha cultural, imbuída de reminiscências ligadas a um passado ancestral, que tem por base tradições criadas ou reinventadas para dar significado ao presente. Assim sendo, entende-se que no contexto do espaço geográfico da Quarta Colônia, grupos de indivíduos, tendo como base fatores culturais e identitários buscam, através do associativismo e de comemorações festivas e religiosas, reverenciar e fortalecer laços afetivos com um passado histórico inserido em um espaço territorial.

1.1 O TERRITÓRIO DA QUARTA COLÔNIA

O território da Quarta Colônia é caracterizado pela simbiose entre o homem e a natureza, marcado por uma paisagem⁹ natural, constituída pela bacia dos Rios Jacuí, Soturno e seus respectivos afluentes e pela riqueza da flora e fauna do bioma do Pampa Gaúcho e da Mata Atlântica. Além disso, na região existem jazigos fossilíferos onde são encontradas espécies de vegetais e animais que viveram há mais de 180 milhões de anos. Somado a estes fatores naturais, existem fatores históricos e culturais relacionados com a ocupação de diferentes grupos humanos

⁹ Fernando Pau-Preto Almeida (2005) explica que a paisagem possui um sentido amplo pois ela faz parte de fenômenos sócio espaciais, ecológicos, culturais, econômicos, políticos, ideológicos, e simbólicos.

que possuem fortes vínculos com esse território. Dentre estes grupos destacam-se: os remanescentes das sociedades originárias, afrodescendentes e descendentes de europeus – portugueses, alemães, italianos dentre outros.

Nesse contexto, para tratar do espaço geográfico da Quarta Colônia e a sua influência na formação ou manutenção de valores que favoreçam o fortalecimento das identidades culturais, torna-se necessário entender o significado de território. Para colaborar com o entendimento conceitual da influência do território na manutenção e preservação da historicidade e na formação cultural da Quarta Colônia, buscou-se reunir alguns estudiosos que trabalham com questões relacionadas à territorialidade.

Dentre esses estudiosos destaca-se o professor Milton Santos (1988) que afirma que a território e sua importância para a história tem proporcionado o surgimento de vários estudos em diferentes áreas do conhecimento humano. Nas palavras do autor:

A atual importância do território (para não falar de espaço) na realização da história pode ser indicada pelo interesse crescente que lhe dedicam não somente os geógrafos mas também, e cada vez mais, os urbanistas, planejadores, cientistas de horizontes tão diferentes como os economistas, sociólogos, etnólogos, politólogos, **historiadores**¹⁰, demógrafos etc. (SANTOS, 1988, p. 9)

Para o geógrafo Haesbaert (2005, p. 36) “o território é uma porção da superfície no qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou parte de seus membros, a utilização dos recursos aí existentes”. Para Koselleck (2014, p. 77) esses territórios formam um “espaço de vida e ação de unidade política, jurídica, econômicas, eclesiásticas ou sociais do passado e suas consequências geográficas”. Enquanto Tuan (1983) destaca que o ser humano está em lugares demarcados no espaço onde os indivíduos vivem e satisfazem suas necessidades básicas de alimentação, descanso e procriação.

Sendo assim, pode-se afirmar que o espaço territorial da Quarta Colônia está alicerçado em fatores culturais, identitários, políticos, sociais e econômicos, que favoreceram (e favorecem) a criação e utilização de determinados processos tecnológicos e metodológicos que influenciaram (e influenciam) nas tradições culturais, usos e costumes, bem como, na forma de utilização e cultivo da terra que proporcionou modificações no espaço geográfico e paisagístico (devastação de

¹⁰ Grifo nosso

florestas, mudanças de curso de rios e riachos). Nesse contexto, percebe-se a importância para a história do estudo da ocupação dos espaços onde grupos humanos se estabeleceram, impondo a esse espaço/território uma cultura política, bem como, uma identidade cultural tendo como base as tradições, que são criadas ou reinventadas.

Nas sociedades contemporâneas, os lugares, que são denominados de espaços geográficos ou territórios, estão constituídos por regiões urbanas (grandes, médias e pequenas cidades) e regiões interioranas compostas por pequenas localidades que geralmente tem sua base econômica alicerçada na agroindústria (em pequenas, médias ou em grandes propriedades). Esses lugares possuem características próprias, imbuídas de fatores históricos, identitários, sociais, econômicos e culturais que influenciam no comportamento, modo de ser, vestir e de falar das pessoas.

A ocupação desses espaços geográficos (territórios), que para Hasbaert (2004 e 2007) é chamada de territorialização, ou o deslocamento para novas áreas, denominado de desterritorialização (id), acontecem devido à necessidade dos indivíduos de buscarem melhores condições de sobrevivência em novas áreas que proporcionem progressos nas condições econômicas, sociais e políticas. Esses processos de territorialização e desterritorialização sempre fizeram parte da natureza humana. Nos primórdios da humanidade isso ocorria devido à escassez de alimentos em determinadas regiões ou em função da busca por riquezas, poder ou de novas rotas comerciais para a venda e aquisição de mercadorias, o que pode ser considerado como a busca e a conquista do “espaço vital¹¹”.

As mobilidades de indivíduos ou de grupos sociais são imbuídas de sentimentos culturais e identitários. Essas culturas não são características relacionadas a consanguinidades armazenadas no DNA de cada pessoa. Porém, muitas vezes isso é entendido como se fizessem parte da natureza dos grupos humanos e não como uma construção e aprendizado vivenciado nas relações sociais.

Pode-se afirmar então, que a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, está imbuída de fortes influências identitárias relacionadas a laços de amizade e consanguíneos, tendo uma população distribuída em um território formado por belas

¹¹ A conquista de novos territórios. O termo foi criado no século XIX pelo geógrafo alemão Friederich Hatzel.

paisagens naturais que são caracterizadas por rios, vales e montanhas.

Parte desse território foi destinado ao povoamento por imigrantes europeus a partir de 1857, com a criação da colônia de Santo Ângelo¹² (hoje cidade de Agudo). Posteriormente, em 1877, houve a chegada de alguns imigrantes russos-alemães mas, principalmente, de italianos, com a criação da colônia de Santa Maria da Boca do Monte, denominada, logo após, como colônia Silveira Martins. A partir de 1886 todo esse território foi dividido politicamente entre os municípios de Santa Maria da Boca do Monte, São João da Cachoeira e Vila Rica (atual cidade de Júlio de Castilhos).

Antes da chegada dos italianos à recém-criada Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, vieram os russos/alemães (ou polacos) que, em pouco tempo, devido às precárias condições, partiram para outras regiões (como, por exemplo, para a região de Itaara). Posteriormente, o espaço foi ocupado por imigrantes oriundos do norte da Itália que criaram outros núcleos coloniais. Dentre estes núcleos destacam-se: Silveira Martins, São João do Polêsine, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Silveira Martins, Ivorá e Pinhal Grande, parte do território de Santa Maria, Cachoeira do Sul e frações dos municípios de Agudo e Restinga Seca, Júlio de Castilhos, Itaara, bem como São Martinho da Serra (ANEXO A).

Alguns municípios que compõem a atual configuração da Quarta Colônia fazem parte do que se pode denominar como terras do enxameamento. Esse termo foi utilizado por Jean Roche (1969) e pelo Padre Luiz Sponchiado, para designar as migrações internas e a ocupação de novas áreas por populações excedentes, nas colônias alemãs e italianas.

Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar para novas zonas a desbravar ou, mais recentemente, para centros urbanos. Não foi, portanto, porque agricultores partiram de uma região que a produção nela diminuiu; foi porque os rendimentos baixaram, ou iam baixar, que o excesso dos habitantes a abandonou. Se o esgotamento das terras e o crescimento da população, entre outros fatores motivaram essas migrações internas, a natalidade e a técnica incompatível com a estruturas agrárias e que tornaram fatal o êxodo da população excedente. (ROCHE, 1969, p. 319).

Na Quarta Colônia, ainda no início da ocupação do território, o processo de enxameamento ocorre, segundo Sponchiado (1993 e 2019), devido a alguns lotes

¹² A partir de 7 de setembro de 1892 a Colônia de Santo Ângelo passou a chamar-se Agudo.

serem impróprios para a agricultura e estarem em áreas geográficas montanhosas com terrenos pedregosos e acidentados, dificultando a produção agrícola. Outro fator diz respeito a alguns imigrantes/colonos que não possuíam habilidades para o manejo da terra para a agricultura. Aliado a isso, acrescenta-se o crescimento das famílias com os casamentos, e o aumento populacional com a vinda de familiares e amigos que haviam ficado na Itália e que eram atraídos pela possibilidade de se tornarem proprietários de uma gleba de terra.

[...] o fluxo de imigrantes que chegavam à colônia era grande. Os novos imigrantes eram atraídos pela propaganda sobre as terras, especialmente pela possibilidade de tornarem-se proprietários. Para isso acontecer, buscavam informações com amigos, conhecidos ou parentes já estabelecidos para saber as condições e os direitos que teriam na nova terra. Os padres das comunidades italianas também incentivavam a vindas dos italianos como forma de renovar a fé entre os católicos. (MANFIO, BIASOLI, 2014, p. 709).

Esses são alguns fatores responsáveis pela procura por novas áreas agricultáveis. Dentre as áreas da atual configuração de Quarta Colônia que fazem parte do enxameamento destacam-se os núcleos criados após o processo de emancipação do regime colonial que ocorreu em 1882. Outro ponto que deve ser destacado no processo de enxameamento na ex-colônia de Silveira Martins é que esta possuía um espaço territorial relativamente menor que as colônias da Serra. Sendo assim, houve a necessidade de demarcação de novas áreas. Isso proporcionou o surgimento, em 1880, do Núcleo Norte¹³ e do Núcleo Soturno¹⁴ (ANEXO A). Soma-se ao processo do enxameamento a ocupação da colônia de Jaguary, em 1889.

O termo enxameamento tem sua origem na proliferação e criação de novas colônias de abelhas devido a multiplicação da população das colmeias. Portanto, a mobilidade populacional das Colônias, ocupadas por imigrantes povoando novos territórios, foi comparada com as abelhas. Em conversa informal com um morador de Nova Palma, que havia convivido com o Padre Luiz Sponchiado, se afirmou que esta era a visão que o pároco transmitia a todos. Em relação a esse posicionamento do Padre Luiz, Breno Sponchiado destaca: “(...) pelo processo natural de *“enxameamento”* – usando o termo de Jean Roche – muitos colonos partiram para novas terras levando consideráveis recursos humanos e materiais. Como

¹³ Parte deste núcleo compõe o território do atual município de Ivorá.

¹⁴ Parte deste núcleo compõe o território do atual município de Nova Palma.

consequência tem-se o empobrecimento e a taperização da região”. (SPONCHIADO, 2019, p. 255).

Poderia se afirmar que o enxameamento proposto por Jean Roche (1969) e difundido pelo Padre Sponchiado, **em alguns casos** pode ser equiparado, ao mesmo que a territorialização e desterritorialização proposta por Rogério Haesbaert (2004 e 2007). Isto acontece quando grupos de pessoas migram ou migraram para outros territórios fora do contexto do espaço territorial da Quarta Colônia¹⁵.

O professor Umberto Ancarani, em seu relatório enviado ao Ministério das Relações Exteriores da Itália, em 1905, relatava alguns fatores que provocava o enxameamento ou a territorialização/desterritorialização da Colônia de Caxias. Isso ocorria em razão do tipo de tratamento dado à terra, o que provocava a exaustão do solo para a agricultura.

O que vai acontecer com as gerações futuras quando não houver mais madeira para cortar nem um bosque para queimar? No dia em que o terreno se tornar, por si mesmo, mais estéril? Muitos serão obrigados a migrar para outros lugares para novos assentamentos, para novos centros em formação (...) eles terão que comprar novamente o terreno e reconstruir a casa. (ANCARANI, 1905, p. 13)¹⁶ [Tradução Jorge Alberto Soares Cruz]

As áreas desmatadas eram cultivadas por um período de cinco anos, com alternância entre milho e o trigo. Depois de algum tempo, essas roças eram abandonadas. Após cinco ou seis anos de repouso, o colono queimava a vegetação existente para um novo cultivo, destruindo os nutrientes necessários para a fertilização. Além disso, as chuvas transportam muita terra, lavando o solo e deixando pedras expostas, o que dificultava o cultivo e gerava o empobrecimento da terra para a agricultura. O solo não era fertilizado, a floresta era cortada e queimada, e depois a terra era semeada (ANCARANI, 1904).

Esse processo de exaustão do solo, narrado por Ancarani, aliado ao aumento populacional provocou, na Serra Gaúcha, o enxameamento para outras regiões em busca de novas áreas agricultáveis¹⁷. Na Quarta Colônia Imperial esse processo não

¹⁵ Muitas famílias oriundas da Quarta Colônia migraram para outras localidades do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina, Paraná, dentre outros e estados Brasileiros.

¹⁶ Che fara l'atra generazione di coloni, il giorno in cui non avra piu legna da tagliare, ne bosco da bruciare? Il giorno in cui il terreno sarà, per se stesso, piu sterile? Multi saranno obligati ao emigrare altrove, in nuovi colonie, in nuovi centri in formazione, (...) e dovranno compare, di bel nuovo, il lotto di terreno, e ricostruire la casa.

¹⁷ Nos livros de genealogia do CPG de Nova Palma, existem registros de famílias oriundas da Serra Gaúcha que adquiriram lotes de terra em São João do Polêsine, Dona Francisca e Pinhal Grande, consideradas terras do enxameamento.

foi diferente e provocou o enxameamento, muitas vezes, dentro do mesmo território, o que proporcionou o surgimento de novos núcleos coloniais que hoje formam as cidades de São João do Polêsine, Pinhal Grande, Dona Francisca dentre outras localidades que foram anexadas aos territórios de outros municípios. Dentro do contexto do enxameamento, em 1911, colonos procedentes de Dona Francisca (Nova Palma) criaram núcleos coloniais na localidade de Formigueiro, que foram denominados Nova Feltri e Aroiera que, na época, formavam respectivamente o 4º e 5º distrito de São Sepé.

A mobilidade dos imigrantes que aportaram na região da Quarta Colônia, não ocorria somente em direção a áreas rurais, mas também para áreas urbanas. Um dos fatores responsáveis para que isto acontecesse, foi provocado por avanços tecnológicos nos transportes, como foi o caso da expansão da ferrovia que ofertava vagas de trabalho em cidades como Santa Maria.

O enxameamento e a territorialização/desterritorialização aconteceram ou acontecem por fatores sociais, políticos e econômicos que favorecem a criação de novos espaços de referência para a construção ou reconstrução de identidades culturais de grupos. Essa mobilidade pode ser voluntária ou forçada, considerada por Santos (2001) como uma agressão ao indivíduo que é obrigado a adaptar-se a um novo espaço geográfico. O enxameamento pode ser visto como um processo migratório que ocorre quando indivíduos ou grupos de indivíduos vão de uma região para outra dentro do mesmo território.¹⁸

Em relação à territorialização pode-se afirmar que a mesma acontece a partir de processos migratórios e imigratórios. Já a desterritorialização pode ser entendida como um processo de emigração, que **é a saída** de indivíduos ou grupos de indivíduos de uma região para outra no mesmo território/país ou a saída de um país para outro. Sendo assim, esses três processos não podem ser vistos simplesmente como ocupação de novos espaços, mas também como uma mobilidade que muitas vezes está imbuída de sentimentos de pertencimento a uma cultura de grupos que se estabelecem em determinados espaços territoriais.

A ocupação dos espaços territoriais favorece para que os povos imponham sobre eles uma cultura que pode ser material (construções, alimentação, esculturas, monumentos e seu entorno) ou imaterial (tradições, crenças, conhecimentos,

¹⁸ Migração ocorre quando grupos humanos vão de um país para outro ou de uma região para outra em um mesmo país.

etnicidade, o saber fazer, etc.). Como exemplo dessa situação pode ser citada a imigração de germânicos e italianos que influenciaram na economia, nos costumes, na cultura e culinária sul-rio-grandense. Em geral, essas influências são preponderantes para as modificações consciente e inconscientemente do território natural e cultural. O professor Oosterbeek (2018, p. 56) destaca que “as decisões sobre as ações humanas não interagem diretamente com os territórios, mas com a percepção cultural dos mesmos, ancorada em tradições, valores e narrativas, que configuram distintas paisagens para diferentes grupos humanos, com base nas mesmas bases materiais”.

Em relação à cultura, Sandra Pesavento (2008, p.15) destaca que a mesma deve ser pensada “como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo além de ser uma forma de expressão e tradução da realidade simbólica”. Essa perspectiva se complementa com o que Nora (1993) explica sobre a cultura, que estaria impregnada em objetos, gesso, imagens, no concreto **e, acrescenta-se a esta lista, o espaço territorial**¹⁹ que é a simbiose entre homem e o meio onde ele está inserido. Estes espaços muitas vezes são, onde grupos humanos majoritários impõem sua cultura que é absorvida por grupos menores. Percebe-se que essa situação é marcante no contexto da Quarta Colônia, onde o italianismo e o germanismo se sobrepõem a cultura de afrodescendentes e a dos povos originários.

Além disso Cucho (1999, p. 10), lembra que a “cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem”. O autor ainda enfatiza que a cultura provoca possíveis transformações na natureza, o que, segundo Kosselleck (2014), tem proporcionado vários estudos científicos relacionados à ação dos homens na ocupação de espaços e a comunhão disso com as condições geográficas. Neste cenário Anastácio, Oosterbeek e Rosina (2015, p.188) defendem a paisagem como um patrimônio cultural: “as paisagens culturais têm em consideração a interações homem-natureza, tendo como resultado uma interdisciplinaridade territorial que requer uma gestão integrada, assentada em modelos de desenvolvimento sustentável.”

Ainda em relação a territorialização Haesbaert afirma:

Território, visto por muitos em uma perspectiva política ou da mesma forma cultural, é focado aqui em uma perspectiva geográfica, intrinsecamente

¹⁹ Grifo nosso

integrativa, que vê a territorialização como um processo de dominação (político-econômico) e/ou apropriação (simbólico-cultural) do espaço por grupos humanos. (HAESBAERT, 2007, p.27)

O mesmo autor (2007) ressalta a existência de dois tipos de territórios: o naturalista e o etnocêntrico. No primeiro caso, o território é inerente ao próprio homem que cria ligações emocionais com seu espaço, criando raízes com o lugar e com a paisagem com a qual se identifica. O segundo é o território etnocêntrico, onde é ignorada a relação da sociedade com a natureza, local em que grupos dominantes constroem a identidade cultural do espaço onde vivem. Ambos os territórios possuem em comum dimensões políticas e culturais se sobrepondo à dimensão econômica. A concepção política vê o território como “fruto de uma apropriação simbólica especialmente através das identidades territoriais, ou seja, da identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus espaços vividos” (HAESBAERT, 2013, p. 120). Sendo assim, pode-se afirmar que o território é um local onde se fortalecem as relações ideológicas, identitárias, culturais, sociais e emocionais.

Neste contexto, busca-se o que Tuam relata sobre o sentimento do escritor Vidiadhar Naiapau,²⁰ e suas memórias emocionais relacionadas ao seu lugar de origem e ao sentimento de ser um imigrante.

Você nasceu em um lugar e cresce lá. Você conhece de perto as árvores e as plantas. Você jamais conhecerá outras árvores ou plantas desse jeito. Digamos, você cresce sabendo o que é uma goiabeira. Você sabe que a casca marrom-esverdeada descasca como uma velha pintura. Você procura subir na árvore. Você sabe que depois de ter subido várias vezes, a casca fica tão lisa e escorregadia que você não consegue mais subir. Você sente cócegas nos pés. Ninguém precisa lhe ensinar o que é uma goiaba. Você sai do país: você pergunta: que árvore é esta? Alguém lhe dirá: “um olmo.” Você vê outra árvore, alguém lhe diz: isto é um Carvalho. Certo você as conhece mas não como a goiabeira. Aqui você espera ***Poui florescer***²¹ uma semana no ano e você nem sabe que está esperando. Certo, você sai. Más voltará. Onde nasceu, homem (...) (TUAM, 1983, p. 205).

Tendo como base a memória e a história pode-se afirmar que, na atualidade do século XXI, o território da Quarta Colônia possui características de uma cultura etnocêntrica, com ligações afetivas e emocionais relacionadas a um passado ancestral vinculado aos grupos de imigrantes que colonizaram a região. A valorização desses sentimentos culturais pode ser interpretada como a uma forma de rememorar o passado combatendo o estigma do colono pobre e inculto. Segundo

²⁰ Escritor nascido em de Trindade e Tobago. Nobel de Literatura em 2001.

²¹ O mesmo que Ipê

Tuam (1974) os sentimentos etnocêntricos podem ser vistos como a necessidade de manutenção e fortalecimento da cultura. Na região de Santa Maria e da Quarta Colônia este sentimento etnocêntrico é traduzido por vários indivíduos como italianismo que, muitas vezes, é visto como uma norma (não escrita) dos grupos de ítalo-brasileiros.

A Quarta Colônia faz parte do espaço de memórias e identidades dos grupos de ítalo-brasileiros, descendentes dos imigrantes que se fixaram no território onde estabeleceram relações afetivas, culturais e sociais. As memórias e identidades dos grupos ítalo-brasileiros da Quarta Colônia estão radicadas na paisagem, nos objetos que pertenceram aos antepassados, nos cheiros e nos sabores da culinária regional, nos costumes e tradições de um passado não vivenciado pelos descendentes de imigrantes, mas que, de certa forma, ainda se faz presente e desperta o sentimento de pertencimento a uma cultura em um território específico.

Na região, percebe-se que a população mais jovem, devido à falta de oportunidade de trabalho e estudo, migra para outros centros, principalmente para Santa Maria²², em razão das oportunidades oferecidas pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Mesmo depois de formados, poucos retornam para as suas cidades de origem. No passado²³, muitos indivíduos migraram para Santa Maria em busca das oportunidades de emprego que eram oferecidas pela Viação Férrea.

Mesmo acontecendo essa mobilidade, **alguns migrantes** levam consigo usos e costumes relacionados a uma identidade regional. Essa identidade é forjada durante muito tempo, através de processos conscientes e, algumas vezes, inconscientes, transmitidos de uma geração para outra através das tradições familiares. Muitas vezes esses processos acontecem nas escolas, através de projetos de educação patrimonial, do ensino da língua italiana, bem como, da publicação de materiais didáticos²⁴.

Ainda em relação ao processo de educação na formação e manutenção da identidade cultural e rememoração do passado histórico, também devem ser consideradas as memórias individuais ou as lembranças do passado familiar que estão ligadas às memórias coletivas na formação da cultura regional. Pode-se

²² Este fluxo inicia com a criação da UFSM na década de 60.

²³ Final do século XIX até os anos 90 do século XX.

²⁴ Como exemplo, pode ser citado o livro da professora Elaine Binoto Fagam (2015), produto de seu trabalho de mestrado em Patrimônio Cultural na UFSM que tem, dentre seus objetivos, fortalecer o sentimento de pertencimento a uma cultura identitária regional.

afirmar que essas lembranças individuais estão ligadas a um grupo porque o homem vive em uma sociedade e os acontecimentos individuais ocorrem nesses espaços de convivência do grupo. Para Werlen e Oosterbeek (2017) essas lembranças individuais estão associadas às memórias dos grupos e podem ser consideradas como um patrimônio cultural intangível que possui materialidade no espaço territorial delimitado onde esses grupos vivem. Sendo assim, as cidades são espaços territoriais onde ocorre o fortalecimento, rememoração ou recriação das identidades. Nos municípios da Quarta Colônia, as pequenas cidades são locais onde acontecem as articulações sociais, culturais, políticas e econômicas entre o urbano e o rural.

1.2 CRIAÇÃO DE CIDADES OU URBANIZAÇÃO

No início do século XIX, a província do Rio Grande de São Pedro possuía grandes extensões de terras despovoadas. Sendo assim, o território da Província era formado pelas Vilas²⁵ de Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande e Rio Pardo. Em 1818, surge a vila de São João de Cachoeira, desmembrada da Vila de Rio Pardo²⁶ (Figura 2). Essas cinco grandes vilas foram os embriões da configuração do território do Rio Grande de São Pedro.

Desde o final do século XVIII, e ainda na primeira metade do século XIX, o mapa da Província começa a ser modificado com o estabelecimento da população luso-brasileira na região da Campanha, visando a garantia e a posse do território nas disputas com a Coroa Espanhola e o desenvolvimento da pecuária. Nesse panorama, constituiu-se a política de imigração europeia e a criação de núcleos coloniais como os primeiros grupos de imigrantes germânicos em 1824. Com o passar dos anos, o Império do Brasil continuou a incentivar a imigração e, no ano de 1875, chegaram os primeiros grupos de italianos. Neste contexto, deve ser também inserido o enxameamento ou territorialização/desterritorialização.

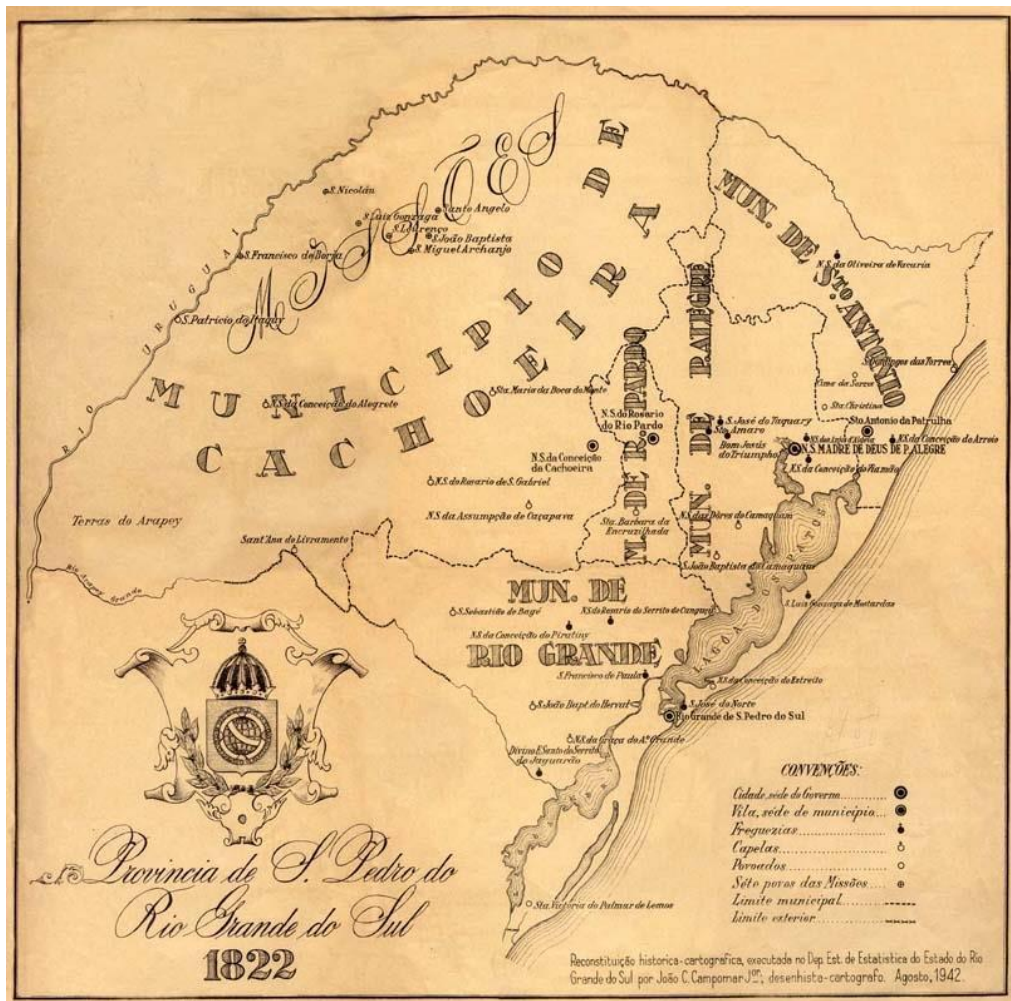
Assim sendo, percebe-se que em diferentes momentos históricos, vários dos

²⁵ O conceito de vila era utilizado para designar núcleos de povoamento que já possuíam certo contingente populacional. (GENEALOGIA DOS MUNICIPIOS DO RIO GRANDE DO SUL, 2018, p.10). Sendo assim, algumas das pequenas povoações que surgiram com a imigração Germânica e Italiana, no Rio Grande do Sul, foram elevadas à categoria de vilas (final do século XIX e início do XX) e, posteriormente, transformaram-se em municípios que hoje formam o território sul-rio-grandense.

²⁶ No século XVII e XVIII, anterior a criação destas Vilas, os padres jesuítas haviam criado os Sete Povos das Missões (São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Francisco de Borja, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo). Além disso, em 1747 foi fundado o Forte Jesus Maria José, que deu origem a Vila de Rio Grande.

ex-núcleos coloniais transformaram-se em cidades, o que contribuiu para o processo de urbanização como, também, para surgimento dos 497 municípios que existem hoje no Estado do Rio Grande do Sul (Figura 02). Deve ser destacado que a explosão no processo de urbanização do Brasil e, conseqüentemente, do Rio Grande do Sul aconteceram, em sua maioria, durante o século XX.

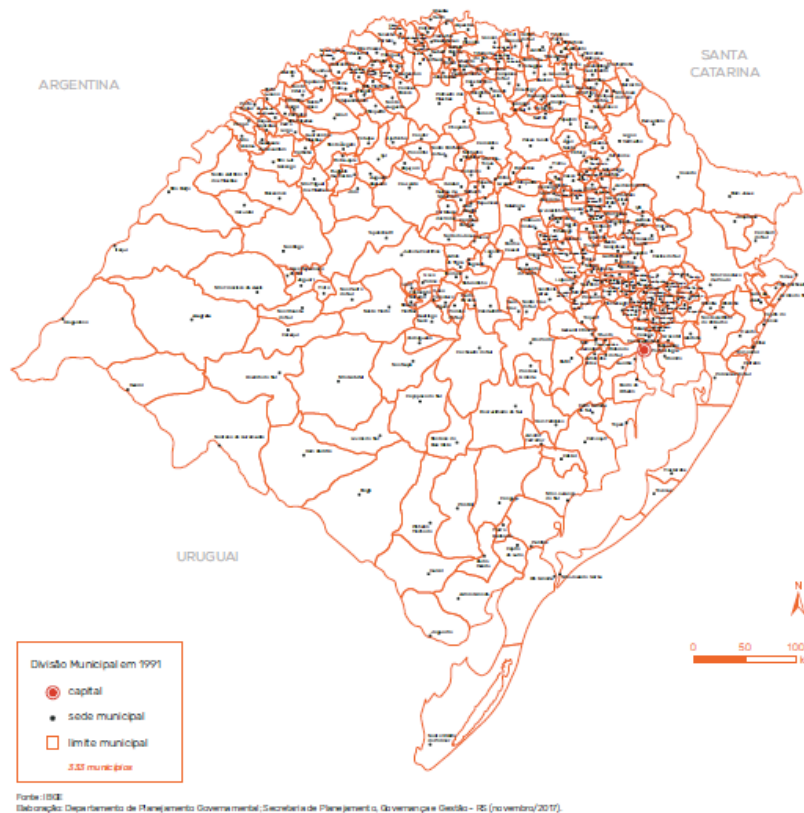
Figura 2 - Mapa da província de Rio Grande de São Pedro, em 1822



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul²⁷

²⁷http://ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.1/581-325.htm

Figura 3 - Mapa da província de Rio Grande de São Pedro em 1991



Fonte: Genealogia dos Municípios do Rio Grande do Sul (1809-2018)

A partir da década de 1930, tornou-se muito forte o processo de migração das zonas rurais para os centros urbanos. Nesse período, novos municípios foram criados tornando atraente a vida nas cidades, onde novas tecnologias, como a luz elétrica, impulsionavam a vida urbana. Sendo assim, para os grandes proprietários rurais, a casa da cidade passa a ser considerada a residência principal (SANTOS, 1993) uma vez que a modernidade é associada à urbanização.

Nesse período foi criado o Decreto Lei N. 311, de 2 de março de 1938, promulgado por Getúlio Vargas, que proporcionou a ampliação do número de municípios no Brasil. Para reivindicar sua transformação em município era necessário que uma localidade tivesse, no mínimo, duzentas moradias na sede urbana da futura cidade, e não o critério populacional para que uma localidade pudesse reivindicar sua emancipação²⁸.

²⁸ Este decreto não possui uma revogação expressa.

No período pós Segunda Guerra Mundial, a política desenvolvimentista brasileira estava alicerçada nas ideias de progresso e modernidade associadas à industrialização e, conseqüentemente, a urbanização. Isto provocou, nas décadas seguintes, um aumento nas migrações do campo para as cidades. Junto com a industrialização também acontece o surgimento de novos municípios, cuja formação era estimulada pelo Estado Brasileiro.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre 1920 e 2010 foram criadas, no Brasil, 4.261 novas cidades. Os maiores aumentos no número de municipalidades²⁹ ocorreram entre os anos de 1970 e 1980 (1.186 cidades) e entre 1980 e 2000³⁰ (1.516 cidades). Nesses períodos de maior crescimento aconteceram algumas emancipações de municípios³¹ que formam a Quarta Colônia.

A Constituição Brasileira, promulgada em 27 de janeiro de 1967, estabelecia, em seu artigo 14, que os requisitos para a criação de novos municípios deveriam estar vinculados ao número de habitantes e a uma consulta plebiscitária. Este artigo foi regulamentado pela Lei Complementar Número 1, que condicionou a criação de novos municípios a uma população mínima de 10 mil habitantes, ou, uma população não inferior a cinco milésimos da existente no Estado. Além disso, a Lei Complementar estabelecia um número superior a 200 casas na área urbana que seria a sede do município. Em relação a consulta plebiscitária, a já citada Lei estabelecia que o eleitorado não poderia ser inferior a 10% da população existente no território do futuro município. A criação das novas cidades se dava a partir do voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, que deve ser no mínimo de 50% do eleitorado inscrito.

No final da década de 80, do século XX e início dos anos 2000, ocorreu um grande aumento no número de municípios, estimulado pela Constituição de 1988³². A Carta magna estabeleceu como condições para a criação de novas cidades, a necessidade de manutenção da unidade histórica e cultural do ambiente urbano, a realização de uma consulta plebiscitária e uma lei estadual que regulamente a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

²⁹ O crescimento da urbanização no período pós-segunda guerra vem acompanhado de altas taxas de natalidade e de longevidade provocado por avanços tecnológicos que beneficiaram as populações urbanas.

³⁰ Em 1910 e 1930 não foi realizado o censo no Brasil.

³¹ Atualmente o Brasil possui 5.570 municípios.

³² Artigo 18, parágrafo IV da Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, no Rio Grande do Sul, a Lei Complementar 9.070/1990 estabeleceu as normas para a criação de novos municípios no Estado. Dentre os critérios instituídos está o número de eleitores inscritos no município em condições de votar na consulta plebiscitária.

Art. 16 - Somente será admitida a elaboração de projeto de lei que crie município se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que compareceram às urnas, mediante votação em que tenham se manifestado, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos eleitores inscritos. (RIO GRANDE DO SUL, 1990)

Além disso, a já citada Lei Complementar não estabeleceu um número mínimo de habitantes para que um município fosse criado, o que foi modificado pela Lei Complementar n. 9.089/1990, que estabeleceu os requisitos mínimos para a criação de municípios. Dentre as condições necessárias para criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios, está a exigência de uma população não inferior a 5 mil habitantes ou um eleitorado com, no mínimo, 1.800 eleitores. Também foi criado o critério relacionado ao número de edificações na área urbana do futuro município³³. Essa lei favoreceu o surgimento de municípios com um baixo índice populacional como São João do Polêsine e Pinhal Grande³⁴.

Os primeiros municípios da Quarta Colônia a conseguirem emancipar-se foram Faxinal do Soturno, Agudo e Restinga Seca, em 1959, seguidos por Nova Palma, em 1960, Dona Francisca, em 1964³⁵, Ivorá e Silveira Martins, em 1988, e São João do Polêsine e Pinhal Grande, em 1992. Todos os municípios formam pequenas comunidades reunidas em uma mesma região cultural e identitária.

O processo de emancipação dos primeiros municípios que fazem parte da Quarta Colônia foi motivado pela iniciativa do Padre Luiz Sponchiado, que tinha a ideia de reunir todo o território da ex-colônia de Silveira Martins em torno de uma única unidade político-administrativa. Se por um lado essa ideia fracassou, por outro, estimulou a consciência regional tendo como base o passado histórico e cultural. Sendo assim, destaca-se as ações do Padre Luiz Sponchiado nos campos político e cultural em prol da afirmação de uma identidade italiana (italocentrismo), utilizando-

³³ O mínimo de 150 casas ou prédios em núcleo urbano já constituído, ou de 250 casas ou prédios no conjunto de núcleos urbanos situados na área emancipada.

³⁴ Está tramitando no Congresso Nacional o PL 137 de 2015 que irá inibir o surgimento de novos municípios. O referido Projeto de Lei estabelece uma população mínima, nas regiões sul e sudeste, de 20 mil habitantes para que um município seja criado.

³⁵ No Rio Grande do Sul, entre os anos de 1954 e 1966, surgiram 140 novas cidades. O maior crescimento no número de municípios ocorreu entre 1987 e 1996.

se de aspectos religiosos e étnicos, buscando na história aquilo que provavelmente seria relegado ao esquecimento. Além disso, a fragmentação territorial em pequenos municípios, a partir da experiência original de núcleos coloniais, provocou e exigiu novas metodologias de se pensar o desenvolvimento regional.

As emancipações dos municípios que compunham a ex-colônia Silveira Martins inseriram-se em um contexto estratégico de modernização nacional sem que estes municípios tivessem uma base econômica sólida com potencial de criar postos de trabalho urbanos, a não ser nas prefeituras. O surgimento destas cidades também proporcionou o fortalecimento de lideranças locais e o surgimento de novos líderes com potencial de elaborar e desenvolver ações que ampliassem o desenvolvimento da região com base em uma identidade regional/territorial alicerçada em um passado histórico. Além disso, a criação de novos municípios provocou uma mudança na estrutura de exercício de poder dentro da Quarta Colônia, “assinalando uma progressiva substituição da liderança do padre pela liderança do prefeito” (BOLZAN, 2015, p. 201) – mas que não anula a liderança dos antigos sacerdotes. Pode ser acrescentado a este cenário que as sedes dos distritos, também são lugares onde acontecem algumas ações políticas e sociais promovidas por lideranças daqueles locais³⁶.

Conforme as últimas contagens da população brasileira realizadas em 2019 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de moradores dos pequenos municípios da região vem diminuindo nas últimas décadas. Tomando como base o censo de 1991 (Quadro 01) pode-se perceber que entre 1991 e 2000 a maioria dos municípios tiveram um acréscimo populacional, inclusive Faxinal do Soturno, que perdeu parte de seu território, em 1993, para a criação do município de São João do Polêsine. As exceções foram Ivorá e Nova Palma que tiveram um pequeno decréscimo populacional.

A partir dos primeiros censos realizados no século XXI, nos anos de 2000 e 2010, (Quadro 01) percebe-se que a maioria dos municípios da Quarta Colônia estão passando por um processo de redução do número de habitantes. Nesse mesmo período, o contingente populacional da cidade de Santa Maria teve um crescimento considerável (Quadro 1).

³⁶ Como exemplo pode ser citado o Distrito de Vale Veneto e o Recanto Maestro

Quadro 1 - Ocupação do espaço da Quarta Colônia

| MUNICÍPIO | População Censo de 1991 | População Censo De 2000 | População Censo De 2010 | | | Estimativa em 2019 (10 /06/2019) |
|-------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------|---------|---|
| | | | Urbana | Rural | Total | |
| Agudo | 16.716 | 17.455 | 6.889 | 9.833 | 16.722 | 16.461 |
| Dona Francisca | 3.586 | 3.902 | 2.146 | 1.255 | 3.401 | 3.041 |
| Faxinal do soturno | 6.486 | 6.841 | 4.175 | 2.497 | 6.672 | 6.677 |
| Ivorá | 2.563 | 2.495 | 705 | 1451 | 2.156 | 1.910 |
| Nova Palma | 7.656 | 6.312 | 3.083 | 3.259 | 6.342 | 6.512 |
| Pinhal Grande | 2.643 ³⁷ | 4.725 | 1.895 | 2.576 | 4.471 | 4.350 |
| Restinga Seca | 15.242 | 16.400 | 8.982 | 6.867 | 15.849 | 15.789 |
| São João do Polêsine | 2.598 ³⁸ | 2.745 | 1.354 | 1.281 | 2.635 | 2.552 |
| Silveira Martins | 2.380 | 2.571 | 1.091 | 1.358 | 2.449 | 2.384 |
| TOTAL | 54.629 | 63.446 | 30.320 | 30.377 | 60.697 | 59.676 |
| Santa Maria | 217.592 | 243.611 | | | 261.031 | 282.123 |

FONTE: IBGE – Censo de 2010 e estimativa populacional de 2019.- Elaborado por Jorge Alberto Cruz

As previsões de contagem populacional, realizadas no ano de 2019 e publicadas em junho no Diário Oficial da União, confirmam a tendência na redução no número de habitantes dos municípios que compõem a Quarta Colônia. A única exceção é o município de Nova Palma, que apresenta um pequeno crescimento populacional. A cidade de Santa Maria mantém a tendência de crescimento no número de habitantes.

Em outro ponto analisado no Censo Brasileiro de 2010 (QUADRO 01) constatou-se que cinco municípios da Quarta Colônia possuem grande parte de sua população habitando áreas rurais. Nas demais, mesmo o urbano se sobrepondo ao rural, parte de sua população retira seu sustento da pecuária ou da agricultura praticada, em sua maioria, em pequenas propriedades.

Pode-se afirmar que uma das características do território da Quarta Colônia é a mescla do urbano e do rural, que estão inseridos na paisagem natural. Ou seja, áreas urbanas com características de áreas agrícolas e áreas rurais marcadas por

³⁷ Em 1991, Pinhal Grande ainda integrava o território de Júlio de Castilhos.

³⁸ Nessa época, São João do Polêsine ainda compunha o território de Faxinal do Soturno.

características urbanas que se apoiam mutuamente. Ambas são marcadas pela trajetória histórica, identidade e memória coletiva dos povoadores da região. Sendo assim, nesses espaços territoriais são encontradas características arquitetônicas ligadas à religiosidade (igrejas e capiteis) e por casarões que foram edificados no final do século XIX e início do século XX, que resistiram ao tempo (FIGURA 4). Para Werlen e Oosterbeek (2017) essas características arquitetônicas, predominantes em pequenas localidades, fazem parte do “patrimônio inamovível” que compõem a paisagem do território e, muitas vezes, sua destruição ou manutenção representam rupturas com processos culturais e sociais.

As particularidades da Quarta Colônia são características de várias pequenas cidades do interior do Brasil onde pequenos, médios e grandes agricultores procuram cada vez mais se estabelecer nos espaços urbanos. Tanto o espaço urbano como o rural são adaptados pelo homem para melhor dominação e exploração dos recursos naturais. Ambos os lugares podem ser considerados como centros de relações social, política e econômica ou como expõe Lefebvre (2016), são espaços onde se acumulam não apenas riquezas, mas também conhecimentos. Para Santos (1993), a cidade pode ser um território de conflitos e também o lugar geográfico e político das resoluções destes conflitos. O autor ainda destaca que os pequenos municípios são considerados cidades dos notáveis onde algumas personalidades imprescindíveis possuem evidência, dentre esses, destacam-se o prefeito, o padre, o médico, o agrônomo, o veterinário, o comerciante³⁹, dentre outros.

Percebe-se que os pequenos municípios da Quarta Colônia possuem características de áreas suburbanas⁴⁰ que circundam grandes regiões metropolitanas.⁴¹ Esse subúrbio pode ser visto como local de moradia de indivíduos preocupados em preservar a cultura, a história, a memória e a identidade regional.

³⁹ Na Quarta Colônia, alguns proprietários desses pequenos comércios ainda vendem em cadernetas (fiado) para receberem o pagamento no final do mês.

⁴⁰ Tuam (1974) ressalta que a ocupação dos subúrbios, por famílias abastadas, já acontecia na Europa desde o século XIII. Michel Certeau (2011) destaca que em várias cidades americanas os centros estão sendo abandonados pela classe média que está retornando para o campo ou para regiões suburbanas. Sendo assim, os centros das grandes cidades foram ocupados por grupos proletarizados e as regiões mais afastadas foram ocupadas por grupos mais ricos e tecnocratizados.

⁴¹ Neste caso, a região metropolitana é a cidade de Santa Maria.

Figura 4 - Silveira Martins



Fonte: Foto de autoria e do acervo pessoal de Maria Medianeira Padoin.

A região é constituída por pequenos municípios, em sua maioria livres de problemas que afetam centros urbanos maiores o que favorecem a existência de alguns atrativos. Dentre esses, destaca-se os baixos índices de violência urbana, distância do trânsito caótico que afeta cidades maiores, inexistência de arranha-céus que, em determinadas horas do dia, encobrem a luz solar. Outra característica que pode ser vista em algumas cidades diz respeito às residências sem muros ou grades altas, sem cercas elétricas e cercalinas. Essas pequenas localidades, onde a maioria das pessoas se conhecem, são marcadas pela socialização dos indivíduos através de festas realizadas nas comunidades do interior, como comemorações das igrejas ou festas relacionadas à etnicidade. Maurice Halbwachs (2015), corroborando essa constatação, lembra que nas pequenas cidades as tradições se apoiam no espaço e são mais estáveis e resistentes ao tempo.

Sendo assim, visando usufruir das benesses de morar em pequenas cidades, algumas pessoas com maior poder econômico, optam em fixar residência na Quarta Colônia e trabalhar em Santa Maria⁴². Porém, esse fluxo migratório é menor que a evasão populacional que tem aumentado ano após ano (Quadro 01).

⁴² Percebe-se que hoje está acontecendo um “refluxo migratório” de grupos familiares, que estão retornando para as regiões rurais ou pequenos municípios em busca de qualidade de vida, ao contrário do movimento que teve início a partir da década de 30 do século XX, em que as famílias buscavam os centros urbanos maiores.

Esses e outros fatores têm contribuído para que os moradores da região possuam uma qualidade de vida superior se comparado a de centros urbanos maiores onde, segundo Le Goff, a socialização tornou-se sinônimo de individualismo e anonimato (1998).

Tuam (1974) ressalta que, no passado, os subúrbios eram vistos como lugares de moradia de pessoas pobres e indigentes e que, na sociedade contemporânea, eles possuem muito prestígio diante dos centros decadentes das grandes cidades. Esses locais combinam o melhor da vida rural e urbana sem os defeitos das cidades maiores. O autor destaca que essas regiões compõem um degrau de transformação entre o estilo de vida do rural para o urbano e a procura por essas regiões é estimulado pela decadência urbana e pela necessidade de buscar uma vida saudável próximo à natureza.

Deve ser destacado que, na Quarta Colônia, as benesses dos avanços da tecnologia ofertam no meio rural os mesmos confortos e comodidades das cidades. Percebe-se que os moradores de zonas campestres podem usufruir de água encanada, luz elétrica, telefone, internet, gás butano, televisão por assinatura, ar condicionado, automóveis, dentre outros benefícios. Corroborando essa afirmativa Henri Lefebvre explica:

Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vem da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (LEFEBVRE, 1991, p.20)

Em relação à economia da Quarta Colônia, constata-se que a produção das pequenas propriedades rurais tem alavancado o desenvolvimento do comércio e da “indústria agrícola e urbana” como é o caso da CAMPAL (Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda), que se faz presente em alguns municípios da região⁴³.

Sendo assim, crê-se que tais características fortalecem a afirmação que a Quarta Colônia é uma região rural com características urbanas onde parte de sua população vive economicamente através de atividades em pequenos e médios empreendimentos, associando o urbano e o rural. Isso provoca o surgimento de pequenas indústrias familiares com a produção de vinhos, queijos, salames, massas, cucas, pães, etc., produtos característicos de áreas habitadas por

⁴³ Esta Cooperativa teve na Figura do Pe. Luiz Sponchiado uma das principais lideranças em sua criação

descendentes de imigrantes.

No geral, os municípios são semelhantes em sua organização política e econômica, diferenciando-se no tamanho do espaço territorial, no número de habitantes e, em alguns casos, na formação cultural. Percebe-se, nesses espaços territoriais, que os fatores identitários, sociais e culturais, muitas vezes precedem os fatores econômicos e políticos. Estes fatores identitários podem ser considerados como preceitos ideológicos regionais que são formados por “sistemas de pensamentos, sistemas de crenças, ou sistemas simbólicos que se referem a ação social ou à prática política” (THOMPSON, 2011, p. 14).

Esse pensamento ideológico faz parte de uma cultura que não é transmitida através da consanguinidade mas é passada de uma geração para outra e muitas vezes assimilada de formas inconsciente, sem reflexões.

Em relação a questões de hereditariedade, Lima e Shallemberg (2012), em um texto referente às representações sociais de parentesco em grupos étnicos de alemães e italianos no Sul do Brasil, expõem que os laços sanguíneos reforçam a identidade cultural, demarcando uma fronteira “entre o nós e os outros.” Para os imigrantes italianos, os laços de consanguinidade fortaleceram a italianidade e o compartilhamento da identidade cultural, do idioma e de representações sociais. Já os alemães, classificavam os indivíduos entre bons e ruins através do “KEIM” (Germe presente no sangue) de uma pessoa, que supostamente seria transmitido através de características genéticas. Porém, isso não é um atributo hereditário, mas está relacionado aos costumes e a moral dos grupos sociais. Ou seja, elementos genéticos não são e não podem ser considerados determinantes no comportamento social.

Sendo assim, pode-se afirmar que o comportamento humano é marcado por características genéticas e culturais, e ambas são passadas de um indivíduo para outro. Porém, a primeira é transmitida através de características físicas relacionadas aos vínculos do grupo familiar, que são estabelecidas por características biológicas. A segunda concerne às características culturais transmitidas por grupos sociais de uma geração para outra e podem ser recriadas, adaptadas, modificadas ou extintas através de gerações.

Varine (1987) salienta que a transmissão dessas características são impostas e conduzem nossa maneira de ser nos dizendo como viver, como morrer, como trabalhar como nos relacionar com os outros, como nos divertir, etc. Cabe aqui

comentar que esse processo faz parte da memória coletiva de grupos, que é construída a partir da vivência e do testemunho de outros, como explica Zanini:

Os antigos são narrados como exemplos por entre gerações e o pertencimento passa a ser compreendido como um guia para ação. Pelo exemplo dos antigos os pais procuram ensinar seus filhos. É deles que se extrai exemplo e força. (2007, p. 348)

Os antepassados que povoaram a região são referenciados e rememorados como uma forma de retomar e reconstruir o passado, evocando elementos de uma cultura étnica/identitária, tendo como base a memória coletiva ligada a um passado marcado pela religiosidade, a italianidade ou a germanidade, inseridos em um espaço territorial onde são criadas relações sociais e culturais entre os membros do grupo (igreja, família, associações, etc.).

Como o núcleo familiar é o primeiro grupo social no qual os indivíduos participam, pode-se afirmar que é o local onde acontecem e se desenvolvem as valorizações culturais e identitárias relacionadas à rememoração de uma ancestralidade que fortalece e eleva a autoconfiança, tanto individual quanto coletiva, do grupo ao qual pertencem.

Sendo assim, pode-se afirmar que a memória torna-se a responsável pela formação da identidade e da cultura dos grupos de descendentes de imigrantes, além de ser um dos fatores responsáveis pela união mantida por estes grupos.

Conforme o exposto, pode-se afirmar que o território da Quarta Colônia está revestido de um forte sentimento identitário e cultural que pode ser considerado como parte dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região. Além disso, esse território deveria ser considerado como um local com predominância de culturas etnocêntricas que muitas vezes é visto como positivo pelos grupos étnicos minoritários que, por isso, acabam absorvendo usos e costumes dos grupos maiores. Portanto, defende-se a ideia que o desenvolvimento econômico regional deve estar alicerçado no fortalecimento e desenvolvimento das identidades culturais e regionais.

1.3 O TERRITÓRIO E OS LUGARES DE MEMÓRIA

O sociólogo Maurice Halbwachs (2015) afirmava que o espaço ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois pode ser

apagado. O local recebe marcas e cada espaço, cada detalhe, é entendido por membros deste grupo e os laços afetivos tornam-se mais evidentes nos momentos em que podem ser rompidos. Pode-se afirmar que estes laços são formados pelas memórias do grupo e para o historiador francês, Pierre Nora, (1993, p. 9) esta “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e ao esquecimento”. Conseqüentemente, a perda da memória pode ser interpretada como um grave dano à identidade e aos lugares ocupados por grupos humanos.

Nesse sentido, visando evitar processos de amnésias do passado, torna-se conveniente a criação e manutenção de lugares de memória.⁴⁴ Sendo assim, Nora (1993) mostra a necessidade de manter museus e arquivos, celebrar aniversários, redigir atas, erguer monumentos, etc. Esses lugares de rememoração são as fontes e ferramentas utilizadas por pesquisadores e memorialistas que procuram fortalecer e rememorar as identidades individuais e coletivas.

Ainda em relação aos lugares de memória, Candéau (2016) afirma que eles estão em pontos privilegiados que se constituem como desafio do tempo e que a identidade desses espaços é definida na visão do historiador. Complementando esta afirmação, o autor destaca que esses lugares são onde a memória trabalha.

Neste contexto, no Rio Grande do Sul, em áreas habitadas por descendentes de imigrantes, foram construídos monumentos como lugares de rememoração e perpetuação da saga daqueles que ajudaram a construir o Estado. Estes monumentos possuem como objetivo servir como testemunho do passado mantendo viva a cultura, a identidade e a memória dos imigrantes para as gerações futuras. Os monumentos possuem a característica de perpetuarem de forma voluntária ou involuntária as memórias coletivas, transformando-as em documentos não verbais, mas que relatam um passado (LE GOFF, 2013). Além disso, essas construções exercem a função de instigar e compartilhar memórias e histórias, mantendo viva a identidade de comunidades étnicas e religiosas, para tanto, foram e são construídas em pontos estratégicos nos territórios onde se encontram.

O hábito de construir monumentos é muito antigo. Gregos, egípcios, babilônicos, romanos, dentre outros, já erigiam monumentos para documentar e contar a vida de Deuses, grandes batalhas e vitórias, ou para perpetuar a memória dos líderes políticos através de estátuas e obras funerárias. Na contemporaneidade

⁴⁴ “Pierre Nora é o inventor dos lugares de memória” (Paul Ricoeur 2014, p.412)

estes hábitos prevalecem. Os monumentos modernos normalmente são erigidos com o objetivo de comemorar datas simbólicas, festivas e religiosas, como também, de rememoração de grupos, visando evitar o esquecimento de grandes traumas coletivos⁴⁵.

Durante as comemorações do centenário da imigração italiana, em 23 de agosto de 1977, na Quarta Colônia, foi inaugurado o *Monumento do Imigrante* (Figura 5) localizado em Silveira Martins (Val de Buia), próximo à área onde estavam localizados os barracões que abrigaram os primeiros imigrantes.

Figura 5 - Monumento do imigrante de Val de Buia Silveira Martins (2020).



Fonte – Arquivo pessoal Jorge Alberto Soares Cruz.

Este monumento, além de representar a saga dos imigrantes e as dificuldades enfrentadas para colonizar a região, simboliza a religiosidade predominante nos nove municípios que fazem parte da atual configuração do território da Quarta Colônia. Neste monumento, o Brasil, o Rio Grande do Sul, a Itália e os nove municípios, estão representados por suas bandeiras.

Apesar da bandeira da Itália e de ter sido erigido para comemorar o

⁴⁵ Alguns países europeus e americanos possuem monumentos aos mortos das duas Guerras Mundiais, bem como, monumentos que têm como objetivo evitar o esquecimento das vítimas do holocausto. Em Santa Maria será construído um monumento para evitar o esquecimento das vítimas da Boate Kiss.

centenário da imigração italiana, o nome do monumento sugere a representação de todos os imigrantes que aportaram na região independente da nacionalidade.

Na Quarta Colônia também deve ser lembrado os monumentos que ressaltam a fé e a religiosidade. Dentre estes, devem ser destacados as igrejas e os vários capiteis que existem no interior da Quarta Colônia, que são monumentos que ressaltam a identidade religiosa e a cultura regional.

No passado, outros monumentos foram erigidos na região central do Rio Grande do Sul, por italianos ou seus descendentes, que tinham como objetivo exaltar a italianidade através dos feitos de compatriotas ou datas comemorativas que rememorassem a pátria de origem⁴⁶. Dentre esses, deve ser destacado o busto de Giuseppe Garibaldi, colocado na praça de mesmo nome, do herói dos dois mundos, na cidade de Silveira Martins, no início do século XX,⁴⁷ por ocasião das celebrações dos quarenta anos da unificação italiana (Figura 6).

Outro monumento de destaque na Quarta Colônia foi erigido em 1913 na localidade de São Marcos, em Arroio Grande (Figura 7). Essa edificação tinha como objetivo homenagear os soldados italianos mortos na Guerra da Líbia, em 1911. A comissão organizada para construir esse monumento foi liderada por Andrea Pozzebon⁴⁸, que era professor e presidente⁴⁸ da associação Italiana “*Duca degli Abruzzi*”, de Arroio Grande. Algumas pessoas da comunidade também auxiliaram financeiramente⁴⁹ para que essa obra fosse concluída. O monumento foi inaugurado em 27 de julho de 1913, com a presença de várias autoridades, dentre elas destaca-se o Professor Umberto Ancarani, primeiro Agente Consular Italiano em Santa Maria (ver Capítulo III), como do representante do Intendente Municipal de Santa Maria, autoridades militares e o representante do periódico da loja Maçônica Luz e Trabalho⁵⁰. Esse monumento foi destruído em 1942, durante o período do Estado Novo, quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com países do eixo e entrou na

⁴⁶ Estas celebrações faziam parte da política externa do governo italiano. Segundo Iotti (2010), o ministro Crispi promulgou diversas circulares, dentre essas, uma que visava incentivar a celebração, nas colônias, de datas importantes na Itália. Isso era uma forma de fazer com que os italianos no exterior não perdessem o vínculo com a pátria.

⁴⁷ Inaugurado em 20 de setembro de 1910, data comemorativa da tomada de Roma.

⁴⁸ Andrea Pozzebon foi professor de uma escola italiana em Arroio Grande que era subvencionada pelo consulado Italiano de Porto Alegre. Esta escola ainda existe e é mantida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. No pátio da instituição existe um busto em homenagem ao seu fundador. Além de professor Andrea Pozzebon, também desempenhou a função de correspondente consular na região

⁴⁹ O Padre Sponchiado, em suas anotações, relata que o custo total do monumento foi de 2.017.600 Contos de Reis dos quais 1.200.000 foram pagos pela Societá Duca degli Abuzzi de Arroio Grande.

⁵⁰ Anotações do Padre Luiz Sponchiado.

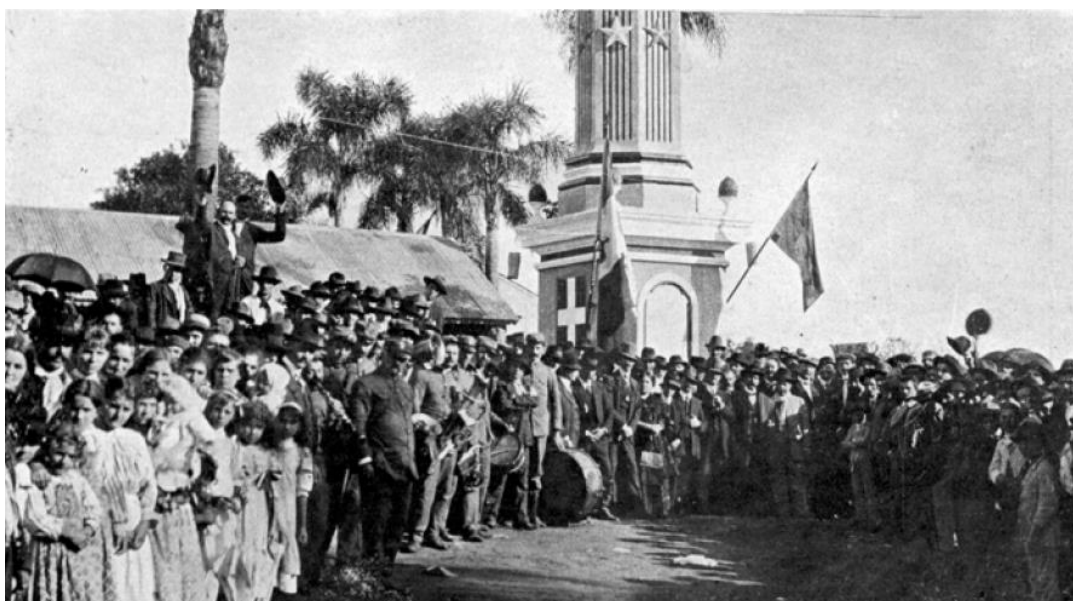
Guerra, além de adotar uma política de proibição de hábitos e costumes dos imigrantes de origem italiana, germânica e japonesa.

Figura 6 - Monumento a Garibaldi em Silveira Martins (2020).



Fonte – Arquivo pessoal Jorge Alberto Soares Cruz.

Figura 7- Monumento em homenagem aos heróis italianos mortos da Guerra da Líbia. Erigido em São Marcos, Arroio Grande em 1913



Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenários de fundação da Cidade de Santa Maria -1914.

Na Serra Gaúcha, o destaque é para o Monumento Nacional do Imigrante⁵¹, na cidade de Caxias do Sul, criado em comemoração aos 75 anos da imigração italiana e inaugurado em 1954. Pode-se observar neste monumento (Figura 8), feito em bronze, a representação do passado, do presente e do futuro. O passado e o presente estão expostos através da figura do colono e sua esposa. O futuro está representado pelo olhar do colono, fixo ao horizonte, e pelo bebê no colo de sua mãe. Heloisa Capovilla Ramos (2013) destaca que este monumento representa a memória coletiva dos imigrantes e, também, um passado no qual a comunidade possa se reconhecer.

Figura 8 - Inauguração do Monumento Nacional ao Imigrante pelo Presidente Getúlio Vargas. Caxias do Sul, 28 de Fevereiro de 1954



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spaldari Adami. Caxias do Sul Fotografo- Giacomo Geremia

⁵¹ Este monumento faz parte das memórias familiares do autor deste trabalho, devido seu pai ter participado como metalúrgico na construção da saia da Figura feminina.

As colônias alemãs no Rio Grande do Sul também erigiram vários monumentos como lugares de memória que procuram exaltar o passado e a identidade étnica dos grupos de imigrantes e seus descendentes. Pode-se afirmar que os monumentos são símbolos que serviram e servem para fortalecer os laços com o território (lugar) e com a rememoração coletiva do passado histórico da saga dos imigrantes.

Os monumentos, assim como os documentos e os museus, podem ser considerados traços do passado que aguardam sua a leitura e a interpretação para rememorar seu significado. Essa rememoração só terá sentido se houver o sentimento de pertencimento das comunidades envolvidas no contexto de sua criação, evitando a amnésia coletiva. Outra leitura possível de ser realizada é que esses monumentos sejam uma ressignificação da memória coletiva no seio das comunidades habitadas por descendentes dos primeiros imigrantes. Eloisa Capovilla Ramos (2013) salienta que as leituras dos monumentos dedicados aos imigrantes têm ainda outras interpretações: “podem ser vistos como obediência a uma vontade de perpetuação simbólica das elites governativas ou a representação do passado de acordo com a necessidade e a disposição do presente”. A mesma autora explica que:

Os monumentos são ainda uma atualização da ausência, pois em muitos casos, não há mais imigrantes, apenas descendentes, mas sua presença se faz sentir na cidade tanto pela nomeação de lugares [ruas, praças, bairros como pela presença de outros símbolos [cemitérios, museus, escolas, clubes] que também os identificam (RAMOS et al 2013, p. 269)

A construção de monumentos para atualizar a ausência de imigrantes onde apenas existem descendentes é um fator que pode ser observado na localidade de Vale Vêneto, distrito de São João do Polêsine. No dia 9 de novembro de 2019, em frente ao Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo, foi inaugurado o primeiro, de uma série de 25 monumentos com a representação do Leão de São Marcos (Figura 9). Esses monumentos serão instalados em regiões habitadas por descendentes dos imigrantes oriundos do Vêneto. O leão simboliza a cidade de Veneza e a região do Vêneto, além de representar a fé católica predominante nas regiões povoadas por descendentes de imigrantes italianos oriundos da região do Vêneto. Assim, este monumento objetiva o registro para a posteridade da valorização da história, dos vínculos com a região de origem dos imigrantes italianos e da sua fé católica, procurando assim criar um símbolo que pretende aproximar o

presente com o passado, bem como dos espaços territoriais dos dois Continentes que são palco da construção de identidades.

Nesse sentido, refletindo sobre o significado dos monumentos, Choay (2016, p.17 e 18), etimologicamente a palavra monumento “é originária do latim *monumentum* que, por sua vez, deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança de alguma coisa.” A mesma autora salienta que o monumento “não trata de apresentar e dar informações neutras mas de tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2016, p.18).

Sendo assim, pode-se afirmar que os monumentos representam centros de memória criados em um território com o objetivo de evitar o esquecimento ou amnésia que, por omissão das lembranças, podem ser esquecidas por várias razões. Tanto a amnésia quanto a rememoração são os grandes desafios dos pesquisadores e memorialistas que produzem uma visão do lugar onde se encontram.

Figura 9 - Monumento do Leão de São Marcos em Vale Vêneto.



Fonte: Sítio do Museu Eduardo Marcuzzo. <http://www.museudoimigranteitaliano.org.br/>- acessado em 13 de junho de 2020

Em relação às reminiscências da memória e da identidade no território da Quarta Colônia o padre Sponchiado, um dos líderes do processo de emancipação política dos municípios da região, detectou a necessidade da reconstrução e fortalecimento da memória e de uma identidade regional comum entre os descendentes de imigrantes italianos. Para tanto, procurou reunir a população dos núcleos da ex-colônia em torno do sentimento de italianidade e da religiosidade (catolicismo). Além disso, o pároco é considerado o responsável pelo fortalecimento da identidade e da rememoração do pertencimento do espaço territorial conhecido hoje como Quarta Colônia.

Durante sua vida, o Padre Sponchiado buscou rememorar e fortalecer o sentimento de pertencer a uma cultura, tendo como base o contexto histórico relacionado com italianidade e a religiosidade predominante na Quarta Colônia. Isto contribuiu para que alguns indivíduos da região, procurassem descobrir as origens de seus ancestrais na Itália, o que resultou em livros que publicizaram algumas histórias familiares.

Com o apoio da diocese de Santa Maria, em 1984, o Padre Luiz cria o Centro de Pesquisa Genealógica (CPG) em Nova Palma. O acervo documental do CPG (Figura 10) é formado por um conjunto de livros manuscritos de genealogia das famílias de descendentes de imigrantes italianos e de uma variedade de tipologias documentais organizadas segundo uma metodologia criada pelo padre. Esses documentos encontram-se em caixas de camisas identificadas por municípios ou por nomes de famílias ou de personalidades marcantes no contexto da Quarta Colônia. Porém, no interior das caixas, os documentos (fotografias, recortes de jornais, apontamentos e correspondências recebidas ou colhidas pelo pároco) não obedecem a nenhuma ordenação ou classificação.

Figura 10 - Igreja Matriz de Nova Palma e a Casa Paroquial onde se localiza o CPG (2018).



Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Maria Medianeira Padoin.

Figura 11 - Interior do CPG – Livros Genealogia e Acervo “Caixa das Famílias”(2011).



Fonte: Fotografias do acervo pessoal de Maria Medianeira Padoin .

Nos livros da genealogia e nas caixas das famílias (Figura11) são encontrados personagens anônimos, esquecidos pelo tempo, que aguardam o

trabalho de pesquisadores para lhes dar vida novamente. Sendo assim, pode-se afirmar que o acervo do GPG está focado em aspectos relacionados em momentos da vida e do cotidiano de pessoas comuns, que se não fosse por este arquivo poderiam ser esquecidas e a história não teria uma parte de seus registros preservados. Além disso, as coleções documentais do CPG fazem parte da busca incansável do padre Luiz em preservar, rememorar e fortalecer a identidade, a história e a cultura regional. O pároco organizou o CPG como forma de incentivar a pesquisa e o conhecimento a ser produzido e divulgado sobre a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Neste sentido, pessoas que conviveram com o padre Luiz relatam que ele sempre demonstrou sua preocupação com a história ao afirmar que “povo sem memória perde o sentido de ser.”

1.4 A IDENTIDADE E O ESPAÇO TERRITORIAL

Para Haesbaert (2007) os territórios estão imersos em dominações políticas e econômicas e culturais ou até mesmo como um espaço de apropriação simbólica de determinados grupos sociais. O território está ligado à “intimidade ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2007, p.4). Maurice Halbwachs (2015) destaca que esses lugares recebem marcas e sinais dos grupos que o povoaram e que esse ambiente, ao contrário de um quadro negro onde se escreve e se apaga o que foi escrito, deixam marcas difíceis de serem apagadas.

Com esta visão, defende-se a ideia que o desenvolvimento econômico da Quarta Colônia deva ser relacionado com a ocupação dos espaços territoriais favorecendo a manutenção da cultura, identidade e das tradições dos grupos predominantes, bem como, oportunizar o surgimento de novas tradições adaptadas a esse ambiente. Hobsbawm (2015) destaca que não existe lugar nem tempo investigado por historiadores que não tenha ocorrido invenções de tradições para preservar e adaptar velhos ritos ao mundo contemporâneo. Em relação a essa afirmação pode-se citar a criação dos CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) nas cidades pertencentes à Quarta Colônia, fortalecendo o que as professoras argentinas Adriana Crolla e Silvia Zenarruza (2015) denominam de “Pampa Gringa.” Ainda em relação à invenção das tradições, Hobsbawm afirma que formam

(...) um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (2015, p.8).

Neste cenário a professora Maria Catarina Zanini (2006) destaca, em sua obra “Italianidade no Brasil Meridional”, que na Quarta Colônia, os descendentes de imigrantes italianos, ao procurarem suas origens, passam a estudar, utilizar, rememorar e repetir tradições e costumes que acreditavam pertencer a região de seus antepassados.

[...] Pude acompanhar casos de descendentes que em, 1997, não sabiam de qual localidade eram originárias suas famílias e que após pesquisarem e descobrirem as regiões de procedência dos ancestrais começam a estudar hábitos e costumes dessas regiões passando a incorporá-los em seu universo familiar, fossem em termos culinários, de vestimenta ou atitudes. Iniciava-se a partir daí, uma auto referência como vicentinos, trentinos, friulanos, lombardos, motovanos, etc. (ZANINI, 2006, p. 14)

A autora também relata ter presenciado em algumas famílias afirmações como: “Ah, os lombardos são assim, bons cozinheiros, os friulanos fazem festas melhores, mais organizadas” (ZANINI, 2006, p.14). Essas memórias e identidades são evocadas através de objetos, documentos, livros ou de relatos de indivíduos que conviveram com seus ancestrais.

Percebe-se que a reconstrução dessas memórias e identidades estão alicerçadas no processo de busca e reconstrução de uma imagem que tem como base o passado ancestral das famílias e das comunidades inseridas em um espaço territorial delimitado.

Os usos e costumes, como a valorização da gastronomia⁵², do modo de vida, e dos estudos genealógicos são fatores que corroboram a rememoração e reconstrução do passado ancestral, além de fomentar o sentimento de pertencimento a um grupo que possui particularidades alicerçadas na identidade cultural e nas memórias individuais e coletivas compartilhadas pelos sujeitos do grupo.

Em relação ao fortalecimento da cultura, identidade e da memória, Zanini

⁵² Na busca da valorização da gastronomia regional, foi lançada em 2006, na cidade de Santa Maria, a rota turística Gastronômica Santa Maria-Silveira Martins, que tinha dentre seus objetivos fomentar o turismo. Esse tema gerou a dissertação de mestrado, apresentada no programa de Pós-graduação em Memória e Patrimônio da UFSM, defendida por Debora Tessle Stecker, sob orientação da professora Maria Medianeira Padoin. Compreende-se que muito da gastronomia dita como “típica italiana” é, na realidade, culinária de imigrantes e seus descendentes, devido às adaptações e modificações que sofreram.

salienta que na Quarta Colônia “muitos pais preparam seus filhos positivamente para a vida cotidiana, uma vez que, ressaltando a positividade da ancestralidade, suas autoestimas enquanto descendentes também se elevam” (ZANINI, 2007, p. 348).

As construções e reconstruções das tradições estão impregnadas de sentimentos culturais e identitários, que não foram compartilhados com seus ancestrais. De maneira semelhante, Zanini escreve: “observei para além deste fato, que as narrativas acerca da travessia eram fruto, muitas vezes, de literatura local e regional sobre processos migratórios e não necessariamente de memórias compartilhadas no cotidiano familiar de seus pais” (2006, p.15). Essas lembranças são memórias reconstruídas a partir de fragmentos de acontecimentos de um passado distante que busca lembranças comuns de um grupo social e étnico. Esses grupos ocupam espaços em um território que também fazem parte das memórias individuais e coletivas em que muitas vezes são criadas, recriadas e rememoradas as tradições, que supostamente foram herdadas dos antepassados.

Neste florescer da reconstrução, valorização e fortalecimento da identidade italiana, o padre Luiz criou o CPG de Nova Palma, que pode ser visto como um local de memória da Quarta Colônia, além de ser um referencial de busca de uma identidade regional que é fortificada quando as pessoas procuram suas raízes.

Pensando na rememoração do passado e na identidade regional relacionada aos imigrantes italianos, o padre Luiz reuniu um rico acervo documental que tem como objetivo a preservação e valorização da memória e a história no espaço geográfico que compõem a Quarta Colônia. Sendo assim, é reforçado o sentimento identitário calcado na história das famílias de imigrantes que povoaram o território da ex-colônia de Silveira Martins. Para Bolzan (2011, p.150), “a condição de italiano e **católico era** o principal argumento para a união entre os habitantes do lugar”. Constata-se que este sentimento de pertencimento a um espaço geográfico e a um grupo identitário não era algo novo criado ou reivindicado pelo pároco.

Ainda durante período Imperial, como as outras três colônias da Província de Rio Grande de São Pedro, (Conde D’Eu, Dona Isabel e Caxias) formadas por imigrantes italianos, o território do Quarto Núcleo Colonial de Silveira Martins, passa por um processo de isolamento⁵³ que despertou em seus habitantes a busca por questões relacionadas ao pertencimento de uma cultura e de um processo identitário

⁵³ Este isolamento foi provocado, em partes, por dificuldades idiomáticas e de locomoção considerando, muitas vezes, a inexistência de estradas.

como forma de união. Seyferth (2005) destaca que este processo é chamado de etnicidade, que provoca um sentimento cultural de italianidade, o que pode ser considerado como uma forma de criar laços consanguíneos e de identificação com alguma cultura que se estabeleceu em espaços geográficos determinados. Percebe-se que esse sentimento de pertencer a uma cultura etnocêntrica foi, e ainda é, preponderante nos grupos étnicos dominantes da região (descendentes de imigrantes alemães e italianos). Não se pode esquecer que nos municípios na Quarta Colônia existem outros grupos étnicos minoritários representados por povos originários afrodescendentes, descendentes de portugueses, espanhóis, dentre outros.

Todos os grupos étnicos possuem suas memórias individuais e coletivas alicerçadas e influenciadas pelo espaço territorial que é um dos responsáveis na formação e manutenção da identidade e da cultura regional. Porém, a germanidade e a italianidade tem se destacado e, algumas vezes, se sobrepondo aos demais grupos que absorvem, em partes, a cultura dos grupos majoritários que é referenciada pelas festas e pela culinária tida como típica do local. Esta exaltação da etnicidade, em especial a italianidade, é apoiada por pesquisadores e acadêmicos que têm publicado livros e artigos demonstrando aspectos relacionados à história das famílias que colonizaram e povoaram o território da Quarta Colônia.

Assim sendo, tendo como base a influência do território na formação cultural, procurou-se apresentar um panorama da influência do espaço geográfico na construção, preservação e manutenção da memória, da identidade cultural e regional estabelecida em um território delimitado e as suas relações históricas e sociais. Neste contexto, que apresentamos o território como uma variável independente elencada para esta tese e sua influência nas variáveis dependentes representadas pela memória e pela identidade.

A partir disso, no próximo capítulo, são aprofundados os fatores que contribuíram para a vinda de imigrantes italianos para o sul do Brasil, os aspectos relacionados à criação das colônias no Rio Grande do Sul, destacando o contexto de criação da Quarta Colônia, sua implementação como uma região, e sua fragmentação. Além disso, trataremos das tentativas de sua reunificação territorial e também cultural.

CAPÍTULO II - IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E MEMÓRIA

Situada na região central do Rio Grande do Sul, próximo a cidade de Santa Maria, em um espaço geográfico delimitado, a região conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana é formada, originalmente, pelos territórios que hoje compõem os municípios de Santa Maria, São João do Polêsine, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande, Agudo e Restinga Seca.

Ainda durante o governo imperial os moradores da Quarta Colônia vivenciam o fracionamento de seu território, o que desperta em algumas lideranças regionais o desejo de reintegrar a região em torno de um ideal comum. Essas ideias de integração foram e continuam sendo um desafio que, supostamente, poderia auxiliar no desenvolvimento sustentável fortalecendo da economia regional.

Nesse cenário, o presente capítulo tem por objetivo apresentar um panorama geral do processo imigratório para o sul do Brasil, procurando destacar as legislações e medidas políticas, incluindo e destacando o processo histórico de criação e desenvolvimento da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

2.1: A IMIGRAÇÃO PARA O SUL DO BRASIL

A experiência do sistema de capitânicas hereditárias e os novos desafios de efetivamente ocupar o território na América Portuguesa, motivou o governo luso a buscar alternativas de povoamento e colonização de áreas despovoadas do Brasil. Assim sendo, a Coroa Portuguesa, por meio da Provisão de 9 de agosto de 1747, incentivou a emigração das primeiras famílias oriundas das ilhas da Madeira e dos Açores para povoarem a região da ilha de Santa Catarina. Destaca-se que, segundo Iotti (2001) e Arruda (2013), estes colonos não poderiam ser considerados “imigrantes”, mas sim migrantes, pois eram súditos da Coroa Portuguesa e sua mobilidade se fazia em terras de domínio português. Essa situação só mudou a partir de 1822, por ocasião da independência do Brasil.

Com o deslocamento da Família Real para o Brasil, em 1808, Don João VI intensificou o processo de colonização, promovendo, não só a migração de famílias

açorianas (Decreto de 16 de fevereiro de 1813), como também a imigração de famílias católicas suíças que foram fixadas na região de Cantagalo no Rio de Janeiro (IOTTI, 2001). O Decreto de 16 de maio de 1818 estabeleceu os critérios para a criação dessa colônia. Esse documento precede outras normas e decretos para o estabelecimento de colônias no Brasil.

Após a Independência, Don Pedro I continuou estimulando e financiando a ocupação do território, bem como a "importação de Europeus brancos e católicos". Sendo assim, em abril de 1823, através da Decisão nº 50, o Imperador concede sesmarias de quatro léguas⁵⁴ aos colonos e a todos que tivessem condições de se estabelecerem nas áreas de terras oferecidas (exceto escravos e ex-escravos). Porém, deve ser destacado que a facilidade de aquisição de terras para a colonização atrapalhava os interesses da elite escravocrata proprietária de grandes extensões de terras que queriam usufruir das benesses dos poucos recursos do Império para atrair mão de obra barata para trabalhar em suas lavouras. Para tanto, articularam-se para coibir a doação de terras impedindo que os imigrantes/colonos se tornassem proprietários. Segundo Iotti (2001, p.22), "um dos testemunhos mais elucidativos, sintetizando o pensamento existente à época foi o parecer emitido em 1828, por Nicolau de Campos Vergueiro contrário a criação de um núcleo colonial em São Paulo para o recebimento de imigrantes alemães". Porém, o senador Vergueiro foi um dos primeiros produtores de café a promover e importar mão de obra europeia, para trabalhar como parceiro nas fazendas cafeeiras em substituição à mão de obra escrava. Entretanto, esses imigrantes chegavam nas lavouras endividados, sendo obrigados a trabalharem até pagarem as despesas de viagem e também custos com alimentação, que era adquirida nos armazéns da fazenda, o que gerava um sistema de semiescavidão.

No Rio grande do Sul a colonização foi marcada pela chegada de casais procedentes das Ilhas dos Açores e, posteriormente, por imigrantes germânicos que se estabeleceram na Real Feitoria do Linho Cânhamo (hoje São Leopoldo⁵⁵). Salienta-se a Decisão 80, de março de 1824, que estabelecia que para a criação desta colônia alemã na província de Rio Grande de São Pedro, a mesma deveria ser ocupada por imigrantes brancos, livres possuidores de habilidades na indústria,

⁵⁴ Equivalente a 19.3121 quilômetros.

⁵⁵ Os primeiros imigrantes germânicos chegaram na Feitoria do Linho Cânhamo, atual São Leopoldo, no dia 25 de julho de 1824.

artes e agricultura. Em relação a permanência de escravos na área destinada à criação desta colônia, a já citada decisão estabelecia que os cativos de propriedade da Coroa deveriam ser retirados da região e enviados para Corte. Percebe-se que a retirada dos escravos⁵⁶ de áreas destinadas à colonização está relacionada a um dos objetivos da criação de colônias que era povoar áreas pouco habitadas bem como o branqueamento da população. Ademais, Jean Roche (1969) escreve que D. Pedro I optou por criar colônias com agricultores livres, brancos, não portugueses, pois a instituição da escravatura havia degradado o trabalho manual aos olhos dos luso-brasileiros, que relacionavam o trabalho no Brasil com um instrumento de tortura medieval denominado “*tripalium*”.

Neste contexto, o impedimento da permanência de cativos nas colônias que estavam sendo criadas era uma forma de impedir que esses colonos passassem a depender, como os portugueses, da mão de obra escrava.

Os primeiros imigrantes germânicos que se estabeleceram na Feitoria do Linho Cânhamo⁵⁷ chegaram em julho de 1824. Mesmo enfrentando dificuldades de comunicação e locomoção devido às distâncias, a precariedade das vias (ou inexistência de estradas) e meios de transportes, estes imigrantes foram responsáveis pela diversificação da produção agrícola do Rio Grande de São Pedro, que era uma Província com sua economia fundamentada no latifúndio e na pecuária escravista.

No período da Revolução Farroupilha (1835-1845), com as dificuldades enfrentadas nas fazendas brasileiras, especialmente do sudeste, aliadas às promessas não cumpridas aos imigrantes levaram os governos⁵⁸ da Prússia e da Suíça a coibir a imigração para o Brasil. Apesar dos percalços da experiência de colonização o sistema havia demonstrado sua eficácia no método de povoamento e desenvolvimento (AZEVEDO⁵⁹, 1994).

⁵⁶ Existia um preocupação dos gestores em manter escravos longe das terras devolutas destinadas à colonização, isso pode ser visto na lei Geral nº 514 de 24 de outubro de 1848, artigo 16.

⁵⁷ Berço da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

⁵⁸ Azevedo (1994, p. 46) afirma que “um dos determinantes dessa proibição foram os protestos e revoltas de colonos alemães e suíços que eram submetidos na lavoura de São Paulo a um regime opressivo de contrato social de trabalho. Assim em 3 de novembro de 1859 foi promulgado o famoso rescrito de Heydtt, suspendendo o apoio oficial ao engajamento de imigrantes da Prússia para o Brasil. [...] em 1896 foi reescrito e revogado com referência ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, não em relação a São Paulo”.

⁵⁹ A obra de Azevedo é considerada pela editora EDucs (editora da Universidade de Caxias do Sul) como uma obra rara que é referenciada por vários historiadores contemporâneos que estudam imigrações para o Rio Grande do Sul.

Tendo como base o sucesso da colônia de São Leopoldo, o governo da província de Rio Grande de São Pedro, com o término da Revolução Farroupilha, criou as colônias germânicas de Santa Cruz⁶⁰ (1849) e, posteriormente, Santo Ângelo⁶¹ (1855) criada à margem esquerda do Rio Jacuí e atualmente compondo o território da Quarta Colônia. Segundo Deboni (1996) a partir da demarcação dos lotes da Colônia de Santo Ângelo verificou-se a existência de terras devolutas na margem direita do Rio Jacuí o que mais tarde formaria o território da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana.

A redução no fluxo de imigrantes prussianos e suíços para ocuparem as áreas despovoadas, levou o governo a procurar outras alternativas. Para tanto, são editadas várias leis e decretos objetivando despertar o interesse de outros povos para imigrarem para o Brasil.

Dessa forma, foi proposta, em 1847, ao governo da província do Rio Grande de São Pedro, por um cidadão chamado Felippo Capellini, a criação de uma colônia que deveria ser ocupada por italianos, denominada de Nova Roma⁶². Os moradores desta colônia seriam divididos em castas: uma aristocrática, proprietária de terras, e duas servis. Uma supriria a necessidade da escassez de mão de obra da agricultura e outra da indústria. A área escolhida para fixar esta colônia estaria localizada entre as cidades de Rio Grande e Pelotas, porém esse projeto não se efetivou”.⁶³

Percebe-se que a ideia de criação de colônias próximo à região da fronteira sul poderia ser uma alternativa para minimizar a força política dos grandes proprietários e pecuaristas da região de fronteira do Rio Grande do Sul, fato motivado pela experiência da Revolução Farroupilha (1835-45). Para tanto, seriam criados minifúndios com produção agrícola (aos moldes da feitoria do Linho Cânhamo) favorecendo o surgimento de uma classe média formada de pequenos produtores agrícolas e industriais. Corroborando esta afirmação percebe-se que logo após o final da Revolução Farroupilha, em 20 de fevereiro de 1847, o governo da Província solicitou às Câmaras de Vereadores das cidades de Rio Grande e Pelotas,

⁶⁰ A colônia de Santa Cruz foi emancipada do regime colonial em 1872.

⁶¹ Atual município de Agudo foi emancipada do Regime Colonial em 1881.

⁶² Com base nas referências de Azevedo (1994) procurou-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul documentos referentes à ideia de criação dessa colônia e nada foi encontrado. O autor explica que estes documentos estariam na caixa 99 e 100, porém através dos anos as referências do arquivo mudaram não sendo possível encontrar estes documentos. Buscou-se também referências a esta colônia no Arquivo Histórico da cidade de Rio Grande e nada foi encontrado.

⁶³ Procurou-se a posição da Assembleia Legislativa referente a este assunto, porém nada foi encontrado.

informações sobre existência de terras devolutas naquelas localidades para criação de colônias e o assentamento de imigrantes. A Câmara Municipal de Pelotas apontou a existência de terras para assentamento no Cerro do Camaquã. O município de Rio Grande informou ao governo Provincial a inexistência de terras para este objetivo⁶⁴. Somente em 15 de setembro de 1884 a Câmara municipal de Rio Grande designa terras para fixar vinte famílias de imigrantes nas localidades conhecidas como Estação da Quinta e Povo Novo entre Rio Grande e Pelotas. Porém, em razão da falta de mão de obra especializada a criação desta colônia não foi efetivada.⁶⁵

Um marco importante na imigração e colonização foi a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, em que o Governo estabelecia as regras para a distribuição de terras devolutas do Império. Ao contrário do que havia acontecido anteriormente, as posses das terras só deveriam ocorrer através da compra. A referida Lei, em seu artigo 18, estabelecia que o Governo seria responsável pelas despesas dos colonos a serem importados, o que provocou o descontentamento da elite escravocrata brasileira que queria usufruir das benesses dos recursos da Coroa para obter mão de obra para as lavouras.

2.2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA

Na historiografia referente a imigração são apontados uma série de fatores e hipóteses referentes aos motivos que provocaram o grande êxodo da população italiana para outros países europeus e, principalmente, para países americanos. Dentre estes fatores, ressalta-se a precariedade econômica em que viviam as populações mais pobres, aliada à má distribuição das terras, onde vastas extensões territoriais estavam concentradas nas mãos de poucos, que não possuíam capacidade de investir na modernização do sistema de produção agrícola. Soma-se a isso, os baixos salários pagos aos trabalhadores e a evolução do capitalismo, que vinha avançando na Itália desde 1850, provocado a transição, de uma economia agrária para uma economia capitalista pré-industrial que ainda não possuía capacidade de absorver a mão de obra excedente.

⁶⁴ Na região foi criada, em 1858, por Jacob Rheigantz, a colônia de São Lourenço com imigrantes Germânicos.

⁶⁵ Documentos da Câmara municipal de Rio Grande 15 de setembro de 1884 - encontrados no AHRGS.

Emilio Franzina, em sua obra *A Grande migração e o êxodo Vêneto para o Brasil* (2015), acrescenta aos motivos que levaram os italianos a migrarem, a inevitabilidade dos governos americanos em suprir a necessidade de mão de obra para as lavouras que estavam alicerçadas na mão de obra escrava. Sendo assim, na segunda metade do século XIX, o governo imperial Brasileiro se propôs a pagar a passagem de todos que se interessassem em migrar para o Brasil. Isso também despertou os interesses dos armadores de Gênova, que estavam enfrentando problemas com o transporte de trigo no Mar Negro e viam no transporte de imigrantes um negócio rentável e uma forma de autofinanciamento.

Outro fator importante que despertou o interesse para emigração, destacado pelo autor, é em relação a possibilidade de aquisição de terras, que no Brasil e no restante da América, eram denominadas de “terras livres”. Na Itália, por maior que fosse a quantidade de dinheiro que um camponês conseguisse economizar, existiam poucas possibilidades de conseguir adquirir sua própria terra. Ao contrário do que ocorria no Brasil, onde os lotes eram vendidos de forma parcelada pelo governo, e o colono/imigrante em um curto espaço de tempo tornava-se um pequeno proprietário de terra. Adiciona-se a isso, a facilidade da viagem que muitas vezes foi financiada pelo governo imperial brasileiro e o trabalho de persuasão desenvolvido pelos recrutadores, que tinham a função de convencer as pessoas a migrarem. Para tanto, através de promessas infundadas, alegavam que o Brasil era uma país com muita fartura onde “*até salame dava em árvore*”⁶⁶.

Ainda em relação aos problemas econômicos e sociais enfrentados na Itália⁶⁷ que facilitaram a vinda dos imigrantes para a América, deve ser destacado que em algumas regiões, principalmente no norte, o sistema de produção ainda possuía características feudais, em que pequenos grupos privilegiados possuíam a maioria das terras, o que provocava a miserabilidade de um grande número de pessoas. Nesse contexto, devido a pobreza, alguns indivíduos sofriam com doenças⁶⁸ relacionadas a uma dieta pobre baseada no trigo, castanhas, milho e centeio, com a carência de proteína animal. As poucas fontes de proteínas que conseguiam, geralmente eram apenas destinadas aos homens que trabalhavam na agricultura.

⁶⁶ Esta afirmação faz parte do monólogo da encenação da Saga Italiana realizado na cidade de Bento Gonçalves na Serra Gaúcha.

⁶⁷ AZEVEDO (1995) e FRANZINA (2006).

⁶⁸ Dentre as doenças provocadas pela desnutrição era a Pelagra que se caracteriza por distúrbios gastrointestinais, demência, dermatites, etc., doença comum em países subdesenvolvidos onde a população sofre com a desnutrição.

Aos demais, restava algumas porções de “*La polenta co’ i ose*”⁶⁹ (AZEVEDO,1994, p.71) para suprir a carência proteica. Franzina (2006) ressalta que nos campos da região do Vêneto era possível a um agricultor morrer, “literalmente” de fome e o que era desperdiçado na mesa das famílias burguesas poderiam alimentar vários camponeses.

Esta situação de contrastes sociais e econômicos era uma particularidade marcante no contexto dos habitantes do norte da Itália, que foi a região de procedência da maioria dos imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul. Outro fator característico dos moradores da região do Vêneto era a existência de um grande número de indivíduos analfabetos o que, muitas vezes, facilitava o trabalho de convencimento dos arregimentadores que eram conhecidos como charlatões e “mercadores de carne humana”.

Existiram alguns casos em que o convencimento para que as famílias migrassem eram realizados por alguns padres, professores, prefeitos e funcionários das províncias que facilitavam a emissão dos documentos para a viagem. Isso acontecia mesmo existindo, na Itália recém unificada, um movimento contrário à emigração, que era formado por grandes proprietários de terras. Para Franzina (2006), o papel desempenhado por funcionários públicos em facilitar os processos emigracionistas funcionou como uma forma de expulsão das populações mais pobres. Essa atitude pode ser vista como uma forma de solucionar problemas sociais, aliviando as pressões que poderiam, no futuro, eclodir em uma convulsão social mais grave, provocada pela miséria e, conseqüentemente, pela fome. Diante do quadro caótico em que se encontrava a sociedade italiana o governo “[...] vinculou-se ao descarte do excedente populacional, expulso do processo produtivo, em função do desenvolvimento de relações capitalistas de produção do recém instaurado estado unitário” (IOTTI, 2012, p.14).

O baixo grau de letramento pode ter sido um dos fatores que leva ao que denomina-se “**mito da docilidade dos imigrantes Vênetos**”⁷⁰.” Franzina relata que os imigrantes oriundos dessa região eram preferidos pelas oligarquias americanas devido a sua docilidade e capacidade resignação. Nesse cenário, deve ser destacado o papel desempenhado por alguns padres que haviam desenvolvido

⁶⁹ Polenta com passarinho (passarinhada) que até bem pouco tempo ainda era um hábito comum na Serra Gaúcha.

⁷⁰ Grifo Nosso.

alguns trabalhos para disciplinar esses colonos.

Os vênets eram conhecidos como os mais dóceis. Vários entre os imigrantes tinham provado durante a travessia algumas horas de prisão por infrações disciplinares ou por excessivo espírito belicoso; mas nenhum vênets experimentou isso. Quase todos camponeses, eles traziam também aqui, a mansidão do boi; tirados dos seus hábitos e lançados em um ambiente estonteante, sentiam-se mais dispostos a resignação. Os oficiais de bordo e os proprietários de terra brasileiros preferem-nos. (FRANZINA 2006, p. 264- 265).

Consideramos mito devido a coragem destas pessoas simples e “dóceis”, mas com a audácia de abandonar sua terra natal e se aventurar em um território inóspito repleto de perigos e desafios. Mesmo com poucos recursos, superaram todas as adversidades, e com muita obstinação promoveram na nova pátria “di adozion,” profundas mudanças culturais, sociais e econômicas. Esta simplicidade faz com que o governo brasileiro “*coisifique*” estes imigrantes, ao colocar nas leis e contratos com os agenciadores a obrigatoriedade ou, a necessidade, de “importar mão de obra” como se essas pessoa fossem objetos. Esse cenário de coisificação dos indivíduos, não era diferente do tratamento atribuído aos escravizados.

Franzina divide o fluxo migratório para o Brasil em duas fases distintas. A primeira (1876 e 1886), foi composta por grupos de imigrantes oriundos do norte da Itália, que eram trabalhadores assalariados de áreas rurais, meeiros e alguns pequenos proprietários que realizaram seus sonhos ao se tornarem proprietários de pequenos lotes de terra, em média de 20 hectares, comprados a prazo no Brasil⁷¹ e Argentina. A Segunda Fase (1887-1901), é composta pelos mesmos elementos da primeira, acrescida eventualmente por alguns artesões e operários das cidades. Em geral, esta leva teve suas viagens financiadas por produtores de café de São Paulo, que viam nos imigrantes a substituição da mão de obra escrava. O autor ainda destaca que no período de 1876 a 1901, 6 milhões de italianos migraram, principalmente para a América. Deste total, 1.904.719 eram provenientes das províncias da região norte da Itália, sendo a província de Udine, que era uma das que possui baixa densidade demográfica, a que teve o maior fluxo migratório (897.362 pessoas).

Autores como Franzina (2006) e Azevedo (1994) afirmam que a maioria dos

⁷¹ O Decreto 3784/1867, estabelecia que os colonos poderiam adquirir lotes de terra em cinco parcelas acrescido de um juro de 20%, sendo que a primeira prestação só seria paga após o segundo ano do estabelecimento na terra.

imigrantes são camponeses que abandonam sua pátria, motivados por uma perversa distribuição das propriedades e salários aviltantes, o que provocava a miserabilidade da população camponesa. Os autores ainda relatam que dentre os motivos da imigração, o excesso populacional não pode ser considerado como a causa primordial, mas sim, as políticas econômicas do governo italiano: cobrança de impostos, taxaço do trigo e de produtos e serviços essenciais, baixos salários, concentração de grandes propriedades nas mão dos ricos burgueses, etc.).

A situação de miserabilidade em que viviam os camponeses é mostrado por Franzina (2006, p. 303) através de um poema de Domenico Pitarrini:

Bastiano
 Compadre, esse mundo é mal dividido
 Até um cego com o olho de trás pode ver isso
 Uns tem demais, outros nada, nós camponeses
 Somos o pior do pior entre todos os cristãos
 Temos que trabalhar de dia e de noite
 No inverno, quando neva, congelados como sapos
 Com picareta e pá em um buraco, e no verão
 Ficamos nos sulcos incendiados pelo sol.
 E a garganta abaixo polenta
 Quando temos a sorte de tela para nossa necessidade
 Bom vinho, nem uma gota, faz mal, entendo
 Mas nem um vinello misturado com água
 E enquanto isso, esses senhores soberbos passeiam em suas carroças
 Te pegam pela estrada e, quando passam, te obrigam a passar rente ao muro
 Para nós, ele não tem nem uma faísca de coração
 Te xingam de ladrão, de “cachorro do senhor”
 Até que não te cansam, gritam para nos chamar:
 Ei jumento, ei bode, ei, filho de uma vaca!
 O milho melhor eles escondem
 Porque para os pobres camponeses tem aquele dos porcos
 E além disso somos obrigados a nos submeter a esses cães
 Que agora comandam e se fazem de patrões.
 Paciência! Quando o senhor se cansar
 De tantos pecados destes senhores espertalhões,
 Mandando aqui em baixo o diabo e algo mais
 Nos libertaremos de toda essa culpa
 Que lei é essa, compadre,
 Que ainda não somos capazes de entender?

O fluxo migratório pode ser visto como um processo lento e gradual de quebra de paradigma das normas sociais e econômicas vigentes, ou seja, a troca do sistema escravocrata por “mão de obra livre” e branca,⁷² através da criação de colônias no Rio Grande do Sul ou do sistema de parceria, muito comum nas lavouras cafeeiras do sudeste brasileiro.

⁷² Mesmo que de forma temporária o sistema de parceria, em alguns casos, pode ser considerado como a continuidade do sistema de servidão, porém com mão de obra branca e europeia.

Na Região Sul do Brasil, aconteceu a substituição das grandes extensões de terra por pequenas propriedades e a diversificação da produção agrícola através do trabalho familiar. Essas medidas podem ser consideradas como uma grande revolução e modernização do sistema de produção agrícola que teve início no governo Imperial brasileiro.

Em relação a substituição⁷³ da mão de obra escrava, deve ser lembrado que o processo vinha acontecendo já há algum tempo com a promulgação de leis, que gradativamente estavam inibindo o regime escravocrata. Sendo assim, deve ser lembrada a Lei Eusébio de Queiros⁷⁴, de 1850, que proibia a importação de escravos, bem como a Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 que declarava “livres os filhos de escravas que nascessem a partir desta data” (lei do Ventre Livre). As duas Leis vinham de encontro aos interesses econômicos da elite latifundiária e escravocrata, que era contrária a abolição. Deve ser lembrado que em algumas regiões do Brasil a população escrava era superior à população livre. Também não deve ser esquecido, o temor que a população branca tinha, que acontecesse no Brasil, uma revolta semelhante a que havia acontecido no Haiti (1791-1804). Seguindo esta linha de pensamento, procurando demonstrar as benesses da utilização da mão de obra branca e europeia, Giron explica:

A superioridade da população branca, segundo a ideologia dominante, garantiria uma produção maior e, a longo prazo, evitaria o surgimento de um Império Negro no Brasil devido ao grande número de pretos, mulatos e mestiços, o qual determinaria o fracasso nacional. (1992, p.55 e 56)

Na primeira metade do século XIX, anterior a grande imigração da década de 70, alguns grupos italianos já haviam imigrado para o sul do Brasil fixando-se nas regiões urbanas. Segundo Constantino (2010), a partir de 1840 evidenciavam-se traços da presença italianos em Porto Alegre. Segundo a autora, esse fato era comprovado através de anúncios de casas comerciais e notas de participação de falecimento que eram publicadas nos jornais da capital. Na região central do Rio Grande do Sul, antes da grande imigração de 1877, o censo Imperial de 1872, já manifestava a presença de italianos. Foram encontrados três em Santa Maria, oito

⁷³ Para Giron (1992, p. 55) a opção do império em adotar a colonização através de imigrantes europeus indica claramente uma discriminação em relação aos brasileiros. O império proporcionou aos europeus aquilo que negou a seus súditos. (...) As despesas realizadas pelo governo, financiando a empresa imigratória, teriam sido bem menores se o elemento nativo tivesse sido utilizado na execução da grande empresa colonizadora.

⁷⁴ Lei assinada devido as pressões inglesas que ameaçavam bombardear os portos brasileiros.

em Vila Rica⁷⁵ e oito em Cachoeira do Sul. Alguns destes italianos vieram para participar da Revolução Farroupilha e aqui permaneceram.

Mesmo enfrentando as adversidades na travessia do Atlântico, bem como na instalação no Novo Mundo, os colonos e imigrantes vinham em busca de um ambiente para poderem viver em condições melhores que em sua terra natal. Entende-se que existe uma diferença entre o que é denominado de colono e imigrante. Assim sendo, pode-se afirmar que **todos os colonos eram imigrantes, mas nem todos imigrantes eram colonos**⁷⁶

Os colonos que imigraram fixaram-se em espaços geográficos que eram considerados desertos de “povos civilizados⁷⁷.” Esses espaços deveriam ser loteados para serem cultivados por mão de obra livre e branca (a Lei de Terras de 1850 desautorizava a presença de negros em áreas destinadas à colonização). Sendo assim, esses territórios muitas vezes eram denominados de “colônias de imigração. Em relação aos imigrantes, pode-se afirmar que muitas vezes fixaram-se nas cidades onde exerceram atividades comerciais e industriais, isso aconteceu uma vez que nem todos os imigrantes tinham experiências com a agricultura, mas mesmo assim adquiriram um lote de terras. Alguns, principalmente na região sudeste do Brasil, vieram para servir como mão de obra assalariada, ou para produzir em sistema de parceria nas grandes lavouras cafeeiras (substituindo mão de obra escrava).

Na colônia, a posse da terra passa a representar para o colono aquilo que o feudo representava ao senhor feudal (BOLZAN, 2015), ou como expõe Maíra Vendrame (2007) no título de sua obra: “Lá éramos servos aqui somos senhores”. Esse sentimento acabou não sendo realidade para uma grande parte dos imigrantes que foram trabalhar como assalariados ou como parceiros nas lavouras cafeeiras do sudeste. Para estes, pouco ou quase nada mudou em relação a situação que viviam na Itália, pois continuavam sem acesso à terra e produzindo e servindo a um senhor. Pode-se afirmar que os imigrantes/colonos que se estabeleceram no sul do Brasil foram, até certo ponto, privilegiados em receber a oportunidade de adquirirem lotes de terras. Porém, segundo Manfroi (1979), estes colonos do sul, ao adquirirem

⁷⁵ Hoje município de Júlio de Castilhos.

⁷⁶ Grifo nosso.

⁷⁷ Não se pode esquecer que pelo território do Rio Grande do Sul ainda perambulavam muitos descendentes das tribos de povos nativos e oriundos das missões jesuíticas que foram derrotados em 1756, pelas tropas hispano-portuguesas.

terras, serviram como chamariz para os que viessem depois, que seriam deslocados para as lavouras cafeeiras de São Paulo com o objetivos de substituir a mão de obra escrava.

Bolzan (2015, p.59), ressalta que “ao mesmo tempo que a terra tornava o imigrante/**colono**⁷⁸ livre, o escravizava, pois, ao tornar-se proprietário, precisavam manter a terra submetendo a família à condições mínimas de sobrevivência sem remuneração e sem direitos” Algumas exceções ocorriam com os filhos maiores de dezoito anos⁷⁹ que poderiam adquirir áreas de terra separadas da família, caso quisessem.

Outro fator preponderante no processo de imigração vincula-se à criação do Estado Italiano e a anexação de territórios com culturas e dialetos distintos, principalmente no norte da Itália. Neste contexto, percebe-se que, culturalmente, os grupos que vieram para o Brasil eram muito heterogêneos, e tinham em comum a religiosidade e o fato de suas raízes culturais estarem no território italiano. Miriam Santos (2005) ressalta que, na época da imigração, apesar do passaporte italiano, a maioria dos imigrantes se considerava como vênnetos, friulanos, cremonenses, mantuanos, trentinos ou lombardos, identificados com suas região, e não italianos. Esse posicionamento justifica-se devido a unificação italiana, que ocorreu pouco antes da grande emigração, ser de ordem política e não cultural. Porém, todos afirmavam serem católicos, e isso se estabelece em razão da influência da igreja e dos padres nas áreas coloniais. Alguns imigrantes/colonos acreditavam que ao se declararem italianos, estariam traindo a Igreja. Além disso, embora a unificação italiana tenha ocorrido na época das primeiras migrações, o Estado do Vaticano só foi reconhecido no Governo de Mussolini, pouco antes da Segunda Guerra Mundial. Esse sentimento ideológico⁸⁰/religioso, predomina ainda hoje em algumas comunidades compostas por descendentes de imigrantes.

Politicamente, a imigração italiana favoreceu a economia tanto brasileira quanto italiana. Em um primeiro momento, na Itália, o descarte populacional serviu para acalmar as tensões sociais, políticas e econômicas. Posteriormente, a imigração auxiliou a economia italiana a partir do momento que os imigrantes

⁷⁸ Grifo nosso

⁷⁹ Artigo 7º da Lei 3784/1867.

⁸⁰ Percebe-se que estes sentimentos de etnicidade e religiosidade estão investidos de um forte sentimento ideológico. Estas ideologias “podem ser vistas como sistemas de pensamento, sistemas de crenças, ou sistemas simbólicos que se referem a ação social ou à prática política” (THOMPSON, 2011, p. 14).

começaram a remeter dinheiro para os parentes que ficaram na Europa (Iotti 2012 e Bolzan 2015). Isso movimentou a economia italiana despertando o interesse do governo em assumir a direção das empresas de imigração, pois a mesma havia se transformado em um bom negócio tanto para o governo italiano quanto para o governo brasileiro.

Sponchiado (2019) descreve que um fato crucial para que fossem destinados imigrantes italianos para o Rio Grande do Sul foi a passagem de Dom Pedro II pela Província sulina em 1865, durante a Guerra do Paraguai. O Imperador teria navegado pelo Rio Jacuí até Cachoeira e, a partir daí, cavalgou até Uruguaiana, onde participou da rendição do Exército Paraguai. Nessa viagem o monarca havia percebido a necessidade de ocupar os vazios populacionais do território, como forma também de garanti-lo. Sendo assim, mesmo antes do final do conflito, algumas leis e decretos são elaboradas para regulamentar a ocupação de terras devolutas das províncias, dentre elas, destaca-se o Decreto 3784, de 19 de janeiro de 1867, que aprovou e regulamentou a distribuição de terras e a fundação de colônias nas províncias do Império.

O referido decreto estabelecia o tamanho e o valor dos lotes coloniais. Além disso, cada colono maior de 10 anos e menor de 50, teria direito a uma ajuda financeira, bem como, receberia ferramentas e sementes para que as famílias pudessem iniciar suas lavouras. A administração das colônias deveria ser feita por uma junta governativa, composta por um diretor⁸¹, um médico e seis representantes dos colonos, eleitos por seus pares e que tivessem quitado suas dívidas com o Estado. O mandato desta junta governativa era trienal. Porém, caso a colônia não tivesse número suficiente de indivíduos em condições em participar da junta governativa o diretor poderia tomar todas as decisões sozinho.

A junta governativa possuía as seguintes incumbências:

- 1º Construção, reparos e consertos de edifícios destinados ao culto, à instrução e à administração, assim como de estradas e pontes.
- 2º Abertura de caminhos coloniais, construção de pontes provisórias e pontilhões, medição de lotes, derrubadas, casas provisórias para recepção e estabelecimento de colonos.
- 3º Prestação de auxílios ordinários e adiantamentos aos colonos, conforme as disposições do presente regulamento, e ordens do Governo.

⁸¹ Em 1877 é nomeado o primeiro Diretor da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, o Engenheiro Guilherme Grenhalgh. No mesmo ano foi designado o Dr. Primo Teixeira Carvalho como primeiro médico da colônia.

4º Aquisição de boas raças de animais, mudas de plantas e sementes, bem como ensaios de cultura de certos gêneros de lavoura, que possam melhor prosperar na colônia. (DECRETO 3784, Art. 22, 1867)

Ainda durante o século XIX, visando ampliar e criar novos núcleos coloniais, tendo como base o Decreto Imperial 3.784/1867, a Assembleia Provincial autorizou o presidente da Província João Sertório a adquirir terras de particulares para que nelas fossem criadas colônias, além de subsidiar a viagem de imigrantes europeus que iriam povoar estas colônias (Lei 694 de setembro de 1869). Soma-se a isso a doação feita pelo governo imperial, de terras devolutas para a criação de novas colônias.

Visando povoar as novas colônias que seriam criadas, a Assembleia Provincial aprovou a lei 749 de 29 de abril de 1871, que autorizava o presidente da Província a contratar as empresas Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissing & Cia⁸² para que num prazo de dez anos fossem recrutados 40 mil colonos. Deste total, a maioria deveria ser composta por homens com família (casados) e agricultores. Anualmente, deveriam ser importados, no mínimo, 2 mil e, no máximo, 6 mil colonos. Porém, essas empresas não conseguiram cumprir o contrato.

Nesse cenário, através do ato do presidente da Província, João Sertório, foi assinada, em 24 de maio de 1870, a criação das colônias Conde D'Eu (Garibaldi⁸³) e Dona Izabel (Bento Gonçalves) (ANEXO B) que estavam localizadas na região nordeste da Província. No ano seguinte foi criada a colônia de Jaguar⁸⁴, através da Lei 747 de 29 de abril de 1871 (ANEXO C). Esta colônia estava destinada para colonos nacionais e também estrangeiros e estava localizada entre a Serra Geral e as margens do Rio Jaguar Grande, no distrito de São Vicente, Município de São Gabriel.

O fracasso das empresas Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissing & Cia, aliado a dificuldades econômicas do Governo Provincial para implementar e dar continuidade a colonização, provocou o abandono de alguns territórios destinados à colonização e, conseqüentemente, a emancipação do regime colonial de algumas das colônias já consolidadas.

Diante dessa situação, o cenário da colonização estava configurado da

⁸² Outros contratos para a importação de colonos foram assinados anteriormente. Porém, este se destaca por propor a importação de um número superior de colonos em relação aos seus antecessores.

⁸³ A mudança de nome das colônias ocorre com a Proclamação da República.

⁸⁴ Palavra de origem Guarani que significa "Rio do Jaguar".

seguinte forma: na Colônia de Conde D'Eu (Garibaldi), em 1874, haviam apenas 74 indivíduos; e na colônia Dona Izabel (Bento Gonçalves), os lotes demarcados estavam vazios (DEBONI 1996, e MANFROI 1975). Ambas as colônias foram efetivamente ocupadas a partir de 1875. A colônia de Jaguary, mesmo sendo criada no papel em 1871, só foi ocupada em 1891 por imigrantes italianos.

O atraso na povoação deste território foi devido a problemas com posseiros que se apropriaram irregularmente das terras que eram destinadas à colonização, contrariando o artigo primeiro da lei 601 de 18 de setembro de 1850, que estabelecia que a aquisição de terras devolutas só aconteceria mediante a compra. Em documentos encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul existe uma correspondência do engenheiro Siqueira Couto, destinada ao presidente da Província, alertando que os posseiros haviam devastado as matas para explorar a madeira que era transportada pelo Rio Jaguary. Sendo assim, percebe-se que esses posseiros também contrariavam o artigo segundo da lei 601 de 1850, que estabelecia pena de dois a três anos de prisão, multa de 100 mil reis para aqueles que invadissem terras devolutas e queimassem ou derrubassem o mato.

Diante das dificuldades dos gestores da Província em efetivar a colonização, o governo imperial tomou para si a tarefa de colonizar e povoar a Província o que proporcionou a ocupação de colônias que já haviam sido demarcadas pelo governo Provincial, além de serem demarcadas outras áreas. Assim sendo, as colônias Conde D'Eu e Dona Isabel foram definitivamente ocupadas. Além disso, o governo imperial criou, em 1875, a Colônia denominada de Fundos de Dona Palmira (ou Campo dos Bugres) que mais tarde foi rebatizada para Colônia Caxias (1877). Além disso na região central da Província, em 1876, inicia-se a demarcação do território da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte que foi rebatizada, em 1879, como Colônia de Silveira Martins⁸⁵. Esses espaços coloniais foram ocupados por imigrantes italianos oriundos do norte da Itália. Sendo assim, tem-se a formação dos quatro principais centros de colonização italiana na Província do Rio Grande de São Pedro.

⁸⁵ Segundo Bolzan (2011, p.80) " Outro aspecto relevante desta escolha foi a presença de uma caravana de colonos liderada por Próspero Pippi na visita que Gaspar Silveira Martins fez a Santa Maria em setembro de 1879. Neste encontro, os italianos ficaram impressionados com a capacidade de comunicação verbal e inteligência do tribuno. Poucos dias após, Próspero Pippi convocou os moradores da Colônia e em frente ao seu armazém entre vivas e aclamações foi acertado publicamente o nome de Silveira Martins como patrono da Colônia."

Destaca-se que o Decreto 3.784, de 19 de janeiro de 1867, que regulamentou a criação de colônias na Província do Rio Grande de São Pedro, estabelecia em seu artigo primeiro que toda a colônia deveria ser criada por decreto do governo imperial. Porém, percebe-se uma lacuna na história de criação de algumas colônias devido ao desaparecimento desses documentos dos arquivos. Este fato foi constatado em relação ao decreto de criação da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte⁸⁶. Corroborando com esta afirmação, De Boni (1996) ao escrever sobre a colônia de Silveira Martins, coloca: “dados fundamentais como a data da criação da colônia, não constam dos relatórios, assim como não constarão os da criação das novas colônias de Antônio Prado, Alfredo Chaves e São Marcos.(1996,p.106 e 107)”

Referente a criação da colônia de Santa Maria da Boca do Monte encontrou-se no Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria atas de reuniões que faziam referência ao tema. Dentre elas pode ser destacada a ata de 15 de janeiro de 1876 que faz referência a um ofício encaminhado pelo governo da Província comunicando que havia sido assinado no Ministério dos Negócios, Agricultura, Comercio e Obras Públicas, dia 04 de novembro de 1875 a nomeação do engenheiro Joaquim Saldanha Marinho para realizar a demarcação de terras públicas para a criação de colônias. Na mesma ata, é relatada a contratação do engenheiro Guilherme Greenhalgh para realizar esta tarefa.

2.3 A QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Sponchiado (2019) relata que 1872 uma comissão de russos/alemães⁸⁷ vieram ao Brasil em busca de terras onde pudessem ser realizados assentamentos de seus compatriotas. Este grupo era formado por Germânicos, que a partir do século XVIII haviam se fixado nas planícies da Rússia, formando pequenas colônias. Porém, diante da pressão do Governo Russo para que eles se

⁸⁶ Este documento foi procurado no Acervo do CPG de Nova Palma, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que possui vários documentos referentes a imigração italiana no Estado, no Arquivo do Solar das Câmaras, localizado junto a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria, no Acervo do Arquivo Nacional (disponibilizado on-line) e na Câmara dos Deputados em Brasília (on-line e via lei 12527-LAI), e nada foi encontrado.

⁸⁷ Antônio Ceretta, Ancarani e Romeu Beltrão tratam esses imigrantes como Russos Poloneses; Sponchiado se refere a esse grupo como Russos Alemães. Esses posicionamentos estão relacionados ao período anterior a unificação alemã (1871) cujo território era formado por condados, ducados e pequenas cidades livres, que faziam parte do Império Austro Húngaro. Neste contexto, parte do que hoje conhecemos como Polônia, também fazia parte deste Império. Acreditamos que o correto seria utilizar o termo russos/germânicos.

nacionalizassem e a obrigatoriedade de prestação de serviço militar, eles resolveram emigrar. Sendo assim, a partir de 27 de julho de 1876 chegam os primeiros 156 indivíduos russos/alemães, que foram encaminhados para uma área de terras próximo a região de Caxias. Entretanto, essas terras estavam localizadas em áreas montanhosas e pouco produtivas e estes imigrantes procuravam terras planas. Sendo assim, eles abandonaram a região e voltaram para Porto Alegre.

Em março de 1877, a primeira leva de imigrantes russos/alemães parte de Rio Pardo com destino a recém criada Colônia de Santa Maria da Boca do Monte. Porém, devido à forte estiagem que ocorreu naquele ano, os barracões não estavam prontos, o que obrigou os recém-chegados a se alojarem nas casas de outros patrícios germânicos, até a conclusão das obras. Com os barracões prontos, em maio de 1877 chega à região a última leva de imigrantes russos/alemães, totalizando aproximadamente 400 indivíduos. Assim, a região passa a ser chamada de “Núcleo Colonial dos Russos-Alemães” (SPONCHIADO, 1996, p. 54).

O ano de 1877 foi marcado por uma grande estiagem e por um inverno com muita chuva e frio. Soma-se a isso, as promessas não cumpridas do governo, a escassez de alimentos, morte de 35 crianças provocada por doenças, bem como a busca de terras planas, que não era a realidade geográfica da região. Sendo assim, após oito meses (dezembro de 1877) os russos/germânicos abandonam a região.

Com a saída desses, o governo imperial retomou a ocupação da área destinada à colonização, com imigrantes provenientes do norte da Itália. Os primeiros grupos de italianos começam a chegar a região em dezembro de 1877. Com a chegada dos italianos, o lugar passou a ser chamado de Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana.

Em 1879, o local teve seu nome alterado para colônia Silveira Martins, em homenagem ao deputado e senador imperial, Gaspar Silveira⁸⁸ Martins, que trabalhou politicamente para criação da Quarta Colônia Imperial Italiana na região central do Rio Grande de São Pedro. Além disso, o senador foi um dos defensores da imigração, da participação dos imigrantes na política, atuando ainda como um defensor do Estado laico e da liberdade de culto religioso. Neste contexto, Machado Fenalti afirma: “Observou-se em sua atuação nas bancadas legislativas sua estreita

⁸⁸ Silveira Martins, em sua carreira política, exerceu as funções de deputado provincial (1867), deputado da Assembleia Geral (1873), ministro da Fazenda (1878), senador do Império ((1878), conselheiro do Império e presidente da Província do Rio Grande de São Pedro (1889). Com a proclamação da República, exerceu o cargo de líder do Partido Federalista. (FENALTI, 2011)

relação com a imigração, como por exemplo, na criação da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul” (2011, p.11).

Cabe salientar que na ata da Reunião ordinária da Câmara de Vereadores da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, com data de 13 de janeiro de 1876, os vereadores aprovam uma moção de agradecimento ao deputado imperial Gaspar Silveira Martins, por ter intervindo na medição das terras públicas, que posteriormente seriam destinadas à colonização (AGCVSM, 1876)⁸⁹.

Em 15 de janeiro do mesmo ano, foi submetida à apreciação da Câmara Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, um ofício, encaminhado pelo governo da Província, com data de 04 de novembro de 1875, comunicando que, por aviso do Ministério de Negócios, Agricultura, Comércio e Obras Públicas, havia sido indicado o nome do engenheiro Joaquim Saldanha Marinho, para proceder a medição de 10.890.000 mt (meia légua quadrada) de terras públicas respeitando os direitos adquiridos por proprietários de sesmarias (AGCMVSM, ata de 15 de janeiro de 1876). Porém, os vereadores não aceitaram a indicação e contratam o experiente engenheiro Guilherme Greenhalgh pela quantia de 500 mil contos de reis, que deveriam ser pagos quando o trabalho de medição fosse concluído (AGCMVSM ata de 15 de janeiro de 1876). Para executar a tarefa de medir os lotes, Greenhalgh solicitou ao presidente da Província, que nomeasse o juiz comissário de Cachoeira do Sul, que teria como função legitimar a posse das terras.

Antes de vir para a Província de São Pedro (1875), onde atuaria na demarcação e, posteriormente, direção da colônia de Campos dos Bugres (Caxias do Sul), o engenheiro Greenhalgh (Figura 06), já havia participado, durante dois anos, da comissão encarregada de demarcar terras devolutas, na Província do Espírito Santo. (CPG Nova Palma).

Greenhalgh (Rio de Janeiro 1839/Niterói 1922) era monarquista⁹⁰, filho de ingleses que haviam migrado para o Brasil entre os anos de 1820 e 1830. Formou-se no Colégio Militar do Rio de Janeiro e lutou na Guerra do Uruguai ao lado dos Colorados contra os Blancos (1864-1865). Por ter participado como primeiro tenente do Exército na Guerra do Paraguai, e por realizar feitos heroicos, foi condecorado

⁸⁹ Arquivo Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria.

⁹⁰ Uma curiosidade registrada junto ao acervo do CPG de Nova Palma: em uma carta enviada ao padre Luizinho Sponchiado, por Rogerio Ulysséa, descendente de Grenhalgh, é relatado que o engenheiro havia participado do último Baile do Império que aconteceu na Ilha da Alfandega no Rio de Janeiro. (Arquivo CPG - Nova Palma).

pelo imperador com a Ordem da Rosa, que era uma comenda honorífica utilizada no Primeiro e Segundo Império. Por motivos de saúde, Greenhalgh deixou o Exército e passou a trabalhar como engenheiro na estrada de Ferro Pedro II. Também participou da construção de diversas estradas de ferro de norte a sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, além de ser engenheiro responsável pela medição de terras devolutas, foi juiz e comissário em vários municípios e diretor de Colônia⁹¹.

Em junho de 1878, por haver entrado em conflito com a Câmara⁹² de Vereadores de Santa Maria e com os colonos, o engenheiro enviou um telegrama ao presidente da Província solicitando sua exoneração do cargo de diretor do Núcleo Colonial de Silveira Martins. Porém, sua renúncia não foi aceita de imediato. O presidente da Província solicitou sua permanência na administração até que os ânimos exaltados fossem acalmados e, no caso de alguma emergência, para que esta fosse resolvida até a chegada de um substituto. Após sua exoneração, Guilherme Greenhalgh retornou para o Rio de Janeiro.⁹³

Mesmo com a intervenção de Silveira Martins para que fosse realizada a medição de terras devolutas em Santa Maria, o Padre Sponchiado aponta o engenheiro Greenhalgh como o responsável por criar um núcleo colonial na região.

Para mim não sofre dúvida, que nesta oportunidade, o plenipotenciário Greenhalgh, apresentou ao Governo Central as possibilidades duma colônia imigrantista, no município Santa-mariense. Uma nova colônia, além das três que se iam definindo no nordeste, agora com recursos imperiais. Onde também chegava a jurisdição de Greenhalght e sua equipe discriminadora e projetava estradas. (SPONCHIADO 1996, p. 53)

Sponchiado (1996), relata que foi Greenhalgh quem apresentou a possibilidade de criação de uma colônia no município de Santa Maria, porém deve ser lembrado que quando ocorreu a demarcação das terras da Colônia de Santo Ângelo, atual município de Agudo, já existiam relatos da existência de terras

⁹¹ Apontamentos do Padre Luiz Sponchiado.

⁹² Os vereadores acusavam Greenhalgh de corrupção, devido ao atraso e a forma como era efetuado o pagamento que era devido aos colonos. Manfroi (1996) e Sponchiado (2015) relatam que foram muitos casos de corrupção envolvendo a direção das colônias. Para sanar o problema o governo imperial enviou o engenheiro José Tome Salgado o que provocou demissões e transferências de funcionários das colônias. A primeira colônia vistoriada foi a de Caxias (16 de abril de 1878) onde, segundo Manfroi (1996) o diretor mantinha um "harem". Diante dos vários casos de corrupção, o governo iniciou o processo de emancipação das colônias.

⁹³ Após ser exonerado trabalhou na construção e traçados de várias estradas de ferro no Brasil. Também foi responsável pelos estudos referentes à construção do Açude de Orós no estado do Ceará. Além disso, também fez parte da comissão que realizou o levantamento topográfico do local onde seria construído a nova capital do Brasil (apontamentos do Padre Luiz Sponchiado - ACPG de Nova Palma).

devolutas na margem direita do Rio Jacuí.

Figura 12 - Imagem do Engenheiro Guilherme Greenhalgh



Fonte: Acervo do ACPG – Nova Palma

Guilherme Greenhalgh foi substituído interinamente pelo engenheiro Joaquim Saldanha Marinho (1878-1879) e, posteriormente, por José de Almeida Siqueira Couto, responsável pela criação do Núcleo Norte e Soturno (SPONCHIADO, 2019).

Defende-se a ideia que a principal justificativa para criação de uma colônia na região central do Rio Grande do Sul seja a necessidade de preencher vazios demográficos e populacionais das principais cidades da região central, como uma maneira de dar continuidade à política de branqueamento da população. Para sustentar esta ideia, toma-se como referência o Censo Imperial de 1872.

A contagem da população do Censo Imperial foi realizada como base nas informações das capelas. Segundo essa contagem populacional, a cidade de Santa Maria possuía uma população de 8.258 habitantes, sendo que a população de negros, pardos e caboclos (livres e escravizados) representava 41,28% e a

população branca representava 51,88%. É preciso destacar que entre a população branca, 6,72 % dizia respeito a estrangeiros, sendo a maioria imigrantes⁹⁴ alemães.

Analisando a população de outros municípios da região central como São Martinho, Vila Rica (Júlio de Castilhos) e Cachoeira do Sul, percebe-se que a população branca é predominante⁹⁵. De todas as vilas, Santa Maria possuía a menor diferença entre brancos e negros, sendo apenas 310 brancos a mais. A criação, em 1877, do Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte (posteriormente denominado Silveira Martins), e a chegada das primeiras famílias de imigrantes italianos, ocasionou a mudança desse cenário com o aumento gradual da população branca na região.

O fluxo migratório para a região central aconteceu de forma exponencial aumentando ano a ano, favorecendo o branqueamento populacional, bem como, mudanças culturais e econômicas provocadas pelo crescimento e a prosperidade da colônia e, conseqüentemente, das cidades ao entorno. Segundo Silvino Santin (1999) em quatro anos a população da colônia era superior ao número de habitantes de Santa Maria.

Deve ficar claro que Silveira Martins equivale ao nome da colônia e da freguesia sede da mesma, que era formada por territórios das atuais cidades de Silveira Martins, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Pinhal Grande, Nova Palma, Dona Francisca, Ivorá, parte do município de Restinga Seca, terras próximas de Agudo, e também os distritos de Santa Maria e de Júlio de Castilhos.

Em 1882, devido ao custo de manutenção, a colônia de Silveira Martins passou a ser denominada de ex-colônia de Silveira Martins através do Decreto 8641/1882 (Figura 13), que emancipou⁹⁶ a primeira colônia italiana do Império, no Rio Grande do Sul do regime colonial, cessando a administração especial a que, até a presente data, se acha sujeitas. Ademais, a ex-colônia de Silveira Martins já havia cumprido o papel de atrair imigrantes voluntários para o Brasil. Também deve ser

⁹⁴ Alemães 191, argentinos 16, dinamarqueses 3, franceses 7, espanhóis 1, ingleses 8, Italianos 3, orientais 14, portugueses 20, paraguaios 25.

⁹⁵ Tomando como base o censo de 1872 a população branca somava 20.298 pessoas, superando a população negra, parda e cabocla que somadas perfaziam um total de 11.505 pessoas.

⁹⁶ Algumas emancipações aconteceram devido a problemas de corrupção que envolviam os diretores e funcionários das colônias. Na tentativa de solucionar esse problema o governo nomeia o engenheiro José para proceder uma investigação em todas as colônias. O engenheiro José Thomé Salgado pertencia à comissão de levantamento do perfil da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana. A 1º de julho iniciou a devassa por Caxias, passando pelas colônias como um “furacão”: destituindo diretores relapsos, transferindo funcionários e multando as empresas responsáveis pela importação de imigrantes (DEBONI,1996).

lembrado que, a partir da emancipação, a administração de Santa Maria e o governo da Província poderiam se beneficiar com a cobrança de impostos sobre os produtos produzidos na ex-colônia.⁹⁷

As colônias de Caxias, Conde D'Eu e Dona Izabel foram emancipadas do regime colonial em abril de 1884 (Decreto 9182 e 9183/1884). Porém, mesmo passando ao regime comum, das outras povoações do Império, nenhuma das quatro colônias foi elevada à condição de município.

Figura 13 - Decreto Imperial que emancipou a Quarta Colônia do Regime colonial

DECRETO N. 8641 — DE 19 DE AGOSTO DE 1882

Determina que a colonia Silveira Martins, na Provincia do S. Pedro do Rio Grande do Sul, passe ao regimen commum ás outras povoações do Imperio.

Hei por bem Determinar que a colonia Silveira Martins, na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, seja emancipada do regimen colonial, passando ao dominio da legislação commum ás outras povoações do Imperio e cessando a administração especial a que, até á presente data, se acha sujeita.

André Augusto de Padua Fleury, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Agosto de 1882, 61^o da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

André Augusto de Padua Fleury.



Fonte: Arquivo do Senado Federal - Coleção de Leis do Império do Brasil

⁹⁷ Saquet (1999) Aponta que Silveira Martins, no final do século XIX e início do século XX, possuía uma diversidade de produtos superior às outras colônias, pois cultivava arroz e fumo que as demais não produziam. Porém, em relação ao cultivo de outros produtos, a região possuía um desempenho inferior. Nesse contexto, deve ser lembrado que a colônia da região central era menor que as colônias do sudoeste da Província.

Com a emancipação do regime colonial, em 1882, o território da ex-colônia de Silveira Martins passou à subordinação do governo provincial, compondo o território de Santa Maria da Boca do Monte com a denominação de 5º Distrito (BOLZAN,2014, SPOCHIADO, 2019). Dois anos após a emancipação do regime colonial, o governo da Província elevou a ex-colônia à categoria de freguesia,⁹⁸ através da lei provincial 1455, de 26 de abril de 1884 (ANEXO D).

Comunico a V. Mces, para seu conhecimento, que pela Lei provincial 1455 de 26 de abril último foi elevado o complexo colonial de Silveira Martins, nesse Município, à cathegoria de freguesia, sendo os limites, da nova freguesia os mesmos deste complexo colônial. Deus Guarde V. Mces⁹⁹. (AGCMVSM, 1884)

No final do século XIX e início do XX, as colônias da Serra Gaúcha iniciam processos emancipacionistas, o que proporcionou o fortalecimento administrativo, político e econômico da região. Caxias do Sul foi a primeira ex-colônia a ser elevada à categoria de município, em 20 de junho de 1890, em seguida, vem Bento Gonçalves, em 11 de outubro de 1890 e, anos mais tarde, Garibaldi, em 31 de outubro de 1900.

Antes da emancipação política das ex-colônias da Serra, a ex-colônia de Silveira Martins¹⁰⁰, ainda no Império, em 1886, havia seguido um caminho diferente. Seu território foi dividido entre os municípios de Santa Maria, de Cachoeira do Sul e de Vila Rica (atual Júlio de Castilhos). A sede Silveira Martins¹⁰¹ ficou sob a jurisdição do município de Santa Maria (inclui-se as localidades de São Marcos e Arroio Grande). As localidades de Vale Vêneto, Ribeirão, Dona Francisca, e parte de Val Veronês ficaram sob a responsabilidade da comarca de Cachoeira. Os núcleos de Soturno (Nova Palma) e Nova Treviso passaram a compor o município de São Martinho. Mais tarde, em 1901, com a extinção desse município, seu território passou a compor a cidade de Vila Rica, que a partir de 1905, passou a ser denominada de Júlio de Castilhos.

⁹⁸ Freguesia era uma divisão política e administrativa utilizada durante o Brasil Colônia e Brasil Império e também estava relacionado a elevação de um Distrito Paroquial.

⁹⁹ Transcrição paleográfica realizada por Jorge Alberto Soares Cruz.

¹⁰⁰ Segundo Busanello (1978) no final de 1883, a partir de Silveira Martins foram fundadas as colônias de Geringonça, depois Núcleo Norte e hoje Ivorá, Arroio Grande, Nova Palma, que primeiro se chamou Núcleo Soturno e Dona Francisca (nome dado em homenagem a Senhora Francisca Pereira Mostardeiro).

¹⁰¹ Através do decreto 1570, de 21 de abril de 1886, é criado o distrito de paz na freguesia de Santo Antônio da ex-colônia de Silveira Martins. Distrito de Paz é uma divisão política de um território.

Os primeiros relatos do desejo de emancipação política e integração em torno de um único município, surgiu no final do século XIX, como pode ser visto no abaixo-assinado de comerciantes e industrialistas residentes em Silveira Martins, datado de 09 de Outubro de 1898 e encaminhado ao intendente de Santa Maria, Coronel Francisco de Abreu Valle Machado¹⁰²: (ANEXO E).

[...] Estando os moradores do Núcleo de D. Francisca tratando de organizar e constituir município e tendo esta sede local mais apropriado para esse fim e conhecendo que com a vossa aprovação e valioso apoio podemos obter que esta ex-colônia se constitua vila com a anexação dos núcleos Norte, Soturno, D. Francisca, Geringonça, etc. mesmo por serem estes Núcleos de direito pertencentes a esta sede , resolvemos por isso endereçar esta petição [...]. (AGCMVSM 1898-10-09)

Percebe-se no referido abaixo-assinado a finalidade de integração a partir da sede da ex-colônia em torno de um núcleo comum. Porém, o intendente não atendeu à solicitação, o que levou alguns membros da comunidade a recorrerem ao governo da Província solicitando a criação de uma nova vila. Para tanto foi realizado um novo abaixo assinado com mais de 500 assinaturas. A solicitação foi negada novamente pelo presidente da Província Júlio de Castilhos. Percebe-se que essa negativa estava alicerçada em fatores políticos e econômicos. Sponchiado (2019) explica que um dos fatores para a negativa é que a Colônia possuía o nome do inimigo político do presidente Júlio de Castilhos, que também questionava a fidelidade dos colonos. Ademais, quando a Colônia de Silveira Martins, em 1882, foi elevada ao regime comum, a outras povoações foram extintos alguns problemas relacionados a corrupção de agentes ligados à administração das colônias, bem como, possibilitou cobrança de impostos sobre os produtos coloniais, o que, neste caso favorecia economicamente Santa Maria.

A ideia de emancipação política dos municípios que compõem a Quarta Colônia foi retomada com êxito na segunda metade do século XX (final de 1950), tendo sua conclusão na última década daquele século (1992) que, conforme observa Bolzan, teria sido “[...] de forma pouco dinâmica, os diversos núcleos coloniais conheceram a ideia da autonomia política e cada um a seu modo vive a própria experiência, embora a motivação para tal se constitui em causa comum para todos eles” (2015, p. 123).

O movimento para a emancipação político- administrativa da região teve

¹⁰² O documento original encontra-se no Arquivo Geral da Câmara Municipal de Vereadores da Cidade de Santa Maria.

como um de seus líderes o padre Luiz Sponchiado, que possuía (ou retoma) como ideal emancipacionista a “**integração**” em torno de um núcleo comum, ressaltando aspectos culturais-identitários como a italianidade¹⁰³ e religiosidade.

Como mentor de duas propostas de emancipação dos Municípios que compõem a Quarta Colônia, o padre Luiz Sponchiado tinha como ideal criar um único município, que em um primeiro momento (julho de 1957), reuniria os territórios de Nova Palma (3º Distrito de Júlio de Castilhos), Dona Francisca (5º distrito de Cachoeira), Ivorá (2º distrito de Júlio de Castilhos), e Silveira Martins (5º distrito de Santa Maria). Porém, segundo o Padre Luiz, o processo esfriou, motivado por discordâncias entre as lideranças locais que não chegaram a um consenso referente a demarcação do território da sede da nova cidade. Outro ponto desmotivador, foi a Lei Estadual 2116, de 24 setembro de 1953, que proibia a emancipação de mais de uma área em um mesmo município. Nesse cenário, Agudo, que também pertencia a Cachoeira do Sul, estava mais adiantada com o processo emancipacionista.

Motivado por mudanças na Lei 2116/53, durante as comemorações de seu aniversário, em 22 de fevereiro de 1958, o padre Sponchiado retomou a ideia emancipacionista que reuniria os distritos de Nova Palma, Faxinal do Soturno e Dona Francisca (SPONCHIADO 2019). A sede do novo município seria escolhida através de um plebiscito. Porém, o pároco não obteve êxito. Na madrugada de 10 de março, um grupo de Faxinal do Soturno foi à Casa Paroquial de Nova Palma e comunicou que havia decidido criar uma Comissão Emancipadora somente com o 5º distrito de Cachoeira do Sul, solicitando ao padre Luiz instruções de como formar esta comissão (SPONCHIADO, 2019).

O sacerdote viu, deste modo, o sonho de unificação regional em torno de um único município, se desfazer. Mesmo assim, tentou emancipar Nova Palma juntamente com Ivorá e Pinhal Grande. Porém, esses dois municípios foram excluídos do processo após uma reunião que ocorreu entre o prefeito de Júlio de Castilhos, Victor Weirich e o Pároco de Ivorá, monsenhor Humberto Busato. Após essa reunião, o sacerdote passa a liderar uma comissão contrária a emancipação¹⁰⁴,

¹⁰³ Os estudos referentes ao tema italianidade, tornam-se mais evidentes a partir das comemorações do centenário da imigração italiana para o Rio Grande do Sul, em 1975, quando grupos de intelectuais passam a debater e ressaltar aspectos relacionados à relevância da imigração italiana para o desenvolvimento econômico do Estado.

¹⁰⁴ O Artigo 22, inciso primeiro da lei 2116/53, estabelecia que não seriam incorporadas, ao novo município, as áreas que se manifestassem contra a sua criação, desde que a sua exclusão não prejudicasse as condições exigidas.

pois entendia ser equivocada a pretensão do padre Luiz Sponchiado em desejar unir a ex-colônia de Silveira Martins como um todo (BOLZAM 2014). Sendo assim, Nova Palma se emancipou em 1958, e Ivorá e Pinhal Grande, somente três décadas depois. Percebe-se, dessa maneira, que em virtude de interesses econômicos e políticos, de lideranças locais e dos municípios sedes, as emancipações aconteceram em períodos distintos, provocando o surgimento de sete pequenas cidades.

As cidades de Faxinal do Soturno, Restinga Seca e Agudo conseguiram se transformar em município, em 1959; Nova Palma, em 1960; Dona Francisca em 1965; Silveira Martins e Ivorá, em 1988; e Pinhal Grande e São João do Polêsine, em 1992. As localidades de Arroio Grande e São Marcos, áreas de colônias localizadas entre Silveira Martins e Santa Maria, ficaram no território de Santa Maria formando o 4º Distrito.

O fracionamento político e econômico do território da ex-colônia levou aproximadamente 30 anos para ser concluído.

É nesse processo de criação de novos municípios dos núcleos de povoamento originados pela política de colonização do Império, no século XIX, que o termo “Quarta Colônia” é recuperado e ressignificado. Entre os atores sociais desse processo, encontrava-se – com destaque – a Figura de Padre Luiz Sponchiado. (MANFIO, BIASOLI, 2014, p.711).

Mesmo tendo seu território fragmentado em nove pequenos municípios, devido a interesses político-partidários, o que para muitos pesquisadores foi a causa do atraso no desenvolvimento regional da Quarta Colônia, prevalece o sentimento e o orgulho de pertencer a um espaço territorial e a um grupo étnico que procura valorizar sua identidade cultural através da influência e rememoração do passado histórico.

Sendo assim, permanece viva a proposta do Padre Sponchiado, ou seja, a integração regional em torno de um ideal comum e a valorização da história e da cultura regional. Além disso, após a emancipação dos últimos municípios, ocorrida no final do século XX, lideranças locais procuram reintegrar a região através da criação de um Consórcio de Desenvolvimento Sustentável para os municípios da Quarta Colônia (o CONDESUS). Isso pode ser visto como a forma de buscar uma **nova identidade para a região**¹⁰⁵ visando alavancar o incremento regional tendo

¹⁰⁵ Grifo nosso.

como base o desenvolvimento sustentável, suplantando o fantasma da fragmentação e do atraso no desenvolvimento regional.

Neste cenário, não se pode esquecer o Projeto Identidade¹⁰⁶ desenvolvido na última década do século XX, a partir de Silveira Martins, por José Itaquí e Maria Angélica Vilagran. O referido projeto deu um novo impulso ao orgulho e ao sentimento de pertencimento ao território da Quarta Colônia, revigorando e somando-se ao trabalho iniciado pelo Padre Luiz Sponchiado, que estava imbuído de fatores culturais e identitários relacionados à religiosidade e à italianidade.

A ocupação do espaço territorial, na construção desta tese, representa uma variável independente com potencial de intervir no fortalecimento da identidade e da memória regional. Sendo assim, as criações de colônias italianas no sul do Brasil podem ser vistas como o surgimento de ilhas culturais, onde predomina uma cultura identitária com capacidade de potencializar o desenvolvimento econômico, através da identificação das pessoas com esse território. Foi com esta percepção que o padre Sponchiado pensou a emancipação da Quarta Colônia, através da lembrança e do incentivo a uma referência identitária com o território. Apesar de não ter tido êxito em emancipar Quarta Colônia em torno de um único município, o padre Luiz conseguiu despertar na população o sentimento de pertencimento à Quarta Colônia através da história e da identidade cultural dos colonos italianos que chegaram a região. Para complementar a ideia e o fortalecimento destas identidades relacionadas ao território, o pároco criou o Centro de Pesquisa Genealógico de Nova Palma, onde as pessoas procuram sua ascendência, lembrando o legado e as origens culturais e históricas dos primeiros colonos italianos que chegaram à região. Ou seja, o CPG é um importante centro de preservação da memória e de guarda de um rico acervo documental sobre a Quarta Colônia.

O trabalho do padre Luiz proporcionou o surgimento de outros projetos que promoveram discussões referentes à importância histórica e cultural da ocupação do território da Quarta Colônia no contexto da história da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Dentre estes projetos, destacam-se o Projeto identidade (PROI - 1989) e o Projeto de Educação Patrimonial (PREP.1994), coordenados pelo senhor José Itaquí e pela senhora Maria Angélica Vilagran, a partir da Secretaria de Cultura da Cidade de Silveira Martins. Os projetos procuravam reconstruir e valorizar a cultura e a identidade regional através de lugares de memória, objetos, documentos,

¹⁰⁶ No capítulo V esse projeto será detalhado.

bem como, da paisagem natural representada pelo Bioma Pampa e pela Mata Atlântica¹⁰⁷.

No contexto de valorização da cultura e da identidade italiana, no próximo capítulo será apresentado, como variável elencada para explicar esta tese, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Agência Consular Italiana na valorização do sentimento de pertencimento a uma cultura identitária inserida no território de Santa Maria e Quarta Colônia.

¹⁰⁷ Este tema será aprofundado no capítulo V desta tese.

CAPÍTULO III - A AGÊNCIA CONSULAR ITALIANA: O FORTALECIMENTO DE UMA IDENTIDADE

Com este capítulo, procura-se trazer ao palco da história da Quarta Colônia de Imigração, como uma das variantes que fundamenta esta pesquisa, a presença da Agência Consular Italiana, que desde o início do século XX se faz presente em Santa Maria, colaborando para que o território, que recebeu núcleos coloniais, passasse a constituir-se como uma região e tendo como um dos seus fundamentos a italianidade. É mister registrar que a construção deste capítulo, foi elaborada a partir de fontes documentais, jornais de época, depoimentos gravados, constituindo uma das contribuições desta tese, pois não há estudos acadêmicos que tenham abordado especificamente tal temática.

As atividades desenvolvidas pela Agência Consular de Santa Maria, enquanto representação oficial do Estado italiano na região, serão primordiais na construção dos valores culturais e na concepção da “Quarta Colônia Histórica formada pelos municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra, bem como da Quarta Colônia formada pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável - CONDESUS” (PADOIN, 2020).

Assim, procura-se mostrar o papel que ela desempenhou e vem desempenhando na formação de uma consciência coletiva, a fim de promover o desenvolvimento e a integração regional em torno do fortalecimento da italianidade, da identidade, da preservação da memória e da cultura no interior do Rio Grande do Sul.

Mesmo Santa Maria não sendo considerada uma cidade da atual configuração territorial da Quarta Colônia - CONDESUS, deve ficar claro que, historicamente, a sede da Agência Consular sempre esteve localizada neste Município. Além disso, Santa Maria, juntamente com parcelas de sua população, possui fortes vínculos emocionais, políticos, sociais e econômicos com a região da Quarta Colônia. Também deve ser lembrado que uma parcela do território que fez parte do núcleo formador da colonização, ainda está inserida no território de Santa Maria, como é o caso do distrito de Arroio Grande. Ademais, não se pode esquecer que, inicialmente, o Quarto Núcleo Colonial Italiano da Província de Rio Grande de São Pedro foi denominada de Colônia de Santa Maria da Boca do Monte e,

posteriormente, Colônia de Silveira Martins que se emancipou de Santa Maria somente em 1988.

A construção deste capítulo foi fundamentada em experiências e acontecimentos do passado e do presente da atuação da Agência Consular de Santa Maria. Para tanto, foi realizada uma busca de documentos e pessoas que pudessem auxiliar na reconstrução da história desta instituição. Além disso, como arqueólogos, que buscam indícios perdidos no tempo através de pequenos fragmentos, reconstruiu-se parte deste capítulo através de consultas documentais e, ainda, em diversos periódicos nacionais que fazem parte dos acervos da hemeroteca digital brasileira da Biblioteca Nacional, bem como, periódicos da hemeroteca do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

3.1 REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO RIO GRANDE DO SUL

Existe, no Rio Grande do Sul, um escritório consular italiano¹⁰⁸, localizado na cidade de Porto Alegre, além de vice-consulados nas cidades de Caxias do Sul e Rio Grande. Além disso, existem consulados honorários localizados em Bento Gonçalves, Erechim, Passo Fundo e Santa Maria.

Na conjuntura da diplomacia internacional, as embaixadas possuem a função de servir como representação entre um país e outro, principalmente nos aspectos políticos e econômicos. Normalmente, existe apenas uma embaixada de cada país, que fica situada nas capitais federais ou em cidades importantes. Os consulados ficam subordinados às embaixadas e possuem a função de representar os interesses dos cidadãos. Podem estar localizados em várias regiões consideradas estratégicas nas relações internacionais. Os vice-consulados e agências consulares respondem aos cônsules e estão estabelecidos em regiões menores.

Antes de 1918, a Itália não possuía embaixada no Brasil, somente consulados. Ao escritório consular de São Paulo estavam subordinados os consulados da Bahia, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro. Além disso, existiam quatro vice-consulados situados nas cidades de Juiz de Fora, Ribeirão Preto, Santos e um na Bahia. Também existiam diversas reais agências consulares distribuídas em alguns estados brasileiros. No

¹⁰⁸https://consportoalegre.esteri.it/consolato_portoalegre/pt/il-consolato/la-rete-consolare/la-rete-consolare.html.

Rio Grande do Sul, eram encontradas reais agências consulares em alguns municípios que possuíam um número considerável de imigrantes italianos, dentre eles, destacam-se: Bagé, Bento Gonçalves, Caxias, Rio Grande, Santana do Livramento, Santa Maria da Boca do Monte, Santa Vitória do Palmar e Uruguaiana.

Em 13 de setembro de 1918, o rei da Itália comunicou ao governo brasileiro que sua representação diplomática no Brasil seria elevada à categoria de embaixada. Isso ocorre devido a importância das relações entre os dois países, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial, quando muitos cidadãos brasileiros e italianos (naturalizados ou não) que aqui residiam, auxiliaram o governo italiano enviando quantias consideráveis em dinheiro a título de empréstimo¹⁰⁹ ou se alistando no exército italiano. O Governo Brasileiro, através do Decreto 3.649 de 2 de janeiro de 1919, assinado pelo presidente Delfim Moreira e aprovado pelo Congresso Nacional tomou a mesma decisão em relação a sua representação na Itália.

As agências consulares honorárias italianas no Rio Grande do Sul possuem, dentre as suas funções, servir como intermediário entre o consulado geral em Porto Alegre e a comunidade italiana e seus descendentes. Além disto, devem divulgar informações de interesse dos cidadãos em sua área de circunscrição, além de promover a cultura e a língua italiana. Também devem auxiliar, sempre que possível, na realização de pesquisas genealógicas que objetivem a obtenção da cidadania italiana¹¹⁰. As agências consulares, juntamente com as Sociedades/Associações e *circolos* Italianos¹¹¹ estão desempenhando um papel fundamental para a manutenção, divulgação, preservação de aspectos culturais e identitários da comunidade ítalo-brasileira da região central do Rio Grande do Sul.

Para melhor compreensão, a história da Agência Consular de Santa Maria deve ser dividida em dois períodos. O primeiro inicia em 1912, com a criação da Real Agência Consular, que teve suas atividades encerradas em 1942¹¹², quando o

¹⁰⁹ Anterior a Primeira Guerra, os italianos aqui residentes enviavam grandes quantias de dinheiro para a Itália, o que favoreceu a economia daquele país. Vendrame (2010) aponta que em 1883, o cônsul italiano em Porto Alegre relatou que a colônia de Silveira Martins havia enviado 40 mil francos para a Itália.

¹¹⁰ A agência Consular Honorária de Santa Maria-RS - 100 anos de história (1912-2012).

¹¹¹ Algumas sociedades/associações italianas são motivadas, em suas iniciativas, pelas agências consulares honorárias.

¹¹² São raras as fontes documentais referentes à primeira fase (1912-1945) da história da Real Agência Consular de Santa Maria. Sendo assim, percebe-se a existência de um hiato na história desta instituição. A reconstrução deste período histórico foi realizada através de pequenos fragmentos de várias outras fontes.

Brasil rompeu relações diplomáticas e entrou na II Guerra contra os países do Eixo (Itália Alemanha e Japão). A segunda fase é marcada com a reabertura da Agência Consular Honorária, em 11 de agosto de 1995, até os dias atuais.

3.2 HISTÓRICO E REPRESENTAÇÃO CONSULAR

O êxodo ocorrido no final do século XIX e início do Século XX, do recém-criado Império Italiano, em direção à América, passou a ser motivo de preocupação do governo. Neste contexto, Francesco Crispi¹¹³, ao assumir como primeiro ministro italiano, solicitou uma investigação com o objetivo de verificar as causas da evasão populacional. Como resultado, descobriu que os motivos eram relativos à miséria, ao desemprego, aos baixos salários, além do espírito aventureiro de alguns cidadãos. Sendo assim, Crispi, Chefe de Governo e Ministro das Relações Exteriores do Império Italiano, colocou a imigração como parte da política exterior do Governo (CERVO, 2011). Isso aconteceu mesmo existindo o apelo dos “antiemigrantistas” que procuravam generalizar infortúnios de alguns. Neste sentido, segundo Franzina (2006), os contrários à imigração utilizavam-se de cartas e alguns relatos tristes dos portos para tentar dissuadir seus compatriotas a não abandonarem o território italiano, porém sem êxito.

Ainda em relação à política externa, deve ser aqui registrado o reconhecimento da unificação do Estado Italiano¹¹⁴ pela Inglaterra, seguida pela França e por alguns países católicos¹¹⁵. Ressalta-se que a Áustria, em razão de disputas territoriais na região Vêneta, foi contrária à criação do novo Estado. A Espanha também não reconheceu a criação do Estado Italiano, em função do parentesco dos soberanos (Áustria e Espanha), além de assumir a mágoa pelo não reconhecimento do Estado Papal (CERVO, 2011).

Esses acontecimentos provocaram a necessidade de fortalecimento das relações diplomáticas com as demais nações europeias e, também, com as americanas, que estavam recebendo uma massa populacional oriunda da Itália.

¹¹³ Crispi foi primeiro ministro italiano durante dois períodos: o primeiro de 1887 a 1891 e, o segundo, de 1893 a março de 1896.

¹¹⁴ O reino da Itália foi criado pelo Parlamento de Turin em 1861.

¹¹⁵ Reconheceram o Novo Estado mesmo tendo receio em relação à opinião pública devido ao não reconhecimento, pelo governo Italiano, do Estado Papal.

Para Iotti (2010), essa aproximação diplomática visava atender interesses políticos e econômicos da Itália relacionados com o desenvolvimento industrial e com a expansão do comércio exterior. Sendo assim, a imigração passou a ser uma preocupação e um excelente negócio para a economia e para o novo governo imperial italiano.

Para tanto, era fundamental estabelecer políticas visando o fortalecimento da italianidade para manter os imigrantes vinculados a Mãe Pátria. Segundo Cervo (2011) Francesco Crispi incentivava, nos países que recebiam os imigrantes, a criação de sociedades beneficentes, escolas, hospitais e a publicação de jornais¹¹⁶ em italiano. Diante dessa situação, no dia 12 de junho de 1913, encontrou-se no jornal Diário do Interior, que circulava em Santa Maria, uma nota, em língua italiana, convocando os sócios da “*Società Italiana de de mutuo soccorso*”, para uma reunião (Figura 14).

Figura 14 - Texto publicado no Jornal Diário do Interior, 12 de junho de 1913.



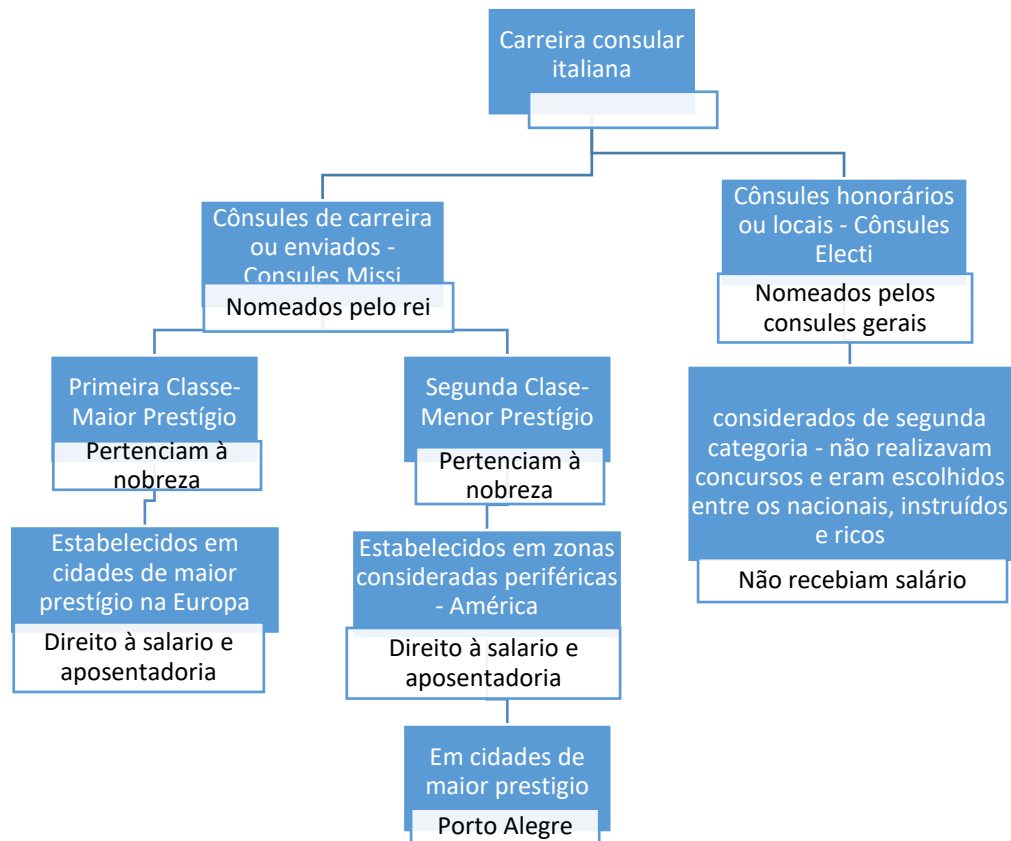
Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Santa Maria¹¹⁷

¹¹⁶ Em Santa Maria, no período anterior a Iª Guerra Mundial os jornais locais publicavam notas para a comunidade de imigrantes, escritas em italiano.

¹¹⁷ Sociedade de Mutuo Socorro. Os sócios foram convidados a participar da reunião que se realizou no domingo, 15, às 2 horas da tarde na residência do Dr. Turi, para discutir a seguinte ordem do dia.: 1- Eleição da diretoria; 2 Construção do novo edifício social. O Presidente. Santa Maria, 12 de junho de 1913.

O *Ministero degli Affari Esteri* (Ministério das Relações Exteriores - MAE) surgiu junto com o Estado Italiano em março de 1861. Sendo assim, a estrutura diplomática italiana (Figura 15) estava dividida em cônsules de carreira ou enviados denominados de *Cônsules Missi* e os cônsules honorários ou locais que eram denominados de *cônsules Electi* (IOTTI, 2010). Para exercer o cargo de *Consules Missi* os candidatos deveriam ser aprovados em um concurso, possuir conhecimento de leis e serem nomeados pelo rei. Eles também possuíam direito à salário¹¹⁸ e à aposentadoria.

Figura 15 - Esquema da Carreira Consular Italiana



Fonte: Elaborado por Jorge Alberto Soares Cruz

Além disso, a categoria de cônsul de carreira estava subdividida em duas classes. Os cônsules de primeira classe estavam lotados em cidades de maior prestígio na Europa. Para a América do Sul, por ser considerada área periférica, vinham representantes da carreira diplomática considerados inferiores. Mesmo assim, esses representantes pertenciam à nobreza italiana e eram alocados nas

¹¹⁸ Conforme o local para onde era designado o salário do Cônsul, era acrescido de um abono.

idades de maior prestígio, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, dentre outras. Também foram criados os vice-consulados e as reais agências consulares.

As reais agências consulares italianas, surgiram no final do século XIX e início do século XX com o objetivo de minimizar os custos do governo italiano com o pagamento do pessoal diplomático. Além disso, o governo italiano via na criação das agências consulares uma forma de controle e fortalecimento da identidade italiana, além de ser uma maneira de fazer os imigrantes e seus descendentes manterem-se vinculados com a pátria mãe.

O projeto italiano de controle dos colonos radicados no Brasil esbarrou no decreto 13-A e 58-A¹¹⁹, de 1889, que concedeu e regulou naturalização a todos os estrangeiros que haviam se estabelecido no Brasil antes de 15 de novembro de 1889, independente de solicitação. Aqueles que não concordassem com sua naturalização teriam um prazo de seis meses para manifestarem sua contrariedade. Além disso, o decreto 58-A estabelecia que os estrangeiros naturalizados poderiam usufruir de todos os direitos políticos e civis, bem como exercer cargos públicos. Diante desses decretos, o governo italiano manifestou contrariedade, alegando que as normativas feriam direitos internacionais e prejudicavam direitos dos estrangeiros (CERVO, 1990). Mesmo assim, o governo italiano continuou insistindo no controle dos colonos aqui residentes.

Em 1896, fazia a Itália uma última tentativa para estabelecer o controle oficial dos italianos do Brasil. Em nota de 7 de março, a legação solicitava autorização para os consulados procederem aos registros civis dos súditos italianos aqui residentes. Como havia conflito de leis acerca da cidadania e um desentendimento diplomático que já se arrastava, a resposta do governo brasileiro, expedida a 24 de março, foi ríspida: autorização consentida, porém tais registros não tem valor legal no Brasil e os estrangeiros que não se registrarem segundo as leis brasileiras sofrerão penas prescritas nas mesmas leis (CERVO, 1990, p. 23).

Diante dos embates diplomáticos com o governo brasileiro e o desejo do fortalecimento da cultura e da identidade italiana nas colônias, o governo da Itália estabeleceu algumas políticas educacionais para atingir seus objetivos. Sendo assim, surgiu uma categoria especial de educadores que foram denominados de “Professor Agente”. Esses educadores foram enviados para as colônias e, além de ministrarem aulas, poderiam exercer a função de agentes consulares, servindo como o elo entre os imigrantes e as autoridades consulares italianas (SAVETTI, 2014 e

¹¹⁹ Decreto 13-A, de 26 de novembro de 1889 e 58-A, de 14 de dezembro de 1889,

RECH, 2015). Esse foi o caso do professor Umberto Ancarani, que foi o primeiro agente consular em Santa Maria.

Normalmente os agentes consulares eram escolhidos pelo Consul Geral, entre os italianos que haviam migrado para a América. Ou seja, eram moradores locais e designados para exercerem suas funções em áreas estratégicas para o comércio. O cargo de Agente Consular não dava direito a um salário, mas dava prestígio e *status* entre os imigrantes. Além disso, os candidatos a Agente Consular deveriam possuir boas condições financeiras e bom nível de instrução, bem como, deveriam exercer suas funções em regiões onde não existiam representações diplomáticas. Porém, por não serem remunerados, os agentes consulares locais, muitas vezes, tinham que exercer outras atividades relegando a um segundo plano as funções diplomáticas.

Luiza Iotti (2010) relata que, no Rio Grande do Sul, foram criadas agências consulares em algumas localidades entre os anos de 1875 a 1914.

Foram instaladas agências consulares nas cidades de Bagé, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Livramento e Santa Vitoria do Palmar. E por um breve Período de tempo, vice consulado em Pelotas, Bento Gonçalves, e Alfredo Chaves. A montagem desta estrutura evitou que a Itália desembolsasse somas elevadas com sua representação diplomática na região, na medida em que viabilizava a nomeação de um número maior de agentes consulares em detrimento ao de funcionários de carreira que eram os que tinham direito à remuneração. (IOTTI, 2010,p. 96)

Percebe-se que a autora omite ou esquece de relatar a existência da Agência Consular de Santa Maria, que foi criada em 1912. Além disso, durante um curto espaço de tempo foi criado em Santa Maria um vice-consulado (1918).

3.3 A PRIMEIRA FASE DA AGÊNCIA CONSULAR ITALIANA DE SANTA MARIA

A Real Agência Consular de Santa Maria foi criada em razão da importância econômica que representava, para Governo Italiano, a imigração na região central do Rio Grande do Sul.

Iotti (2001) confirma a participação e presença italiana na região central, ao escrever sobre o relatório do Cônsul Enrico Parodi, de 1883, que relatava que os imigrantes da Colônia de Silveira Martins haviam enviado 40 mil francos anuais para a Itália¹²⁰. Isso demonstra a necessidade do governo italiano em estabelecer boas

¹²⁰ As remessas de dinheiro para a Itália eram destinadas ao pagamento de dívidas, ajuda familiar e

relações diplomáticas com a região. Sendo assim, o Cônsul Cavaliere Giovanni Battista Beriverini (exequatur¹²¹ de 5 de novembro de 1908), sediado em Porto Alegre, solicitou ao governo de seu país a criação de uma real agência consular em Santa Maria.

A criação das agências consulares fazia parte da política econômica e, conseqüentemente, expansionista do governo italiano, que necessitava fortalecer nas colônias a noção de italianidade e de pertencimento a um grupo étnico e identitário. Esse fato acontece por razões econômicas e, também, porque alguns imigrantes ainda não possuíam o sentimento de serem italianos. Ademais a unificação do território italiano foi uma unificação política e não cultural. Sendo assim, o sentimento pátrio existente entre os colonos/imigrantes estava mais relacionado com a sua região de origem (Vêneto, Trento, Lombardia, etc) e não com o Estado Italiano recém unificado. A religião Católica era o elo histórico de união em torno de um ideal comum da grande maioria, independente da região de origem. Isso ocorreu em razão da influência religiosa que predominava nas colônias. Esse sentimento ideológico¹²²/religioso, ainda hoje é muito forte em algumas comunidades compostas por descendentes de imigrantes italianos.

A ideia de fortalecer a italianidade havia surgido logo após a unificação italiana. Nesse sentido, logo após a unificação, D'Azeglio¹²³, um intelectual e político italiano, falava: "Nós fizemos a Itália: agora temos que fazer italianos". Associado a isso, existe a política expansionista, alicerçada em fatores econômicos e colonialistas. Sendo assim, era necessário fortalecer a invenção de uma identidade nacional¹²⁴ com objetivo de gerar o sentimento de pertencimento a uma única cultura

aplicações bancárias. Com isso, os imigrantes auxiliavam na economia de seu país de origem (GIRON, 1994).

¹²¹ Exequatur é a autorização do Governo Brasileiro para que o Consul possa exercer suas funções.

¹²² Percebe-se que esses sentimentos de etnicidade e religiosidade estão investidos de um forte sentimento ideológico. Estas ideologias "podem ser vistas como sistemas de pensamento, sistemas de crenças, ou sistemas simbólicos que se referem a ação social ou à prática política" (THOMPSON, 2011, p. 14).

¹²³ Hobsbawm (2006).

¹²⁴ Porém, a mobilização para criar esta identidade esbarrava nos interesses políticos, econômicos e religiosos da igreja Católica, que possuía alguma resistência em relação a unificação italiana, devido ao não reconhecimento do Estado do Vaticano o que só ocorreu em 1929, através do tratado de Latrão. Conforme Giron (1994) este tratado pôs fim a denominada "Questão Romana". Uma das razões para a assinatura do mesmo foi que Mussolini, mesmo sendo um anticristão declarado, via no catolicismo uma forma de expansão do Estado italiano e do fascismo. Através do tratado de Latrão, o governo italiano cedeu parte de seu território para a formação do Estado Papal. Também foi prevista uma indenização ao Vaticano, objetivando recompensar perdas territoriais para o Reino. Além disso, o catolicismo passou a ser a religião oficial do Estado italiano. Com isso, Mussolini teve sua popularidade aumentada e ganhou a simpatia dos católicos que poderiam ser os desagregadores do

vinculada ao Estado recém criado. Neste cenário é que se fortalece a importância e a necessidade de expandir as representações diplomáticas.

A política de fortalecimento da identidade italiana também foi utilizada durante a Primeira Guerra Mundial. O governo Italiano, em 1918, enviou a todos os cônsules brasileiros uma correspondência convocando imigrantes do sexo masculino nascidos entre os anos de 1874 e 1890, residentes na região de Santa Maria, para se apresentarem ao exército e defenderem a sua pátria de nascimento.

(...) não será bom cidadão noutra pátria o que negar seu sangue que lhe deu a vida num momento solene, grave como que a nossa atravessa. Em que recanto escuro poderá jamais esconder sua vergonha, o italiano que recusar um lugar de honra entre as fileiras do seu exército que tantas glórias colhe nesta hora, entre o seu povo que tão grande calma e firmeza ostenta perante o mundo, quando da Inglaterra, da Escócia, da Irlanda correm soldados para misturar seu sangue nestas planícies, sobre nossas montanhas, onde tantos italianos aqui domiciliados tem mesmo agora, casas, parentes e amigos com o sangue que o poeta chamou de gentil. (CORREIO SERRANO, 15/12/1918)

Aqueles que não se alistassem seriam considerados desertores e refugiados no Brasil, inclusive o governo da Itália estava solicitando, ao governo brasileiro, autorização e meios de punir os desertores (CORREIO SERRANO, 17/12/1918). Essa convocação esbarrava no decreto republicano número 58-A, de 14 de dezembro de 1889, que considerava todos os estrangeiros que residiam no Brasil, até 15 de novembro de 1889, como cidadãos brasileiros, com todos os direitos civis e políticos, podendo exercer qualquer cargo público, exceto o de chefe do Estado. Também seriam considerados brasileiros, os estrangeiros que fixassem residência no país por dois anos após a data de publicação desta lei.

Em Santa Maria a inspeção de saúde para o ingresso no exército italiano ocorreu em 17 de dezembro de 1918, na Real Agência Consular. A inspeção foi realizada por médicos italianos residentes no Brasil e, entre eles, destaca-se o doutor Nicola Turi, que foi o terceiro Agente Consular em Santa Maria.

No contexto do fortalecimento da identidade também deve ser destacado o interesse econômico do governo italiano com relação aos súditos que migraram para a América. Durante a Primeira Guerra Mundial o Império italiano pediu empréstimo aos compatriotas que haviam migrando para o Brasil e, assim, vários imigrantes e sociedades italianas situadas no Rio Grande do Sul enviaram sua colaboração

financeira para auxiliar nos esforços de guerra.¹²⁵

Anterior à criação da Agência Consular de Santa Maria, os imigrantes italianos e seus descendentes haviam realizado um abaixo-assinado reivindicando a criação de um vice-consulado na região. O abaixo-assinado sugeria como Vice-Cônsul o comerciante Attílio Marciaj¹²⁶ ou o Doutor Nicola Turi.

Ao invés de um vice-consulado foi criada uma Real Agência Consular. O primeiro Agente Consular de Santa Maria da Boca do Monte, segundo o relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, (1913, p. 162) com a data de exequatur de 18 de maio de 1912, foi o professor Umberto Ancarani. Mesmo vindo para o Brasil patrocinado pelo governo Italiano, o professor assumiu o cargo de Agente Consular, sem receber salário, pois não fazia parte do quadro diplomático italiano (Consule Missi). Porém, ele pode ser visto como “professor agente”. Nesta atribuição, além das atividades pedagógicas, os professores exerciam as funções assistenciais dando conselhos e trazendo notícias da Itália aos imigrantes e, às vezes, desempenhavam as funções de agentes consulares (SALVETI, 2014).

Mesmo antes do surgimento da Agência Consular de Santa Maria, apareceram algumas personalidades da comunidade italiana desempenhando a função de representantes consulares ou correspondentes consulares na região. Dentre estes nomes está o do Padre Antônio Sório, (pároco de Vale Vêneto e, posteriormente, de Silveira Martins), que em suas pregações relatava as vantagens que poderiam ser obtidas do governo italiano para quem retornasse à pátria mãe (ZANINI E VENDRAME, 2014). Outro nome que aparece como representante consular é do líder em Silveira Martins, Prospero Pippi. Em Arroio Grande, essa função foi desempenhada pelo professor Andreas Possobom, que foi presidente da Sociedade Italiana existente naquela localidade.

Antes de ser nomeado oficialmente agente consular, o senhor Umberto Ancarani aparece desempenhando a função de inspetor agente em todo o município de Santa Maria (CARLESSO, 2012). Os correspondentes consulares exerciam, mesmo que extraoficialmente, o papel de intermediários entre o Consulado em Porto

¹²⁵Durante o ano de 1918, o Correio Serrano e o Diário do Interior, jornais de circulação em Santa Maria, publicaram várias listas com o nome de pessoas e entidades que, a título de empréstimo, repassavam dinheiro para o governo italiano com o objetivo de auxiliar nos esforços de guerra.

¹²⁶Jornal a Tribuna de 22 de dezembro de 1906. Attílio Maciaj foi um comerciante italiano que junto com seu irmão era dono da loja de varejo “A Predileta”, que estava localizada na rua do Comércio, em frente à praça Saldanha Marinho. Os irmãos Marciaj fizeram parte da diretoria da *Societa de Muttuo Soccorso*, de Santa Maria.

Alegre e os imigrantes. Fundamenta-se esta afirmação tendo como base os relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a criação da Real Agência Consular de Santa Maria, que ocorreu somente em 1912.

3.3.1 Umberto Ancarani, primeiro agente consular de Santa Maria

O Professor Umberto Ancarani exerceu a função de agente consular em Santa Maria de 1912 a 1918. Filho de pais italianos, nasceu em 18 de janeiro 1865 em Constantinopla, atual Istambul e, durante 15 anos, trabalhou em prol do governo italiano nas regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul, onde chegou por delegação do governo de seu país. Era bacharel em língua italiana, francesa e grega, produzindo alguns textos nesses idiomas.

Antes de vir para o Brasil, Ancarani morou na Grécia, onde exerceu a função de juiz consular e conselheiro municipal italiano na ilha de Creta. Recebeu do governo Grego a medalha da “Cruz de Cavaleiro”, pelos serviços prestados. Durante 15 anos trabalhou como correspondente do jornal A Tribuna de Roma. Antes de vir para Santa Maria, em 1904, o professor Umberto Ancarani foi professor da escola italiana para meninos, mantida pela Sociedade Italiana Príncipe de Nápoles, em Caxias do Sul (LUCHESE, 2011).

Em Santa Maria, juntamente com sua esposa Iró Ancarani¹²⁷, fundou, em 1906, uma escola mista (internato e externato) onde existiam os cursos primário, secundário e comercial¹²⁸. Além disso, ensinava-se os idiomas português, italiano e francês. O Ginásio Ítalo-brasileiro, mais tarde, Instituto Ítalo-brasileiro, foi uma escola considerada como referência na região central do Rio Grande do Sul. Inicialmente, funcionava na esquina da rua do Acampamento com rua José Bonifácio¹²⁹. Mais tarde, o instituto mudou-se para sede própria na esquina da rua do Acampamento com a Rua Pinheiro Machado. Parte do prédio foi preservada, porém muito descaracterizada, hoje, no local, funciona a Loja Taqui. Nas dependências do Ginásio Ítalo Brasileiro também funcionou a sede da primeira Agência Consular Italiana (Figura16).

¹²⁷ Em um relatório enviado em 1905 ao Ministério das Relações Exteriores da Itália (*Ministero degli Affar Esteri*), Umberto Ancarani relata a existência de uma escola Feminina em Caxias, administrada por Iró Ancarani (Bolletino Dell' Emigrazione, 1905).

¹²⁸ O curso comercial preparava para trabalhar em farmácia, odontologia, agrimensura e belas artes.

¹²⁹ Hoje no local está o Edifício Centenário.

Figura 16 - Sede do Instituto Ítalo-brasileiro e da Real Agência Consular



Fonte: Revista do Primeiro Centenário de Santa Maria - 1914

O Instituto, no ano de 1917, novamente teve seu nome alterado para Instituto Médio Ítalo-brasileiro “Cristovão Colombo” onde, além dos cursos já existentes, passa a funcionar aulas preparatórias para os exames de ingresso em faculdades brasileiras. Os alunos deste curso recebiam todo o material (lápiz, pena, cadernos, etc.). Pode-se afirmar que, no Instituto, funcionaram os primórdios dos cursos pré-vestibular.

Para apresentar a escola, a metodologia de ensino¹³⁰ e o corpo docente para os novos alunos e seus familiares, algumas vezes o casal Ancarani realizava algumas festividades nas dependências do Instituto (figuras 17 e 18). Nestas festividades, o casal Ancarani sempre procurou convidar autoridades e a imprensa local, que era uma forma de difundir as atividades desenvolvidas na escola.

Segundo Salvetti (2014) a criação de escolas italianas em regiões coloniais poderia ser classificada como públicas e privadas. As públicas eram totalmente financiadas pelo governo e, as privadas, eram muitas vezes mantidas por

¹³⁰ Para o ensino de língua estrangeira, o método utilizado no Instituto Ítalo-brasileiro foi o método de *Berlitz*, este método surgiu no final do século XIX, nos Estados Unidos e ainda é muito utilizado nos dias de hoje.

sociedades de mútuo socorro e recebiam algum subsídio do governo italiano, desde que estivessem adaptadas didática e metodologicamente com a política educacional da pátria mãe. Além disto deveriam enviar relatórios para Itália informando o número de alunos e as atividades didáticas realizadas.

Ancarani¹³¹ havia sido professor em Caxias, em uma instituição de ensino mantida pela “Sociedade Italiana Príncipe de Napoles¹³²”, onde havia ministrado aulas de línguas estrangeira. Também havia dado aulas de línguas na Biblioteca Pública de Pelotas e no Ginásio Pelotense. Em Pelotas também ministrou aulas de italiano e francês na Academia do Comércio, onde aplicou a metodologia¹³³ utilizada nos cursos de línguas estrangeira de sua escola.

Figura 17 - Material de divulgação do Instituto Ítalo-brasileiro



FONTE – Acervo pessoal de Valter Noal Filho

¹³¹ Iotti (2001) destaca que o professor Ancarani veio ao Brasil como professor subsidiado pelo governo italiano.

¹³² Nome dado em homenagem a Vitor Emanuel e foi fundada em 1º de maio de 1887.

¹³³ Berlitz Methodo.

Figura 18 – Festa do Instituto Ítalo-brasileiro, em 1915



FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria¹³⁴

Referente à história do Senhor Ancarani (Figura 19) o que pode ser relatado diz respeito a fragmentos descobertos em algumas hemerotecas locais e nacionais. Essas hemerotecas serviram para reconstruir ou recuperar frações do passado deste personagem, que há algum tempo estava esquecido pela historiografia da região e, cujos registros, em sua grande maioria, foram perdidos ou eliminados pelo tempo.

¹³⁴ No canto esquerdo superior da foto vê-se a senhora Iró Ancarani, o Real Agente Consular , o senhor Umberto Ancarani e, a seu lado, o Doutor Nicola Turi,

Os primeiros relatos referentes ao professor Ancarani na região podem ser observados em notícias do jornal *O Combatente*, de 04 de setembro de 1904, que relata que o Senhor Ancarani depois de andar pelo interior de São Paulo, Paraná e

Figura 19 - Umberto Ancarani

Santa Catarina, estava visitando as colônias italianas no Rio Grande do Sul e pretendia visitar a ex-colônia de Silveira Martins. Em suas visitas, Ancarani incentivava o aumento da produção agrícola no Brasil. Procurou-se o local e a data de sua entrada no país e nada foi encontrado. Acredita-se que o já citado professor migrou para o Brasil na primeira década do século XX, se estabelecendo inicialmente em Caxias, onde foi professor de uma escola mantida pela Sociedade Italiana Príncipe de Nápoles



Fonte: Revista comemorativa ao primeiro centenário de Sant Maria - 1914

O Real Agente Consular Umberto Ancarani, por ser muito vaidoso, em todas as festas, bailes, procissões e demais solenidades oficiais, aparecia utilizando um uniforme (denominado uniforme consular) em que ostentava algumas medalhas,

como pode ser observado na Figura 19. Essas suas aparições, utilizando uma túnica, eram muito criticadas por seus opositores.

Luiza Iotti (2014) e Gelson Rech (2015), relatam que o professor Ancarani havia sido agente consular em Caxias do Sul¹³⁵. Porém, nos relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, dos anos de 1902, 1903 e 1904, aparece como agente consular em Caxias o senhor Ítalo Bersani, que teve sua exequatur em 8 de janeiro de 1900. O professor poderia ter exercido a função de correspondente consular. Além disso, neste período, Ancarani ainda não havia se fixado em solo rio-grandense, como pode ser visto em notícia veiculada no jornal *A Tribuna*, de 04 de setembro de 1904 (Figura 20). Ademais, no início de 1906, o Ginásio Ítalo-brasileiro, de sua propriedade, já estava em funcionamento em Santa Maria.

Antes de ser agente consular em Santa Maria, o professor Umberto Ancarani havia escrito, em 1905, um relatório¹³⁶ ao governo italiano, relatando as condições dos colonos e a prosperidade da Colônia de Caxias. O referido documento é fruto de uma viagem que o professor realizou ao Brasil em 1904, promovendo conferências e visitando colônias italianas existentes no Rio Grande do Sul. Este relatório, intitulado *La colônia Italiana di Caxias (Rio Grande do Sul; Brasile) relazione del maestro Sig. Umberto Ancarani*, é mais uma prova que Ancarani não exerceu a função de Real Agente Consular em Caxias, pois trata o professor como: “*maestro sig Umberto Ancarani*”, e não como agente consular.

Em seu relatório¹³⁷, Ancarani procurava ressaltar o sentimento identitário ligado à italianidade, visando a manutenção dos laços com a Itália. O professor narra que anterior aos italianos, esta região havia sido povoada por bugres e pelos russos-poloneses,¹³⁸ que haviam perdido vários membros do grupo, vítimas de doenças. Alguns destes imigrantes, quando abandonaram a Colônia Caxias¹³⁹,

¹³⁵ No jornal *O Brasil*, de Caxias do Sul, de 1919, também aparece que o professor Ancarani havia sido agente consular naquela cidade, porém não **se consegue precisar a data que isso aconteceu**. Defende-se a ideia de que o professor Ancarani tenha desempenhado alguma função junto ao Consulado Italiano em Porto Alegre e por isso, é denominado de agente consular em Caxias do Sul. Em Santa Maria, antes de ser nomeado agente consular, Ancarani havia exercido a função de inspetor agente.

¹³⁶ Segundo Iotti (2010) o primeiro ministro italiano Francesco Crispi, através da circular número 4 de 1888, solicitava que os representantes diplomáticos enviassem semestralmente relatórios informando a situação dos imigrantes, pois a imigração havia passado a fazer parte da política expansionista do governo italiano. Tanto a criação da agência consular como o relatório de Ancarani visavam garantir interesses do império italiano no Brasil.

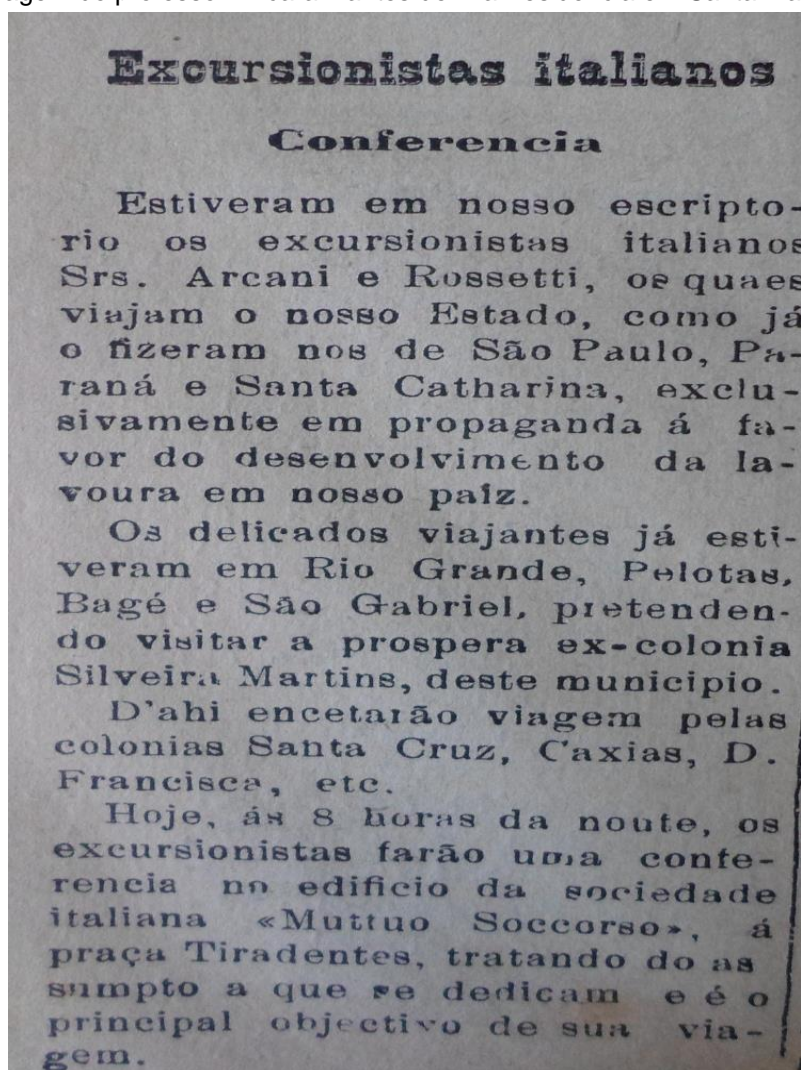
¹³⁷ *Relazione del maestro Sig. Umberto Ancarani* (ANCARANI, 1905).

¹³⁸ Para Santin (1999), seriam poloneses com passaporte russos, ou alemães com passaporte russo.

¹³⁹ Para Sponchiado (1996) estes russos-alemães fixaram-se próximo a Caxias, não propriamente na

fixaram-se em São Marcos¹⁴⁰.

Figura 20 – Viagem do professor Ancarani antes de fixar residência em Santa Maria



Fonte: Jornal A tribuna de 04 de setembro de 1904.

Os fatos narrados por Ancarani no relatório enviado ao governo italiano

Colônia de Campo dos Bugres. Porém, eles almejavam terras planas, o que fez eles voltarem para Porto Alegre.

¹⁴⁰ I russi e i polacchi che avevano tentato le priime prove, soccombettero, par gran parte decimati dalle malattie; altri emigrarono altrove, a San Marco— a nord-est di Caxias — ove fondarono quella piccola colonia

(1905) são semelhantes aos fatos registrados na Quarta Colônia Imperial do RS, relatados pelo imigrante Antônio Ceretta em suas memórias (1941), como os narrados por Romeu Beltrão (1979), Sponchiado (1996 e 2019), e pelo próprio Ancarani, na Revista do Primeiro Centenário de Santa Maria (1914), principalmente em relação à morte de alguns indivíduos. No distrito santa-mariense de Arroio Grande também existe uma localidade denominada São Marcos, onde existiram algumas propriedades de famílias alemãs.

Nesses registros há a descrição de que os imigrantes sofreram com as condições climáticas. Inicialmente, com uma grande seca e, posteriormente, com um inverno rigoroso, além da falta de alimentos que haviam se deteriorado em razão do excesso de chuvas. Soma-se a esta situação a morte de 35 crianças e a possibilidade de migrarem atraídos pelas promessas de melhores terras ofertadas pelo Governo Argentino. Ancarani (1905 e 1914) e Antonio Ceretta (1941), como os registros de Sponchiado (1996 e 2019) e de Beltrão (1979) relatam que quando a primeira leva de Italianos chegou na região os russos alemães/ poloneses estavam em retirada¹⁴¹. Além disso, alguns membros deste grupo de russos alemães, por ocasião da migração, trouxeram alguns recursos financeiros, o que possibilitou a aquisição de terras na região de Val de Buia. Quando começaram a se retirar, venderam suas propriedades para alguns italianos que estavam chegando.

Quando já havia fixado residência em Santa Maria e aberto o Ginásio Ítalo-brasileiro, Umberto Ancarani publicou, em 1914, na Revista Comemorativa ao Primeiro Centenário de Santa Maria, uma monografia em que, dentre outras coisas, relata a saída dos poloneses e a chegada dos italianos.

Durante o caminho os imigrantes italianos tinham encontrado famílias de imigrantes polacos que por terem sido dizimados por moléstias epidêmicas e contagiosas, abandonaram as mesmas terras e mato para onde se dirigiam. Este triste encontro causou profunda consternação no espírito daquela gente itálica que procuravam outro país onde com o vigor de seus braços pudesse ganhar umas terras e um melhor bem estar; cousa que naquele tempo, lhes não podia dar a pátria de origem ainda exausta das longas guerras pela própria independência e pela unificação do Reino da Itália. Porém sempre filhos de uma raça forte e laboriosa, aqueles humildes colonizadores, com as lágrimas amarguradas nos olhos, continuaram a dolorosa peregrinação até encontrar o núcleo colonial, abandonado pelos polacos, no meio dos matos. (ANCARANI. 1914,p.14)

Ancarani, em seu relatório de 1905, aponta que os colonos de Vêneto não

¹⁴¹ Conforme Sponchiado (1996), a administração da Colônia, representada pelo engenheiro Guilherme Grenhalgh, tentou dissuadi-los da ideia de abandonar a colônia, porém não obteve êxito.

tinham iniciativas, mas ao mesmo tempo destaca: “no entanto é justo reconhecer o progresso que esses colonos tem feito no ramo agrícola,¹⁴² mesmo que não tenham conhecimento, mas guiados pela única experiência adquirida com a prática prolongada” (ANCARANI, 1905, p. 20). Acredita-se que essa declaração com relação a falta de iniciativa, esteja fundamentada na origem humilde dos colonos, já que a maioria eram agricultores, provenientes do norte da Itália, pobres e com pouca instrução. Além disso, esse posicionamento pode ser visto como uma forma de aproximação e valorização da cultura política das classes dominantes italianas que ainda mantinham uma visão medieval da sociedade (IOTTI, 2010). Essa perspectiva menosprezava a origem humilde dos colonos que, em sua maioria, foram obrigados a migrarem para a América para poderem sobreviver. Para a classe dominante, aqui representada pelos cônsules, que em sua maioria pertenciam à nobreza italiana, “(...) os imigrantes não eram cidadãos para ajudar e defender, mas camponeses impertinentes que, com sua miséria e ignorância, ofendiam a Pátria” (IOTTI, 2010, p. 99).

Percebe-se que esse posicionamento de desprezo pelos colonos mudou radicalmente durante a Primeira Guerra Mundial, quando o governo italiano necessitou de recursos humanos e financeiros para manter os esforços de guerra. Através dos representantes diplomáticos é solicitado auxílio, através de um empréstimo, aos colonos aqui estabelecidos.

Em seu relatório de 1905, Ancarani também ressalta o grau de escolaridade dos filhos dos imigrantes. Apesar das escolas mantidas pelo governo brasileiro serem relativamente numerosas, existiam muitos analfabetos e as pessoas falavam o “dialeto vênето puro, ou, uma mistura deste com o português¹⁴³” (ANCARANI, 1905, p. 26). O professor parece desconhecer uma realidade das colônias onde os filhos eram mão de obra na lavoura e a escola não era uma prioridade, pois não gerava recursos financeiros.

Mesmo assim, em seus relatos de 1905, o professor explica que em suas visitas a várias colônias, lhe foi relatada a necessidade de criação de escolas com professores italianos. Neste contexto, Ancarani legisla em causa própria, e sugere a criação de escolas italianas particulares onde seria cobrada uma mensalidade pelos

¹⁴² Tuttavia é giusto riconoscere i progressi che questa coloni hanno fattto nel ramo agricolo, pur non avendo cognizione alcuna, ma guidati dalla sola esperienza acquista.ta colla lunga pratica.

¹⁴³ Parlano perciò o il puro dialetto, o un misto di dialetto veneta e di lingua portoghese.

alunos que receberiam livros e o restante do material escolar¹⁴⁴. Também relata a existência, em Caxias, de uma escola masculina que funcionava na “*Società Príncipe di Napoli*”¹⁴⁵ e de uma escola feminina da senhora Iró Ancarani, bem como, a escola mista, dirigida por religiosas francesas, cujas aulas eram ministradas em português.

Ainda em relação à educação, o professor Ancarani destacava que nas cidades, ao contrário das zonas rurais, as pessoas não gostavam de falar italiano porque esta era a língua dos imigrantes ou melhor dos “colonos”. Aqui podemos perceber a relação/vínculo de quem falava os dialetos ou o colono como sendo os “novos” trabalhadores braçais. Fazendo assim a relação com o trabalho braçal do período escravocrata. Ou seja, a desvalorização e o preconceito com o trabalho braçal especialmente nas lavouras. O preconceito aos dialetos falados nas regiões de colonização italiana foi fortalecido no período da Segunda Guerra Mundial quando foi proibido o ensino do alemão, italiano e japonês. Na atualidade do século XXI, apesar dos movimentos visando o fortalecimento da italianidade, ainda existe o preconceito de “ser colono”¹⁴⁶.

Tomando-se como ponto de partida que o império italiano passou a ver a imigração como expansão do Estado e como um negócio de governo e que as colônias faziam parte da expansão do império, percebe-se que a atuação de Umberto Ancarani, em seus relatos, em sua escola, e em sua atuação como agente consular procurava a valorização e o fortalecimento da identidade italiana nas comunidades formadas por imigrantes. Sua esposa, a professora Iró Ancarani, também atuou no fortalecimento da identidade italiana. Paralelamente às suas atividades na escola da família, juntamente com outras mulheres da comunidade italiana, estimulou e criou o comitê feminino pró-Itália, em Santa Maria, em 1915 (Figura 21).

¹⁴⁴ (...)dandogli, naturalmente, una piceola retribuzione mensile, che sa-relho pagata dagli alunni; e bisognerebbe pur dargli nn sussidio in libri, quaderni e penne, e un compenso in fio d'anno a titolo d'incoraggiamento (ANCARANI, 1905 p. 27).

¹⁴⁵ Fundada em 1º de novembro de 1889, com apenas 60 sócios.

¹⁴⁶ Para algumas pessoas, ser colono é sinônimo de indivíduo ingênuo, inculto e desprovido de inteligência. Outro ponto que perdurou, durante algum tempo, principalmente em Caxias, é referente a educação formal dos jovens. Eles estudavam visando conseguir uma vaga em alguma indústria local para poderem ajudar na economia doméstica. Na Quarta Colônia, devido à proximidade com Santa Maria e, conseqüentemente, da Universidade Federal, os jovens estudavam e estudam buscando o acesso ao ensino universitário. Não se pode esquecer que no passado, visando uma melhor educação formal, algumas famílias enviavam seus filhos para os seminários existentes na região.

No Rio Grande do Sul foram criados Comitês Femininos **pró-pátria** em Porto Alegre e Caxias. Em Santa Maria foi criado o Comitê Feminino **pró-Itália**, que estava vinculado ao comitê de Porto Alegre, para onde eram encaminhadas todas as iniciativas locais.

Figura 21 - Comitê feminino pró-Itália de Santa Maria, em 1915



Fonte: Cinquentenário della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud - (1875-1925) (2000, p.450)¹⁴⁷

Os Comitês Femininos, foram criados em 1915 com o objetivo de auxiliar as famílias necessitadas dos imigrantes que haviam retornado para a Europa para lutar na Primeira Guerra Mundial como soldados do exército italiano. Conforme Trento (2015) estes comitês eram formados por senhoras pertencentes a famílias de imigrantes, que possuíam um bom nível econômico e social. Dentre as atividades desenvolvidas por estes grupos, estavam a realização de visitas às famílias dos

¹⁴⁷ Ao centro, professora Iró Ancarani, a sua direita a senhora Giuseppina Marciaj, Giovanna Fittipaldi, e Tereza Bonaldi, Palmeira e Giuseppina Grassi; à esquerda da prof. Iró, Maria e Albina Agostini, Elisa Baron, Angelina Venturella e Elena Corderini. As meninas da esquerda para a direita: Angelina Isaia, Maria Marciaj e Filomena Gramaldi

soldados italianos, confecções de roupas, auxílio a parturientes, além de ajuda financeira na educação dos filhos dos imigrantes que haviam partido para o campo de batalha. Para tanto, os grupos realizavam algumas festas, com o objetivo de angariar fundos para manter as famílias que eram assistidas por eles.

Além de suas atividades como professor e Agente Consular, Ancarani também era militante do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), participando de várias atividades da agremiação na cidade e região. Defende-se a ideia de que sua atuação político-partidária estava alicerçada em interesses pessoais. Havia, na justiça estadual, um processo contra o Ginásio Ítalo-brasileiro referente à cobrança de impostos atrasados e o professor reivindicava, em 1914, a isenção desses impostos que, pela legislação da época, só quem poderia conceder a anistia dos mesmos era a Assembleia Legislativa Estadual. Sendo assim, consta na Ata da 28ª Reunião Ordinária da Assembleia, que foi aprovado o parecer do redator que reconhecia a isenção dos impostos da Escola da Família Ancarani.

A atuação de Umberto Ancarani como agente consular, supostamente provocou o descontentamento de parte da comunidade italiana de Santa Maria. Esta afirmação é comprovada com notícias veiculadas na imprensa local, referente a um abaixo assinado¹⁴⁸ enviado ao Real Cônsul italiano, em Porto Alegre, solicitando o afastamento do professor do cargo de real agente consular. Na justificativa deste abaixo assinado¹⁴⁹ encontravam-se várias acusações graves contra a atuação do real agente consular como, por exemplo, na manchete de primeira página do Jornal Correio da Serra (16 de abril de 1918) intitulada: “A colônia Italiana de Santa Maria pede as autoridades a retirada¹⁵⁰ do Sr. Ancarani”. Esta notícia fazia referência a um abaixo assinado realizado por alguns imigrantes demonstrando certa preocupação com as atitudes do então agente consular que era acusado de “preocupar-se em fazer a América esquecendo de seus deveres como agente consular”.

Deve ser ressaltado que o Jornal Correio da Serra era um órgão oficial do Partido Federalista Santa-mariense, que fazia forte oposição ao Partido Republicano ao qual Ancarani era filiado. O periódico mostra as acusações, mas não referencia quem são os acusadores. O título da manchete era genérico, e foi apresentado

¹⁴⁸ Este abaixo assinado começou a circular em 1917 e só foi publicado na íntegra em 1918 pelo Correio da Serra.

¹⁴⁹ Este documento foi encaminhado ao Consulado em Porto Alegre que não possui arquivado os documentos anteriores a Segunda Guerra Mundial.

¹⁵⁰ O abaixo assinado sugeria para o cargo de Real Agente Consular o doutor Nicola Turi ou o comerciante Eduardo Marsiaj.

como se fosse a vontade de toda a comunidade italiana, não apresentando o nome dos acusadores.

Outro ponto de destaque referente a esses fatos é que o documento original encaminhado ao Consulado Italiano em Porto Alegre, desapareceu com o tempo, o que dificulta a identificação das pessoas que assinaram o documento.

Dentre as acusações atribuídas à comunidade Italiana de Santa Maria estão a falta de seriedade nos seus atos, e a manutenção de uma conduta incompatível com as atribuições do cargo de Agente Consular. Além disso, acusavam-no de não se preocupar com a proteção da comunidade italiana que residia na região central do Rio Grande do Sul. Os acusadores apontavam que o Agente Consular era uma pessoa egoísta e defendia somente interesses pessoais marcados por seu egocentrismo e ambição.

Para a coletividade italiana a ação do Real Agente Consular , Sr. Umberto Ancarani, oscilou entre o abandono e a exigência autoritária, violenta (...) Vítima de um verdadeiro estado de megalomania progressiva, que o torna irresponsável em todos os seus atos, o Sr. Umberto Ancarani expõem-se todos os dias, à crítica mordaz, ao ridículo geral, pela sua obstinada, pueril e irritante ostentação banal, pelas suas deploráveis intrigas, pois não há um dia que ele não faça falar aos jornais de si mesmo, a torto e a direita, usando e abusando de título de Cavaliere, e de vice- cónsules, de condecorações e de títulos que S.M. o Rei da Itália nunca lhe conferiu. (CORREIO DA SERRA 16/04/1918)

Já há algum tempo o Correio da Serra vinha tecendo algumas críticas a Ancarani por ele realizar sua autopromoção inclusive realizando um banquete para as autoridades locais para tentar amenizar os efeitos do abaixo-assinado. “Nesta ocasião o Professor Agente tenta convencer alguns de seus convidados que o banquete tinha sido oferecido pela comunidade italiana” (CORREIO DA SERRA 02/04/1918). O Diário do Interior, um jornal do PRR, Partido Republicano, também noticiou a existência deste abaixo-assinado, porém não detalhou o conteúdo do mesmo.

Notícias publicadas no Diário do Interior, em 4 de janeiro de 1918, relatavam que o Senhor Ancarani havia sido nomeado Vice-Cônsul. Percebe-se que o próprio Umberto Ancarani assinava com esse título (Figura 22). Sendo assim, pode-se afirmar que, em Santa Maria, por um curto período funcionou um vice-consulado, porém essa informação não se confirma. Procurou-se nos relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Brasil do ano de 1918 e em nenhum momento Santa Maria aparece com um vice-consulado italiano.

Figura 22 - Diário do Interior, 17 de janeiro de 1918



Fonte: Hemeroteca do Arquivo Histórico Municipal

Outro ponto de destaque nas acusações dos opositores do Real Agente Consular era em relação a inexistência de escolas italianas para os filhos dos imigrantes. Eles alegavam que a única escola existente, era privada e pertencia à família Ancarani.

O que se poderia dizer das escolas italianas? Pode-se solenemente afirmar que em todo este vasto município de Santa Maria, onde prosperam numerosas colônias, nunca existiu e não existe uma só aula mantida ou ao menos subsidiada pelo nosso Agente Consular a não ser um colégio de propriedade do mesmo Sr. Ancarani que não é gratuito (CORREIO DA SERRA, 16/04/1918)

Neste documento, percebe-se a vinculação de toda região colonial ao município de Santa Maria, quando colocam: "(...) este vasto município de Santa Maria onde prospera inúmeras Colônias (...)".

Ademais, o periódico relatou que o governo italiano enviava recursos para fins escolares, porém não existiam escolas italianas a não ser o Instituto Ítalo-brasileiro. Além disso, é relatado que em algumas lojas do comércio de Santa Maria são

encontrados, para venda, vários livros e dicionários fornecidos pelo governo italiano para as escolas. Essas acusações não se confirmam. Porém, deve ser lembrado que a distribuição de livros em italiano fazia parte da política educacional do governo italiano que tinha, dentre seus objetivos, a unificação da língua oficial e o fortalecimento identitário nas colônias.

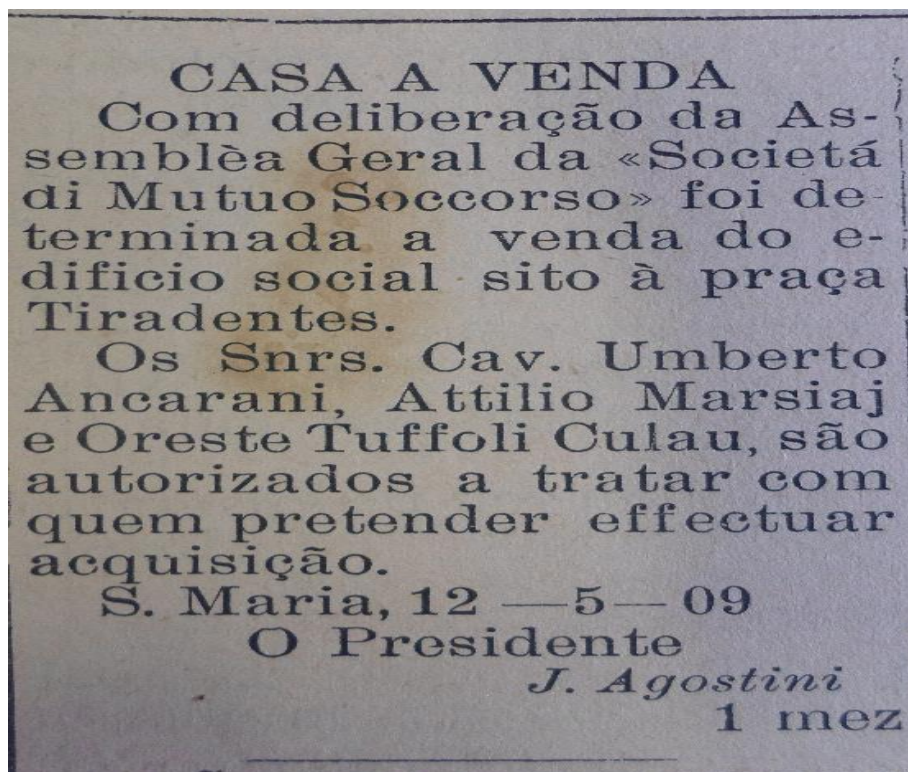
Outra reclamação atribuída à comunidade italiana era referente aos preços cobrados pelos serviços consulares (solicitações de documentos, informações, registros, etc.).

O periódico, de forma sutil, também acusava o Real Agente Consular de ser um pervertido sexual e de enriquecimento ilícito por ter mudado sua situação econômica em um curto espaço de tempo. Talvez esta afirmação esteja fundamentada na venda da sede da primeira Associação Italiana de Santa Maria (*Società di Mutuo Soccorso*), que se localizava na praça Tiradentes e Ancarani era um dos responsáveis pela venda do imóvel (Figura 23). Contestando as acusações de enriquecimento ilícito, o professor/agente afirmava que sua boa situação financeira era fruto de seu trabalho como professor e diretor de sua escola.

Pode-se afirmar que os fatos apontados estão no campo das disputas políticas, em que os jornais eram instrumentos de circulação de notícias partidárias locais e estaduais. No centro dessas disputas temos, de um lado, o Partido Liberal e, do outro, lado o Partido Republicano. Sendo assim, os ataques, insultos e destruição da imagem do professor Umberto Ancarani podem ser vistos no contexto das disputas entre os grupos de imigrantes italianos inseridos nas diferenças políticas do poder local (liberais e republicanos).

As acusações apresentadas no Correio da Serra tornaram a situação do Real Agente Consular insustentável. Nesse cenário, várias suspeitas de corrupção recaiam sobre ele o que supostamente provocava desconfiança da comunidade italiana. Neste contexto, durante a Primeira Guerra Mundial quando o governo italiano solicitou empréstimo aos imigrantes, mesmo fazendo parte da comissão de arrecadação de recursos, os italianos da região não entregaram o dinheiro para o Real Agente Consular, representante oficial do governo na região, mas sim, para os comerciantes locais Irmãos Marsiaj que eram correspondente do Banco Francês Italiano.

Figura 23 - Anúncio da venda da sede da primeira Associação Italiana de Santa Maria



Fonte - Jornal A Tribuna 12 de maio de 1909

Neste contexto, o senhor Ancarani, na função de “Vice-cônsul”, organizou uma comissão de brasileiros e italianos para tratar do empréstimo de guerra. Em Santa Maria, foi convidado o então intendente Municipal, o doutor Astrogildo de Azevedo¹⁵¹, para presidir a comissão. Nos subdistritos, foram convidados os subintendentes que exerceriam a presidência da comissão.

As acusações fizeram com que Ancarani enviase, em 20 de fevereiro de 1918, uma carta ao seu superior o Cônsul Geral, em Porto Alegre, solicitando licença do cargo de Agente Consular. Além disso, o abaixo assinado provocou o fechamento do Instituto Ítalo-brasileiro, em 1918, e a saída da família Ancarani de Santa Maria.

O perfil empreendedor do professor Umberto Ancarani o levou a diversificar seus negócios fora da área de educacional. Em 1919, passou a ser o concessionário, no estado de Santa Catarina, de uma área de mato de madeira de lei, com mais de um milhão de árvores, para serem derrubadas e vendidas. Além disso, ganhou o direito de explorar áreas carboníferas no Rio Grande do Sul. Parte

¹⁵¹ Doutor Astrogildo de Azevedo, foi medico de destaque na Cidade de Santa Maria. Eleito intendete pelo PRR em 1916 renunciando em 1918 após a destruição parcial da sede do Correio da Serra em 7 de Junho de 1918.

do carvão extraído (50 toneladas) foi exportado para a Itália para ser utilizado nas ferrovias, navios e altos fornos (JORNAL O BRASIL, 1919)¹⁵².

Em 1920, juntamente com sua família, voltou a morar na Itália, onde em 5 de janeiro do mesmo ano recebeu, do Rei Vitério Emmanuel, o título de “Cavaliere” da ordem da coroa Italiana. Após sua mudança para Europa, durante certo tempo, Ancarani ministrou algumas palestras, em Roma, sobre o Brasil. Após esse período existiu um lapso de informações deste personagem da imigração italiana do Rio Grande do Sul.

Durante os anos de 1936, 1937 e 1938, o jornal Correio Paulistano publicava anúncios de uma pensão, em Roma, de propriedade da Senhora Iró Ancarani (Figura 24). O já citado periódico contratou, o agora jornalista, *Cavaliere* Umberto Ancarani como correspondente na Itália. Em suas reportagens, ele procurava exaltar os feitos do governo fascista¹⁵³ italiano. Este posicionamento fazia parte da política de difusão do governo de Mussolini¹⁵⁴ nas colônias italianas, onde era divulgada a grandeza e o progresso de uma nova política nacional. Os avanços e as boas notícias eram divulgados pois, na época, não se tinha ainda o conhecimento e divulgação dos horrores que a ocorreram na Europa pelos governos totalitários.

Mesmo distante, o senhor Ancarani continuava trabalhando em prol da defesa dos interesses da Itália no Brasil, procurando fortalecer o sentimento de italianidade (Italianita). “O trabalho de divulgação dos resultados do governo de Mussolini foi um dos principais objetivos políticos do governo italiano. Nesse sentido, o envio de publicações para a América Latina se constitui num dos meios mais utilizados” (SEITENFUS, 1990, p. 39).

¹⁵² Órgão oficial do Partido Republicano em Caxias do Sul.

¹⁵³ Seitenfus 1990 descreve que, em um primeiro momento, o movimento fascista italiano começou a flertar com a AIB (Ação Integralista Brasileira), liderada por Plínio Salgado. Com o tempo, a embaixada italiana percebeu que o Líder da AIB, um ultranacionalista, se chegasse ao poder, poderia atrapalhar as pretensões italianas não respeitando os direitos dos italianos, alemães e poloneses.

¹⁵⁴ O governo de Mussolini, utiliza a mesma estratégia de Crispe, ao considerar a expulsão do excedente de mão de obra da Itália como um negócio de estado ou, como destaca Giron (1994, p.68) “uma necessidade fisiológica do povo italiano”.

Figura 24 - Anúncio da pensão da senhora Iró Ancaran



Fonte: Correio Paulistano – 19 de agosto de 1936

Além disso, Mussolini havia conquistado a simpatia de setores da igreja Católica, que se tornou uma importante aliada na divulgação do regime nas colônias, já que alguns sacerdotes difundiam estas ideias fascistas nas missas, tentando converter os fiéis, defendendo os interesses do Estado italiano (GIRON, 1994). Porém, nem todos os imigrantes das regiões coloniais eram simpatizantes de Mussolini, como foi o caso do segundo Real Agente Consular italiano em Santa Maria, o Senhor Giuseppe Isaia.

3.3.2 Senhor Giuseppe Isaia, segundo agente consular

O sucessor do Professor Ancarani, como Real Agente Consular, foi o senhor Giuseppe Isaia¹⁵⁵ (Figura 25) que permaneceu no cargo por um curto período de tempo, de 1918 a 1923. Nascido em 13 de janeiro de 1867, na cidade de Leonforte, Província de Enna, na Sicília. Ainda na Itália, após terminar o ensino fundamental, passou a trabalhar como sapateiro e ajudante de pedreiro especializando-se em acabamentos de fachadas de prédios, igrejas e capiteis, profissão denominada de frentista. Exerceu essa atividade até os 25 anos, quando emigrou com a família pela primeira vez (1892) fixando-se em Porto Alegre com a mãe, dona Angela Benintende

¹⁵⁵ Parte da história do senhor Isaia foi escrita a partir de uma carta que o seu filho, Antônio Isaia, havia escrito para o padre Luiz Sponchiado, em 10 de agosto de 1996. Esta carta encontra-se no CPG/Nova Palma na caixa da Família Isaia. Outra referência para a história de Giuseppe Isaia é uma monografia escrita, em 1996, por seu filho Antônio Isaia, que apresentou no 5º encontro da Família Isaia em abril de 1997.

(1838-1918) e suas duas irmãs Caterine¹⁵⁶ e Francesca¹⁵⁷. A família viveu durante dois anos em Porto Alegre e retornou para sua terra natal, a Itália. Em fins de 1894, os Isaías retornam definitivamente para o Brasil fixando-se novamente em Porto Alegre.

Antes de vir para o Brasil pela primeira vez, Giuseppe percebeu a possibilidade de um bom futuro na profissão de fotógrafo. Sendo assim, ingressou como aprendiz em um atelier fotográfico na cidade de Catânia, na Itália. Em Marselha, na França, quando o navio que retornava com a família Isaia para a América do Sul fez uma escala, Giuseppe aproveitou a oportunidade e adquiriu uma boa máquina fotográfica que lhe oportunizou desempenhar a atividade de fotógrafo no Brasil, profissão que exerceu até 1933.

Figura 25 - Giuseppe Isaia



Fonte: Arquivo pessoal do Professor Luiz Gonzaga Binato

¹⁵⁶ Leonforte, 1870, Santa Maria, 1917.

¹⁵⁷ Leonforte, 1875, Santa Maria, 1933.

Casado com Chiara¹⁵⁸, Rivitti Isaia¹⁵⁹ (agosto de 1903), uma italiana que conheceu em Porto Alegre. O casal se estabeleceu em Santa Maria, em 1913, onde em 1918, Giuseppe foi nomeado Real Agente Consular italiano.

Com 12 filhos, a família Isaia residia na avenida Rio Branco, esquina com a Silva Jardim, onde hoje está localizado o Edifício Mauá. No local funcionava o ateliê fotográfico, o qual foi denominado “Fotografia Rio Branco” e também passou a sediar a Agência Consular Italiana.

Seu filho Antônio Isaia (1996) conta como era a rotina do ateliê e da Real Agencia Consular Italiana de Santa Maria.

Nossa casa era seguidamente visitada por velhos imigrantes italianos que, por serem analfabetos, pediam ao cônsul que lesse as cartas que recebiam de seu país e ao mesmo tempo escrevesse as respostas que eles forneciam. Havia também casos de pendengas entre eles e papai fazia o papel de pacificador. (ANTONIO ISAIA, 1996)

Uma das funções dos Reais Agentes Consulares é desempenhar o papel de juiz para resolver prováveis desavenças existentes entre seus compatriotas.

Como Real Agente Consular, José Isaia, ao contrário de seu antecessor, não ocupou espaços na imprensa local para noticiar fatos e acontecimentos de sua gestão. Em alguns eventos importantes para a comunidade, a presença de José Isaia era muito discreta e, algumas vezes, imperceptível. Neste contexto, em junho de 1918, o Cônsul Italiano no Brasil, Vito Luciani, juntamente com uma comitiva, passou por Santa Maria. Na ocasião várias personalidades da Colônia Italiana compareceram à Gare da Viação Férrea para recepcionar o ilustre visitante, inclusive o Real Agente Consular. Quem liderou o comitê de boas-vindas, servindo como anfitrião e intérprete das autoridades italianas, foi o doutor Nicola Turi, presidente honorário da “*Società di mutuo soccorso*”, de Santa Maria. Outro evento importante na comunidade italiana da região em que não se encontrou relatos da presença do Real Agente Consular foi a inauguração do telégrafo de Silveira Martins, em outubro de 1818.

Em relação ao curto período que exerceu o cargo de Real Agente Consular, seu filho Antônio Isaia (1996) expressou que nem os filhos sabiam ao certo os motivos. Porém, ele relata: “mais tarde ouvimos de um velho amigo que papai não afinava muito bem com o governo que Benito Mussolini havia implantado na Itália, a

¹⁵⁸ Ela tinha 16 anos e José 36 anos.

¹⁵⁹ Nasceu na Calábria em 1887 e faleceu em Porto Alegre em 16 de junho de 1950 (73 anos), vítima de um derrame cerebral.

partir de 1922. Em 1923 entregou o cargo ao Dr. Nicola Turi” (ANTONIO ISAIA, 1996). Talvez por este mesmo motivo, na década de 20, o casal Isaia passou a assinar seus nomes em português: José e Clara Isaia.

O senhor José Isaia faleceu em 13 de fevereiro de 1957, com 90 anos de idade, na cidade de Santa Maria.

3.3.3 Doutor Nicola Turi, terceiro agente consular em Santa Maria

O terceiro Real Agente Consular italiano em Santa Maria foi o doutor Nicola Turi (Figura 26) que ficou na função durante 18 anos (1924-1942). Nascido na Itália, em 1873, na região centro Sul, Província de Avellino, graduou-se em medicina pela Real Universidade de Nápoles em 1899, migrando logo em seguida para a América do Sul, indo morar, inicialmente, em Montevideo. Em 1903 fixou-se em Santa Maria como médico da empresa Belga de Serviços Médicos da Companhia Auxiliar de Estradas de Ferro do Brasil. Na cidade, conheceu sua esposa Magdalena Philber¹⁶⁰ com que teve duas filhas, Gilnete e Maria Magdalena¹⁶¹.

Foi médico e cirurgião muito atuante na cidade, participando em momentos históricos na saúde em Santa Maria, como no caso do surto de peste Bubônica (1912) que vitimou várias pessoas, bem como na denominada Chachina da Avenida Rio Branco¹⁶² (1917) e na Revolução de 1923¹⁶³, onde atuou como médico da enfermaria da Cruz Vermelha. Também exerceu as funções de diretor da Casa de Saúde e da Cooperativa da Viação Férrea. Segundo Beltrão (1979) ele, juntamente com outros médicos locais, havia auxiliado o doutor Mariano da Rocha na primeira cirurgia de retirada de um cisto ovariano, realizada no Hospital de Caridade de Santa

¹⁶⁰ A Senhora Magdalena era Francesa e teve dois irmãos que lutaram na Primeira Guerra Mundial pelo exército de seu país.

¹⁶¹ Maria Magdalena Philber trabalhou como professora de português no Colégio Ítalo-brasileiro de propriedade do casal Ancarani.

¹⁶² A chacina da Rio Branco ocorreu em 1917 em uma greve dos ferroviários. O diretor da Ferrovia, Dr. Cartwright, veio a Santa Maria e estava sendo protegido por um contingente militar do 7º RI, comandado pelo Tenente Olympio Rosa. Os grevistas, sabendo da presença do diretor da ferrovia, dirigiram-se até a frente da sede da ferrovia. O comandante militar ordenou que os soldados atirassem nos manifestantes. A atitude do Tenente resultou em várias pessoas feridas e três mortos. Este fato faz parte de minha história familiar. Meu avô materno era telegrafista do Correio Brasileiro e havia saído para entregar um telegrama, passando na avenida Rio Branco no momento do tiroteio, o que lhe resultou um ferimento por tiro de fuzil na perna esquerda. Durante o resto de sua vida ele foi obrigado a utilizar um sapato especial e uma bengala.

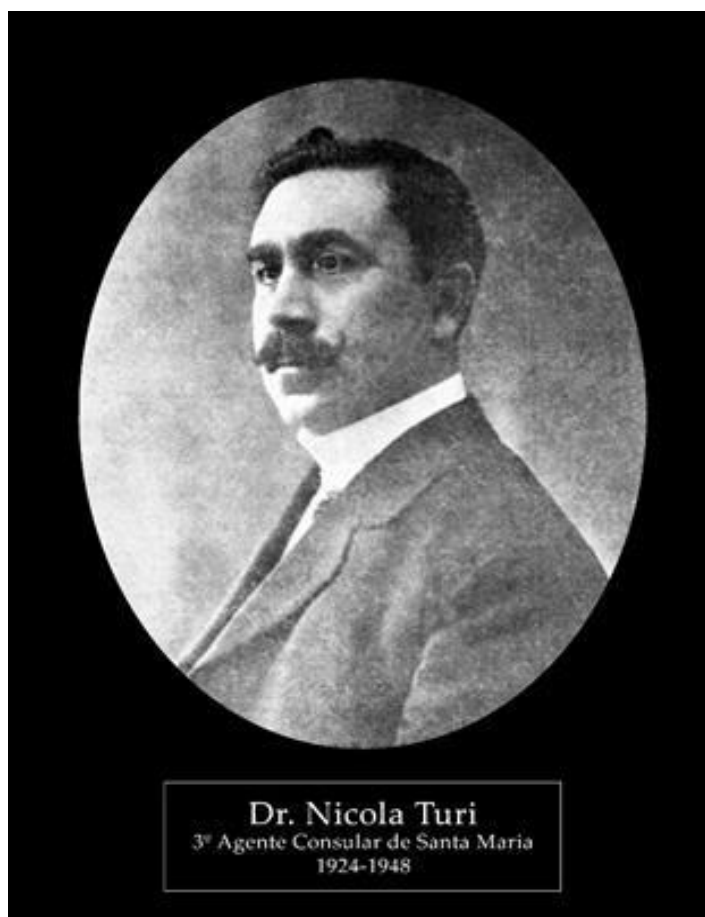
¹⁶³ Movimento armado ocorrido no Rio Grande do Sul entre Ximangos - Republicanos (partidários de Borges de Medeiros) que usavam no pescoço um lenço branco, e de outro os Maragatos - Federalistas (partidários de Assis Brasil) que usavam no pescoço um lenço vermelho.

Maria, em 3 de outubro de 1908.

Doutor Turi foi um médico humanitário e bem quisto na cidade de Santa Maria e região. Em conversa informal com dona Maria José Soares Cruz¹⁶⁴ (81 anos), que foi atendida pelo Doutor Turi quando criança, ela relatou:

Eu tinha aproximadamente nove anos e, brincado no pátio de minha casa, caí um tombo e desloquei a clavícula. Meu pai me levou até o doutor Turi que me examinou e colocou meu braço no lugar. Meu pai perguntou o preço da consulta e o doutor não quis cobrar. Quando ele colocou meu braço no lugar senti muita dor e fiquei com vergonha de chorar na frente do médico. Quando saímos da casa do doutor, que ficava na avenida Rio Branco, onde hoje é a Galeria Seibel, chorei muito e meu choro foi ouvido pelo Dr. Turi que nos chamou de volta a sala de atendimento e me deu um copo com um remédio para aliviar a dor. Ele só deixou nós sairmos do consultório depois que o remédio fez efeito e eu parasse de chorar. (7 de setembro de 2018).

Figura 26 - Doutor Nicola Turi



Fonte: Acervo Oscar Carlesso¹⁶⁵

¹⁶⁴ Conversa realizada no dia 7 de setembro de 2018.

¹⁶⁵ Na foto existe um equívoco. A associação Italiana de Santa Maria encerrou suas atividades em 1942 e não em 1948.

Doutor Turi também possuía muito prestígio na Colônia Italiana, tanto que no abaixo-assinado realizado, solicitando a destituição do Professor Ancarani do cargo de Real Agente Consular (1917), também foi sugerido o nome de Nicola Turi para substituí-lo.

Em defesa do fortalecimento da identidade Italiana na região central do Rio Grande do Sul, Nicola Turi escreveu uma nota intitulada “*Prestito italiano*”. O texto foi produzido em italiano e publicado em Jornais¹⁶⁶ de circulação em Santa Maria, ressaltando a importância do sentimento de italianidade. Nesta nota o médico incentivava e cobrava um posicionamento patriótico dos italianos locais para que auxiliassem com recursos financeiros para serem enviados para a Itália no esforço de guerra¹⁶⁷ (Primeira Guerra Mundial). Para dar o exemplo, ele mesmo dou 40 mil liras¹⁶⁸. Muitos outros Italianos locais colaboraram com este empréstimo para auxiliar nos meios necessários para a vitória.

Ainda em relação ao esforço de Guerra, o Doutor Turi foi um dos médicos que realizou a inspeção de saúde dos italianos que foram convocados para ingressarem no exército da pátria de origem. Neste contexto, o próprio doutor foi convocado, em 1916, pelo governo italiano, para servir como médico nos campos de batalha da Europa. Porém, segundo notícias veiculadas na imprensa local, este chamamento foi um equívoco. Doutor Turi passou apenas três meses na Europa (França e Itália) mas não chegou a servir diretamente nas frentes de batalha. Em seu retorno à comunidade italiana, a *Società di Mutuo Soccorso* lhe prestou uma homenagem.

O médico atuou durante muitos anos na diretoria da *Società Italiana di Mutuo Soccorso*, sendo também presidente honorário. Durante a sua gestão como presidente da sociedade italiana foi construída uma nova sede da rua do Acampamento. Como líder da comunidade italiana, em 1919, recepcionou e atuou como intérprete na vinda do Embaixador Italiano, Conde Alexandre de Bosdari, que passou pela cidade e fez uma rápida visita também a *Società di Mutuo Soccorso*.

Como Real Agente Consular em Santa Maria, o doutor Nicola Turi desempenhou suas funções sempre visando fortalecer os laços dos imigrantes e seus descendentes com a Itália. Neste contexto, destaca-se o empenho do Doutor

¹⁶⁶ Publicado no Correio da Serra, em 21 de fevereiro de 1918, e no Diário do Interior do dia 22 de fevereiro de 2018.

¹⁶⁷ A Sociedade Italiana Duca Degli Abruzzi de Porto Alegre, sustentou os voluntários italianos que participaram da Primeira Guerra (GIRON, 1994, p.47).

¹⁶⁸ A lira foi a moeda utilizada na Itália até o ano de 2002, quando o país começou a utilizar o euro.

Turi (1925) nas ações para comemorar o cinquentenário da imigração italiana para o Rio Grande do Sul. Para tanto, reuniu na sede da *Società di Mutuo Soccorso*, membros da comunidade italiana para organizar as festividades.

Outro evento ressaltando a italianidade, liderado por Nicola Turi diz respeito às atividades referentes ao cinquentenário da morte de Garibaldi em 1932. Em seu discurso exaltou os feitos de Garibaldi na luta de unificação e redenção da nacionalidade italiana. Na ocasião, o médico traçou um paralelo comparando a atuação de Garibaldi (o Dulce de camisas vermelhas) e Benito Mussolini (o Dulce de camisas Negras), que em tempos diferentes, ambos deveriam ser venerados e tratados como super-homens por seus compatriotas. Nesse mesmo evento foi ressaltada a força e a coragem da mulher brasileira, representada por Ana de Jesus da Silva, que depois do casamento passou a ser chamada de Anita Garibaldi. Em relação ao centenário da morte de Garibaldi também ocorreram celebrações, em Silveira Martins, junto ao monumento em homenagem ao Herói dos Dois Mundos, onde foi posta uma coroa de flores.

Devido sua atuação como médico em Santa Maria, existe hoje na cidade uma rua com seu nome. Doutor Nicola Turi faleceu no dia 6 de janeiro de 1949, às 3h30min, aos 76 anos. Segundo seu atestado de óbito, fora vítima de um colapso cardíaco- insuficiência do miocárdio, sendo sepultado no cemitério municipal de Santa Maria. A notícia de sua morte não teve muita divulgação na imprensa escrita da cidade. O Jornal a Razão limitou-se a publicar uma pequena nota de convite para enterro e, depois, um convite para missa de sétimo dia.

Em 1942, na gestão do Doutor Turi, como Real Agente Consular, encerra-se a primeira fase da história da Agência Consular Italiana de Santa Maria. Isto ocorre em virtude da política nacionalista do Estado Novo, de valorização da brasilidade e especialmente devido ao rompimento das relações diplomáticas com os países do eixo que provocou a entrada do Brasil na Segunda Guerra e, conseqüentemente, das sanções governamentais contra imigrantes italianos, alemães, japoneses e seus descendentes¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Neste período de extinção dos órgãos representativos da Itália (como Alemanha e Japão), foram embaixadas de outros países que os representaram dentro do Estado brasileiro.

3.4 A NOVA FASE DA AGÊNCIA CONSULAR DE SANTA MARIA

Em Santa Maria, a Agência Consular Italiana foi reaberta no dia 11 de agosto de 1995, pelo Cônsul Italiano em Porto Alegre, o senhor Giovane Marocco. Deve ser destacado que durante o período em que esteve desativada a Agência Consular Honorária de Santa Maria, ocorreram algumas mudanças políticas na Itália, que a partir do dia 2 de junho de 1946, deixou de ser um Império e passou ser uma república¹⁷⁰.

3.4.1- A gestão do professor Osvaldo Dal Lago (1995-2007)

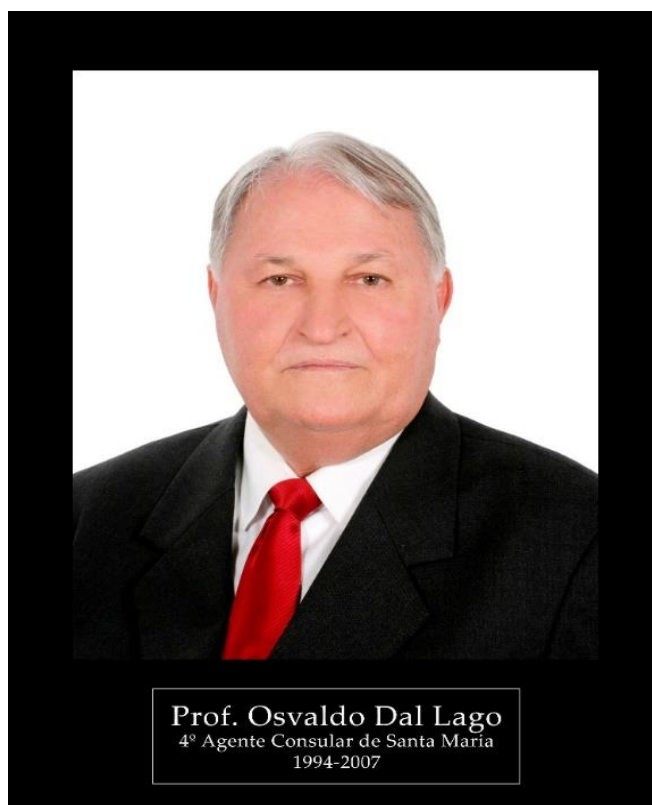
Nesta nova fase da história da Agência Consular de Santa Maria, o primeiro Consul Honorário foi o senhor Osvaldo Dal Lago (Figura 27)¹⁷¹, que era professor aposentado da área de Letras da UFSM e permaneceu na função de Agente Consular de 1996 a 2008. Em sua gestão, a sede da Agência Consular estava localizada na rua do Acampamento, esquina com a José Bonifácio, 3º andar, na cidade de Santa Maria. No local, em uma área externa do prédio, diariamente eram hasteadas as bandeiras do Brasil e da Itália, simbolizando os laços de união e fraternidade entre os cidadãos das duas nações.

As primeiras turmas de Cultura e Língua Italiana em Santa Maria iniciaram em setembro de 1992 na Sede da AISM (Sociedade Italiana de Santa Maria), na rua do Acampamento, 255, com 50 alunos sob a coordenação do professor Osvaldo Dal Lago e responsabilidade do professor Cyrillo Zanoni, que segundo Bolzan (2020), era o mestre dos mestres. Os cursos de cultura e língua italiana, eram subsidiados pelo governo italiano e realizados através de convênios firmados com a ACIRS (Associazione Culturale Italiana del Rio Grande do Sul) que tem sua sede em Porto Alegre. Os Cursos da ACIRS tinham duração de 6 semestres, perfazendo um total de 360h/aula. Os alunos eram preparados para entender e falar a língua italiana, além de serem habilitados para o ingresso nas universidades italianas conveniadas de Perugia, Siena e Veneza.

¹⁷⁰ Com o fim do fascismo imposto por Benito Mussolini e o término da Segunda Guerra Mundial, a população italiana foi convocada para votar em um referendo que decidiria o fim da monarquia e o início da República Italiana. Os republicanos fizeram 53,3% e os monarquistas 47,7 % dos votos.

¹⁷¹ Nascido em 05 de dezembro de 1936 na cidade de Santa Rosa - Rio Grande do Sul e faleceu em 28 de dezembro de 2012 na cidade de Porto Alegre. Viúvo da senhora Romi Dal Lago, com quem teve dois filhos, casou-se com a Professora Maria Medianeira Padoin, em 2001.

Figura 27- Professor Osvaldo Dal Lago



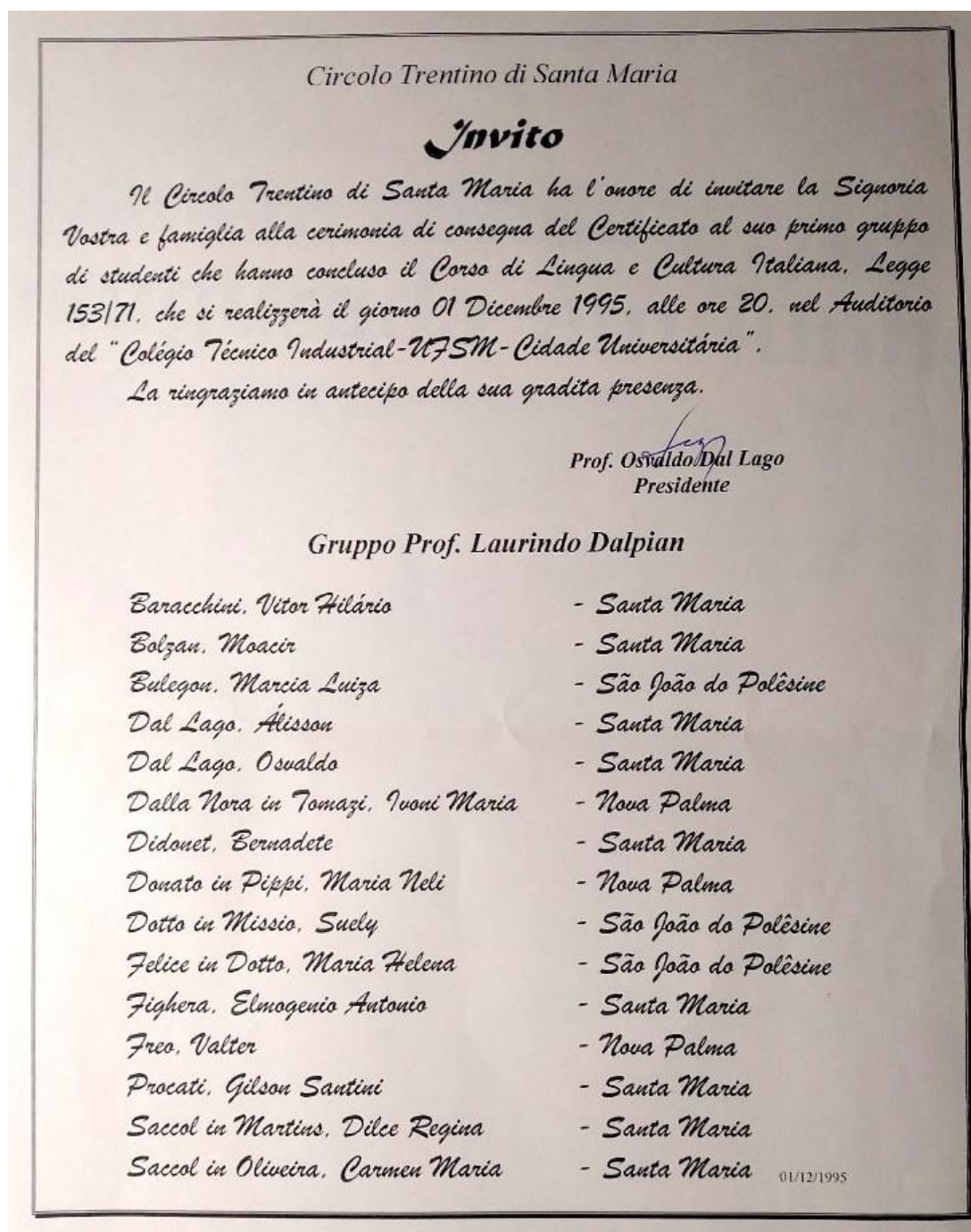
Fonte- Acervo Oscar José Carlesso.

Para que os cursos fossem ministrados em outras cidades, era importante que os municípios tivessem uma sociedade italiana ou uma “entidade” que agregasse a comunidade de Ítalo-brasileiros ou italianos. Sendo assim, o professor Dal Lago liderou a criação e a reabertura de várias sociedades/associações e *circolos* italianos. Estas agremiações eram associadas e conveniadas com a ACIRS. Dessa forma, qualquer entidade que desenvolvesse atividades voltadas aos imigrantes e aos seus descendentes poderia solicitar a realização de cursos de italiano. Um exemplo desta prática pode ser visto pela realização de cursos de língua italiana vinculados ao Circolo Trentino de Santa Maria, que formou sua primeira turma em dezembro de 1995. (Figura 28 e 29)

Para a realização das aulas foram efetivados convênios com prefeituras, escolas públicas e privadas e faculdades que disponibilizaram suas dependências para as aulas serem ministradas. Além disso, algumas destas instituições demonstraram interesse em ter professores capacitados para o ensino do italiano. Isso, muitas vezes, motivou a criação das sociedades e *circolos* italianos, como aconteceu em São João do Polêsine, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Júlio de

Castilhos, Restinga Seca, São Gabriel, dentre outras

Figura 28 - Convite para a formatura da primeira turma de cultura e língua italiana promovida pelo Circolo Trentino de Santa Maria



Fonte: Arquivo Pessoal Moacir Bolzan

Figura 29 - Grupo de alunos da primeira turma de cultura e língua italiana formada pelo Circolo Trentino de Santa Maria (1995).



Fonte: Arquivo pessoal Moacir Bolzan¹⁷²

A essas entidades, também coube a tarefa de reavivar as festividades gastronômicas e religiosas que há algum tempo estavam esquecidas. Além disso, algumas formaram grupos de coral e teatro, com o objetivo exaltar a cultura italiana e a saga de seus antepassados.

Sob a liderança do professor Dal Lago, segundo dados coletados junto a ACIRS (2019), foram organizadas 1717 turmas de cultura e língua italiana, perfazendo um total de 25.544 alunos formados¹⁷³. Como exposto anteriormente, as primeiras turmas iniciaram em 1992, em Santa Maria, com aulas ministradas pelo professor Cyrilo e, as últimas, subsidiadas pelo governo Italiano/ACIRS, aconteceram em 2016, no Colégio Medianeira, na cidade de Santiago, ministradas pela professora Julia Della Flora.

Participaram dos cursos 42 professores (Figura 29), sendo que a maioria

¹⁷² A maioria deste grupo, após ter realizado, em Porto Alegre, o curso de disciplinas didáticas e metodológicas, tornaram-se professores de Cultura e língua Italiana. **Na primeira fila, da esquerda para a direita:** Moacir Bolzan, Osvaldo Dal Lago, Elmogenio Antonio Fighera, Maria Neli Pippi Donato, Valter Freo e Vitor Hilario Baracchini. **Na fila da frente:** Dilce Regina Saccol Martins, Carmem Maria Saccol Oliveira, Alisson Dal Lago, Laurindo Dalpian (professor da turma), Gilson Santini Procati, Maria Helena Felice Dotto, Marcia Luiza Bulegon, Ivoni Maria Dalla Nora Tomazzi, Suely Dotto Missio e Bernadete Didonet.

¹⁷³ Não estão computadas as turmas infantis, devido os dados terem sido perdidos.

realizou treinamento e formação continuada em instituições italianas. Além disso, foram ministrados cursos em 26 municípios¹⁷⁴, para crianças e adultos.

Segundo a professora Bernadete Didonet¹⁷⁵, o professor Osvaldo Dal Lago difundia a ideia que nas cidades onde ocorriam as aulas de italiano, deveria sair pelo menos um novo professor para dar continuidade aos cursos no município de forma autônoma visando propagar e valorizar a cultura italiana.

Um dos primeiros professores convidados a ministrar aulas de italiano em Santa Maria foi o Professor Cyrillo Zanoni,¹⁷⁶ que, em uma entrevista, informou que os cursos foram trazidos para a região devido à amizade do professor Dal Lago com o senhor Adriano Bonaspetti, presidente do comitês. Inicialmente, os cursos tiveram apenas duas turmas em Santa Maria¹⁷⁷ (nível 1) e logo se expandiram para a Quarta Colônia e outros municípios, e em níveis diferentes.

As aulas de italiano favoreceram para fortalecer o sentimento de pertencimento a uma cultura, bem como, para a implantação no currículo de algumas escolas da Quarta Colônia que incluíram as aulas de italiano como opção de língua estrangeira, como é o caso de São João do Polêsine¹⁷⁸ (ANEXO F).

No contexto de valorização da língua e cultura italiana foi assinado, entre 2003-2004 um convênio para a realização de um projeto visando a criação de um curso de licenciatura de Letras-Italiano na UFSM (Figura 30). O convênio foi assinado pelo então reitor da UFSM, professor Paulo Jorge Sarkis, pela coordenadora do curso de Letras da UFSM, professora Ceres Beviláqua, pelo presidente da ACIRS (Associazione Culturale Italiana del Rio Grande do Sul), Erio Bonazzo e pelo presidente do comitês, Adriano Bonaspetti. Através deste convênio, professores da Universidade de Perugia dariam aula na UFSM, mediante apostilamento, para quem já era licenciado em Letras e já havia cursado as disciplinas didáticas e metodológicas. Por várias razões este convênio não prosperou, dentre estas, destaca-se a mudança de reitor da Universidade Federal de Santa Maria.

¹⁷⁴ Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins, Sobradinho, Alegrete, Cachoeira do Sul, Dona Francisca, Estrela Velha, Faxinal do Soturno, Ibarama, Ivorá, Jaguari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca e Rosário do Sul.

¹⁷⁵ Entrevista realizada no dia 02 de outubro de 2019.

¹⁷⁶ Entrevista realizada no dia 04 de novembro de 2018.

¹⁷⁷ As aulas iniciaram em 14 de setembro de 1992 e foram ministradas pelo professor Cyrillo Zanoni.

¹⁷⁸ Proposição 006/2000.do Vereador Paulo Pozzobom, aprovado na sessão do dia 12 de dezembro de 2000

Figura 30 - Cerimônia de assinatura de convênio para a elaboração do projeto de criação do curso de Língua Italiana na UFSM



Fonte: Acervo pessoal Moacir Bolzan¹⁷⁹

Segundo Bolzam (2020) a liderança do professor Osvaldo Dal Lago era motivada pela crença de que cada município ou entidade local que possuísse, na formação de sua sociedade, a presença do imigrante italiano e de seus descendentes, pudesse incentivar continuamente a cultura, valorizar história, as tradições italianas e ítalo-brasileiras. Além disso, pudessem ter, com autonomia, os seus próprios cursos de língua e cultura italiana. Por exemplo, a Sociedade Italiana do município de São João do Polêsine, juntamente com Osvaldo Dal Lago, atuou em consonância com poder público municipal, na gestão de Valserina Bulegon Gassen, inserindo a língua italiana nas escolas locais (Depoimentos BOLZAN, 2020 e PADOIN, 2019).

O professor Osvaldo, como era chamado, sempre se fazia presente nas formaturas das turmas de Cultura e Língua Italiana e nas reuniões e festividades culturais e religiosas da região sob sua jurisdição (Figura 31). Além disso, como Agente Consular, participava de atos oficiais de representação do governo italiano

¹⁷⁹ Da esquerda para a direita: o presidente do comitê, Adriano Bonaspetti; o reitor da UFSM, professor Paulo Jorge Sarkis; a coordenadora do curso de Letras da UFSM, professora Ceres Bevilaqua; e o presidente da ACIRS, Erio Bonazzo.

nas mais diversas cidades/comunidades que estavam sob sua responsabilidade, além de se fazer presente em atividades junto ao Consulado Geral em Porto Alegre. Juntamente com o Consulado Geral da Itália, intermediou o pedido de auxílio, inclusive de aposentadoria, para idosos italianos natos que encontravam-se em dificuldade.

Figura 31 - Festa de comemoração dos dez anos da Società Culturale Italiana de Dona Francisca



Fonte: Arquivo pessoal Maria Medianeira Padoin¹⁸⁰

Procurando fortalecer o sentimento de italianidade e o orgulho de pertencer a um grupo étnico, além dos cursos de italiano, a Agência Consular passou a promover palestras de divulgação e valorização da importância da italianidade, a busca dos ancestrais, além de orientar sobre o encaminhamento dos processos de obtenção de cidadania italiana. O professor Cyrillo Zanone colaborou por muitos anos, junto ao Agente Consular, no auxílio em pesquisas e orientações dos processos de solicitação de cidadania, em traduções e através de palestras. Hoje,

¹⁸⁰ . Da direita para a esquerda: o Agente Consular, professor Osvaldo; o ex-presidente da AISM, Juan Vicente Santini; Valmor Torri; dr. Carlesso e sua esposa, Maria Catarina da Luz Carlesso; e o professor Cyrillo Zanoni.

com mais de 90 anos, lembra com muito saudosismo do dedicado trabalho que era realizado em prol da valorização da história, da memória e da cultura italiana.

Outra realização de destaque na atuação do professor Osvaldo como Agente Consular Honorário foi a implementação do projeto de informatização do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, que contém o maior acervo sobre imigração italiana da região da Quarta Colônia do RS. O projeto realizou-se através de um convênio em parceria com a Prefeitura Municipal de Nova Palma, o Arquivo Histórico do RS, o Consulado Geral da Itália, o Circolo Italiano de Nova Palma, a Diocese de Santa Maria e o Centro Universitário Franciscano. Tal convênio contou com projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Com a sua aposentadoria compulsória, em dezembro de 2007, o professor Osvaldo Dal Lago indicou como seu sucessor o odontólogo Oscar José Carlesso, que foi aprovado pelo governo italiano.

Em seu discurso de despedida, o professor Dal Lago faz um resumo das atividades que foram realizadas durante sua gestão.

(...) Para complementar, citamos alguns números deste trabalho: Enviamos para as prefeituras, paróquias italianas e brasileiras mais de 2.500 correspondências para complementar a pesquisa da dupla cidadania; Foram realizadas mais de 3.000 traduções para o italiano; Foram encaminhados mais de 500 passaportes; Levamos o ensino da língua e cultura italiana para 38 cidades e 6 distritos (muitos dos alunos nunca tinham visto um mapa da Itália e nunca teriam a oportunidade de estudar se os cursos não fossem levado até eles); Passaram pelos cursos de italiano em nossa região mais de 25.000 mil alunos, graças, salientamos, a essa ida ao encontro das comunidades; Orientamos e colaboramos na fundação de mais de 30 Associações e “*Circolos*” italianos, entidades que assumiam os cursos de língua e cultura; Percorremos mais de 400 mil Km em visitas as comunidades de nossa jurisdição, fazendo palestras sobre a geografia, a história, a cultura, turismo e a educação italiana, entre outros. (DAL LAGO, 28 DE NOVEMBRO DE 2008)

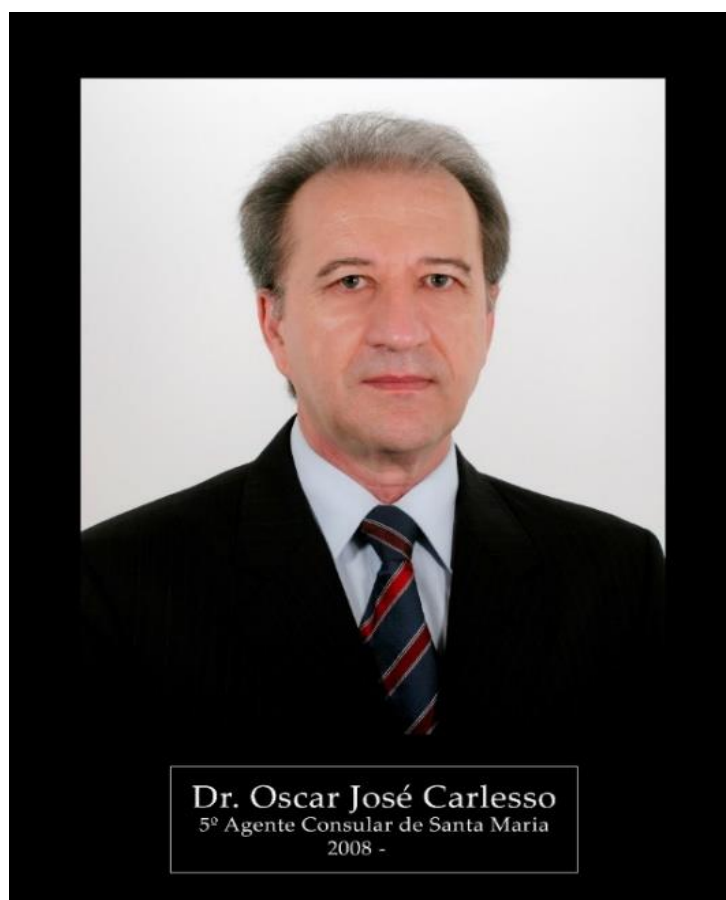
Osvaldo Dal Lago faleceu em 27 de dezembro de 2012, no Hospital das Clínicas em Porto Alegre devido a complicações provocadas por uma cirurgia de transplante renal.

3.4.2 Oscar José Carlesso (2008-2019)

Oscar José Carlesso (Figura 32) é odontólogo, bisneto de italianos, nasceu em 12 de outubro de 1942, na localidade de Val de Buía, no município de Silveira

Martins. É casado com Maria Catarina da Luz, com quem teve três filhos que atuam profissionalmente com ele na mesma clínica. Formou-se em Odontologia (1972) pela Universidade Federal de Santa Maria. Em 1989 se especializou em implantes dentários na Europa tornando-se um dos pioneiros desta técnica no Rio Grande do Sul. É também autor do livro “*A Sonhada América: os Carlesso em Santa Maria (1877 a 1988)*”.

Figura 32 - Oscar Carlesso Agente Consular de 2008-2019



Fonte – Acervo pessoal Oscar Carlesso

Carlesso assumiu como Agente Consular de Santa Maria, em 08 de novembro de 2008, sendo empossado pelo senhor Francesco Barbaro, Cônsul da Itália no Estado do Rio Grande do Sul (Figura 33). O odontólogo possui o título de “*Amigo della Città de Marostica*” concedido pelo prefeito da referida cidade que é o local, na Itália, de procedência dos Carlesso. Também exerceu o cargo de vice-presidente do “*Circolo Vicentino de Santa Maria*”, o que lhe rendeu o prêmio “*Vicentini Al Estero*” categoria “*Contributo Sociale e Civile*”, concedido pela Câmara

de Comércio de Vicenza. na Itália (CARLESSO, 2016).

Figura 33 - Posse de Oscar Carlesso como Agente Consular



Fonte: Arquivo pessoal Maria Medianeira Padoin¹⁸¹

Como Agente Consular, Carlesso pautou suas atividades buscando ressaltar aspectos relativos à italianidade respeitando as diferenças culturais, nacionais e regionais.

O legado cultural transmitido por nossos antepassados e vivenciados em nosso cotidiano impele-nos à responsabilidade pela preservação da história de um povo cujos princípios influenciaram a formação étnica de nossa sociedade. Nesse sentido o respeito a todos aqueles que compõem a multiculturalidade da nação brasileira mantem-se como escopo central de nosso labor. (AGENCIA CONSULAR, 2012, p. 04)

Em sua atuação como Agente Consular, Carlesso procurou incentivar várias iniciativas que valorizassem a italianidade. Neste cenário, sempre que possível compareceu em festividades e encontros de famílias italianas, além de participar de diversas atividades e reuniões promovidas pelas sociedades, associações e *circolos* italianos.

Durante sua gestão foram promovidos vários eventos, dentre eles, destacam-se: a comemoração, em 2010, dos 64 anos da República Italiana e os 135 anos da imigração italiana para o Rio Grande do Sul; e a celebração, em 2012, do centenário da Agência Consular de Santa Maria. Durante as comemorações, em seu discurso,

¹⁸¹ Da esquerda para a direita aparece o professor Osvaldo Dal Lago; doutor Oscar Carlesso; e o Cônsul Italiano no Rio Grande do Sul, Francesco Barbaro.

o Agente Consular Oscar José Carlesso sugeriu ao Cônsul italiano, Augusto Vaccaro que a Agência Consular de Santa Maria fosse transformada em vice-consulado. A proposta foi apreciada pelo Cônsul que encaminhou a sugestão ao embaixador italiano no Brasil, o senhor Rafael Trombeta.

Visando incentivar iniciativas que objetivam a divulgação e preservação da cultura italiana, durante sua gestão, em 2012, o Agente Consular participou do carnaval de rua de Santa Maria apoiando a Escola de Samba Vila Brasil que, naquele ano, apresentou como tema a imigração italiana e a Quarta Colônia. Além disso, em parceria com o Comitato Vêneto do Rio Grande do Sul e a Associação Italiana de Santa Maria (AISM), em 2012, durante as comemorações dos 140 anos da imigração italiana, em uma cerimônia realizada no Teatro Treze de Maio, na cidade de Santa Maria, foram homenageados pesquisadores e escritores cujas obras tinham como objetivo a divulgação da cultura italiana.

Durante sua gestão como Agente Consular Honorário de Santa Maria, o Doutor Carlesso recepcionou os Cônsules Italianos Augusto Vaccaro, Nicola Occhipinti (Consul Geral no Rio Grande do Sul) e Roberto Bortot, respectivamente, nas festividades da Romaria de Nossa Medianeira. Além disso, deu apoio logístico à equipe de repórteres da RAI (Radiotelevisione Italiana) que vieram ao sul do Brasil para realizar um documentário referente à imigração italiana na cidade de Cândido Godói.

No ano de 2018 Carlesso colaborou na busca de patrocinadores para o relançamento da segunda edição do livro “Imigração e Quarta Colônia: Nova Palma e Padre Luizinho” de autoria de Breno Sponchiado e organizado pelos professores da UFSM, Maria Medianeira Padoin e Jorge Alberto Soares Cruz. A obra foi lançada em 2019, na Feira do Livro de Santa Maria (Figura 34), na 34ª Semana Cultural Italiana e 34º festival de inverno de Vale Vêneto, no município de São João do Polêsine.

Ainda em 2019, nos preparativos das comemorações dos 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, o Cônsul Honorário Oscar Carlesso liderou as reuniões para a inclusão da Quarta Colônia e Santa Maria no livro dos 150 anos da imigração Italiana no Rio Grande do Sul¹⁸².

¹⁸² Livro tem previsão de lançamento para o segundo semestre de 2020.

Figura 34 - Lançamento do livro "Imigração e Quarta Colônia: Nova Palma e Padre Luizinho.



Fonte: Arquivo Maria Medianeira Padoin¹⁸³

Como Agente Consular, Carlesso também auxiliou o pesquisador italiano Antônio Fernando Guida, que veio a Santa Maria em busca da localização das Missões Jesuíticas de São Cosme e São Damião. Essa pesquisa resultou em um livro que foi lançado na Itália. Além disso, orientou jovens italianos que vieram se estabelecer na cidade. Juntamente com o Consulado Geral da Itália, intermediou o pedido de auxílio para idosos italianos natos que se encontravam em dificuldade.

No dia 12 outubro de 2019, quando completou 70 anos, Carlesso encerrou sua atividade como Agente Consular honorário em Santa Maria. Em consequência disso, o escritório da Agência Consular Honorário de Santa Maria, que funcionava na Avenida Nossa Senhora das Dores 2270, foi fechado. No Escritório, o Agente Consular sempre contou com a colaboração da professora de português e de italiano Bernadete Didonet e de estagiários do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. No local, existia um espaço que abrigava uma pequena biblioteca onde, no passado, foram ministrados cursos de italiano. Além disso, nesse lugar realizou-se o lançamento do Livro do Professor Moacir Bolzan intitulado “*Quarta Colônia: da Fragmentação à Integração*” (2015).

Em reconhecimento aos relevantes projetos e trabalhos desenvolvidos como

¹⁸³ Da esquerda para a direita sentados: professor Jorge Alberto Cruz e professora Maria Medianeira Padoin. Em pé: professor Luiz Gonzaga Binato; professor Daniel Coronel, diretor da editora UFSM; professor Luciano Schuch, vice-reitor da UFSM; Oscar Carlesso, Agente Consular Italiano de Santa Maria; e professor Flavi Lisboa Filho, pró-reitor de extensão da UFSM.

Agente Consular Honorário em Santa Maria, no dia 29 de outubro de 2019, no restaurante Prego, na cidade de Santa Maria, as sociedades/associações italianas da região, juntamente com o CONVERS (Comitato Vêneto do Rio Grande do Sul), realizaram um jantar para homenagear o doutor Carlesso. O Jantar contou com a presença de uma comitiva italiana composta pelo Deputado Luciano Sandona, *consiglieri regionale del Vêneto*, e Aldo Rozzi Marin, presidente *dell Associazione Veneti nel Mondo*, *ex-Assessore ai Flussi migratori dela regione del Vêneto e cittadino honorário di Serafina Correa*.

A partir de em 2017 a Agência Consular Honorária de Santa Maria passou a ser denominada de Consulado Honorário da República Italiana em Santa Maria – RS e o Agente Consular Honorário passou a ser denominado Cônsul Honorário da Itália.

Quadro 2 - Agentes consulares de Santa Maria –1912-2020

| NOME | PERÍODO | Exequatur |
|------------------|----------------------|----------------------|
| Umberto Ancarani | 1912-1917 | 18 de maio de 1912 |
| José Isaia | 1918-1923 | Não encontrado |
| Nicola Turi | 1923-1942 | 23 de abril de 1923 |
| VAGO | 1942-1993 | VAGO |
| Oswaldo Dal Lago | 1995-2007 | 11 de agosto de 1995 |
| Oscar Carlesso | 2008-2019 | 19 de agosto de 2008 |
| VAGO | 2019 a junho de 2020 | VAGO |

Fonte - Elaborado por Jorge Alberto Soares Cruz

Na primeira fase da Agência Consular Italiana de Santa Maria (1912-1942) o professor Umberto Ancarani, seguido pelo doutor Nicola Turi, foram os que mais utilizaram a imprensa escrita para divulgar questões relacionadas às atividades da Agência Consular. Nesta fase, os três agentes consulares nasceram na Itália, com um bom nível de letramento e oriundos de regiões localizadas no centro sul da Itália e nenhum era procedente da região norte. Também eram pessoas que possuíam certo prestígio na sociedade local. O grupo era formado por um empresário/professor, um pequeno empreendedor, e o ciclo se encerra com um médico.

Em relação ao segundo Agente Consular, o senhor José Isaia, pouco se sabe sobre sua atuação no exercício da função como representante do governo italiano em Santa Maria. Os poucos relatos foram narrados por seu filho Antônio Isaia em uma carta encaminhada ao Padre Luiz Sponchiado e um documento datilografado escrito para as festividades do encontro da família Isaia, em 1996.

A segunda fase da Agência Consular teve como atuantes um professor aposentado do curso de Letras da Universidade Federal de Santa Maria e um odontólogo, cujo mandato se encerrou em 2019. Ambos são brasileiros descendentes de imigrantes que vieram da região norte da Itália (italo-brasileiros) e com dupla cidadania.

A função de Agente Consular, mesmo não sendo uma função remunerada, gera muitas cobiças, disputas e desentendimentos entre os membros da comunidade italiana. O professor Umberto Ancarani, teve contra si uma forte oposição que provocou sua destituição do cargo de Real Agente Consular.

Todos os agentes consulares trabalharam na defesa e manutenção da cultura e da identidade italiana, desenvolvendo um trabalho junto às comunidades de imigrantes, sempre lembrando suas origens. Para tanto, o professor Osvaldo Dal Lago foi um dos que trabalhou incentivando a criação de várias sociedades/associações italianas, objetivando angariar recursos para a realização e manutenção de cursos de língua e cultura italiana. Além disso, tanto Dal Lago como Oscar Carlesso trabalharam para auxiliar e incentivar a comunidade italiana para que obtenham a dupla cidadania.

Até junho de 2020 a função de Agente Consular Italiano em Santa Maria permanecia vaga, mesmo existindo vários pretendentes ao cargo. Acredita-se que esta situação possa perdurar por um longo período de tempo, devido a pandemia do COVIDS-19 que está provocando muitos óbitos na Itália e no Brasil.

Acreditamos que a presença ativa da Agência Consular Italiana em Santa Maria e conseqüentemente na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, foi um dos fatores que permitiu a revalorização da cultura local/regional. Soma-se a isto, o incentivo a dupla cidadania o que proporciona a valorização da auto estima do “colono”. Neste cenário, foi fortalecido o sentimento de italianidade, que uniu o passado, representado pelo período da imigração, com as perspectivas e possibilidades proporcionadas pela atual República Italiana, no contexto da União Europeia.

Sendo assim, a existência da Agência Consular Italiana e sua atuação, surge como mais uma variável, que está presente na consolidação do território de Santa Maria e Quarta Colônia, enquanto uma região cultural

CAPÍTULO IV – AS SOCIEDADES, AS ASSOCIAÇÕES E *CIRCOLOS* ITALIANOS

O surgimento das sociedades italianas é visto como uma forma de resistência dos imigrantes contra ao isolamento a que foram submetidos pelo governo imperial brasileiro, no início da colonização. Estas agremiações tinham, dentre seus objetivos, reunir a comunidade em torno da cultura, tendo como parâmetro a italianidade. Além disso, proporcionavam atividades recreativas e culturais a seus associados. Ademais, algumas destas sociedades tinham, dentre suas funções, auxiliar os sócios que passavam por dificuldades de saúde ou financeiras e, em alguns casos, pagavam pensões por aposentadoria. Independentemente dos objetivos a que se destinavam, essas entidades, depois das igrejas, eram locais de encontros dos imigrantes e de culto à italianidade.

Na região de Santa Maria e Quarta Colônia, a história das sociedades italianas pode ser dividida em dois períodos distintos. O primeiro inicia no final do século XIX quando foram criadas as primeiras sociedades de mútuo socorro, que foram extintas na primeira metade do século XX, por ocasião da Segunda Guerra Mundial (1942). A segunda fase inicia no final da década de 80, século XX, com o surgimento das sociedades, associações e *circolos* italianos¹⁸⁴ que perduram até os dias de hoje.

Neste contexto, as sociedades, associações e *circolos* italianos são variáveis independentes elencadas nesta tese, que se forem alteradas, positiva ou negativamente, influenciarão diretamente em variáveis dependentes, relacionadas ao desenvolvimento cultural, econômico e na identidade regional.

Sendo assim, neste capítulo serão trabalhados fatos referentes às atividades que eram desenvolvidas nas antigas sociedades italianas e as atividades realizadas por algumas sociedades/associações e *circolos* italianos, na valorização de uma identidade relacionada à memória passada e a construção e preservação de uma memória presente.

Além disso, vem colaborar na configuração de um território, em que a presença e atuação tanto dos imigrantes, dos seus descendentes e das instituições ou agremiações construídas por eles, fortalecem a identidade regional que forma a base e o sentido de pertencimento a Quarta Colônia

¹⁸⁴ A diferença entre associação e sociedade está no fato que associação é a união sem fins lucrativos e as sociedades visam a divisão de lucros e prejuízos entre seus membros.

4.1 - AS PRIMEIRAS SOCIEDADES ITALIANAS DE SANTA MARIA

No Rio grande do Sul, a sociedade italiana mais antiga criada é a *Società Italiana di Soccorso Mutuo e Beneficenza*, em Bagé¹⁸⁵, fundada em 1º de janeiro de 1871.

As sociedades italianas eram divididas em duas categorias: sociedades recreativas e sociedade de mútuo socorro. As recreativas possuíam apenas funções recreativas e culturais, promovendo festas, almoços, jantares bailes e visando promover cultura e lazer para reunir a comunidade. Essas sociedades não tinham a função assistencialistas. Já as de mútuo socorro apresentavam, dentre seus objetivos, proteger seus associados ofertando-lhes ajuda financeira quando fosse necessário, através de empréstimos, auxílio-doença, auxílio-funeral e, em alguns casos, até mesmo uma pensão por aposentadoria. Além disso, algumas sociedades de mútuo socorro proporcionavam atividades recreativas e culturais a seus associados.

Giron (1994) relata que, no Rio Grande do Sul, existiam sociedades ricas e pobres. As primeiras foram criadas pela burguesia urbana ascendente, composta por comerciantes e industriais. As sociedades pobres foram fundadas por pequenos agricultores e operários. Independente de grupos sociais, de serem ricas ou pobres, estas entidades passam a ser local de culto à pátria distante e de encontros sociais, o que anteriormente acontecia quase que exclusivamente nas igrejas que desempenhavam o papel na formação cultural, política e religiosa dos imigrantes.

Algumas sociedades italianas, como a Príncipe de Napoli de Caxias, além do assistencialismo e das atividades sociais e desportivas, mantinham escolas para os filhos dos imigrantes (Figura 35). Muitas vezes, essas escolas recebiam recursos do governo italiano. As escolas italianas sempre fizeram parte das políticas expansionistas de fortalecimento do sentimento de italianidade e de pertencimento cultural, tendo como base fatores sociais, políticos, econômicos e comerciais.

¹⁸⁵ Além disso, devido a presença de um número considerável de italianos na região, em 1887 foi criada uma Agência Consular para atender a região da fronteira Brasil-Uruguai (CINQUENTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD, 1925). Na nova fase do associativismo essa sociedade ressurgiu com o nome de "Sociedade Beneficente Anita Garibaldi de Bagé".

Figura 35 - Escola Príncipe de Napoli, Mantida Pela Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro Príncipe di Napoli, Caxias do Sul



Fonte - LUCESI, Tarciane Angela – Tese de Doutorado 2007, p. 197¹⁸⁶

Na região central são encontrados indícios da existência de, no mínimo, três sociedades italianas de mútuo socorro, na sede do município de Santa Maria¹⁸⁷, surgidas no final do século XIX. A Primeira a ser criada na cidade foi a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele*, fundada oficialmente em 1º de abril de 1896 e possuindo como data festiva o 20 de setembro¹⁸⁸, procurando exaltar a data histórica da unificação italiana. A outra entidade foi denominada de *Società Italiana di Mutuo Soccorso Principe di Napoli*, que teve o batismo de sua bandeira em 03 de janeiro de 1897¹⁸⁹. Em relação a esta sociedade não foram encontradas muitas referências. Consta Beber (1998) relata a existência de uma terceira sociedade italiana denominada Sociedade Beneficente Cristoforo Colombo, fundada em fevereiro de 1900.

¹⁸⁶ . Sentado ao centro pode-se ver o professor Umberto Ancarani - provavelmente esta foto seja do ano de 1904.

¹⁸⁷ Giron (1994) relata que em 1925 existiam, no Rio Grande do Sul, 64 sociedades italianas e não havia qualquer tipo de relação entre elas, já que atuavam de forma independente.

¹⁸⁸ Dados coletados no Jornal o Combatente de 03 de maio de 1896, e revista Del Cinquentenário della colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1975-1925), volume I.

¹⁸⁹ Dados coletados no Jornal o Combatente de 10 de janeiro de 1897.

A Sociedade de Mútuo Socorro Vitorio Emanuele tinha, dentre seus objetivos, auxiliar os sócios que passavam por alguma dificuldades. Além disso, esta sociedade procurava fortalecer e integrar a comunidade italiana em torno do sentimento de italianidade. A primeira sede desta entidade estava localizada na rua do Comércio na parte superior do prédio número 89 (atual calçada Salvador Isaia, no centro de Santa Maria). Mais tarde, foi transferida para outro local, situado na Praça Tiradentes. Essa praça não existe mais na atualidade, mas a edificação resistiu ao tempo e esta localizada na esquina das ruas Vale Machado com Otávio Binato. Essa sociedade, com o tempo, passou a ser chamada simplesmente de *Societa di Mutuo Soccorso* e Recreativa de Santa Maria.

Devido a necessidade de ampliação do espaço para as atividades da *Societa di Mutuo Soccorso* e Recreativa de Santa Maria, o prédio que abrigava sua sede foi posto à venda em 1909 (Figura 36). No local funcionou o bispado e, mais tarde, um pensionato administrado por uma ordem religiosa. A edificação resistiu ao tempo, embora muito descaracterizado, e hoje pertence a particulares. Recentemente esse prédio foi reformado, mas permanece desocupado.

Figura 36 - Foto do antigo prédio da Societá Italiana di Mutuo Soccorso i Ricriativa



Fonte: Arquivo da Casa de Cultura Edmundo Cardoso¹⁹⁰

¹⁹⁰Pelo lado de dentro apoiado nas colunas, da esquerda para a direita, estão os construtores do edifício, João Almada e José Colderini. Na calçada, da esquerda para direita, encostado no poste, José Casagrande; de bengala na mão, Eugenio Saccol; de mãos no bolso, um visitante desconhecido; em seguida, de régua na mão, o pintor decorador de sobrenome Pitoni.

Com a venda desta primeira sede foi adquirido um terreno amplo com frente para a rua do Acampamento e fundos para rua Professor Braga¹⁹¹ (Figura 37). No local, foi edificada a sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, que foi projetada pelo senhor Constant Mathlin¹⁹² e concluída em 1914 (Figura 38).

Figura 37 - Sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro na rua do Acampamento, em 1914

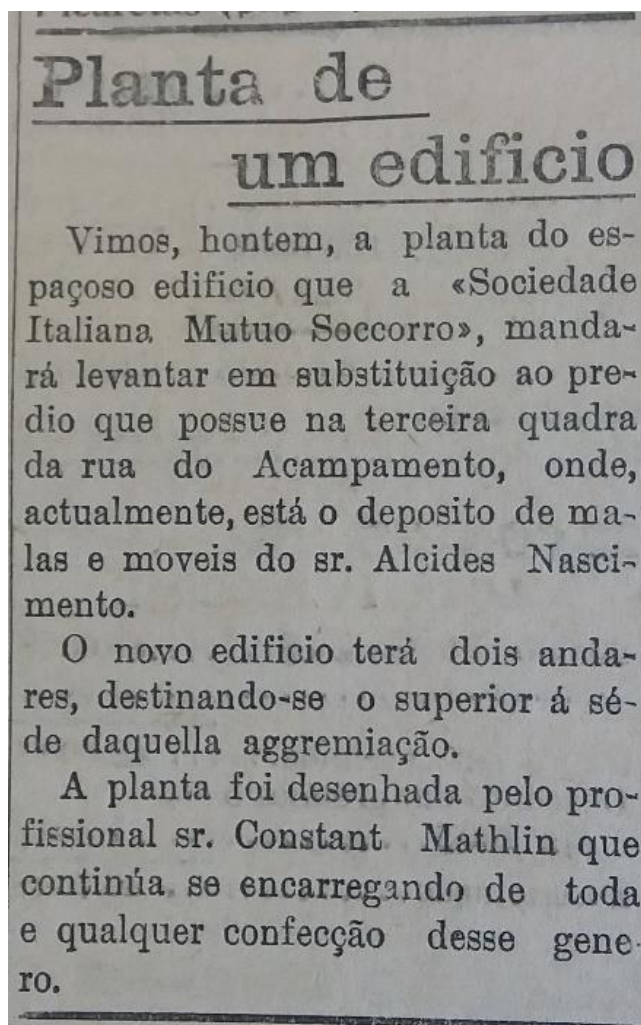


Fonte - Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

¹⁹¹ Segundo os senhores Juam Vicente Santini e Valmor Torri, esta parte do terreno da rua Professor Braga foi perdida durante o período em que a propriedade estava sob a responsabilidade do Governo do Estado.

¹⁹² Valmor Torri relata que o responsável pelo projeto foi o senhor Isidoro Grassi, porém no Jornal Diário do Interior, de 16 de junho de 1913, aparece o senhor Constant Mathlin como o responsável pelo projeto.

Figura 38 - Autor do Projeto da Sociedade Italiana



Fonte: Jornal Diário do Interior, 13 de 06 de 1913

Como um dos objetivos das sociedades de mútuo socorro era congregar a comunidade em torno da italianidade, na nova sede foram realizadas atividades culturais e recreativas como bailes, jantares e festas carnavalescas. Segundo Torri [1996?] alguns sócios criaram o “Gruppo Corale Arrigo Boito¹⁹³” (Figura 39) bem como o grupo de teatro denominado de “Carlos Goldoni”. Além disso, foram construídas canchas de bocha e de bolão (1931) o que fez surgir dois grupos de bolão que foram batizados de “Mussolini e Garibaldi”.

¹⁹³ O Grupo de Coral Arrigo Boito teve como regente o maestro e professor Garibaldi Poggetti, que hoje dá nome a uma rua do bairro Nossa Senhora de Lourdes (Decreto municipal 1765/1975) e ao Centro de Atividades Múltiplas de Santa Maria, apelidada de Bombril.

Figura 39 - Coral Arrigo Boito, em 1934



Fonte. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Além da “*Società Italiana di Mutuo Soccorso*”, na sede do município existiu no distrito de Silveira Martins a *Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° Fra Gli Operai Italiani*”, criada no ano de 1885 e a “*Sociedade Italiana Luigi Amadeo di Savoia Duca Degli Abruzzi*”, fundada em 1886, na localidade de São Marcos, no Distrito de Arroio Grande, que tinha como presidente o professor Andrea Possobon (Figura 40).

A Sociedade de *Duca Degli Abruzzi*, de Arroio Grande, não possuía uma escola vinculada a agremiação, mas seu presidente, Andrea Pozzobon, foi um professor que fundou um estabelecimento de ensino na região que ainda existe nos dias de hoje como uma escola Estadual¹⁹⁴. Além de professor e presidente da Associação Italiana, Adrea Possobon, também foi representante consular junto à comunidade italiana de Arroio Grande.

Das sociedades italianas existentes na região, apenas a de Arroio Grande era somente recreativa e não possuía em seu estatuto a previsão de auxílio financeiro aos seus sócios (DALMOLIN, 2006).

¹⁹⁴ Escola Estadual Arroio Grande. Como reconhecimento ao professor, no pátio da escola existe um busto em sua homenagem. Porém, a escola não possui o seu nome.

Figura 40 - Membros da Società Italiana de Mutuo Socorso Ducca decli Abruzzi



Fonte : Acervo da Cantina da família Pozzobon em Arroio Grande ¹⁹⁵

O professor Antônio Ceretta¹⁹⁶, em seus manuscritos (1941) referentes à história de Vale Vêneto, relata a existência de outra Associação Italiana de Mútuo Socorro em Silveira Martins, que teve curto período de duração. A entidade havia sido criada por um nobre italiano, chamado Luiz Mantica, que havia perdido todas as suas propriedades e estava vivendo em extrema pobreza. O Senhor Mantica chegou à região e procurou o padre Antônio Sório, solicitando abrigo. Segundo Cerretta (1941), o pároco era uma pessoa de bom coração que sempre procurava auxiliar os mais necessitados.

O padre Sório lhe deu guarida até que conseguisse um meio de ganhar a vida. Sendo assim, o forasteiro ficou alguns dias na casa paroquial e depois seguiu para Silveira Martins, onde organizou uma Sociedade Italiana de Mútuo Socorro,

¹⁹⁵ Grupo de imigrantes italianos no primeiro aniversário da Società Italiana de Mutuo Socorso Ducca degli Abruzzi, presidida por Andrea Pozzobon (sentado na primeira fila com a faixa no peito).

¹⁹⁶ Antônio Ceretta foi um professor e catequista em São João do Polêsine, que contou a história do seu município através de um manuscrito, que se encontra no Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora- Santa Maria.

sendo eleito o seu presidente. Ceretta (1941) explica que essa sociedade possuía vínculos com a maçonaria e permaneceu ativa até a morte de seu fundador.

Ainda em relação a italianidade e, conseqüentemente, aos vínculos com a pátria de origem, durante a primeira Grande Guerra, muitas sociedades italianas enviaram certa quantia em dinheiro, a título de empréstimo ou doação, para auxiliar a Itália nos esforços de guerra. A *Società Italiana di Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele*, de Santa Maria emprestou ao governo italiano 2.500 liras. Catia Dalmolin (2006), relata que, em 1920, a Sociedade de Mútuo Socorro de Silveira Martins, havia colaborado para auxiliar o governo italiano no período pós Primeira Guerra Mundial. Anterior a isso, independentemente de solicitações do governo, alguns moradores da ex-colônia de Silveira Martins realizavam grandes remessas financeiras para seus parentes que ficaram na Itália ou para pagar dívidas.

Em 1883, o cônsul italiano de Porto Alegre, Erico Parrod, assinalava, exultante, em seu relatório, que a ex-colônia Silveira Martins, no oeste do Rio Grande do Sul, enviava aproximadamente “40 mil francos por ano para a Itália”. (IOTTI, 2010, p.38)

As sociedades participavam ativamente nas atividades políticas e nos grandes acontecimentos nas regiões de sua atuação. A Sociedade Umberto I colaborou para a implantação do telégrafo em Silveira Martins (1918). Várias ações referentes à inauguração desse serviço foram realizadas na sede da Sociedade. Além disso, a diretoria da entidade participou de homenagens realizadas no monumento a Garibaldi, especialmente no 20 de setembro, data da tomada de Roma e das comemorações da Revolução Farroupilha. Nesta data, comemorava-se a união da história do Rio Grande do Sul com a italiana, simbolizadas por Garibaldi, “o herói de Dois Mundos”. A Sociedade Italiana de Arroio Grande, também teve participação política nas decisões locais. Destaca-se a edificação do primeiro monumento construído em 1913 pelos imigrantes da Quarta Colônia em homenagem aos “heróis italianos” mortos na Guerra da Líbia (setembro de 1911 a 18 de outubro de 1912).

Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro emitiu o Decreto Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que inibe o associativismo de estrangeiros¹⁹⁷ no Brasil.

¹⁹⁷ A Lei generaliza ao colocar todos os estrangeiros, independente de nacionalidade.

[...]Art. 2º É-lhes vedado especialmente: 1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção. (BRASIL 1938)

Outro aspecto relevante na promulgação deste decreto fundamenta-se na proibição e divulgação do fascismo que muitas vezes acontecia nas sociedades de mútuo socorro através de palestras, jornais e revistas escritos em italiano. Seitenfus (1990) destaca que para divulgar o fascismo, o governo italiano havia enviado para a América, em 1937, mais de 100 mil publicações. Além disso, o governo italiano utilizava a imprensa, as escolas e as igrejas para divulgar o movimento fascista no Rio Grande do Sul (GIRON,1994). Pode-se afirmar que a propaganda fascista e a idolatria ao seu líder, Benito Mussolini, passou ser quase que a mesma coisa que a propagação de uma nova identidade italiana que unia alguns grupos de imigrantes e descendentes de italianos.

Na Sociedade de Mútuo Socorro de Santa Maria aconteceram alguns discursos favoráveis ao fascismo italiano. Isto pode ser comprovado com a notícia publicada no Jornal A Razão¹⁹⁸, no dia 30 de outubro de 1934:

Revestiram-se de muito brilhantismo as solenidades comemorativas ao advento do fascismo na Itália, realizadas anteontem na Societá Italiana de Mutuo Soccorso e recreativa. (...) Dr. Turi depois de expressar seus agradecimentos, pronunciou vibrante discurso, ouvido com a máxima atenção pela assistência. Começou o orador apresentando as mais vivas saudações em nome do Governo Italiano, que ele tinha a honra de representar. A seguir fez um estudo retrospectivo da situação da Itália ao ser implantado o regime fascista, estendendo-se em considerações sobre o que foi e o que é a Itália atualmente. (...) finalmente exaltou a grandeza da Itália fascista e convidou seus compatriotas a manterem sempre o seu patriotismo cheio de vitalidade, porquanto; agora mais do que nunca, deviam se orgulhar de terem tido por berço aquela terra. (...) (JORNAL A RAZÃO 30 DE OUTUBRO 1934).

Depois de proferir seu discurso, o Dr. Turi foi sucedido pelo senhor Giacomo Tedesco, que como seu antecessor, procurou exaltar o nacionalismo italiano (italianidade), glorificando as benesses do fascismo¹⁹⁹ e da grandeza de seu líder

¹⁹⁸ O jornal A Razão foi criado em 1934 por um grupo de santa-marienses. Em 1942, a empresa foi vendida aos Diários e Emissoras Associados de propriedade do jornalista Assis Chateaubriant. Na década de 70, a família de Grandi adquiriu o veículo de comunicação. Depois de mais de 80 anos de atividades, o jornal encerrou suas atividades, em 2017.

¹⁹⁹ A política externa do governo Mussolini era criar grupos fascistas nas regiões onde moravam

Benito Mussolini. Além disso, se exaltava que os italianos residentes em Santa Maria e seus descendentes deveriam orgulhar-se de possuírem origem italiana. Esses discursos faziam parte da política externa do governo fascista italiano que pretendia criar células políticas do “Fasci²⁰⁰” no exterior, que muitas vezes eram instaladas em algumas sociedades italianas²⁰¹. Neste contexto Giron escreve:

As “sociedades italianas” passam de órgãos associativos e de mútuo socorro a “topos” de ação fascistas, sem deixar de lado seus objetivos estatutários. Como centro de culto a pátria e de comemorações de efemérides e heróis italianos, a “sociedade Italiana” incorporou o culto do fascismo, assumindo seus ritos e seus eventos. (GIRON, 1994, p. 106)

A simbiose entre os grupos do “Fasci” e as sociedades de mútuo socorro fez com que a segunda entidade, juntamente com a igreja Católica, fossem as grandes responsáveis pela propaganda fascista nas regiões coloniais. Foram, também, as responsáveis pelo fortalecimento da identidade cultural pautada no orgulho de ser italiano, de ter sua origem em um país ordeiro, moderno e com um desenvolvimento alicerçado em tradições econômicas, morais e culturais. Nesse sentido, Giron ressalta que:

(...) imigrantes plenamente integrados na comunidade regional, que tinha esposa e filhos brasileiros, passaram a integrar a chamada “colônia italiana da região”. Não se tratava mais de atividades de cidadão brasileiros naturalizados, visto que alguns já o eram, mas de cidadãos italianos que habitavam o Brasil. A partir de 1933 as expressões “colônia italiana” e “ comunidade italiana”, passa a designar não só os fascistas locais como também alguns antigos imigrantes que passaram a se identificar como estes. (...) Os colonos deixam de envergonhar-se de sua aparência humilde, de seus dialetos, segundo alguns testemunhos “até o sotaque italiano ao falar português passou a ser considerado de bom tom”. (...) (GIRON, 1994, p. 108).

Deve ser ressaltado que a criação e incentivo dos núcleos dos “Fascis” foram capitaneados por cônsules e pelos agentes consulares. Os convidados para participar destes núcleos deveriam ser os elementos mais representativos da sociedade regional: industriais, comerciantes, médicos e profissionais liberais de sucesso (GIRON, 1994) que deveriam ser os propagadores da nova tendência política que predominava na Itália.

Na busca de aliados para difundir as ideias fascistas, a diplomacia italiana aproximou-se da AIB (Ação Integralista Brasileira). Este grupo era liderado pelo

italianos na América, através do fortalecimento da italianidade.

²⁰⁰ Grupo político italiano que se intitulava fascista.

²⁰¹ Em geral, as sociedades/associações menores não despertaram interesse pelas novas ideias oriundas da Itália.

jornalista e escritor Plínio Salgado e se identificava pelo uso das gravatas pretas, camisas verdes e, no braço, uma braçadeira com a letra grega *sigma* além da saudação “anauê”. Esse grupo surge em 1932 e tem suas atividades interrompidas com a implantação do Estado Novo, em 1937.

Segundo Ricardo Seitenfus (1990), durante algum tempo, os diplomatas italianos no Brasil flertaram com os integralistas, devido a crescente evolução que este grupo vinha tendo no cenário político brasileiro. A Ação Integralista Brasileira (AIB) havia se transformado em um partido político, com um número considerável de filiados e com a possibilidades de seu líder, Plínio Salgado, concorrer às eleições presidenciais que ocorreriam em 1938. Ideologicamente, os integralistas possuíam ideias políticas semelhantes aos fascistas e aos nazistas. Eram anticomunistas, anti-supercapitalismo e anti-semita, porém com um ponto contraditório e divergente, “antirracista” mesmo assim, conquistaram a simpatia de seguidores do nazismo e do fascismo que residiam no Brasil. Durante algum tempo, a AIB recebeu recursos financeiros provenientes da embaixada italiana no Brasil. Nesse cenário, o Partido Fascista Italiano nomeou um representante,, que teria como missão atuar juntamente aos integralistas brasileiros. A AIB também deveria enviar um representante para a Itália, porém isso não aconteceu devido a divergências internas na direção do partido. Nesse contexto, na região central do Rio Grande do Sul existiam alguns descendentes de italianos (e alemães) que integravam ou eram simpatizantes da AIB (Ação Integralista Brasileira), o que pode ser confirmado por notícias veiculadas nos jornais da cidade, em especial, o *Jornal A Razão*.

A propaganda político-ideológica italiana nas colônias era influenciada e divulgada pela diplomacia e por agentes políticos enviados pelo governo italiano. Além de ser patrocinada pelo Consulado Geral Italiano no Rio Grande do Sul e conseqüentemente, pelas agências consulares e sociedades italianas.

As atividades políticas dos grupos fascistas no Brasil e dentro das sociedades italianas foram proibidas pelo Decreto 383, de 18 de abril de 1938.

Art. 1º Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A

mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 - Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a ideias ou programas de partidos políticos do país de origem. (...)

4 - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos nº. 1 e 2.

5 - Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão. (BRASIL, 1938)

Com base Decreto 383/1938, em Santa Maria, como em várias regiões do Brasil, foram realizadas prisões de integralistas e simpatizantes do nazi-fascismo, que eram denominados de “Quinta Coluna” (traidores, espiões). Um exemplo pode ser visto no Jornal A Razão, de 13 de março de 1942, que trazia como manchete: “Pelo Integralismo era capaz de botar a mão no fogo”. Esta notícia relatava o caso ocorrido em Santa Maria, com a professora e parteira Rosa Carlesso Kapp²⁰², uma descendente de italianos e viúva de um alemão. Dona Rosa foi enviada à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), em Porto Alegre, por ter defendido o integralismo em uma discussão com um brasileiro que a denunciou à polícia. Segundo a notícia, a parteira era uma fanática pelo integralismo e, quando realizava algumas visitas a um recém-nascido, presenteava a criança com uma camisa verde para que crescesse como um simpatizante do integralismo. Junto com a parteira foram apreendidos materiais de divulgação do Partido Integralista, o que contrariava o Decreto Lei 383/1938.

O Decreto 383/1938 provocou a mudança de nome da “*Sociedade di Mutuo Soccorso Umberto Iº Fra Gli Operai Italiani*” de Silveira Martins para Clube Silveira Martins e, posteriormente, em 1958, para Clube Agrícola de Silveira Martins (DALMOLIN, 2006). As sociedades de São Marcos e de Santa Maria mantiveram o nome original até o encerramento de suas atividades, em 1942.

O Governo Brasileiro, juntamente com outras 20 nações americanas, rompeu relações diplomáticas, econômicas e financeiras com os países do Eixo (Japão, Alemanha e Itália). Essa decisão foi tomada em nome do pan-americanismo na III

²⁰² Segundo Antônio Isaia, Rosa Kapp foi a parteira de alguns dos 12 filhos de Clara e José Isaia que foi o Segundo Real Agente Consular de Santa Maria.

Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas²⁰³, que ocorreu na Cidade do Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1942. A realização deste encontro foi motivada pelo ataque japonês à Base Americana de “*Pearl Harbor*” (07 de dezembro de 1941).

No discurso de abertura da conferência, o presidente Getúlio Vargas, além de dar as boas-vindas aos representantes das nações Americanas, ressaltou:

(...) É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para o assalto a Nações irmãs. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva, faremos o que as circunstâncias reclamarem e nenhuma medida deixará de ser tomada a fim de evitar que, portas a dentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou por em perigo a segurança das Américas. (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1942)

O Embaixador italiano no Brasil, Ugo Sola, vendo a possibilidade da conferência decidir pelo rompimento das relações diplomáticas com seu país, enviou uma carta, muito cordial, ao Chanceler brasileiro Osvaldo Arranha, que foi o coordenador da reunião. Na carta, o Embaixador comentava que o governo brasileiro estava entrando em uma guerra de outro país americano e que ele, Osvaldo Arranha, poderia intervir para evitar o agravamento do conflito.

(...)É com sinceridade, com singeleza, com profundo respeito pelo Amigo, com profundo respeito e veneração pelo Brasil, que eu lhe comunico aqui meu pensamento e meus sentimentos, na esperança de que o Amigo queira prevalecer-se, se a isto fôr devidamente autorizado pelo Chefe e Guia da Nação, de sua excepcional autoridade junto aos Representantes dos Países do continente sul-americano cujos interesses pela paz mais se harmonizarem com aqueles do Brasil, no sentido de manter intactas as relações diplomáticas que da paz e da concórdia entre os povos são justamente uma das maiores e mais necessárias garantias. Ugo Sola Embaixador italiano no Brasil (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES RELATORIO DE 1942)

Nesse contexto, é preciso recordar que a política ideológica italiana já demonstrava sinais de desgastes políticos pelo envolvimento no conflito, inclusive o Rei Vittorio Emanuel já cogitava a destituição de Mussolini. Ademais, o Brasil sempre manteve boas relações diplomáticas e comerciais com a Itália.

Oficialmente, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas, comerciais e econômicas com os países do Eixo às 18 horas do dia 23 de janeiro de 1942. Nesse

²⁰³ A primeira conferência foi realizada em 1938 no Panamá e, a segunda, em 1940 na cidade de Havana, em Cuba.

contexto, foi cancelado a exequatur concedido aos representantes dos países do Eixo e providenciado os passaportes dos representantes diplomáticos e seus familiares. A ruptura das relações diplomáticas e comerciais não significava declarar guerra, porém, era uma situação que poderia ser vista, pelos países do Eixo, como “estado de guerra”. Sendo assim, a guerra estava em estado latente e poderia eclodir no Brasil e no restante da América a qualquer momento. A posição dos países americanos poderia ser vista como a vontade, em um curto espaço de tempo, de se envolverem diretamente no conflito.

Oficialmente o Brasil declarou guerra à Itália e à Alemanha em 21 de agosto de 1942²⁰⁴ devido ao ataque simultâneo a cinco navios brasileiros²⁰⁵, na noite de 15 para 16 de agosto de 1942, realizado por um submarino alemão. As embarcações postas a pique realizavam navegação de cabotagem no litoral sergipano e transportavam passageiros. Uma delas levava um grupo de romeiros que iriam participar de um congresso eucarístico em São Paulo, outra transportava 120 militares que estavam sendo transferidos de uma unidade militar para outra. Somase a essas cinco embarcações, outras que haviam sido torpedeadas em área internacionais²⁰⁶ e que até o momento tinham provocado apenas a indignação e o protesto diplomático do Governo Brasileiro. Os ataques ocorridos no litoral nordestino foram vistos como uma agressão direta e a ampliação da guerra para a América do Sul.

Não há como negar que a Itália (Alemanha) praticou contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância, que somos forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança e da América. Em nome do Governo brasileiro, peço, Senhor Ministro, se digne Vossa Excelência levar esta declaração ao conhecimento do Governo italiano (alemão) para os devidos efeitos (OSVALDO ARANHA 1942 in RELATORIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 1942²⁰⁷)

Para Cervo (1990), a declaração de guerra foi um tropeço nas boas relações entre Brasil e Itália que realizaram a guerra dos outros sem nunca terem se enfrentando no campo de batalha. Além disso, o autor faz críticas ao

²⁰⁴ A entrada do Brasil satisfazia interesses norte-americanos que queriam instalar bases em território brasileiro. A I Base Aérea de Santa Maria, RS, foi criada neste período.

²⁰⁵ As embarcações postas a pique foram: “Baependi, Anibal Benevolo (do Lloyd Brasileiro, patrimônio Nacional), o Araras e o Araraquara (do Lloyd Nacional S.A.) e o Itagiba (da Cia de Navegação Costeira) que transportavam mercadorias, militares e civis para os portos Brasileiros” (RELATÓRIO DE 1942 DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES).

²⁰⁶ Foram torpedeados um total de 35 navios brasileiros.

²⁰⁷ Nota do Ministério das Relações Exteriores do Brasil aos governos da Itália e da Alemanha, em 21 de agosto de 1942.

posicionamento de Osvaldo Aranha que comunica a declaração de guerra²⁰⁸ e com muita cordialidade encerra o comunicado utilizando termos como: “(...) sinto ser obrigado a remeter-lhe o passaporte que o habilita e o pessoal de sua Missão a seguirem com segurança para o seu País (...). Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração“ (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1942 p.129).

Logo após o encerramento da III Reunião de consulta dos ministros das relações exteriores das Repúblicas Américas e o rompimento das relações diplomáticas com os países de Eixo, o governo brasileiro emitiu o Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, que estabelecia indenizações que deveriam ser pagas por atos de agressão contra bens do estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Esse decreto foi motivado, conforme explicado anteriormente, pelo ataque sofrido por navios brasileiros, realizados por submarinos alemães em áreas internacionais. Apesar da responsabilidade dos ataques ser atribuída aos submarinos alemães, a aliança de guerra entre a Alemanha, o Japão e a Itália, tornou essas potências solidárias na agressão (BRASIL, 1942).

Ao contrário do Decreto de 1938, que coibia o associativismo de estrangeiros sem mencionar a nacionalidade, o decreto 4166/1942 deixava claro que ele era direcionado a alemães, italianos e japoneses residentes no Brasil.

[...] Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália. [...]

[...]Art. 11. Passam à administração do Governo Federal os bens das pessoas jurídicas de direito público que praticarem atos de agressão a que se refere o artigo 1º desta lei, bem como dos seus súditos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no estrangeiro e que, não estejam na posse de brasileiros. (BRASIL, 1942)

Com base nesse decreto, as sociedades de São Marcos e de Santa Maria encerraram suas atividades em 1942.

A *Società Italiana di Mutuo Soccorso* de Santa Maria encerrou suas atividades e sua sede foi doada ao governo do estado. Porém, Cátia Dalmolim (2006) relata,

²⁰⁸ Decreto-lei 10.358, de 31 de agosto, de 1942 declara o Brasil em Estado de Guerra.

através de depoimentos, que esta doação foi forçada pelo governo.

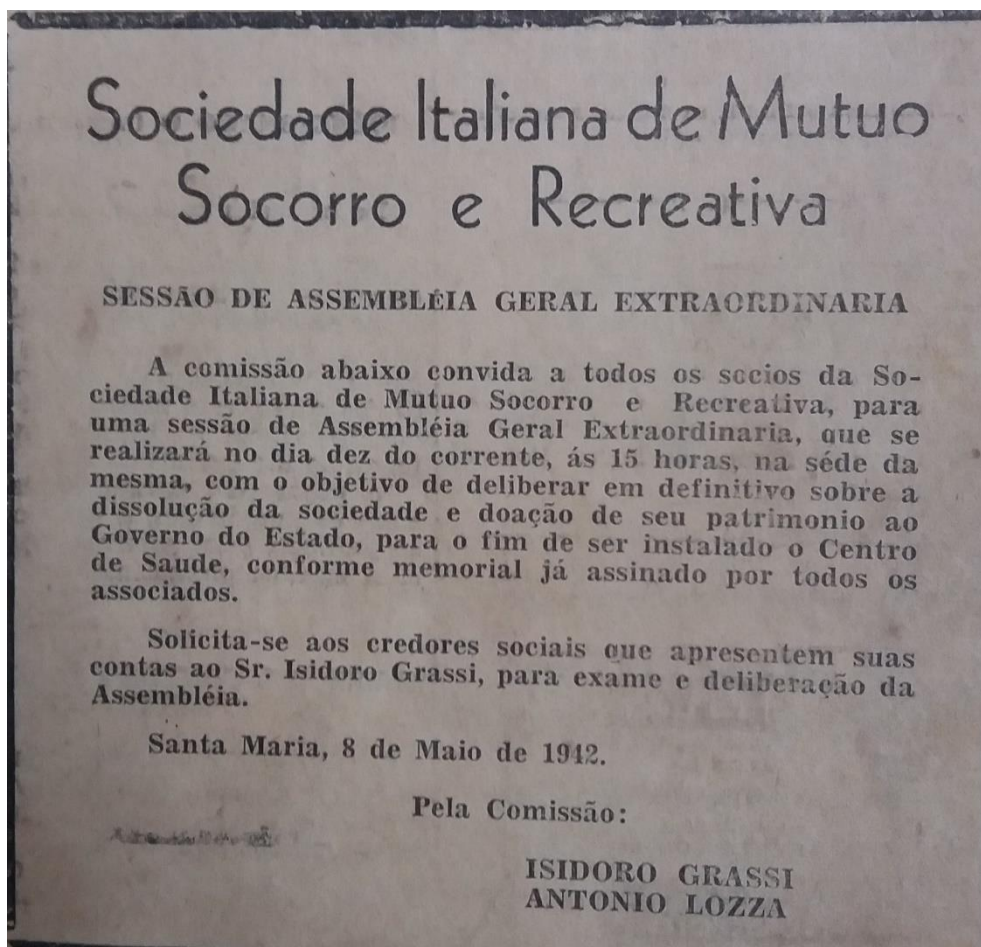
“[...] a tomada de nossa sede [foi assim] três viaturas do exército, em uma noite de 1942, recolheram os associados da Associação Italiana, forçaram uma assembleia e forçaram a entrega do prédio para o governo do estado”. O depoimento de Valmor Torri, transcrito também por Angélica Rios, ratifica a versão de Neuton Pasin. “Chamaram os sócios existentes naquela época e disseram assim: ‘vocês são obrigados a nos doar o imóvel porque é uma lei do Getúlio’. Então eles fizeram uma reunião e obrigaram os cara [sic] a fazer uma doação voluntária. Só que essa doação voluntária, não foi voluntária”. (DALMOLIN, 2006 p. 116)

Em entrevista realizada com o Senhor Valmor Torri, em outubro de 2018, ele ratificou esta afirmação falando que, na calada da noite, algumas viaturas do Exército foram à casa dos conselheiros da Sociedade Italiana de Santa Maria, e não dos associados, e os conduziu até a sede da sociedade forçando uma assembleia para a entrega do prédio para o governo do Rio Grande do Sul. Em relação a este acontecimento, não foram encontrados documentos escritos que possam comprovar a veracidade dos fatos narrados.

Questionou-se o senhor Valmor Torri a respeito de documentos que comprovassem estes fatos e sua resposta foi: “eu li isto, não lembro onde”. Outro fato que dificulta a comprovação desse acontecimento é que o acervo da extinta *Societa di Mutuo Soccorso*, que poderia conter a ata de doação, foi perdido ou eliminado. Ademais, o senhor Torri, neste período, era muito pequeno e ainda morava em Silveira Martins, com seus pais.

No entanto, há um registro no jornal *A Razão*, publicado em 9 de maio de 1942, que se aproxima desses relatos. O referido periódico publicou uma convocatória para todos os associados da Sociedade de Mútuo Socorro para participarem de uma assembleia extraordinária, que deveria ocorrer no dia 10 de maio do mesmo ano. A pauta desta assembleia era a dissolução da sociedade e a entrega do prédio para o governo do Estado do Rio Grande do Sul, para que no local funcionasse um centro de saúde (Figura 41).

Figura 41 - Convite para reunião extraordinária da Sociedade Italiana de Santa Maria que deliberou a dissolução e a entrega do seu prédio ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Jornal A Razão, 09 de maio de 1942

Essa reunião teve a participação de um grande número de associados e foi dirigida pelo presidente honorário da entidade e também Real Agente Consular de Santa Maria, Nicola Turi. Na ocasião, foi lido e aprovado por unanimidade o documento de doação do imóvel ao governo estadual, representado pelo interventor, General Cordeiro de Farias. Também foi nomeada uma comissão que teria a função de liquidar as contas e encerrar as atividades da *Società di Mutuo Soccorso di Santa Maria*. A doação foi efetivada com a lavratura da escritura pública em 19 de abril de 1943. Pode-se afirmar que a Sociedade de Mútuo Socorro teve suas atividades encerradas, após 46 anos de existência, e parte de sua história e da história regional perdida em razão do descaso com os acervos documentais²⁰⁹.

²⁰⁹ Segundo foi informado pelo senhor Valmor Torri, o acervo documental da associação foi colocado em um local do subsolo do Clube Caixeirai Santamariense e, devido a umidade e a infestação de ratos, os documentos foram incinerados, como outros da história da cidade.

4.2 - O RESURGIMENTO DAS SOCIEDADES, ASSOCIAÇÃO E *CIRCOLOS* ITALIANOS.

Na atualidade, funciona em Santa Maria a AISM (Associação Italiana de Santa Maria) e no territorial da atual Quarta Colônia existem a Associação Italiana de Restinga Seca, Associação Cultural Italiana de Ivorá, Sociedade Italiana de Dona Francisca, Societá Amici D' Italia Polesani nel Mondo, Societa Culturali Italiana di Faxinal do Soturno, Associação Veneta de Vale Vêneto e o *Circolo* Vêneto de Nova Palma.

A criação das sociedades e associações italianas, bem como os *circolos*, possuem o apoio do governo italiano e dos governos das regiões italianas que, através das agências consulares, incentivam a criação destas entidades. Alguns “*circolos*” estão inseridos nas sociedades/associações, que funcionam como um guarda-chuva para que instituições menores possam ter força de reivindicar benesses ofertadas pelo governo italiano e pelos governos provinciais. Dentre estas, pode-se destacar o ensino da língua italiana, o intercâmbio de estudantes brasileiros e italianos, estágios profissionais na Itália para ítalo-brasileiros, dentre outras.

Os *circolos* são formados conforme a origem dos descendentes dos imigrantes que vieram para o Brasil. Em Santa Maria e na Quarta Colônia podem ser encontrados os “*círcolos*” Veneto (o maior de todos), Friulanos, Emilia Romagna, Toscano, Trentino, Tiroles, Italiani all Estero (Italianos no Exterior), Visentino, dentre outros. Isso ocorre porque cada região da Itália possui autonomia para estabelecer normas e investimentos no exterior. Dessa forma, os descendentes de friulanos recorrem, quando necessário, à região de Friuli, o Vêneto - a região Veneta, Trentino - a região de Trento, e assim sucessivamente.

Pode-se afirmar que os “*circolos*” servem como elo de reconstrução de lugares não mais habitados, mas onde vivem a simbologia de um mundo ligado à ancestralidade. Ou seja, é uma forma de reconstruir e fortalecer os laços identitários regionais com as comunidades e províncias italianas.

As sociedades, associações italiana e *circolos* estão vinculados ao comitês²¹⁰ (Comitato degli Italiani all’ estero- Porto Alegre) e possuem, dentre as suas funções, manter laços culturais com a Itália, bem como, cooperar com a autoridade consular

²¹⁰ Possui a função de fomentar ações que visem a integração da comunidade italiana fora da Itália, além de prestar assistência social e educacional e na formação profissional, sempre trabalhando em conjunto com os diplomatas, cónsules e sociedades/associações italianas.

cuidando dos direitos e interesses dos cidadãos emigrados e seus descendentes, além de contribuir para o estreitamento das relações Brasil-Itália e Itália-Brasil. A criação e manutenção das sociedades, associações e *circolos* italianos são incentivadas pelo governo da Itália através dos consulados honorários.

Isto ocorre porque além de realizarem manifestações de cunho cultural e social, as sociedades/associações podem contribuir com o apoio ao comércio e a indústria italiana. Ademais, o interesse do governo italiano no fortalecimento dessas entidades, muitas vezes está relacionado ao envelhecimento da população no continente Europeu e à necessidade de captar mão de obra para manter a indústria e o sistema previdenciário e também da própria identidade do Estado Italiano com base no passado. Neste contexto, também deve ser salientada a política externa de internacionalização, manutenção e ampliação do mercado para escoar produtos e promover empresas transnacionais italianas. Dentre estas, destaca-se indústria automobilística, fábrica de pneus, indústria de aviação, telefonia, máquinas, ferramentas e indústria de laticínios. Além disso, o incentivo à dupla cidadania, que está imbuído de um forte sentimentalismo²¹¹ em relação à ancestralidade, possibilita a captação de recursos através do desenvolvimento do turismo. Muitos brasileiros que possuem dupla cidadania vão à Itália para conhecer a região de origem de seus ancestrais e muitos acabam fixando residência naquele país ou passam vários meses do ano na Europa desfrutando das benesses de ser um cidadão da União Europeia. Os mais jovens percebem na dupla cidadania a oportunidade de melhores condições para estudarem em uma universidade europeia e, conseqüentemente, um emprego em um dos países que compõem a União Europeia.

Nesse contexto, resolvemos apresentar um pouco da história de algumas destas “agremiações”, procurando exemplificar sua importância na representação da comunidade italiana e na perpetuação e rememoração da história, memória, cultura e da identidade inserida em um espaço territorial. Sendo assim, iniciaremos por Santa Maria, devido sua história estar vinculada a criação da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul desde o final do século XIX.

²¹¹ Durante o desenvolvimento desta tese conhecemos algumas pessoas que possuem dupla cidadania e que mantêm contato “*com seus parentes italianos.*” Ou seja, pessoas que estão em sua árvore genealógica.

4.3 – A ASSOCIAÇÃO ITALIANA DE SANTA MARIA

Em 25 de julho de 1985 renasceu em Santa Maria a ideia do associativismo relacionado ao sentimento de italianidade, com criação da “*Sociedade Cultural Italo-Brasileira Dante Alighieri*”. Essa Sociedade funcionou provisoriamente no nono andar do prédio da CACISM (Câmara do Comércio e Indústria de Santa Maria) e posteriormente, a sede foi instalada em um prédio na rua do Acampamento, próximo ao edifício Centenário, onde foram ministradas aulas de italiano.

O senhor Cesar Barichello, primeiro presidente da entidade, informou que o nome **Sociedade cultural Italo-Brasileiro** tinha como objetivo reunir brasileiros descendentes de italiano²¹² e convidados²¹³. A entidade propunha-se a rememorar a cultura italiana independente da região italiana de onde vieram os antepassados dos associados.

Essa nova fase do associativismo²¹⁴, relacionada à etnicidade, é marcada pela rememoração e integração da comunidade em torno do sentimento de pertencimento a uma cultura etnocêntrica/italianidade. Isto pode ser percebido pela fundação, em 25 de junho de 1985, do Coral Giuseppe Verdi e a criação do grupo de folclore “Felici Itália”, em abril de 1989.

A Sociedade Italiana Dante Alighieri tinha como objetivo promover e difundir a cultura e a língua italiana, fortalecendo e incentivando o culto à italianidade. Para tanto, o artigo terceiro do estatuto da agremiação estabelecia quais eram as finalidades da Sociedade:

- a) Promover a difusão da cultura e língua italiana no Brasil;
- b) Promover e desenvolver o intercâmbio literário e científico entre o Brasil e a Itália e o convívio entre brasileiros e italianos;
- c) Proporcionar visitas de personalidade italianas e celebrar datas cívicas;
- d) Realizar cursos e conferências;
- e) Manter bibliotecas, coral e banda típica;
- f) Preservar o patrimônio cultural dos imigrantes tais como: arquitetura, música, hábitos e costumes. (Art. 3º estatuto da Associação Cultural Italiana Dante Alighieri, 1985)

²¹² Barichello salienta: “somos brasileiros descendentes de italianos; nós não somos italianos”.

²¹³ Segundo Cesar Barichello, dentre os convidados, destaca-se a Figura do professor José Mariano da Rocha, um dos idealizadores e primeiro reitor da Universidade Federal de Santa Maria.

²¹⁴ Em entrevista, o senhor Cesar Barichello (2020) afirma que esta foi realmente a primeira Sociedade Italiana criada na cidade de Santa Maria e não uma recriação ou continuidade das agremiações que surgiram no final do século XIX e início do século XX. Segundo Barichello, “as sociedades anteriores eram em ente do governo italiano e serviam para dar assistência aos imigrantes italianos”. A Dante Alighieri foi a primeira sociedade do interior do Rio Grande do Sul que tinha como objetivo a cultura.

Segundo o Senhor Cesar Barrichello, nesta sociedade foram realizados os primeiros cursos de italiano com material didático proveniente da Universidade de Perugia, local onde ele havia estudado durante um ano.

Dentro do contexto da valorização da cultura e da identidade italiana, o estatuto da Sociedade Dante Alighieri exigia que o presidente e o vice deveriam ter domínio da língua italiana. O primeiro presidente desta entidade foi o senhor Cesar Barichello tendo como vice-presidente o padre Luciano Galinaro²¹⁵.

Alegando desconhecer a existência da Dante Alighieri²¹⁶ e da histórica Mutuo Soccorso, na década de 90, um grupo formado pelo jornalista Carlos Alberto Belinaso e os empresários Romulo Costa Beber e Valmor Torri, vinha discutindo a possibilidade de reunir a comunidade de descendentes de imigrantes italianos em uma associação. O grupo passou a se reunir nos finais de tarde, na empresa do senhor Torri e constataram a necessidade de chamar mais pessoas para construir uma associação. Sendo assim, constatou-se que já existia uma Sociedade italiana em Santa Maria.

Em relação a criação desta nova agremiação, ou a reformulação da já existente, o senhor Valmor Torri, em entrevista realizada outubro de 2018, comentou:

“(...) minha ideia, que eu nunca falava para ninguém, era juntar a Multi Soccorso, a Dante Alighieri do Barrichello, e a nossa (...) inclusive ouve muita discussão do nome como iriam fazer(...) só que nesta época eu já tinha muito conhecimento da Itália qual a consistência dos governos quais os benefícios que tem o que pode o que não pode. Não adianta montar uma coisa como montaram vários gemellaggios nos municípios ai só para roubar. (...) A ideia era fazer uma associação sempre aproveitando o futuro o que tinha da Multi Soccorso com a Dante Alighieri(...). Para nos ter benefício na Itália uma associação precisa de um período de funcionalidade. Se você não tem oito ou dez anos de funcionamento não adianta pedir recursos na Itália que não vão te dar. Então nos obrigamos a dizer que nós éramos uma sucessão da Dante. Eu sempre prevendo rever os bens da Multi Soccorso (Depoimento de TORRI, 2018)

Para formar esta associação, foram realizados alguns convites pessoais, bem como, várias chamadas no Jornal *A Razão* e em uma emissora de televisão do Grupo RBS, convidando a comunidade para participar de uma reunião que

²¹⁵ O restante da diretoria foi constituída da seguinte forma: primeiro secretário o padre Clementino Marcuzzo; segundo tesoureiro, Hugo Migliore; conselho fiscal efetivo, Hélio Candido Barichello, Luizinho de Grandi e Gilmore Frassetto, tendo como suplentes Gaspar Miotto, Walmor Mozzaquatro e Luiz Fernando Cechella.

²¹⁶ Versão contestada por Cesar Barrichello, pois o mesmo alega que foram realizadas inúmeras festividades promovendo a cultura italiana em Santa Maria e região. Estas festividades foram amplamente difundidas na mídia local.

aconteceu no dia 13 de dezembro de 1991, no galpão crioulo do supermercado Kastelão (atual supermercado Big, localizado na avenida Fernando Ferrari). Neste encontro, surgiu uma comissão que tinha a incumbência de realizar as tratativas da viabilidade da constituição de uma associação. O grupo foi formado por Carlos Alberto Belinaso, Romulo Costa Beber, Valmor Torri, Camilo Cervo, Valdir Meneghini, Clementino Marcuzzo, Osvaldo Dal Lago, Cyrillo Zaroni, Victor Pozzobon e Maximo Trevisan.

Os membros desta comissão constataram que a comunidade desejava a reestruturação da Dante Alighieri, sendo assim, foi eleita uma diretoria transitória que tinha a incumbência de elaborar um novo estatuto e tratar das questões legais. Esta diretoria foi composta da seguinte forma: Como presidente, foi eleito o senhor Camilo Cervo; vice-presidente o professor Osvaldo Dal Lago (futuro Agente Consular); secretários a senhora Romi Dal Lago e Glenio Faccin; tesoureiros Romulo Costa Beber e Valmor Torri; assessor jurídico Máximo Trevisan; e, como assessor de imprensa, o jornalista Carlos Alberto Belinaso.

Com a aprovação do novo estatuto, em uma assembleia realizada em 22 de março de 1992, surgiu uma nova entidade, a AISM (Associação Italiana de Santa Maria). O artigo primeiro do estatuto social desta nova associação estabelece:

A Associação Italiana de Santa Maria, como passou a denominar-se a Sociedade Cultural Ítalo-brasileira Dante de Alighieri de Santa Maria por decisão da Assembleia Geral realizada em 22 de março de 1992, é uma ASSOCIAÇÃO CIVIL, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado e número ilimitado de associados, (...) organizado nos termos da legislação vigente, sucessora da SOCIETÁ DI MUTUO SOCCORSO E RECREATIVA, fundada em 1º de abril de 1896, e reger-se-á por este estatuto, no qual será designada abreviadamente de ASSOCIAÇÃO. (2019-Art 1º do estatuto social da AISM)

Em 30 de setembro de 1992 a AISM iniciou suas atividades com a primeira diretoria, assim constituída: presidente Ana Maria Noro Grando; vice-presidente Nelson Borin; secretários Romi Dal Lago e Orilde Tascheto; tesoureiros Tomas José Aita e Fermino Antônio Grando. Nesta Primeira diretoria não participaram os mentores da ideia de criação de uma nova associação que congregasse os descendentes de italianos de Santa Maria (Valmor Torri, Romulo Costa Beber e Carlos Alberto Belinaso) e tampouco as pessoas que compunham a diretoria da Dante Alighieri. Ainda no ano de 1992 foi aprovado, na Câmara de Vereadores de Santa Maria, e sancionado pelo prefeito Evandro Behr, o projeto do vereador Adi Forgiarini, que considerava a associação italiana como de utilidade pública.

Muitas coisas aconteceram a partir de 1994 com a posse da segunda diretoria da AISM que foi assim constituída: Presidente Juan Vicente Santini; vice-presidente Neuton Antônio Pasin; secretários Lisete Maria Massulini Pigato e Valmor Torri; tesoureiros Luiz Pedro Cervo e Pedro Baggio. Como presidente da Associação Italiana, e membro do Partido Progressista (PP), Juan Vicente Santini²¹⁷ solicitou ao prefeito municipal, José Haidar Farret, seu correligionário político do Partido Popular (PP), um espaço para o funcionamento da associação e dos cursos de italiano. A Câmara de Vereadores e o prefeito cederam um terreno na região próxima ao Fórum.

Nesta gestão, foram encaminhados às regiões italianas os documentos de reconhecimento dos “*circolos*”, que vinham funcionando informalmente desde 1992: Circolo Vêneto, Friulano, Emilia Romagna, Toscano, Trentino Tirolese, e Italiani All’ Estero.

A nova diretoria também enviou ao governo do Estado do Rio Grande do Sul a solicitação de reintegração de posse do prédio da Sociedade Mútuo Socorro, localizada na rua do Acampamento, 255. Para o encaminhamento do processo, foi alegado que a fusão da Dante Alighiere e a AISM dizia respeito à continuação da Societá di multi Soccorso di Santa Maria.

O processo de doação foi encaminhado, pelo governador do Estado, Antônio Brito, ao presidente da Assembleia Legislativa, o deputado João Luiz Vargas, através do ofício número 481, de 3 de dezembro de 1997. O Projeto de Lei (PL) 295/97 teve aprovação unânime²¹⁸ na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na 22^o seção extraordinária de 12 de dezembro de 1997. Como justificativa para aprovação da devolução do imóvel foram relatadas as atividades desenvolvidas pela AISM junto à comunidade italiana de Santa Maria e o intercâmbio com as comunidades da Quarta Colônia. Além disso, destacou-se a manutenção do Coral Guiseppe Verdi e os cursos de italiano.

O documento da Assembleia que autorizou a doação do imóvel²¹⁹ estabeleceu como condições a inalienabilidade e impenhorabilidade do prédio e, caso ele fosse utilizado para outra função, que não fosse a sede da associação,

²¹⁷ Entrevista realizada em 15 de outubro de 2018.

²¹⁸ 47 votos favoráveis, zero abstenções e zero ausências.

²¹⁹ O terreno possui área de 425,40 m² e o prédio tem uma área de 585,83 m². Está registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Maria sob o número 11585, livro 3-I folha 147. (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 15/96 GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL de 29 de agosto de 1996).

deve ser devolvido ao Governo do Estado. O termo de autorização de uso do imóvel foi assinado em agosto de 1996 e sua cláusula terceira estabelecia que a finalidade da doação era para que no local funciona-se a sede da AISM que tinha como objetivo, além dos cursos de italiano, a criação de um Centro de Cultura Italiana de Santa Maria e Região, a criação de um Museu da 4ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, e a montagem de um Centro de Pesquisa de canto e folclore com os ensaios do Coral Giuseppe Verdi e Grupo Folclorístico Felice Itália.

Na entrevista realizada com senhores Juan Santini (2019) e Valmor Torri (2018) foi relatada a existência de um acordo que foi assinado junto ao governo do Estado, afirmando que no local também deveria funcionar a Agência Consular de Santa Maria. Porém, procurou-se documentos que comprovassem esta informação e não foram encontrados. No termo de autorização de uso do imóvel e no processo enviado pelo Governador Antônio Brito ao presidente da Assembleia, nada consta referente a essa última afirmação.

Em um jantar organizado pela diretoria e com a participação de vários associados, foi assinado o termo de posse do imóvel. Estiveram presentes na solenidade, representando o governador do Rio Grande do Sul, o vice-governador Vicente Boggo e o secretário da Administração e Recursos Humanos Otomar Viviam. Também participaram da cerimônia o então prefeito Municipal, José Aidar Farret, o Agente Consular Italiano Honorário Osvaldo Dal Lago, o presidente da AISM, Juam Vicente Santini e o representante em Santa Maria da Câmara de Comércio da Itália, o empresário Valmor Torri. Com a cedência do imóvel por parte do Governo do Estado, foi devolvido à Prefeitura Municipal de Santa Maria, o terreno próximo ao prédio do fórum da cidade, que havia sido doado para a construção de uma sede para a AISM.

Sob a direção do senhor Juan Vicente Santini, nesta nova fase da Associação Italiana, na busca da valorização e fortalecimento da italianidade e da rememoração de um passado histórico, foi reconstruído, em 1997, na localidade de Arroio Grande, o primeiro monumento feito por imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul (Figura 42)²²⁰.

Os primeiros cursos de italiano da nova associação aconteceram durante a gestão provisória do senhor Camilo Cervo. Nesta época, começou a ser difundida no Rio Grande do Sul a Lei italiana 153/1971, na qual o governo financiava cursos de

²²⁰ Ver capítulo I deste trabalho.

idioma fora de seu território. No Estado, a gestão dos cursos era por conta da ACIRS (Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul). Inicialmente, a Associação Italiana de Santa Maria seria a responsável em ministrar os cursos de cultura e língua italiana na região central do Rio Grande do Sul. Os cursos foram organizados pela AISM sendo designado o professor Osvaldo Dal Lago como coordenador.

Figura 42 – Monumento de Arroio Grande reconstruído pela AISM



Fonte: Acervo Pessoal de Jorge Alberto Soares Cruz

Estes cursos provocaram desavenças e desconfortos na direção da Associação. Isto aconteceu, segundo Torri (2018) porque a coordenação deveria ficar com a AISM, porém devido as divergências internas, motivadas por questões políticas e financeiras, no ato de assinatura do contrato, a coordenação passou a responsabilidade para o Circolo Trentino e para a Agência Consular Honorária de

Santa Maria. Esse fato prejudicou o associativismo fazendo com que muitos sócios se afastassem da AISM. No contexto dessas desavenças ocorreram algumas denúncias referentes a sonegação de impostos e ao não recolhimento da previdência social dos professores. Segundo Torri (2018), Zanoni (2018) e Didonet (2019) os professores eram pagos com recursos provenientes do governo italiano e a legislação daquele país é diferente. Sendo assim, a responsabilidade de recolher os impostos e pagar a previdência era dos empregados não dos empregadores.

Ainda hoje estão sendo ministrados cursos de italiano na AISM, porém não com a mesma infraestrutura existente no passado e sem a participação da ACIRS.

Contrariando a proposta inicial da Dante Alighieri, que tinha como objetivo congrega e resgatar a cultura de todos os descendentes de italianos, a AISM, em seu atual estatuto, de 2019, estabelece que o objetivo da associação é resgatar a cultura vêneta.

Art. 2º- são objetivos da Associação(...) § 2º- tendo em vista que a maioria dos descendentes da região de abrangência da AISM são de oriundos da Região do Vêneto, objetiva-se resgatar e preservar o patrimônio cultural dos imigrantes dessa região e de seus descendentes, tais como a arquitetura, a música, os hábitos e costumes, o dialeto vêneta, a culinária, o artesanato e outros aspectos que envolvam sua cultura. (2019, ESTATUTO SOCIAL DA AISM, Art. 2º)

Sendo assim, a cultura dos descendentes de italianos provenientes das regiões centro sul da Itália, aparentemente, não são representada pela AISM. Nesse sentido, o nome da associação deveria ser Sociedade Vêneta e não Sociedade Italiana. Porém, esse artigo entra em contradição com o artigo 63 do mesmo estatuto, que estabelece a criação, dos grupos regionais italianos, conforme a região de procedência dos antepassados dos integrantes destas confrarias. Os coordenadores desses grupos possuem competência para firmar acordos culturais com as regiões italianas que eles representam tendo por base a italianidade, a cultura e as tradições regionais da Itália. Esses grupos exercem as mesmas funções dos *circolos* italianos.

Além da AISM, que congrega famílias de descendentes imigrantes que chegaram a região central do Rio Grande do Sul, existem na Quarta Colônia outras sociedades/associações e *circolos* italianos que têm como objetivo preservar e manter a cultura e a identidade dos descendentes de italianos.

Nesse sentido, passaremos a exemplificar algumas das agremiações, com o fim de demonstrar as várias iniciativas e organizações que colaboram na construção

e reforço da valorização da italianidade, como um dos fatores da integração regional

4.4 – ATUAÇÃO DAS SOCIEDADE E ASSOCIAÇÕES ITALIANAS NA QUARTA COLÔNIA

No território da Quarta Colônia existem sociedades/associações e *circolos* italianos em quase todos os municípios, dentre elas destacam-se: a Società culturale Itliana di Dona Francisca, Società Culturale italiana de Ivorá, Associação cultural italiana de Restinga Seca, Circolo Vêneto de Nova Palma, Società Amici d'Itália Polesani nel Mondo de São João do Polêsine, Società Culturale Italiana di Dona Francisca, Società Culturale Italian di Faxinal do Soturno e Società Culturale Italiana di Ivora e Sociedade Veneta de Vale Veneto.

A maioria destas entidades surgiu no final da década de 80, século XX, sendo que a criação de algumas delas foi incentivada pelo então Agente Consular Italiano de Santa Maria, o professor Osvaldo Dal Lago. O objetivo comum destas agremiações é promover o desenvolvimento cultural relacionado à cultura italiana, buscando congregar a comunidade ítalo-brasileira, além de procurar promover o intercâmbio cultural entre o Brasil e Itália.

Neste cenário, as sociedades/associações e *circolos* italianos são variáveis capazes de dar sustentabilidade aos resultados desta tese. Além disso, como variáveis independentes, elas influenciam e fortalecem os laços culturais relacionados à descendência italiana, o que pode afetar variáveis dependentes representadas pela integração e o desenvolvimento regional.

Sendo assim, para demonstrar estas variantes elencaram-se como amostras a Società D' Italian Polesani Nel Mondo, de São João do Polêsine e a Associação Vêneto, localizada do distrito de Vale Vêneto, em São João do Polêsine.

4.4.1 – Società Amici D' Italian Polesani Nel Mondo e a Sociedade Vêneto do distrito de Vale Vêneto - São João do Polêsine

Denominada de “Società Amici d' Itália Polesani nel Mondo,” Sociedade italiana²²¹ localizada da sede do município de São João do Polêsine foi fundada 30

²²¹ Antes da criação da Sociedade Italiana, a comunidade de São João do Polêsine já realizava intercâmbio com a cidade de Adria, na Província de Rovigo na Itália o que proporcionou a criação de

de outubro de 2000 em uma reunião convocada pelo então Agente Consular de Santa Maria, o professor Osvaldo Dal Lago. A reunião foi realizada na Câmara Municipal de Vereadores com membros da comunidade. Nesta reunião, o professor Dal Lago ressaltou a importância da criação de uma sociedade para dar continuidade aos cursos de cultura e língua italianas que haviam iniciado em 1994, através de um convênio entre a Prefeitura do Município e a Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul (ACIRS).

Nesta reunião, foi analisado e aprovado por unanimidade, o Estatuto Social que já havia sido elaborado previamente. Na ocasião, também foi aprovado, por aclamação, a primeira diretoria da entidade. Durante muito tempo esta sociedade funcionou junto à Escola João XXIII e, algumas vezes, as atividades da sociedade eram confundidas com as atividades da escola. Isto acontecia porque a maioria das pessoas que formavam a diretoria eram professores do estabelecimento de ensino.

Dentre as finalidades desta agremiação, deve ser destacado o estudo dos hábitos, dos costumes, da língua e da cultura Italiana da região do Vêneto que é o local de procedência dos ascendentes da maioria dos sócios da agremiação.

Em relação ao dialeto Vêneto, deve-se ressaltar que a manutenção do mesmo é um pouco complexo, por se tratar de uma cultura utilizada pela população mais velha que não repassou às gerações mais novas devido às sanções estabelecidas durante o período da Segunda Guerra. Sendo assim, ainda inexitem ou são poucos os professores aptos e qualificados para trabalharem com dialeto Vêneto em São João do Polêsine. Porém, existem professores aptos a trabalhar com o ensino da língua oficial do Estado italiano, que é uma disciplina ofertada por escolas do município como opção de língua estrangeira (Resolução Municipal 006/2000).

Visando evitar a extinção da entidade, o atual estatuto possui um artigo que cria o departamento jovem o que oportuniza a criação e formação de jovens líderes que no futuro, serão os responsáveis pela manutenção da cultura e identidade relacionada ao passado histórico da região da Quarta Colônia.

Buscando fortalecer e valorizar a cultura e identidade regional, tendo como base a culinária, a “Società Amici d’ Itàlia Polesani nel Mondo” tem realizado anualmente, nos meses de agosto, o festival das massas. Esta festa é realizada no salão paroquial localizado no centro de São João do Polêsine e tem atraído muitas um Gemellaggio entre as duas cidades (cidades Irmãs que possuem pontos em comum).

peças para a cidade, o que colabora com a economia regional. Em paralelo à festa das massas são montados estandes de artesanato, o que tem valorizado o trabalho de artesãos do município.

Em São João do Polêsine também existe a Associação Vêneta com sede no Distrito de Vale Vêneta. Esse nome foi atribuído como uma homenagem aos povoadores da região que, em sua maioria, eram italianos de origem Vêneta. No começo do povoamento (1878), a região²²² foi denominada, pelos agrimensores, de Buraco e, mais tarde, Vale do Buraco. Inicialmente, neste local, fixaram-se 100 famílias italianas, entre estas, destaca-se os Bortoluzzi, considerada a mais numerosa e com alguns membros muito influentes na comunidade, o que levou a região a ser chamada de Vale dos Bortoluzzi. Para a cúria, o local era conhecido como Capela de São Francisco. A falta de um endereço oficial causava alguns transtornos aos moradores do denominado Vale dos Bortoluzzi (CERETTA, 1941). A solução para o problema foi apresentada pelo padre Antônio Sório, que reuniu a comunidade com o objetivo de dar um nome a região. Depois de muitas discussões sem chegar a uma denominação com consenso de todos, o pároco entrevistou, invocando a italianidade e a região de origem dos povoadores.

Porque tanto discutir sobre este assunto. Repare entre vós. Todos sois Vênetos. Este lugar é um vale. Por conseguinte, o nome que mais lhe convêm é Vale Vêneta. Todos aplaudiram e louvaram a lembrança do seu sacerdote. (ANTONIO CERETTA, 1941 p. 52)

Valle Vêneta se destaca pela religiosidade, que é uma característica marcante das regiões povoadas por imigrantes italianos. Nesse cenário, ressalta-se a influência dos padres Palotinos que criaram na região, o primeiro seminário da ordem no Brasil e na América Latina e a Igreja dedicada a Corpus Christi (Figura 43).

No mesmo espírito que deu nome à região, tendo como base a italianidade e a ancestralidade, foi criada a Associação Vêneta de Vale Vêneta. A entidade foi fundada no dia 5 junho de 1988, com o nome “Associação Cultural dos Imigrantes”, tendo como objetivo a valorização de manifestações relacionadas à origem da formação da região. Sendo assim, a primeira diretoria eleita tinha como presidente o padre Clementino Marcuzzo, que também havia participado da criação da Sociedade Italiana Dante Alighieri, em Santa Maria, e da AISM (Associação Italiana de Santa

²²² Dados coletados do manuscrito de Antônio Ceretta referente ao povoamento de Vale Vêneta.

Maria).

Conforme seu primeiro estatuto, a Associação Cultural dos Imigrantes, possuía como finalidade incentivar pesquisa, formação artística e cultural, além de patrocinar eventos como festivais, espetáculos teatrais, dentre outras atividades que ressaltassem a cultura e a identidade italiana na região central do Rio Grande do Sul. A criação desta associação também visava manter e preservar lugares de memória referentes a imigração italiana, como museus, arquivos e bibliotecas.

Figura 43 - Vista parcial do distrito de Vale Vêneto. Em destaque a igreja de Corpus Christi a direita da foto o prédio onde funcionou o Seminário Palotino.



Fonte- Arquivo pessoal Jorge Alberto Soares Cruz (maio de 2020)

Um dos grandes mentores na criação desta entidade, foi o Padre Clementino Marcuzzo que dedicou sua vida em defesa da italianidade em Santa Maria e na Quarta Colônia. Neste cenário de fortalecimento da cultura italiana, o Padre dirigiu e apresentou um programa de rádio em dialeto Vêneto (ou Talian²²³) para a comunidade de descendentes de imigrantes da região.

²²³ O Talian é uma variante do dialeto Vêneto, misturado ao português e a outros dialetos do norte da Itália (Lombardo, Trentino,, Friulano, etc.). É falado nas regiões habitadas por descendentes de imigrantes italianos no Sul do Brasil. O Talian pode ser considerado como uma tradição inventada.

Uma das maiores festividades exaltando a italianidade na Quarta Colônia, organizada, inicialmente pela comunidade de Vale Vêneto e a associação cultural dos imigrantes, e que atrai muitos turistas para a Região, é a “Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto” que teve início na década de 80, século XX. Durante muito tempo, um dos coordenadores dessas festas foi o Padre Marcuzzo que criou tradições utilizadas, ainda hoje, em todas as festas de Vale Vêneto. Dentre estas, destacam-se os brindes²²⁴ realizados nos almoços e jantares que ocorrem durante a Semana Cultural Italiana e o Festival Internacional de Inverno da UFSM²²⁵ que, desde 1986, acontecem na mesma data (Figura 44). Além dos concertos musicais que ocorrem durante o Festival Internacional da UFSM, os desfiles típicos, os lançamentos de livros com temas voltados à cultura italiana, acontecem jantares durante uma semana, almoços nos finais de semana, com pratos típicos dos imigrantes italianos e com a organização da comunidade de Vale Vêneto. Geralmente o cardápio é composto de sopa de agnolini, galetto, polenta, bife à milanesa, carne de porco, risoto, massas, pão e saladas. A mão de obra para a realização destas festas é composta por voluntários e alguns assalariados, todos moradores da região e, sempre que possível, as matérias-primas para a organização dos almoços e jantares são adquiridas de produtores locais.

Estes Festivais atraem muitos turistas para a região e auxiliam na valorização da cultura, da auto estima, da integração Universidade e Comunidade e no desenvolvimento regional. Nestas festas há, por exemplo, a presença de membros das diversas sociedades/associações italianas, de Agentes Consulares e Cônsules, que vem reforçar a identidade regional.

²²⁴ Com o copo cheio, o anfitrião da festa, em dialeto vênето, fala e as pessoas repetem: In su, In zo, In sentro e Rentó! E viva Vale Vêneto.

²²⁵ O Festival Internacional tem por objetivo favorecer o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da atividade musical num ambiente de integração com a sociedade. Assim, diante do potencial turístico da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana e do interesse da comunidade de Vale Vêneto em promover o resgate de suas origens, surgiu uma parceria que até hoje se mantém. A comunidade de Vale Vêneto idealizou a Semana Cultural Italiana e desde então a Universidade Federal de Santa Maria, a comunidade de Vale Vêneto e a Prefeitura de São João do Polêsine têm sido parceiras na promoção dos dois eventos, contando ainda com a colaboração da *University of Georgia*, Estados Unidos. (<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/cal/eventos/fiiufsm/>).

Padre Clementino fez constar no Estatuto da Associação Cultural dos Imigrantes, a criação e manutenção dos lugares de memória como museus, arquivos e bibliotecas. Neste contexto, deu continuidade ao trabalho de seu irmão, o senhor Eduardo Marcuzzo, que criou o museu de Vale Vêneto. Como um memorialista, o pároco passou a colecionar e pesquisar objetos museais referentes às famílias dos imigrantes, fazendo um trabalho diferente de outro pesquisador e memorialista, o padre Luiz Sponchiado, que reunia documentos referentes às famílias de descendentes de imigrantes que, em razão disso, criou o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), no município de Nova Palma. Pessoas que conviveram com ambos os sacerdotes relatam que, muitas vezes, eles trocavam informações em suas pesquisas.

Figura 44 - Cartaz do primeiro Festival de Inverno da UFSM e da Primeira Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto.



Fonte: Museu Eduardo Marcuzzo, Vale Vêneto/SJ.Polêsine

Por ser um religioso ligado à ordem dos Palotinos, o padre Marcuzzo fez constar no Estatuto da Associação Cultural dos imigrantes um artigo estabelecendo que caso a Associação fosse extinta, seu patrimônio seria transferido para a Sociedade Vicente Pallotti. Este artigo foi modificado, conforme consta na ata de número X, com data de 21 de julho de 1996. O patrimônio deveria ser passado para uma nova associação, que se formaria a partir da já existente. Nesta mesma assembleia foi modificado o nome da entidade para “Associação Vêneta.”

Visando a manutenção da cultura italiana e dos vestígios deixados pelos primeiros imigrantes no atual Estatuto da Associação, existe um artigo que trata especificamente da organização e preservação de museus, arquivos, bibliotecas, etc. Este artigo visa dar continuidade ao trabalho do Padre Marcuzzo, que trabalhou durante sua vida na divulgação do museu italiano de Vale Vêneta²²⁶, e que hoje é mantido pela Associação Vêneta e por moradores da localidade.(Figura 45)

Figura 45 - Fachada casa Paroquial e aos fundos prédio do Museu



Fonte – Arquivo Pessoal Maria Medianeira Padoin

²²⁶ O museu foi criado pelo senhor Eduardo Marcuzzo que inicialmente colecionava peças arqueológicas indígenas que ele encontrava na região. Com o tempo, passou a reunir artefatos que pertenciam aos imigrantes e de seus descendentes. O irmão do senhor Eduardo, o padre Clementino Marcuzzo, foi o grande propagandista do museu. Além disso, o pároco trabalhou durante toda a sua vida para fortalecer e difundir o sentimento identitário relacionado a italianidade na região.

Esse tipo de museu é uma forma de compartilhar a identidade e a ancestralidade dos desbravadores da região, além de demonstrar a força da religiosidade que é uma característica marcante da Quarta Colônia. Esta característica regional é comprovada através da existência de várias igrejas, capelas, capiteis, e nas festividades em homenagem aos santos padroeiros. A estas festas, vinculam-se as atividades das sociedades ou associações e círculos italianos da região.

Varine destaca que museus organizados e mantidos por uma comunidade é a “expressão de uma comunidade humana, a qual se caracteriza pelo compartilhamento de um território, de uma cultura viva, de modos de vida e de atividades comuns” (VARINE, 2013, p. 189).

A sede do Museu de Vale Vêneto está localizada em um prédio onde funcionou um pensionato dirigido pelos padres e irmãos palotinos. O espaço foi recuperado pela Associação Vêneto e pela comunidade que angariaram recursos promovendo almoços e jantares típicos de imigrantes italianos. O acervo é constituído por objetos que pertenceram aos pioneiros que povoaram a região e a seus descendentes. Pode-se encontrar objetos cotidianos de usos domésticos, louças, talheres, documentos pessoais, fotografias, ferramentas, objetos religiosos, dentre outros. Além disso, no local existe um fundo documental que faz parte do arquivo pessoal do Padre Clementino Marcuzzo.

Há relatos²²⁷ que alguns dos visitantes do museu se emocionam ao ver as coleções, pois eles rememoram e se identificam com alguns objetos expostos. As memórias dos visitantes mais velhos, ao se identificarem com os objetos expostos, têm despertado o interesse dos jovens pela importância desta coleção, fazendo com que eles valorizem um espaço que faz parte das lembranças de seus antepassados.

Sendo assim, Eloisa Capovilla (2015) ressalta que os museus referentes à imigração “são lugares de memória e do patrimônio cultural construído/trazido pelo imigrante, foi marcado como importante na e para a construção de suas memórias e da sua história no Sul do Brasil” (RAMOS,2015, p.441).

O museu Eduardo Marcuzzo pode ser considerado como mais um importante espaço de memória da Quarta Colônia, que além de testemunho do acontecido, fortalece a identidade cultural e auxilia na rememoração e leitura do passado histórico da região. Os objetos ali expostos “não são mais pratos, copos, talheres,

²²⁷ Depoimento de um dos colaboradores do museu.

toalhas, vestidos ou mobiliário, mas testemunhos históricos de um banquete, de um casamento [...] ou da vida cotidiana de homens, mulheres e crianças” (RAMOS, 2015, p. 451).

No atual estatuto da Associação Vêneta, podem ser encontradas algumas ambiguidades que não prejudicam os objetivos da associação. O artigo terceiro estabelece que a associação está desvinculada de ideologias políticas partidárias, de distinção racial e credo religioso e que são vedadas discussões referentes a estes temas nas dependências e nas reuniões da associação. Este posicionamento pode ser interpretado como uma forma de evitar animosidades e conflitos desnecessários.

Em relação a desvinculações ideológicas, percebe-se que o próprio nome da associação está imbuído de ideologias relacionadas a italianidade e aos vínculos com a região de origem dos imigrantes que se fixaram em Vale Vêneta. Além disso, a sede da associação está localizada na Mitra Diocesana, na paróquia de Vale Vêneta.

Tompson (2011) esclarece que a ideologia diz respeito à ciência das ideias e que todo o conhecimento envolve a combinação de ideias. Em geral, as sociedades/associações italianas foram e são criadas com o intuito de cultivar e manter vínculos com a origem italiana, defendendo a italianidade ou o italianismo. Na língua portuguesa, algumas palavras que terminam com o sufixo “dade” podem ser vistas como uma caracterização de grupos que seguem e defendem determinados posicionamentos ideológicos como cristandade, italianidade, germanidade, brasilidade, etc. Em relação ao sufixo “ismo,” pode-se afirmar que é um adjetivo que qualifica o seguidor de uma doutrina ou o conjunto de normas que as pessoas utilizam para nortear suas vidas (GIANASTACIO, 2009). Também pode ser visto como posicionamento ideológico e político ou um sistema de crenças a ser seguido. Como exemplo, podem ser citados o positivismo, o cristianismo, o italianismo, o germanismo, etc. A ideologia do Estatuto da Associação Veneta, pode ser visto como uma forma positiva de direcionar as ações do grupo, além de ser a razão que levou às pessoas a se reunirem em torno de ideias e objetivos comuns.

Em relação às discussões religiosas, não se pode esquecer que a entidade foi criada por um sacerdote da igreja católica e as atividades da associação são realizadas nas dependências da Mitra diocesana de Vale Vêneta. Também deve ser ressaltado que o artigo 70 do estatuto estabelece as datas festivas da associação e,

dentre elas, destaca-se a festa de “*Corpus Christi*”²²⁸. As outras datas comemorativas, estão ligadas à identidade e cultura italianas. São elas: 20 de maio, Dia da Etnia Italiana no Rio Grande do Sul; 02 de junho, Proclamação da República Italiana; 25 de julho Dia do Colono; 20 de setembro, Dia do Gaúcho e a tomada de Roma na guerra de unificação Italiana.

Ademais, as cores escolhidas para identificar a Associação foram o verde, o branco e o vermelho, remetendo à bandeira italiana. Além disso, a militância em defesa da italianidade ou italianismo está relacionada a uma herança cultural ideológica que fica implícita no Estatuto da Associação.

Em relação a defesa da memória, da identidade, da cultura e do patrimônio histórico relacionado à imigração, o artigo 56 do estatuto estabelece a existência de departamentos, dentre eles, destacam-se o departamento de ensino, departamento de museus, bibliotecas e documentação, departamento de música, dança e artes visuais, departamento de patrimônio e departamento social. O cargo de diretor geral destes departamentos deverá ser exercido por um associado. O cargo de diretor técnico poderá ser exercido por um não associado desde que possua competência e formação técnica específica para a respectiva área a que se destina. Dentre estes profissionais destacam-se historiadores, arquivistas, museólogos, bibliotecários, e outros, fato que demonstra certa preocupação com a preservação da história e cultura da região.

A Sociedade Vêneta, com o apoio dos moradores de Vale Vêneta e da prefeitura de São João do Polêsine, muito tem trabalhado na preservação da arte, cultura, memória e identidade regional, com alicerces no passado histórico. Além disso, através das festas étnicas, religiosas e culturais que atraem, para Vale Vêneta, turistas de várias localidades nacionais e internacionais, têm colaborado com o desenvolvimento regional. Ademais, durante essas festas é montada uma feira em que são comercializados produtos que valorizam e incentivam artesãos, pequenos agricultores e investidores locais.

A, Associação Vêneta e a Sociedade D’ Italian Polesani Nel Mondo de São João do Polêsine, conforme seus estatutos, possuem vários objetivos semelhantes, voltados à promoção de ações relacionadas à cultura Italiana e integração da

²²⁸ A igreja de Vale Vêneta é dedicada a Corpus Christi. No dia de Corpus Christi ocorre uma procissão que sobe um dos morros, onde tem uma via-sacra. Essa cerimônia e festividade tradicional do local atrai muitas pessoas da região.

comunidade ítalo-brasileira em suas áreas de abrangência. Ambas agremiações têm, dentre seus objetivos, o desenvolvimentos de atividades voltadas à cultura italiana, através de promoções e festividades organizadas em conjunto com entidades religiosas e com o poder público municipal. Essas atividades promovem ações que têm contribuído com o turismo e com a economia regional.

Outro ponto de destaque nos objetivos das instituições é a promoção de intercâmbio cultural com a Itália. Sendo assim, a Società Amici D' Italian Polesani Nel Mondo possui, dentre seus objetivos, o apoio ao “*Gemellaggio*” do município de São João do Polêsine e a cidade de Adria, na província italiana de Rovigo, na região do Vêneto o que, além de favorecer as duas cidades, beneficia as duas agremiações.

“*Gemellaggios*”, significa cidades irmãs e consiste na assinatura de um acordo de cooperação social, político e econômico entre duas cidades de países diferentes para a troca de experiências e com benefícios mútuos, alicerçado no passado histórico e nos laços de amizade e fraternidade entre os povos.

Dentre os benefícios de um “*gemellaggio*” destacam-se o intercâmbios, com a possibilidade de formação e qualificação de professores e profissionais de várias áreas de conhecimento, bem como, de intercâmbio para desenvolver atividades culturais, históricas e linguísticas para jovens, adultos e para a terceira idade. Além disso, existe a possibilidade da troca de experiência na formação de administradores e gestores territoriais.

Para a criação de um “*gemellaggio*”, além do apoio do executivo e do legislativo é necessária a formação de comissões nas cidades que pretendem firmar o acordo. Sendo assim, a participação das associações, sociedades e *circolos* italianos na formação dessas comissões é fundamental.

Neste contexto, no dia 26 de outubro de 2015, na cidade de Loreo, província de Roviglio, na região italiana do Vêneto, foi assinado o pacto de amizade entre esta “*comuna italiana*”²²⁹ e o município de São João do Polêsine. Na cerimônia estiveram presentes o prefeito de Loreo, o senhor Moreno Gasparini²³⁰, a secretária de Educação, Cultura, Desporto e Turismo de São João do Polêsine, professora Maria Claci Bortolloto, representando, a então prefeita de São João do Polêsine, a professora Valserina Bulegon Gassem, além do Vereador Milvo Vizzoto,

²²⁹ Comuna. em italiano, equivale ao município.

²³⁰ O prefeito esteve em São João do Polêsine juntamente com uma comitiva de Loreo em 2019.

representado a Câmara de Vereadores de São João do Polêsine. Além dessas autoridades, fizeram-se presentes, na cerimônia, uma comitiva da *Società D' Italian Polesani Nel Mondo* e o presidente da “*Associazione Polesani nel Mondo*” de Rovigo, o senhor Marco Di Lello, que realizou as tratativas e articulações para a efetivação do convênio.

A assinatura deste pacto de amizade e a promulgação da lei municipal²³¹, está entre os primeiros passos para a criação de um *gemellaggio* que proporcionará inúmeras oportunidades para o município para a Associação Vêneta e a *Società D' Italian Polesani Nel Mondo*. Além de propiciar o turismo em outros municípios do território da Quarta Colônia.

Apesar de elencadas apenas duas entidades representativas da cultura italiana para evidenciar as variantes relacionadas ao fortalecimento da identidade regional e verificar como isso tem influenciado no desenvolvimento econômico do território, constatou-se a baixa presença de jovens nas diretorias das entidades. Uma exceção foi na *Società D' Italian Polesani Nel Mondo*. Este fato pôde ser percebido através da participação em algumas solenidades ou reuniões de sociedades/associações, realizadas na Quarta Colônia, em que o autor deste trabalho teve a oportunidade de participar como observador, onde foi possível constatar uma acanhada presença de jovens. Porém, por intermédio da atuação de seus pais nas entidades representativas, os jovens usufruem da oportunidade dos intercâmbios proporcionados pelos convênios dos “*gemellaggios*”.

A maioria das entidades representativas das comunidades ítalo-brasileiras, na região central do Rio Grande do Sul, possuem objetivos semelhantes. Sendo assim, as entidades católicas e os poderes legislativos e executivos, principalmente dos municípios da Quarta Colônia, têm proporcionado o crescimento do turismo, baseado em valores culturais e no passado histórico da região. A promoção de festas culturais, étnicas e religiosas, tem sido fundamental para o crescimento do turismo cultural, o que gera um incremento na economia, fazendo com que os moradores da região busquem cada vez mais valorizar as suas raízes, o que proporciona o fortalecimento da identidade regional que é concebida como um patrimônio da comunidade.

Somam-se às atividades das associações/sociedades representativas, as medidas e ações do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia -

²³¹ Lei municipal de 15 de outubro de 2015.

CONDESUS, que buscam auxiliar no desenvolvimento sustentável da região.

CAPÍTULO V - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA - CONDESUS

Criado em 1996, o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), surgiu como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de atuar articuladamente com os poderes públicos visando fortalecer e integrar nove pequenos municípios²³² da Região central do Rio Grande do Sul em torno de um ideal comum, ou seja, no desenvolvimento sustentável regional.

A criação do CONDESUS Quarta Colônia foi precedida por outras ações de instituições, entidades e pessoas, que juntamente com os poderes público e privado desenvolviam projetos e atividades, em sua maioria, alicerçados na base cultural e na tradição do passado histórico da Quarta Colônia de Imigração, conforme apresentado nos capítulos anteriores.

No contexto desta tese, o CONDESUS Quarta Colônia é posto como uma variável que possui potencial de auxiliar em ações que visem a manutenção da cultura e da identidade regional, além de ser uma entidade com potencial político e econômico, capaz de congrega forças para alavancar o desenvolvimento dos municípios que fazem parte do Consórcio, em um único bloco.

Sendo assim, neste capítulo, tem-se como intuito a abordagem acerca da importância que possui para o CONDESUS a busca pelo desenvolvimento e a integração regional, a partir da percepção de não desvinculação da noção de desenvolvimento da necessidade de preservação da memória de seu passado (geológico, ambiental e histórico cultural) e do fortalecimento da identidade cultural.

5.1 O SURGIMENTO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA.

O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), visa compartilhar ações que integram interesses e objetivos comuns para o desenvolvimento sustentável dos nove municípios consorciados, que são representados por seus respectivos poderes executivos, como já mencionado.

²³² Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine, Silveira Martins e Nova Palma

Pode-se afirmar que a formação do CONDESUS Quarta Colônia, teve como um dos seus percussores o “Projeto Identidade” (PROI -1989), coordenado por Maria Angélica Vilagran e José Itaqui, na época em que este foi secretário da Cultura e Turismo do município de Silveira Martins (emancipado em 1988). O projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Cultura e Turismo, do município de Silveira Martins e teve a participação de professores e alunos de escolas municipais e estaduais, trabalhando na perspectiva da Educação Patrimonial.

Neste contexto, a Educação Patrimonial passou a fazer parte do objetivo político-pedagógico da Secretaria de Educação e passou a integrar os conteúdos curriculares das escolas. O objetivo principal do projeto era valorizar a identidade e a cultura, por meio da educação patrimonial, procurando rememorar o passado histórico e a ancestralidade dos moradores através da identificação dos lugares de memória e dos vínculos culturais por meio de objetos, usos e costumes dos antepassados.

Nesse processo de buscar atender questões pontuais da realidade local, foram sendo identificados elementos materiais e imateriais que faziam parte significativa da cultura local, mas que não eram reconhecidos como importantes para a subjetividade individual e coletiva dos grupos de moradores. Para mediar essas relações foi necessário criar e/ou recriar espaços em que as questões locais fossem discutidas. (ITAQUI, 2002, p. 23)

Pode-se afirmar que o projeto iniciado em Silveira Martins teve como plano de fundo o Italo-centrismo, ou seja, a cultura italiana²³³ como mais um importante protagonista da formação histórica regional e na rememoração e preservação do patrimônio cultural existente na região. Elementos que faziam parte do patrimônio cultural local/regional, que muitas vezes eram vistos pelos descendentes de imigrantes como “fragmentos culturais sem importância e que tinham seus dias contados” (ITAQUI e VILAGRAN, 1988, p.13) passam a ter um significado valorativo.

A participação de professores e alunos de escolas do município foi fundamental na formação de uma consciência cultural e identitária, pois eles desempenharam a função de mediadores entre o saber popular (ou empírico) e o saber desenvolvido no ambiente escolar. Além disso, os alunos também foram os grandes difusores da ideia de revalorização da cultura e identidade local e serviram de intermediários entre o projeto e suas famílias e a comunidade.

O PROI (Projeto Identidade) “serviu para o aprofundamento do olhar crítico da

²³³ Cultura majoritária na região.

realidade presente e passada, e sua projeção no horizonte do futuro” (ITAQUI E VILAGRAN, 1998, p. 10). Nesse contexto, o projeto foi o responsável por lançar as bases do desenvolvimento sustentável da comunidade.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Projeto Identidade destacam-se a realização de “*Filós*”²³⁴ culturais, palestras, debates e o inventário do patrimônio cultural local. Além disso, foi criado o Grupo de Resgate de História Oral e realizado o primeiro Fórum Cultural da Quarta Colônia onde a comunidade, pela primeira vez, discutiu de forma crítica sua própria história (ITAQUI, 2002).

Ademais, José Itaquí criou o Fórum da Cultura da Quarta Colônia, um evento científico-acadêmico e cultural que reuniu a comunidade regional dos municípios da Quarta Colônia e também de Santa Maria e regiões próximas, como Mata, São Pedro do Sul, Cruz Alta, entre outros. Com isso, foi conduzido o olhar para a questão histórica a partir de outras perspectivas mais críticas, trabalhando questões relacionadas à Educação Patrimonial, à formação do cidadão, à preservação da memória e do patrimônio. Ou seja, houve uma divulgação, visibilidade e “provocação” de repensar os conceitos e projetos, especialmente aos municípios novos. Lembrando que, neste período, tem-se também a recém aprovada nova Carta Constitucional Brasileira de 1988, instituindo um Estado democrático.

O PROI despertou nos moradores do município de Silveira Martins, percepções identitárias e culturais relacionadas à história e à memória dos antepassados. Nesse contexto, o projeto pode ser interpretado como uma forma de criar e fortalecer uma identidade para o novo município, que há pouco tempo havia se emancipado de Santa Maria (1988), tendo como cenário a italianidade. Tais experiências e resultados foram articulados e apresentados nos Fóruns de Cultura organizados por José Itaquí em Silveira Martins. Spolaor (2010), referindo-se ao Fórum de 1992, afirma que:

Em 1992, foi realizado o 2º Fórum de Cultura da Quarta Colônia, tendo como tema central “Educação: Socialização primária e secundária”. Para realizá-lo foram mobilizadas as escolas da região e, por meio de uma oficina, os professores municipais apreenderam metodologias da educação patrimonial. 33 Como consequência desse fórum foi desenvolvido o projeto piloto de museologia popular que deu origem ao Projeto regional de educação patrimonial, integrando sete secretarias municipais de educação durante seis meses. (SPOLOAOR, 2010, p.33)

Assim, o êxito do Projeto Identidade e as interlocuções nos Fóruns de Cultura

²³⁴ Reunião de pessoas da comunidade para conviver, rezar, contar histórias e estórias (GOMES, 2008).

serviram como base a uma nova iniciativa, lançada em 1993 e denominada como Projeto Regional de Educação Patrimonial (PREP), que se expandiu, a partir da experiência no município de Silveira Martins, para os demais municípios da Quarta Colônia, incluindo Agudo e Restinga Seca. O Projeto foi executado entre os anos 1993 a 1997 e contou com seis programas semestrais de educação patrimonial. Uma temática específica era trabalhada a cada semestre, dentre elas, destacam-se: “a casa, documentos, instrumentos de trabalho, cultivos, alimentação, flora nativa, fauna nativa, água I e água II” (ITAQUI e VILLAGRÁN 1998).

As repercussões desse projeto foram além das fronteiras do território da Quarta Colônia. Além de despertar o interesse de descendentes de imigrantes italianos de outras regiões do Rio Grande do Sul²³⁵, também aguçou o interesse de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Dentre eles, o museólogo francês Hugues de Varine, que esteve na região, a convite de José Itaquí, para participar dos Fóruns de Cultura no início dos anos 90 (e em outras oportunidades) em que escreveu: “a Quarta Colônia demonstra que uma população, sobre seu próprio território, a partir de suas próprias forças e de seus próprios recursos, pode gerar um desenvolvimento, escolhido, adaptado a seus meios e objetivos” (VARINE, 2013, p.183).

A partir do PROI²³⁶ e do PREP a região transforma-se no palco de discussões de vários temas referentes à ocupação italiana no Estado. Dentre as discussões realizadas, ressalta-se a importância da trajetória da Quarta Colônia no contexto da História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. O PREP tinha, dentre seus objetivos, fortalecer o sentido de regionalidade, destacando a importância e o reconhecimento da Quarta Colônia na formação da identidade cultural da região central do estado do Rio Grande do Sul.

O Projeto Regional de Educação Patrimonial/PREP foi um processo que, no seu desenvolvimento irradiou energia e, fundamentalmente, possibilitou a articulação e a criação de parcerias para o fortalecimento do sentimento de regionalidade. Através da educação, como apropriação e transformação da cultura, a região começou a reconhecer-se como tal e a projetar-se politicamente como Quarta Colônia. (ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998, p. 91)

Em 1994 aconteceu o Terceiro Fórum de Cultura da Quarta Colônia²³⁷, inserido nas atividades do Projeto Regional de Educação Patrimonial. O Fórum teve

²³⁵ Como de Santa Maria, Mata São Pedro Jaguari, Pejuçara, Cruz Alta, Ijuí, etc.

²³⁶ Enquanto o Projeto Identidade acontecia, a configuração atual da Quarta Colônia ainda não estava concluída. Os municípios de São João do Polêsine e Pinhal Grandensó se emanciparam em 1992.

²³⁷ Jornal especial do Prodesus. Projeto de Educação Ambiental da Quarta Colônia - CONDESUS.

como tema: “Memória e Desenvolvimento Socioeconômico em uma Reserva da Biosfera”. O evento contou novamente com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros. Dentre eles, o museólogo francês Hugues de Varine e o espanhol Ramon Folch²³⁸.

Neste Fórum foram discutidas as diretrizes básicas para o desenvolvimento socioeconômico da Quarta Colônia. Ainda em 1994, a região foi escolhida pelo Conselho Nacional do Consórcio da Mata Atlântica e pela Comissão Técnica da FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) como área prioritária de reserva da Mata Atlântica.

No final do fórum foi assinado um documento sugerindo diretrizes básicas para o desenvolvimento integrado da região.

No documento resultante do fórum, realizado então de 8 a 11 de novembro de 1994, foi redigido um relatório sistematizando as propostas levantadas e sugeridas como “diretrizes básicas para o desenvolvimento integrado da Quarta Colônia”, incluindo também os municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Pinhal Grande e Agudo, (Itaqui, 2002). Logo após a realização do fórum, reuniram-se os prefeitos dos municípios que já tinham firmado o acordo, mais o município de Restinga Seca e aprovaram que a Quarta Colônia fosse área piloto da reserva da biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul. (SPOLAOR,2010 p. 34-35)

O PROI e PREP,²³⁹ favoreceram para que a “região fosse designada Área Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul (1994), o que a constituiu prioridade nas políticas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável “(ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998, p. 13). Isso foi fundamental para considerar a região apta a organizar o seu Projeto de Desenvolvimento Sustentável – o PRODESUS Quarta Colônia. Assim, formam-se os nove municípios que compõem a Quarta Colônia, reunidos neste projeto.

O projeto foi financiado com verbas do governo alemão, através do Banco Mundial (a fundo perdido) repassado ao Ministério do Meio Ambiente do Brasil em convênio com o Programa de Execução Descentralizada (PED) do Rio Grande do Sul. O financiamento era destinado a projetos que visavam evitar a degradação de áreas do ecossistema e recursos naturais, como áreas da biosfera (ITAQUI, 2002).

²³⁸ Presidente do Conselho Social da Universidade Politécnica da Catalunha (2004-2008), Secretário Geral do Conselho, Assessor Internacional do Fórum Latino Americano de Ciências Ambientais, Professor da Cátedra UNESCO/FLACAM para o desenvolvimento sustentável (1989-2006).

²³⁹ O PREP foi o projeto vencedor do Prêmio Rodrigo de Mello Franco de Andrade (1997) na categoria Educação Patrimonial. O prêmio é concedido pelo Governo Brasileiro através do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

O PRODESUS tratou-se de um projeto guarda-chuva, que abrigou outros quatro subprojetos, voltados aos aspectos geológicos, hídricos, faunísticos, paleontológicos, turísticos, rurais, dentre outros. A responsabilidade de elaboração do projeto, no ano de 1995, coube a José Itaquí, como coordenador (na época secretário da Cultura e Turismo do município de Silveira Martins), aos engenheiros agrônomos da EMATER-RS Claudio Fiorenze, e Jorge André Zacarias e ao engenheiro florestal de Nova Palma, Valcenir Giovelle.

Para a execução e desenvolvimento do projeto era necessária a criação de subsídios de articulação, que tivessem respaldo político jurídico para intermediar as relações entre o Banco Mundial, o Ministério do Meio Ambiente e o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de exercer esta função foi criado em 5 de agosto de 1996, na cidade de Faxinal do Soturno, o CONDESUS²⁴⁰ (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável) Quarta Colônia, que se define como:

Uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, criado para atuar articuladamente com os poderes públicos e privados, buscando o encaminhamento de soluções e alternativas para o desenvolvimento sustentável dos municípios que o compõem. (ATA 01 CONDESUS).

Inserido no estatuto do CONDESUS²⁴¹, foi criado o FUNDESUS (Fundo Rotativo de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) que tinha entre seus objetivos auxiliar mini, pequenos e médios produtores rurais que se propunham a desenvolver atividades inseridas em programas de manejo florestal sustentável, agricultura ecológica, turismo rural, cultural e ecológico e programas de educação patrimonial/ambiental (sub projetos do PRODESUS).

Outro projeto de destaque, visando a integração da Quarta Colônia, aconteceu em 1994, como resultado de parceria entre as prefeituras da Quarta Colônia, a prefeitura de Santa Maria, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC - base da atual Universidade Franciscana - UFN) e a Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul. Como resultado deste projeto foi publicada a primeira folheteria de incentivo ao turismo na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS²⁴² e, posteriormente, a oferta do curso de

²⁴⁰ Na reunião que criou o CONDESUS foi aprovado o primeiro estatuto da entidade que foi modificado em 2008.

²⁴¹ Art. 39 do Estatuto do CONDESUS.

²⁴² Vinculado a esta iniciativa surgiu a criação na FIC/UNIFRA do Laboratório de História Oral, tendo como meta o levantamento de histórias de vida de imigrantes e descendentes da região da Quarta

extensão de Guia de Turismo para a Região e, em 2000, o Curso de Especialização em Museologia.

Portanto, os projetos que foram e estão sendo desenvolvidos na Quarta Colônia, visam dar projeção a um espaço territorial que possui uma identidade regional com características próprias, valorizando seu potencial para alavancar o próprio crescimento.

Sendo assim, o CONDESUS Quarta Colônia nasce como uma entidade detentora de respaldo político e jurídico, para executar ações relacionadas a uma “gestão territorial compartilhada”, com potencial de buscar a sustentabilidade econômica regional dos nove municípios que possuem como referência a identidade territorial aliada ao passado histórico e cultural.

5.2 O CONDESUS QUARTA COLÔNIA

No CONDESUS Quarta Colônia os nove pequenos municípios estão integrados em torno de um ideal comum, objetivando a cooperação para alavancar o desenvolvimento regional sustentável, através da Gestão Integrada do Território, procurando superar problemas antigos relacionados ao desenvolvimento econômico. Além disso, procura promover o bem comum por meio de ações políticas que busquem o desenvolvimento social e cultural, preservando e valorizando a identidade dos diferentes grupos humanos que formam a Quarta Colônia.

Para Bolzan (2015, p. 288) a união das nove cidades ocorreu como uma tentativa de “[...]diluir as fronteiras entre os municípios da região e integrar projetos de desenvolvimento alternativos, em ascensão nos últimos anos com dimensão local-regional de cunho social, político, econômico, cultural e ambiental”. Para José Itaqui²⁴³ (2018) esta união visou fortalecer a diversidade cultural em um espaço pequeno, ressaltando a gastronomia e o passado histórico, além de estimular a economia e o desenvolvimento regional.

Com a exclusão de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos, o território da Quarta Colônia do RS tomou um novo contorno/delimitação levando em consideração os pequenos e novos municípios que surgiram a partir dos processos

Colônia de Imigração Italiana. A organização deste laboratório contou com apoio da FAPERGS, na época (PADOIN, 2017).

²⁴³ Entrevista Realizada em 11 de janeiro de 2018.

emancipacionistas, na segunda metade do século XX, e que possuem um passado e presente que os aproxima e identifica, assim como os seus desafios.

Sendo assim, como já foi exposto anteriormente, o CONDESUS Quarta Colônia procura unificar esse território em torno de um ideal comum. Neste contexto, Xavier (2013), Bolzan (2015) Itaqui (2018) apontam que uma das dificuldades do Consórcio é a criação de uma identidade comum a todos os municípios, o que pode provocar alguns pequenos entraves no processo de integração regional. Mesmo assim, acredita-se que a identidade comum a todos está no fato de se sentirem parte integrante de um mesmo território.

A união de pequenos municípios com objetivos de buscar o desenvolvimento sustentável através de uma Gestão Integrada do Território e tendo como base uma identidade comum será o futuro (OOSTERBEEK, 2018). Sendo assim, pode-se afirmar que o CONDESU Quarta Colônia, está se preparando para o futuro e se posicionando na linha de frente da Gestão Integrada do Território.

Nesse sentido, deve ser lembrado que a gestão do território não possui uma fórmula pronta, já que cada região ou território possuem especificidades próprias. O que deve ser comum é a necessidade da participação de todos os entes envolvidos nas articulações que buscam a governança, respeitando as diferenças culturais nas tomadas de decisões.

Para tanto, é mister destacar o que defende do professor Luiz Oosterbeek (2018), que tem trabalhado e desenvolvido projetos relacionados à Gestão Integrada de Territórios. Para o professor, essa gestão deve estar alicerçada na educação do capital humano, na construção de ações que envolvam a população em projetos de valorização dos espaços de memória, incluindo todos os habitantes de uma região.

Ainda em relação à união do território, o artigo 5º do estatuto do CONDESUS demonstra a intensão de retomar a ideia de integração regional em torno de um único bloco, ressuscitando o sonho de unificação que havia iniciado no final do século XIX, primeiramente por um grupo de empresários de Silveira Martins (ANEXO 5) e no período pós IIº Guerra Mundial pelo padre Luiz Sponchiado. Percebe-se esta intenção através do que é exposto no estatuto do Consórcio, ao ressaltar que a Quarta Colônia formará “uma unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades que se propõe” (CONDESUS, 2008, art. 5º). Sendo assim, um dos principais objetivos do CONDESUS é a busca do desenvolvimento sustentável da região, tendo como base a Gestão Integrada do Território, procurando promover

melhorias na qualidade de vida da população, além de buscar a cooperação com outras entidades públicas e privadas.

Assim, observa-se a presença deste caráter associativo que, de certa forma, vem agregado experiências culturais vivenciadas anteriormente e que nos anos 80 e 90 se fortaleceram na Quarta Colônia, inclusive politicamente. A associação dos nove municípios em busca de um objetivo comum, visa criar instrumentos para os gestores municipais na projeção do desenvolvimento regional em uma base sustentável. Neste contexto, percebe-se que a proposta inicial do Consórcio foi uma tentativa de integração, aliada à busca de uma identidade comum a todos os grupos étnicos que compõem o mosaico cultural da população da Quarta Colônia/CONDESUS.

Apesar da heterogeneidade cultural, os municípios procuram metodologias que busquem articular soluções em comum para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, não se pode esquecer o passado histórico dos grupos povoadores da região. Sendo assim, o ex-secretário executivo do Consórcio, José Itaqui explica:

Projetos que estão alicerçados no patrimônio natural (geológico, paleontológico, florestal, faunístico hídrico e paisagístico) e que associado as culturas de base (portuguesa, afrobrasileira, alemã e italiana) possuem energia suficiente e capaz para mobilizar, energizar e organizar os setores secundários e o terciário da economia regional. (ITAQUI,[20--?] p.3)

A união dos municípios através do CONDESUS tenta recuperar um atraso econômico histórico que ocorreu quando o território da ex-colônia de Silveira Martins, ainda no período Imperial, foi fragmentado, o que, segundo Sponchiado (1996), Santin (1999) e Bolzan (2015), teria impedido o desenvolvimento econômico da região.

A gestão do Consórcio é composta por uma Assembleia Geral (instância máxima) constituída por prefeitos dos municípios consorciados e, seus vices, como suplentes. Além da Assembleia Geral, a estrutura do Consórcio é composta por Conselho Fiscal, Secretaria Executiva, Câmaras Setoriais e Controle Interno. A presidência do CONDESUS é exercida pelo presidente da Assembleia Geral (eleito por seus pares) juntamente com a Assessoria Jurídica e o Secretário Executivo por um período de dois anos, sendo permitida a reeleição.

Percebe-se que a administração do Consórcio é responsabilidade dos que possuem o poder político de decidir sobre a gestão econômica, cultural e política do território da Quarta Colônia. Esta afirmação pode ser confirmada devido à

inexistência de uma cláusula no estatuto, prevendo a participação de representantes da comunidade na Assembleia Geral.

Acredita-se que por ser uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins econômicos e mantido com dotação orçamentária dos municípios consorciados, deveria existir espaço para uma representação da comunidade além da representação dos poderes executivos municipais. Neste cenário concorda-se com o posicionamento do professor Luís Oosterbeek (2012) que ressalta que a integração territorial acontece quando ocorre a participação da população, denominada de capital humano.

Porém, no caso do CONDESUS, o senhor José Itaqui (2018) ressalta que “o Consórcio é formado e mantido por prefeitos dos municípios consorciados. A abertura para participação popular poderia dificultar o funcionamento de determinadas ações em razão das oposições políticas”, que inclusive dificultaram em outros momentos de tentativas de “unidade”.

Thiago Xavier ²⁴⁴ ressalta que a ausência de participação popular causa no CONDESUS dificuldades crescentes nas tomadas de decisões.

Nota-se, também, uma fragilidade do consórcio no que diz respeito ao relacionamento do mesmo com as comunidades dos municípios da região, que não participam da elaboração dos projetos propostos pelo CONDESUS e, conseqüentemente, não reconhecem a importância deste para o desenvolvimento da Quarta Colônia. (XAVIER et al, 2013, p. 1059)

Mesmo não havendo uma cláusula referente à participação de representantes da comunidade no centro de decisões do Consórcio, percebe-se a existência de várias iniciativas populares de integração regional da Quarta Colônia, que possuem como origem as ações da comunidade que se organiza procurando rememorar e valorizar a cultura regional. Como exemplo, pode-se citar as festas étnicas, culturais e religiosas que ocorrem nos municípios da Quarta Colônia. Estas festas colaboram com as transformações econômicas e sociais, favorecendo os pequenos agricultores e as agroindústrias, que aproveitam para comercializarem seus produtos. Deve ser lembrado que o CONDESUS apoia muitas destas festividades.

Tomando-se como base essas iniciativas da população em procurar alternativas que atraiam recursos promovendo o desenvolvimento regional, é que se questiona a ausência e a não participação da comunidade no Conselho Fiscal do

²⁴⁴ Coordenador e professor do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal de Santa Maria.

CONDESUS. A participação de integrantes da comunidade na assembleia geral do Consórcio proporcionaria a aproximação de instituições privadas, o que poderia alavancar o desenvolvimento regional gerando novos postos de trabalho. Corroborando esta afirmação, a ex-prefeita de São João do Polêsine, professora Valserina Bolegon Gassem²⁴⁵ (2018), relata que não existe entusiasmo dos empresários em caminhar junto ao CONDESUS nas decisões de alavancar o desenvolvimento. Porém, como já foi exposto, acredita-se que é o próprio Consórcio que inibe esta aproximação, através de seu estatuto.

Ainda em relação à presença popular em centros decisórios que afetem o coletivo nas sociedades modernas, o professor Oosterbeek (2013), lembra que a participação de cidadãos conscientes e preparados com o domínio de novas tecnologias, possibilita construir novas soluções de governança. Agrega-se a este pensamento o que Varine (1987) explica quanto a ausência de membros das comunidades, pois isso ocorre devido a tomada das decisões estar reservada a uma elite sustentada pela tecnocracia e legitimada por uma democracia de delegação. Ou seja, nas sociedades contemporâneas se pratica a democracia representativa, fundamentada no voto, que é o grande perímetro entre democratas e autocratas. Em relação a esta questão, acompanha-se o pensamento de Raul Pilla (1949) que destaca que a função dos gestores públicos é promover o bem comum e, o povo, nos sistemas democráticos, é o maior interessado no assunto, porém os autocratas promovem o bem comum pensando que seus interesses são os mesmos da população. Para fortalecer essa ideia, cita-se Varine:

Tudo se passa, na nossa vida cotidiana, como se nós já tivéssemos abdicado de nossas responsabilidades sociais depois de ter encarregado disto especialistas formados neste assunto e generalistas eleitos. Resulta que todas as decisões fundamentais são tomadas fora de nós enquanto que sua aplicação constitui objeto de regulamentos que nos são impostos externamente, o todo parece ser para o nosso bem. Dizem-nos como viver e como morrer, como nos portar em nossas relações com os outros e com o meio ambiente, como consumir, como trabalhar, como utilizar nossos lazeres: protegendo-nos de nós mesmos e dos outros, dos perigos do meio ambiente, e mesmo do imprevisto (1987, p.21).

Com base no exposto, pode-se afirmar que avalizados pelo voto popular, os gestores do Consórcio têm por obrigação, o dever de buscar iniciativas políticas e econômicas que congreguem aspectos relacionados à história, memória, identidade e o patrimônio cultural e imaterial dos grupos humanos formadores da região.

²⁴⁵ Entrevista realizada em 11 de abril de 2018.

A sede do Consórcio está localizada no município de São João do Polêsine, mas nem sempre foi assim. O primeiro estatuto do Consórcio estabelecia que a sede ficaria na cidade de seu presidente, que inicialmente foi Faxinal do Soturno. Em 2010, por necessidades de adequação ao estatuto, a sede passa permanentemente para São João do Polêsine, junto ao Centro de Pesquisas Paleontológicas (CAPPa). Segundo a professora Valserina²⁴⁶ (2014) essa mudança ocorreu a partir de uma proposta do Governo Federal intitulada “Diálogo de concertação” (2003) e a descrença e o desinteresse dos demais prefeitos na efetivação das metas apresentadas.

Eu era presidente do CONDESUS e era período de eleição, porém muitos colegas prefeitos não iriam à reeleição e não mostraram interesse em manter o Consórcio e de procurar um local. Por insistência do José Itaquí, se definiu o espaço onde hoje está o CAPPa e a sede do Consórcio (...). (VALSERINA, 2018 - depoimento)

A proposta do Consórcio deve transcender questões culturais relacionadas à origem de grupos humanos majoritários na região, descendentes de colonizadores germânicos e italianos. Deve ser ressaltado que antes destes grupos, a região era povoada por portugueses e seus descendentes, por nativos descendentes das sociedades originárias e oriundos das missões jesuítas, e por grupos de afrodescendentes, que resistiram aos rigores do regime escravocrata. Sendo assim, devido à influência de uma população/cultura majoritária relacionada ao processo de estabelecimento de colônias europeias não apenas italianas mas também alemã, o Consórcio referendará o termo Quarta Colônia. Ou ainda, poderia se afirmar que a união dos nove municípios, com características distintas, em torno de um ideal comum, reunidos desde o PRODESUS e consolidados com o CONDESUS, forma uma “Nova Quarta Colônia”.

O Consórcio deve estimular, através das lideranças políticas regionais, sentimentos históricos, identitários, culturais e religiosos procurando despertar o orgulho **de pertencimento a um território**. Além disso, deve atuar como o protagonista na rememoração da história regional, buscando a sustentabilidade econômica, levando em consideração esses princípios identitários e culturais.

²⁴⁶ Entrevista realizada no dia 04 de janeiro de 2014, quando a professora Valserina ainda era prefeita de São João do Polêsine.

5.3 O CONDESUS E OS PROJETOS GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA.

Devido a possibilidade de criação de um Geoparque na Quarta Colônia, o estatuto do CONDESUS (2020) possui artigos que enfatizam o desenvolvimento de pesquisas paleontológicas na Quarta Colônia. A ênfase nas pesquisas paleontológicas teve reforço em 2003 a partir do “primeiro Diálogo de Concertação da Quarta Colônia”²⁴⁷. Esse movimento foi uma iniciativa do governo brasileiro e tinha como propósito o debate sobre espaços públicos democráticos, visando o desenvolvimento sustentável em várias regiões brasileiras.

Nesse cenário, foram implementadas pesquisas nas áreas de geologia e paleontologia. Para tanto, foi construído, em São João do Polêsine, através da “Lei Rouanet”²⁴⁸, com o patrocínio da PETROBRAS e da ELETROBRAS, o prédio que abriga o Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia – CAPPa e a sede do Consócio de Desenvolvimento Sustentável – CONDESUS.

A partir da criação do Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (CAPPa) com incentivo e investimento no desenvolvimento de pesquisas paleontológicas, surge a proposta de criação de Parques Paleontológicos na Quarta Colônia, com o objetivo de integrar a região, através da criação de unidades museológicas ou de eco museus em áreas onde existem jazigos fossilíferos. Além disso, foi proposta a criação da Rota Paleontológica, visando a preservação ambiental, bem como, a sustentabilidade econômica da região. Essas iniciativas serviram também como uma das bases da proposta de criação de um Geoparque Quarta Colônia²⁴⁹, em 2019, que tem dentre seus objetivos a pesquisa paleontológica e a preservação do meio ambiente, aliadas ao desenvolvimento do turismo, em que se valorize o capital humano, a cultura e a identidade enquanto patrimônios desta comunidade.

Da infraestrutura idealizada para a proposta de Geoparque Quarta Colônia, que anteriormente priorizou a museologia, o CAPPa, era uma pequena parcela do empreendimento. No final da primeira década século XXI, o CAPPa passou a ser uma unidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)²⁵⁰. O

²⁴⁷ O Diálogo de Concertação Nacional foi promovido pelo CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) durante o primeiro mandato do governo Lula e coordenado pelo então ministro Tarso Genro e tinha como objetivo valorizar o capital social da região e o fortalecimento das políticas propostas pelo Governo Federal, voltadas ao desenvolvimento regional.

²⁴⁸ Lei Rouanet - 8.313/91- tem por objetivo incentivar atividades culturais.

²⁴⁹ Outro projeto importante que serviu como sustentáculo de criação do “Geoparque Quarta Colônia” foi o PROI (Projeto Identidade), coordenado por José Itaquí e Maria Angélica Vilagran.

²⁵⁰ O projeto foi elaborado no CONDESUS, porém devido a entaves burocráticos para o recebimento

prédio está equipado com laboratórios, salas de aulas, área destinada a reserva técnica, área administrativa, além de uma cozinha e alojamento para os pesquisadores, bem como, um espaço provisório para exposições (Figura 46). No local estão sendo realizadas diversas pesquisas paleontológicas desenvolvidas por alunos de mestrado e doutorado e pesquisadores da UFSM e de outras instituições²⁵¹.

Figura 46 - Imagem do Interior do CAPPA, local de exposições (2016)



Fonte: Acervo Maria Medianeira Padoin. Foto Digital. 2016.

Assim, no primeiro ensaio de pensar uma proposta de Geoparque, o CONDESUS analisava propostas de construções de unidades museológicas nas cidades de Agudo, Dona Francisca e Faxinal do Soturno. Porém, não existia uma previsão orçamentária e nem projetos específicos de infraestrutura, ou seja, faltavam projetos executivos, arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidráulicos, PPPCI, dentre outros. Em resumo, estas unidades museológicas permaneceram apenas em projeto. A professora Valserina (2018), ex-prefeita de São João do Polêsine na época, relatou que o CONDESUS ficou empolgado com este projeto, desde que a UFSM, por possuir expertise, organizasse e gerenciasse os museus a serem criados. Além disso, comentou que o projeto para a construção dos museus era muito caro²⁵² e seria necessário rever essa intenção.

de recursos foi necessário entregar a gestão do CAPA para a UFSM.

²⁵¹ UFSM, UFRGS, UNISINOS, UFEPE, ULBRA, entre outras.

²⁵² O custo estimado para execução deste projeto é de R\$ 13 milhões de reais.

Sabe-se que as pesquisas em jazigos fossilíferos possuem importância histórica e como patrimônio da Humanidade, bem como, no incremento do turismo da região. Em um “*folder*” da folheteria do CONDESUS (2010) era ressaltado o complexo de museus e ecomuseus, que iriam formar os Parques Paleontológicos Integrados da Quarta Colônia. Porém, até o presente²⁵³ não existem propostas de liberação orçamentária para esta finalidade sendo assim, esta proposta de Geoparque não prosperou.

A Universidade Federal de Santa Maria, por iniciativa da Pró-reitoria de Extensão, desde o final de 2018 vem trabalhando com o CONDESUS Quarta Colônia com uma “nova” proposta de projeto de Geoparque, com características um pouco diferenciadas da proposta anterior (denominaremos este projeto de Geoparque Quarta Colônia UFSM/CONDESUS) .

Nessa proposta ocorre a participação da comunidade dos nove municípios, que estarão representadas no Comitê Gestor e nas Comissões de Assessoramento. Este modelo de geoparque terá um Conselho Gestor ligado ao Consórcio, o que pode ser visto como uma quebra de paradigma devido a possibilidade da participação popular na tomada de algumas decisões. A participação da comunidade é algo positivo, pois poderá aproximar do CONDESUS e do Geoparque pessoas e empresas com potencial de investir na região. A proposta anterior de Geoparque priorizava a integração e o desenvolvimento regional quase que exclusivamente na valorização do patrimônio geológico e paleontológico.

Entende-se que esta nova concepção de Geoparque Quarta Colônia sugerida pela UFSM, visa ampliar a proposta anterior, pois transcende a criação de unidades museológicas e Eco museus, já que tem como objetivo beneficiar todos os nove municípios que constituem a região. Atualmente, este projeto conta com mais de vinte geossítios²⁵⁴ catalogados e está reunindo professores de várias áreas de conhecimento e de diferentes unidades educacionais da Universidade Federal de Santa Maria, que desenvolvam atividades de extensão nos municípios da Quarta Colônia ou que possuam projetos de pesquisa ou tecnologias que possam ser utilizados no contexto do Geoparque UFSM/CONDESUS.

Dessa maneira, procura-se a criação de um bloco geoestratégico que

²⁵³ Junho de 2020.

²⁵⁴ A existência de geossítios é um dos critérios estabelecidos pela UNESCO para cancelar a criação de um Geoparque.

proporcionará a proteção do patrimônio natural (flora e fauna), hídrico, geológico, paleontológico, arqueológico, histórico e cultural. Além disso, o projeto oportunizará o crescimento econômico através de investimentos empresariais e do fortalecimento das identidades culturais da região inibindo o empobrecimento e o decréscimo populacional, que gradativamente vem atingindo todas as cidades da Quarta Colônia. O Geoparque oportunizará a gestão territorial integrada e o desenvolvimento econômico e social sustentável de grupos formados por pequenos produtores rurais e, conseqüentemente, das agroindústrias da região, além do fortalecimento do turismo e da gastronomia, da hotelaria e do comércio destas pequenas cidades. A ideia de criação do Geoparque Quarta Colônia CONDESUS/UFSM pode ser considerada um bom exemplo de Gestão Integrada do Território.

Como já foi exposto anteriormente, o primeiro projeto de Geoparque Quarta Colônia, propunha a criação de unidades museológicas com foco na paleontologia, nas cidades de São João do Polêsine, Agudo, Dona Francisca e Faxinal do Soturno. Porém, percebe-se que municípios como Silveira Martins, Pinhal Grande e Ivorá não foram encontrados fósseis como dos outros municípios, mas possuem a riqueza do bioma da Serra Geral, além de toda a questão cultural e histórica. Aparentemente, os municípios localizados nas regiões mais elevadas poderiam não fazer parte de uma proposta do Geoparque. Mas, seguindo os princípios estabelecidos no Artigo 6º do atual Estatuto (2020) do CONDESUS, estabelece dentre as finalidades e objetivos do consorcio a integração regional pautada em interesses comuns de todos os municípios consorciados.

Com o projeto Geoparque UFSM/CONDESUS, os municípios situados em partes mais elevadas do território da Quarta Colônia, participarão através do desenvolvimento econômico sustentável das populações, ligados ao turismo rural e de aventuras, tendo como plano de fundo flora e a fauna, bem como a valorização do patrimônio arqueológico, arquitetônico, etnográfico, gastronômico, , cultural e histórico. Destaca-se também o turismo religioso e os centros de pesquisa com rico acervo documental, como os arquivos e museus, que dão suporte à memória, à história e, assim, à identidade cultural da região.

Os geoparques possuem “limites territoriais” determinados onde devem ser estimuladas a criação de atividades econômicas suportadas na geodiversidade da região, em particular de carácter turístico, com o envolvimento das comunidades

locais, em que a educação patrimonial é uma das políticas e instrumento indispensável. Além disso, o geoparque UFSM/CONDESUS dará visibilidade aos espaços no território da Quarta Colônia.

O novo Projeto “Geoparque Quarta Colônia UFSM/CONDESUS” está alicerçado nas pesquisas paleontológicas na região, procurando congregiar todos os nove municípios, tendo como base o desenvolvimento regional e as potencialidades de cada um. Nesta nova versão de Geoparque não existem parques em locais predeterminados com cobrança de ingressos, muros e portões. Todos os 2.923 Km² do território da Quarta Colônia fazem parte do Geoparque.

Além das pesquisas paleontológicas, da paisagem formada pelo Bioma Pampa e do Bioma da Mata Atlântica, o novo Projeto Geoparque está alicerçado na valorização do patrimônio histórico-cultura, material e imaterial como ambiental das comunidades que formam os municípios e, assim, a região da Quarta Colônia. Neste intento, a revalorização da Educação Patrimonial como uma política regional passou a ser um dos “carros chefes” no trabalho de sensibilização da comunidade para a implementação do projeto Geoparque. Dessa maneira, no ano de 2019 foram realizadas reuniões com as secretarias de Educação e Cultura e com professores das escolas municipais e estaduais da Quarta Colônia, (Figura 47) visando a inclusão na política educacional dos municípios a Educação Patrimonial.

Todas as iniciativas da implementação do projeto do novo Geoparque, têm sido um trabalho conjunto da UFSM com o CONDESUS Quarta Colônia, em que este último é representado por seu presidente, o prefeito de Nova Palma, o senhor André Luiz Rossato, pela secretária executiva, a professora Valserina²⁵⁵ Bolegon Gassem, e pela oficial administrativa, Juliana Vendrusculo. Percebe-se também a liderança, como secretária, da ex-prefeita Valserina B. Gassen, com outro olhar na valorização do patrimônio, que caracterizou também suas administrações, agregando ao CONDESUS a proximidade com a UFSM.

²⁵⁵ Esta pesquisa teve início em 2017 algumas mudanças ocorreram durante este período (2017-2020). O senhor José Itaquí, que atuou como secretário executivo, desde o início do CONDESUS, por motivos de saúde teve que se aposentar em 2019. A professora Valcerina Bulegon, ex-prefeita de São João de Polêsine e que no consórcio estava atuando como secretária de captação de recursos, assume a função de secretária executiva no final de 2019.

Figura 47 - Reunião de sensibilização – Geoparque e Educação Patrimonial aos professores da rede municipal e estadual de Restinga Seca (2019).



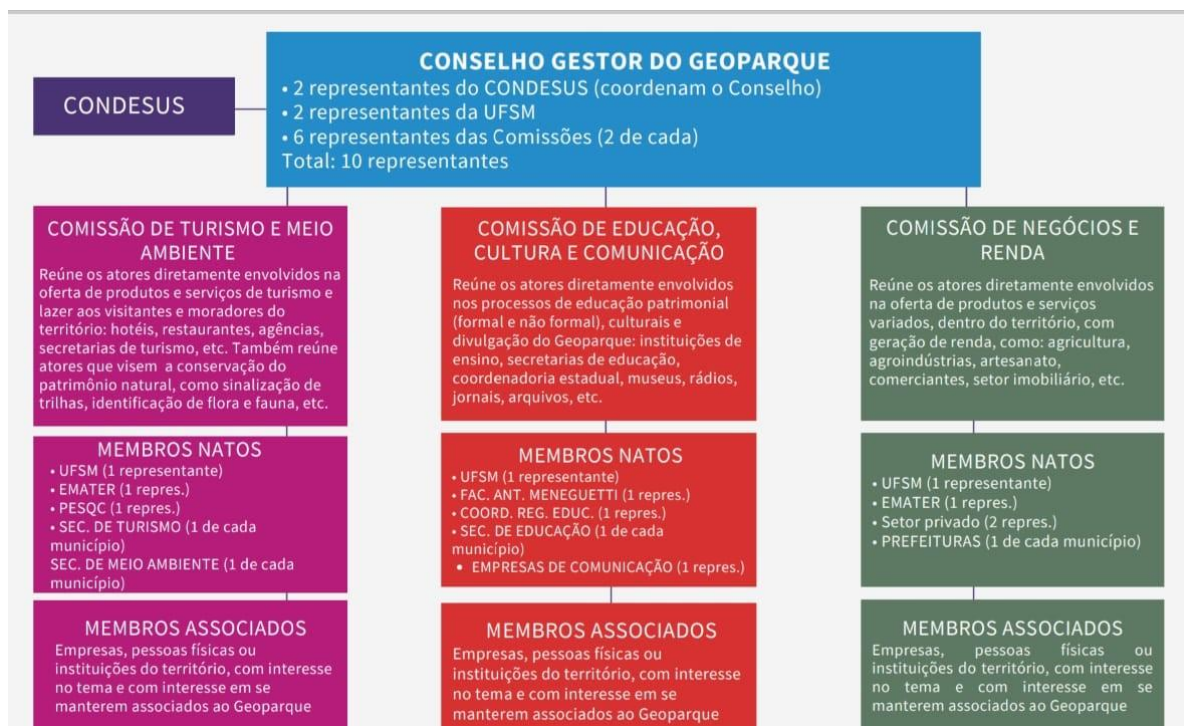
Fonte: Acervo de Maria Medianeira Padoin. Foto Digital. 2019.

No dia 12 de março de 2020, foi dado um grande passo na consolidação do Geoparque Quarta Colônia. Nas dependências da Câmara de Vereadores da cidade de Faxinal do Soturno, reuniram-se os representantes dos nove municípios e da Universidade Federal de Santa Maria, para a escolha dos participantes das comissões do Geoparque que farão parte do Conselho Gestor.

Foram escolhidas seis pessoas (e suplentes) que representarão as Comissões de Turismo e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Comunicação e a Comissão de Negócios e Renda. Além desses seis membros, foram indicados dois integrantes do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) e dois representantes da UFSM. Assim, o Comitê Gestor totaliza dez integrantes (Figura 48). Deve ser ressaltado que, nesta reunião, haviam pessoas da comunidade dos nove municípios, como prefeitos, representantes do poder legislativo, empresários, entidades culturais, meios de comunicação regionais, representantes da Fundação Antônio Meneghetti, entre outros (Figura 49).

A Fundação Antônio Meneghetti, destaca-se na região da Quarta Colônia como a instituição responsável pela gestão do Recanto Maestro. A localidade é um distrito *sui generis*, planejado e administrado pela iniciativa privada e possui parte do seu território dividido entre os municípios de Restinga Seca e de São João do Polêsine.

Figura 48 - Organograma do Conselho Gestor do Geoparque Quarta Colônia



Fonte: Projeto Institucional Geoparque Quarta Colônia. Pró-Reitoria de Extensão, UFSM, 2019.

Figura 49 - Reunião para a escolha dos representantes da comunidade para o Comitê Gestor do projeto Geoparque Quarta Colônia/Condesus, 12/03/2020, em Faxinal do Soturno, RS.



Fonte: Acervo Maria Medianeira Padoin. Foto Digital. (2019)

Nesse espaço territorial que pertence a dois municípios, foram construídas, em meio a mata nativa, modernas obras arquitetônicas com características próprias. Além disso, em pequenas propriedades rurais, que antes eram destinadas a lavouras ou sem um uso específico, agora são cultivadas oliveiras. Esse cenário, além de modificar a paisagem natural, também influenciará na criação de uma nova possibilidade econômica para a região, tendo como plano de fundo a intervenção humana no meio ambiente. Além disso, deve ser lembrada das microempresas ligadas à vinicultura, dos hotéis e restaurantes existentes no distrito e da recente obra das Termas Romanas, que atrairá muitos turistas para conhecerem o território do Geoparque Quarta Colônia UFSM/CONDESUS .

Deve ser destacado que tanto a visão política e empreendedora dos empresários, mas também dos municípios e seus gestores que abarcaram e apoiam esses empreendimentos podem ser referenciadas como um bom exemplo de “Gestão Compartilhada do Território,” através da parceria pública e privada, pois um grupo de empresários, por meio de uma fundação, leva adiante os projetos do idealizador do Recanto Maestro, o professor Antônio Meneghetti, que definia a região da seguinte forma: “Recanto Maestro não é um lugar, não é uma política, não é uma localidade: é uma performance lideríssima, é um pensamento, uma nova racionalidade aplicada feita de território, meios, dinheiro, projetos, mas sobretudo de pessoas”²⁵⁶. O modelo de gestão utilizado na região está alicerçado na promoção dos investimentos locais que poderão auxiliar no êxito do projeto Geoparque UFSM/CONDESUS.

No contexto do Geoparque Quarta Colônia UFSM/CONDESUS, defende-se a ideia que fatores históricos, étnicos e culturais, também sejam preponderantes para o processo de construção de uma unidade regional, proporcionando a integração e o desenvolvimento da Quarta Colônia. Não adianta as autoridades e grupos de intelectuais pensarem apenas em uma integração geográfica e econômica pautada, principalmente, na pesquisa paleontológica, relegando a um segundo plano a história regional que está arraigada no pertencimento a uma cultura etnográfica e identitária construída e vivida.

Nos últimos anos o CONDESUS foi o responsável pela elaboração de uma

²⁵⁶ Texto extraído do Livro: Recanto Maestro: Obra viva de Antônio Meneghetti no Brasil- Um relato Histórico dos primeiros anos (2018)'/

variedade de projetos que fomentaram o desenvolvimento regional, beneficiando todos os municípios consorciados. Além disso, tem sido parceiro na promoção de algumas festividades étnico e religiosas.

O senhor José Itaquí relatou que, durante algum tempo, as ações do CONDESUS foram publicitadas no Quarto Caderno²⁵⁷ da Quarta Colônia, do Jornal Diário de Santa Maria. Inicialmente eram publicadas quatro páginas semanais, (edições dos finais de semana) destacando iniciativas desenvolvidas pelo CONDESUS, festividades regionais, o turismo, a gastronomia, algumas questões referentes ao passado histórico dos municípios, etc. Estas publicações tinham como objetivo enfatizar e valorizar a história, a cultura e a identidade da região, porém devido aos custos, foram suspensas. A professora Valserina (2018) ressalta que seria necessário dar maior visibilidade ao Consórcio através da retomada de investimentos em publicidade.

Defende-se a ideia que o CONDESUS, deva ser um dos responsáveis em construir e pensar ações que possibilitem a construção de estratégias sociais, políticas e econômicas capazes de alavancar o desenvolvimento do território da Quarta Colônia a partir da integração e da valorização do patrimônio humano, histórico e cultural existente na região.

O Projeto Geoparque UFSM/CONDESUS pode ser visto como a possibilidade de construção de uma identidade coletiva entre os moradores da Quarta Colônia, respeitando e valorizando as diferenças culturais e identitárias existentes. Sendo assim, percebe-se que o passado histórico, que tem como base a religiosidade, a memória e a identidade fundamentadas no sentimento de italianidade, são mecanismos com potencial de auxiliar no desenvolvimento da região.

Propor rupturas ou mudanças que visem esquecer ou “ultrapassar” este processo histórico construído pelas comunidades e suas lideranças pode provocar o fracasso na tentativa de um desenvolvimento econômico sustentável e integrado.

²⁵⁷ Publicado semanalmente no jornal Diário de Santa Maria no período compreendido entre 04 de agosto de 2006 a 04 de novembro de 2011.

CONCLUSÃO

Esta tese teve como objetivo principal avaliar medidas que estão sendo tomadas para a integração regional dos nove municípios da Quarta Colônia, tendo como parâmetro a sustentabilidade econômica e seu vínculo com a memória e identidade predominante na região de Imigração Italiana, no período pós processos de emancipação política dos municípios (1955-2020), em um contexto pós- Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, como já relatamos anteriormente, um dos motivadores da temática foi a leitura do livro “Quarta Colônia: da Fragmentação a Integração” de autoria do Professor Moacir Bolzan. O autor trabalhou a trajetória da Quarta Colônia apontando que um dos principais desafios da atualidade é a sua integração regional e a construção de uma nova identidade coletiva entre os moradores da região. Para tanto, defende que a mesma deva investir no futuro por meio de um projeto conjunto econômico e não mais ficar arraigada nos fundamentos históricos, nas concepções identitárias da memória que tem por base religião e o sentimento de italianidade. Neste sentido ele defende que o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – o CONDESUS, criado em 1996, é o instrumento que está realizando as transformações necessárias, inclusive a culturais.

Sendo assim, buscou-se verificar como foram e como e estão sendo tratadas, nos nove municípios que fazem parte do território da Quarta Colônia, questões relacionadas aos aspectos históricos, culturais e identitários, no desenvolvimento social e econômico da região, em um contexto compreendido entre o final dos anos 50, quando surgiram os primeiros municípios, e os dias de hoje (1955-2020).

Levando em consideração esses aspectos, buscou-se verificar a influência da ocupação do espaço geográfico por imigrantes italianos e o papel desempenhado por representações sociais e políticas, como a Agência Consular Italiana, as Sociedades/Associações e *circolos* italianos e o CONDESUS Quarta Colônia. Sendo assim, procurou-se analisar como esses entes têm trabalhado no processo de fortalecimento da identidade e da memória passada com a construção e preservação da memória presente, no período pós-emancipações políticas dos municípios da Quarta Colônia. Dessa forma, buscou-se dar voz a essas

representações que atuam de forma coletiva e/ou individual, no processo de construção do desenvolvimento sustentável, em uma perspectiva territorial inserida em um contexto histórico e cultural, aliado ao processo de integração regional.

Por isso, essas representações sociais, combinadas com a ocupação do espaço territorial, formam um conjunto de variáveis independentes com potencial de despertar e formar uma consciência de coletividade, a fim de promover o desenvolvimento e a integração regional em torno de variáveis dependentes representadas por aspectos culturais, identitários e econômicos.

Levando-se em consideração o exposto, no primeiro capítulo desta tese buscou-se verificar a influência do espaço territorial na formação de uma identidade regional.

Nesse cenário, percebe-se que o desenvolvimento econômico da Quarta Colônia, como um bloco regional, deve estar relacionado a ocupação do espaço territorial que está marcado pela efervescências das identidades culturais, lembradas ou reinventadas, como forma de justificar uma herança ancestral, com o objetivo de dar um significado para o presente.

Entende-se que a construção social e cultural deste espaço territorial foi formada por uma mescla de diferentes grupos étnicos, porém o que se constata é a forte predominância cultural de descendentes de italianos e alemães se sobrepondo aos demais grupos sociais.

Com isso, percebe-se o predomínio de uma cultura étnica inserida em um território que se caracteriza pelas possibilidades de articulações sociais de pertencimento a um sistema simbólico em que as pessoas têm construído laços emocionais e afetivos com o espaço territorial, revigorando o sentimento e o orgulho de pertencer à Quarta Colônia.

O sentimento de fazer parte desse espaço geográfico tem auxiliado na criação e manutenção dos lugares de memória, o que fortalece os sentimentos nostálgicos e emocionais com os lugares de origem e com a ancestralidade. Este é um fato que é constatado nos movimentos migratórios que têm ocorrido nos últimos anos nos municípios da Quarta colônia. Os indivíduos migram e levam consigo as memórias e o sentimento de pertencer a uma cultura identitária ligada às tradições e construídas através de narrativas do passado e das histórias familiares que são fortalecidas pelos lugares de memória representados pelos museus, monumentos e arquivos.

Em relação à criação desses lugares com o objetivo de rememorar o passado ancestral histórico e o sentimento de pertencimento a uma cultura identitária regional, deve ser destacado o trabalho do padre Luiz Sponchiado, e do padre Clementino Marcuzzo, membros da igreja Católica, que durante suas vidas desenvolveram várias atividades que enaltecem a Quarta Colônia e a cultura italiana. Além disso deixaram um grande legado para a história e para a cultura regional e estadual, através do Centro de Pesquisa Genealógica de Nova Palma (CPG) e do Museu do Imigrante de Vale Vêneto. Nesses lugares, tivemos a oportunidade de ver pessoas se emocionarem ao encontrarem, no Arquivo do CPG, documentos referentes à sua ascendência ou ver coleções museais que mostram objetos do cotidiano de famílias de imigrantes ou que pertenceram às suas próprias famílias, o que tem provocado o aguçamento das memórias individuais e coletivas.

Levando em conta o que foi observado em relação à influência do território na formação de uma identidade regional, no segundo capítulo procurou-se abordar como se desenvolveu a ocupação do território da Quarta Colônia.

Inicialmente foi chamada de Colônia de Santa Maria da Boca do Monte e, mais tarde, em 1879, foi rebatizada como Colônia de Silveira Martins, em homenagem ao político brasileiro que incentivou a criação do Quarto Núcleo Colonial Imperial italiana na região central da então província de Rio Grande de São Pedro. A região foi colonizada por colonos denominados de russos-alemães, que chegaram aos barracões de Val de Buia em 1877. Devido a questões geográficas (os russo-alemães buscavam terras planas), as promessas não cumpridas por parte do governo imperial brasileiro, o rigor do inverno e a morte de algumas crianças, esse grupo abandonou a colônia e foi em busca de melhores áreas para se estabelecer. Sendo assim, o governo retomou o processo de ocupação desta colônia no início de 1877 com a chegada das primeiras famílias de imigrantes italianos.

Ainda no período colonial, o território da Quarta Colônia (1886) foi dividido entre os municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Vila Rica (atual Júlio de Castilhos). Sendo assim, ao longo de sua história, várias tentativas de reunificação foram realizadas, porém sem sucesso. Dentre estas iniciativas destaca-se o trabalho desenvolvido pelo padre Luiz Sponchiado, iniciado no final de década de 50, que tinha como ideal criar um único município. Porém, novamente o território da Quarta Colônia foi fragmentado com o surgimento de nove pequenos municípios. Este

processo de fragmentação territorial é apontado por alguns autores como Sponchiado (1996), Santin (1999) e Bolzan (2015) como um fator responsável pelo atraso no desenvolvimento econômico regional. Padre Luiz também buscou integrar a Quarta Colônia através da valorização da cultura e da identidade regional e sua divulgação criando, como foi mencionado, o CPG.

No terceiro e quarto capítulos esta tese trouxe ao palco da historiografia as atuações da Agência Consular Honorária da Itália e das sociedades, associações e *circolos* italianos, que não eram percebidos como elementos importantes na recomposição, valoração e na construção do sentimento de uma identidade regional positiva, relacionada ao pertencimento de uma cultura inserida em um espaço territorial.

Para melhor compreensão da história da Agência Consular de Santa Maria, a dividimos em dois períodos. O primeiro período inicia em 1912, com a criação da Real Agência Consular de Santa Maria e encerra em 1942, com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Em relação a este período são escassas as fontes documentais devido aos acervos não terem sido recolhidos a um arquivo ou preservados. Supõe-se que cada Real Agente Consular ficou com os documentos de sua gestão e, com isso, perdeu-se muito da história da atuação dos Reais Agentes Consulares em Santa Maria. Ademais, apenas o senhor José Isaia ainda possui descendentes em Santa Maria. Porém, seus familiares não preservaram seus arquivos. Muito do que foi escrito referente a primeira fase da Agência Consular foi encontrado em hemerotecas locais e nacionais.

Já o segundo período da Agência Consular Italiana de Santa Maria inicia em 1995, com a gestão do professor Osvaldo Dal Lago. Observou-se que não havia uma preocupação em centralizar e guardar os registros das diversas atividades desenvolvidas em várias cidades e entidades junto à sede da Agência, havendo apenas a preservação das correspondência e registros de atos mais burocráticos. Ou seja, muitas informações foram perdidas, mas ainda existe a possibilidade de reunir alguns documentos que estão com familiares e amigos que conviveram com o professor. Acredita-se que o ideal seria reunir todos estes documentos que estão espalhados e formar um fundo documental (Fundo Osvaldo Dal Lago) que deveria ficar sob a guarda do CPG de Nova Palma. O mesmo procedimento deveria ser adotado com os documentos da gestão do Doutor Oscar Carlesso.

A função de Agente Consular não proporciona uma remuneração ao ocupante

do cargo, que além de ter apenas o *status* da função, deve arcar com as despesas de manutenção do escritório consular. Mesmo assim, esse posto é objeto de muitas disputas entre a comunidade ítalo-brasileiras. Essas disputas foram observadas na primeira fase, com o professor Umberto Ancarani e, na segunda fase, com o professor Osvaldo Dal Lago e com o doutor Oscar José Carlesso.

A Agência Consular juntamente com as sociedades, associações e *circolos* italianos, especialmente a partir da década de 90, tem promovido atividades que visam influenciar no estudo da cultura e da identidade italiana. Dessa forma, foi incentivado o estudo da cultura e língua italiana, bem como, o estudo do Talian (principalmente pelos *circolos* ou sociedades vênetas) que é uma mistura de dialetos da região do Vêneto com o português. Ademais, tem sido estimulado o sentimento de pertencimento a uma cultura étnica e identitária.

Durante o período conhecido na história do Brasil como Estado Novo, muitas famílias pararam de cultuar publicamente o sentimento de italianidade, o que só é retomado com as comemorações do centenário (1975) da imigração italiana para o RS. O padre Luiz Sponchiado se dedicou à organização e à criação do CPG, oficialmente inaugurado em 1984. Junto a isso, retomou o termo “Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do RS”. Assim e, principalmente, a partir das décadas de 80 e 90, houve uma forte atuação dos sacerdotes, das sociedades, das associações e da Agência Consular que procuraram fortalecer o sentimento de “nós e os outros”, a preservação da memória e a revitalização das comemorações da italianidade. O incentivo a dupla cidadania e ensino da língua e cultura italiana foram fundamentais neste processo que foi estimulado pelo governo italiano.

A história das sociedades italianas, semelhante à história da Agência Consular, também foi dividida em dois períodos, compreendidos entre o final do século XIX e primeira metade do Século XX, quando o Brasil entrou na 2ª Guerra Mundial (1942). O segundo período teve início na década de 80 e segue até os dias de hoje.

Em 1985 reinicia a nova fase do associativismo italiano em Santa Maria, com a criação da Sociedade Dante Alighieri, que tinha como objetivo promover e difundir a cultura italiana independente da região da Itália de onde vieram seus associados. Na década de 90 esta sociedade transformou-se na Associação Italiana de Santa Maria (AISM), o que reacende a chama da italianidade na região central do Rio Grande do Sul. Os fundadores da Associação Italiana de Santa Maria se intitulam

como sucessores da *Società di Mutuo Soccorso e Recreativa*, que havia sido fundada em 1896. Essa atitude pode ser entendida como uma estratégia para recuperar o prédio da “*Mutuo Soccorso*,” o que ocorre em 1996, ano do centenário de sua fundação.

Das sociedades, associações e *circolos* italianos existentes hoje na Quarta Colônia, a maioria foi criada quando o professor Osvaldo Dal Lago foi Agente Consular em Santa Maria.

Deve ficar registrado que, na construção deste processo de tese, mesmo existindo entidades representativas em outros municípios da Quarta Colônia, foram elencadas duas sociedades italianas como modelo: a *Società Amici D’ Italian Polesani Nel Mondo* e a *Sociedade Vêneta* do distrito de Vale Vêneta, ambas do município de São João do Polêsine. Esta decisão foi tomada devido a dificuldade de acesso às demais sociedades e associações. Mesmo ocorrendo este obstáculo fomos convidados a participar de alguns eventos organizados pelo conjunto destas entidades. Em geral, os objetivos de todas as entidades é o mesmo: a defesa da cultura e da identidade italiana.

Dentre estas agremiações, a *Sociedade Vêneta* do Distrito de Vale Vêneta se destaca em razão das festividades que ocorrem no distrito e pela manutenção do Museu Eduardo Marcuzzo. A *Società Amici D’ Italian Polesani Nel Mondo* tem se destacado através do “*gemellaggio*” (para todo o município), do ensino da língua italiana nas escolas da cidade e do Festival das Massas.

Mesmo não tendo conseguido entrevistar a direção do *Circolo* Italiano de Nova Palma, deve ser ressaltado o trabalho que esta entidade vem desenvolvendo junto ao Centro de Pesquisa Genealógica (CPG) na preservação da memória, identidade e nas pesquisas referentes a imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul. Outro ponto de destaque na atuação do *Circolo* Italiano de Nova Palma, foi durante o lançamento, no município, da segunda edição do Livro “Imigração e Quarta Colônia. Nova Palma e Padre Luizinho” de autoria de Breno Sponchiado e organizado por Maria Medianeira Padoin e Jorge Alberto Soares Cruz (2019) e publicado pela editora da Universidade Federal de Santa Maria. A renda com a comercialização desses livros, que está sob a responsabilidade do *Circolo* Vêneta de Nova Palma, é destinada a melhorias e manutenção do Centro de Pesquisa Genealógica de Nova Palma que muito tem colaborado com o fortalecimento da cultura e identidade italiana na Quarta Colônia e no Brasil.

Outro ponto detectado, que pode ser considerado uma máxima para todas as sociedades/associações, além das investigadas, é a fraca participação dos jovens, o que pode levar ao desaparecimento destas entidades em um curto espaço de tempo. Isso pôde ser constatado em algumas reuniões das associações e sociedades que tivemos a oportunidade de participar. Uma exceção é a Sociedade D' Italian Polesani Nel Mondo, que possui em seu estatuto um departamento jovem, como uma forma de mobilizar as novas gerações para manter e preservar a cultura e a identidade regional.

Ademais, as sociedades, associações e *circolos* italianos da Quarta Colônia, tem desenvolvido, juntamente com instituições públicas, privadas e religiosas, atividades que auxiliam no fomento do desenvolvimento econômico e sustentável da região. Isso tem acontecido, principalmente, através de festas religiosas e culturais que têm atraído muitos turistas para a região.

Tendo em vista os aspectos relacionados ao desenvolvimento regional, no quinto capítulo foi abordado o papel desempenhado pelo CONDESUS na integração e no desenvolvimento da Quarta Colônia.

Sendo assim, é possível afirmar que na construção do mapa da atual Quarta Colônia/CONDESUS, deve ser lembrado o nome do padre Luiz Sponchiado que, ainda no final da década de 50, coordenou os movimentos emancipacionistas, tendo como base o estudo e a pesquisa do passado histórico e cultural que deu origem a povoação da região.

Dando sequência aos estudos iniciados pelo pároco, e em busca do fortalecimento de uma identidade regional, foi criado no final da década de 80, o Projeto Identidade (PROI), coordenado pelo senhor José Itaqui, então secretário da Cultura e Turismo do recém criado município Silveira Martins. O êxito do PROI, proporcionou a criação de um novo projeto, intitulado Projeto de Educação Patrimonial (PREP), com ampliação para toda a Quarta Colônia, que recentemente havia consolidado sua configuração atual com a emancipação dos municípios de Pinhal Grande e São João do Polêsine (1992), incluindo também Agudo.

O trabalho desenvolvido pelo PROI e o PREP proporcionou o reconhecimento da Região como área de preservação da Mata Atlântica e conseqüentemente, o surgimento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS), que agregou os nove municípios. Para gerência desse projeto foi necessária a criação do CONDESUS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável

da Quarta Colônia.

O CONDESUS Quarta Colônia surgiu em 1996, como uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins econômicos e com capacidade de potencializar articulações entre os gestores dos nove municípios consorciados procurando o desenvolvimento regional sustentável da Quarta Colônia. Pode-se afirmar que a partir das criações do PRODESUS e logo do CONDESUS e, assim com a configuração territorial de sua área de abrangência como uma região, surge uma nova Quarta Colônia que pode ser denominada de Quarta Colônia CONDESUS.

O CONDESUS está buscando alternativas, através de vários projetos, para alavancar o desenvolvimento sustentável da região, por meio de uma gestão compartilhada do território, tendo como base o fortalecimento da cultura e identidade inserida em um espaço territorial. Com isso, permanece viva a proposta do padre Sponchiado, que era a integração e o desenvolvimento em torno de um ideal comum e da valorização da cultura regional.

Na atualidade, o CONDESUS Quarta Colônia tem desempenhado o protagonismo no desenvolvimento econômico dos municípios da região, levando em consideração princípios históricos, identitários, culturais e sociais.

Diante da importância do papel desempenhado pelo Consórcio, visando o desenvolvimento regional, destaca-se o apoio na retomada e desenvolvimento do Projeto Geoparque Quarta Colônia proposto pela Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O projeto tem como base experiências já consolidadas como pesquisas históricas, geológicas, arqueológicas e paleontológicas, a riqueza da flora e da fauna do bioma da Mata Atlântica e Bioma Pampa, além de incluir usos e costumes regionais que estão imbuídos de sentimentos culturais e identitários. Esse projeto tem potencial para alavancar o desenvolvimento regional aliando iniciativas públicas e privadas com a participação de toda a comunidade. O Projeto Geoparque Quarta Colônia agrega, como um guarda-chuva, várias outras iniciativas e projetos da UFSM que estão sendo desenvolvidas no território da Quarta Colônia.

Em junho de 2020 foi preparada uma Carta de Intenção, assinada junto a sede do CONDESUS, pelos prefeitos e demais integrantes do Conselho do Geoparque, para ser encaminhada para a UNESCO a candidatura da região que visa se tornar aspirante a ser um Geoparque. Destaca-se que para a criação e

certificação de Geoparques, a UNESCO estabelece a necessidade de um território definido que tenha um certo número de sítios de interesse geológico com importância paleontológica, arqueológica, ecológica, histórica ou cultural e unidades de conservação. Soma-se a isso, pessoas e processos identitários. A criação de Geoparques não faz parte de programas oficiais da UNESCO, mas a chancela e o reconhecimento dado pela instituição ampliam as possibilidades de fortalecimento da Quarta Colônia e sua participação em uma rede mundial de **Geoparques**.

No contexto do Geoparque, um grupo de professores da UFSM tem participado de reuniões com secretários de educação e professores de todos os municípios visando a implantação nos currículos escolares de disciplinas relacionadas à educação patrimonial, ação que pode ser vista como uma retomada do projeto de Educação Patrimonial que ocorreu na década de 90 em toda a Quarta Colônia. Para tanto, professores da UFSM promovem palestras e debates com os professores dos municípios da Quarta colônia visando auxiliar na escolha dos caminhos para o desenvolvimento do projeto junto às comunidades escolares. Neste contexto, foram criados, no Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM, vagas para professores e profissionais interessados no desenvolvimento de projetos no campo da Educação Patrimonial. Essas iniciativas que têm a cultura, a história, a memória e a identidade são variantes que possuem potencial para auxiliar a promover o desenvolvimento regional.

Mesmo sendo crescente entre as lideranças regionais, a preocupação com o desenvolvimento regional, nos últimos anos, tem se observado que muitas iniciativas que visam a integração regional da Quarta Colônia partem de ações da comunidade, em conjunto com os poderes constituídos. O desenvolvimento não está atrelado somente ao crescimento econômico, mas também, aos fatores sociais, ambientais e políticos da região.

Conclui-se, assim, que os fatores históricos, culturais e identitários são extremamente importantes no contexto do desenvolvimento regional da Quarta Colônia/CONDESUS. Porém, por si só, estes fatores não terão potencial para alavancar o desenvolvimento regional, mas exercer o papel de coadjuvante neste processo. O desenvolvimento acontecerá através do conjunto de vários fatores, como vem sendo desenvolvido e apresentando pelo projeto Geoparque Quarta Colônia.

Tendo em vista os aspectos observados, entende-se que a união do

CONDESUS, do CAPP, da UFSM, do CPG de Nova Palma, a atuação da igreja Católica, da Agência Consular (no incentivo do vínculo com a Itália), das Associações/sociedade italianas (no ensino da língua e cultura italiana), e da relação dessas entidades com as prefeituras municipais e escolas é que surgirá a força para alavancar e integrar a região, com base no passado histórico e cultural, favorecendo o desenvolvimento regional através de uma economia sustentável.

Em vista dos argumentos apresentados, percebe-se que o término desta tese não é apenas o final de mais uma etapa de nossa vida acadêmica e intelectual, mas sim, o início de uma nova fase onde temos a certeza de nosso aprimoramento enquanto professor e pesquisador na área de Ciências Sociais e Humanas e com potencial de auxiliar, de forma responsável e crítica, nas transformações necessárias na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 236 p.

ANASTÁCIO, Rita Ferreira; OOSTERBEEK, Luiz; ROSINA, Pierluigi. **Gestão integrada do território e do patrimônio**: a importância dos Sistemas de Informação Geográfica. *Semata*, v. 27. Santiago de Compostela, Espanha, 2015. p. 187-197.

ANCARANI, Umberto. **La Colonia italiana di Caxias** Rio Grande do Sul; Brasile. In: ITALIA, Ministerio [Degli Affari Esteri, Commissariato dell'emigrazione. *Bollettino dell'emigrazione*. Roma, Tipografia Nazionale, 1905, n. 19.

ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins: 1877-1914. In: **Revista Comemorativa do Primeiro Centenário de Fundação da cidade de Santa Maria**. [s.l.]: [s.n.], 1896. p. 74-80.

ANDRADE, Cyntia. **Lugar de memória... memórias de um lugar**: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. In: **PASSOS**: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. vol. 6, nº 3, p. 569-590, 2008.

AZEVEDO, Thales. **Italianos e Gaúchos**: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. 3 Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos**. História da economia do município. Santa Maria: Pallotti, 1998. 315 p.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000. 316 p.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho (1787-1930)**. 2. ed. Santa Maria: Pallotti, 1972. 582 p.

BIAVSCH, Marcio Alex Cordeiro. O Coronelismo e a imprensa Santa-mariense (1889-1930). In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Org.). **Nova História de Santa Maria**: outras contribuições. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012, p. 193-211.

BOLZAN, M. **Quarta Colônia da fragmentação à integração**. Santa Maria: [s.n.], 2015. 414 p.

BRASIL, Decreto n. 3.649 de 2 de janeiro de 1919. Eleva à categoria de embaixada a representação do Brasil junto a S. M. o Rei da Itália. ~~Rio de Janeiro de de janeiro de 1919~~. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/norma/598062/publicacao/15780030> >. Acesso em: 20 de nov. 2019.

BRASIL, Decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942. Dispõe sobre as indenizações

devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 12 mar. 1942, , p. 3918.

BRASIL. **Censo Populacional 1991**. [s. l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).1991. Disponível em: < colocar o endereço?> Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. **Censo Populacional 2010**. [s. l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: < colocar o endereço?> Acesso em: 29 de nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1967.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.: Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 13 – A de 26 de Janeiro de 1889. Regula a naturalização de estrangeiros no Brasil. Rio de Janeiro 26 de janeiro de 1889. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-13-a-26-novembro-1889-516835-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 1º de ago. 2019.

BRASIL. Decreto n. 58 – A de 14 de dezembro de 1889. Providência sobre a naturalização dos estrangeiros residentes na Republica. Rio de Janeiro 14 de dezembro de 1889. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-58-A-14-dezembro-1889-516792-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 1º de ago. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página vol. 2, p. 53.

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso março2019

BRASIL. Lei Complementar nº. 1, de 09 de novembro de 1967. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. –Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp01.htm >. Acesso em: 24 dez. 2019.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM601.htm >. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Relatório das relações exteriores 1902-1903**. Ministério das Relações

Exteriores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1904.

BRASIL. **Relatório das relações exteriores 1916-1917**. Ministério das Relações Exteriores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL. **Relatório das relações exteriores 1923-1924**. Ministério das Relações Exteriores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1925.

BRASIL. **Relatório das relações exteriores 1925**. Ministério das Relações Exteriores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1926.

BRASIL. **Relatório das relações exteriores 1935**. Ministério das Relações Exteriores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Relatório das relações exteriores 1942**. Ministério das Relações Exteriores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1944.

BRASIL. **Relatório das relações exteriores 1916**. Ministério das Relações Exteriores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1921.

BRASIL. Lei n. 1570 de 21 de abril de 1886. Cria o distrito de paz na freguesia de Santo Antônio da ex-colônia de Silveira Martins.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. > Acesso em: agosto de 2018

BRASIL. **Decreto 3784 de 19 de janeiro de 1867**. Aprova o regulamento para as colônias do Estado. Coleção de Leis do Brasil - 19/1/1867, Página 31 Vol. 1 pt I disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-norma-pe.html>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.– Texto constitucional promulgado, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. >. Acesso em: 16 de julho de 2017

BRASIL. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 26 nov. 2019.

BRILHA, José. Rede Global de Geoparques Nacionais: Um Instrumento para a Promoção Internacional da Geoconservação. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da. **Geoparques Do Brasil: Propostas: CPRM - Serviço Geológico do Brasil**, 2012.

BUSANELLO, Eusébio Roque. **Faxinal do Soturno: sua história e sua gente.** Santa Maria: Editora Pallotti, 1978.

CANDEAU, Joel. **Memória e identidade.** Tradução Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. 224 p.

CARLESSO, José Oscar. **Histórico da representação Consular da Itália em Santa Maria- Quarta Colônia.** Santa Maria- RS: [s.n.], 2016. 8 p.

CARLESSO, Oscar José. **A sonhada América: Os Carlesso em Santa Maria- 1878-1988.** Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989. 236 p.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGN, 2015. 100 p.

CERETA, Antônio. **História de Vale Vêneto (1877-1886).** Caixa 4, Missão Brasileira. AHPNSC, Santa Maria, 1941.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 414 p.

CERVO, Amado Luiz. **Relações entre o Brasil e a Itália: Formação da italianidade brasileira.** Brasília: Editora UNB, 2011.

_____. Relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália desde 1861. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença Italiana no Brasil.** vol. II. Porto Alegre: Torino: Ecota Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio.** Tradução Luciano Vieira Machado. 5ª ed. São Paulo: UNESP, 2006. 436 p.

Cinquentenário della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925). 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000.

COSTA, Rovilio; DE BONI, Luís Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu.** Torino/Itália; Porto Alegre/RS: Fondazione Giovanni Agnelli; Escola Superior de Teologia, 1992. 435 p.

CROLLA, Adriana; ZENARRUZA, Silvia. **Matrices Culturales italianas y francesas em el complejo cultural santafesino.** Miradas geoestética desde la localida. 1ª ed. Santa Fé/Argentina: Ediciones UNL, 2015.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 260 p.

DALMOLIN, Cátia Regina Calegari. **Em nome da pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942.** 2006. 181 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2006.

DE BONI, Luís A. Costa Rovílio Costa. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1984. 243 p.

DE BONI, Luís A. **A Itália e o Rio Grande do Sul IV**: Relatórios de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas. Torino/Itália; Porto Alegre/RS: Fondazione Giovanni Agnelli; Escola Superior de Teologia, 1983.

DE BONI, Luiz Alberto. **O sucesso Apesar do Caos**: os presidentes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul a respeito da colonização (1869-1889). In: DE BONI (Org.). *A Presença Italiana no Brasil*. vol. III, Torino/Itália; Porto Alegre/RS: Fondazione Giovanni Agnelli; Escola Superior de Teologia –EST, 1996.

DUARTE, Rosalia. Entrevistas em pesquisas qualitativas. In: **Revista Educar**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004. p. 213-225. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf> >. Acesso em: 20 março 2020.

FAGAN, Elaine Binoto. **Quarta Colônia**: terra, gente e história. São João do Polêsine/RS: Editora Pallotti, 2015.

FAGAN, Elaine Binoto; PADOIN, Maria Medianeira. Educação patrimonial e memória: projeto de integração regional da quarta colônia. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.4, n.11, Jul./Dez.2014, p. 1-18. Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9421/6134> >. Acesso em: 20 de setembro 2019.

FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Gaspar Silveira Martins e o município “Silveira Martins”**: memória, identidade e patrimônio. 2011. 134 p. Dissertação. (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10984/FENALTI%2c%20NAIANI%20MACHADO%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em: 28 de julho de 2016.

FIGUEIREDO, Lauro César. Quarta Colônia de imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul: os sítios Históricos na construção do patrimônio e da paisagem cultural. In: **Revista RaEGa** - Curitiba, v.31, p.147-183, Ago/2014. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/29322/23086> >. Acesso em: abril de 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. 248 p.

FRANZINA, Emilio. **A Grande Migração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2006. 480 p.

GERTZ, Rene. O integralismo na zona colonial alemã. In: BARROS, Eliane Cruxên, et al. (Org.). *RS: imigração e Colonização*, série documenta 4. Porto Alegre: Mercado aberto, 1980.

GIANASTÁCIO, Vanderlei. **A presença do sufixo “ismo” nas gramáticas da**

Língua Portuguesa e sua abrangência dos valores semânticos, a prática do dicionário de língua portuguesa Antônio Houaiss. 2009. 176 p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009. Disponível em: < https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-30112009-151358/publico/VANDERELEI_GIANASTACIO.pdf >. Acesso em: 20 de abril de 2020

GIMENO, Alejandro Jesus Fenker. **A apropriação e comércio de terras na cidade de Cachoeira no contexto da imigração Europeia (1850-1889).** 2014. 110 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014. Disponível em: < http://coral.ufsm.br/ppgh/images/MESTRADO/dissertacoes/turma2012/dissertao_alejandro%20gimeno_2014%20ppgh.pdf >. Acesso em 18 de abril de 2020..

GIRON, Loraine Slomp. A imigração Italiana no Rio Grande do Sul: Fatores determinantes. In: Dalcanal, José Hildebrando. (Org.). **RS: Imigração e Colonização.** 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 57-66.

_____. **As sombras do Littorio: o Fascismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Parlandia, 1994. 171 p.

GOME, Vanderlisa Ferreira. **Os filós comunitários e a cultura italiana.** Monografia apresentada no curso de história do Centro Universitário Univates. UNIVATES, Lajeado, 2008

HAESBAERT, Rogerio; RAMOS, Tatiana Tramontani. O Mito da Desterritorialização Econômica. In: **GEOgraphia** - Ano. 6, n. 12 - Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2004, p. 25-49

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: Um debate. In: **GEOgraphia**, ano IX, n 17. Universidade Federal Fluminense. Niteroi/RJ, 2007, p. 19-46

_____. **El mito de la desterritorialización: del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad.** Traducción: Cátedra de Epistemología de la Geografía- Departamento de Geografía-FFyH-UNC (Aichino, Lucía; Cisterna, Carolina y Pedrazzani, Carla. **Correcciones:** Palladino, Lucas.), 2007. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Migração e Desterritorialização. In: NETO, Póvoa; HELION, Ferreira; PACELLI, Ademir (Orgs.). **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios.** Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 47-55.

HALBAWACHS, Maurice. **A Memória coletiva.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2015. 224 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11º Ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006. 104 p.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **Invenção das Tradições.** Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 10º ed., São Paulo: Paz e Terra, 2015. 392 p.

HUYSSSEN, Andreas. **Cultura no passado presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto – Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2015. 213 p.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul: EDUCS, 2010. 263 p.

IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder**: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 168 p.

ITAQUI, José (Org.). **Quarta Colônia**: inventários técnicos. Santa Maria: Pallotti, 2002. 255

ITAQUI, José; VILAGRAN, Maria Angélica. **Educação Patrimonial**: a experiência da Quarta Colônia. Santa Maria- RS: Pallotti, 1988. 100 p.

JERRAM, Leif. Espaço: Uma categoria inútil para a análise histórica? In: **History and Theory**, n. 52, p. 400-419, out. 2012.

KANAAN, Beatriz Rodrigues. **Migrantes em terra de imigrantes**: um olhar antropológico sobre jogos identitários na região industrializada de Farroupilha/RS. In: HEREDIA, Beatriz Merlotti, et al. **Mobilidade Humana e dinâmicas migratórias**. Porto Alegre: Terra e Vida Editora, 2011

KARAWAJCZYK, Mônica. O Jornal como documento histórico – breves considerações. In: **História**. Vol. 1 (3) Rio Grande: Editora da FURG, 2010. p. 131-148

KEMERRICH, Ricardo. **Trajetória e memória de um imigrante italiano**: Antonio Ceretta (1877-1943). 2018. 122 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018. Disponível em: < https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15212/DIS_PPGHISTORIA_2018_KEMERRICH_RICARDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 22 de abril 2020

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. Jornal como fonte Histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH**. São Paulo, julho de 2011.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: **10º Encontro Nacional de História da Mídia**. Porto Alegre: UFRGS, junho de 2015. Disponível em: < www.ufrgs.br/alcar/2015 >. Acesso em: 3 abr. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução Cristina G. Oliveira.Nebli. Itapevi/SP: Nebli, 2016. 144 p.

LIMA, Carla Kelli Schons de; SCHALLENBERGER, Ernelo. A fronteira do natural: representações sociais de parentesco em grupos étnicos de alemães e italianos no Sul do Brasil. In: **Cadernos do CEOM** - Ano 25, n. 37 – Fronteiras. Chapecó, 2012. p. 61-75.

LIMA, Marcia. Introdução aos Métodos quantitativos em ciências sociais. In: MIRANDA, Danilo Santos de; ALONSO, Angela (Orgs.). **Método de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo**. São Paulo: SESC- São Paulo/CEBRAP, 2012. p. 10-31

LIMA, Tatiane. Em aço, bronze e pedra se materializa a memória das comemorações do biênio da colonização e imigração do Rio Grande do Sul: os monumentos em homenagem aos imigrantes. In: **Iº Encontro de Pesquisas Históricas**. Porto Alegre: PUCRS, 27 a 29 de maio de 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3 ed. 2. Reimp. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-154.

LUCHESE, Terciane Ângela. As associações de mútuo socorro e suas escolas étnico-comunitárias italianas: a circulação de saberes e as conformações identitárias. In: **ANAIS - VI Congresso Brasileiro da História da Educação**. 2011. UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, BENTO GONCALVES, RS, BRASIL. Disponível em: < http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_444.htm >. Acesso em: 16/06/2016.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes da região colonial italiana 1875-1930**. Leggere, scrivere e calcolare per esse alcuno nella vitta. 2007. 495 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2007. Disponível em: < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2068> > Acesso em: 5 de abril 2020.

MANFIO, Juliana Maria; BIASOLI, Vitor Otávio. O fluxo de imigrantes que chegavam à colônia era grande. Os novos imigrantes eram atraídos pela propaganda sobre as terras, especialmente pela possibilidade de tornarem-se proprietários. In: **Ephis. Iº encontro de pesquisas históricas**. PUCRS. Porto Alegre, 2014.

MANFROI, Olívio. Imigração alemã e italiana; estudo comparativo. In: Imigração italiana: estudos, 1975, 1976. Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, UCS/EST, 1979. p. 185-197.

MANFROI, Olívio. **Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas políticas e culturais**. Porto Alegre: GRAFOSUL, 1975. 168 p.

MARANDOLA JR, Eduardo; WHERTHER, Holzer; OLIVEIRA, Livia. (orgs) **Qual o espaço do lugar? São Paulo: Perspectiva, 2014**.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de

comunicação. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MIRANDA, Francisco Alía. **Técnicas de Investigación para historiadores: Las fuentes de la historia.** Madrid: Editorial Síntesis S. A., 2008.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: **Projeto História - Revista do Programa de Estudos dos Pós-Graduados em História**, v.10, n.10, São Paulo, 1993, p.7-28

OOSTERBEEK, Luís. Direito ambiental ou direito ao ambiente? Uma perspectiva de gestão integrada do território. In: **Revista do Instituto do Direito Brasileiro RIDB.** Lisboa, Portugal, ano 2, nº 12, p. 14025-14037, 2013.

OOSTERBEEK, Luís. Gestão cultural integrada do território: um programa de atuação para as ciências humanas. In: **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA** Fortaleza, Brasil, v. 12, n. 3, p. 53-61. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132 p.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; VARGAS, Bianca de; LIMA, Tatiane de Lima. Imigrantes em monumentos: da gratidão às homenagens. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; et al (Org.). **História da Imigração: Possibilidades e escrita.** São Leopoldo: Editora Oikos, 2013.

_____. Os imigrantes seus patrimônios: entre o real e o imaginário. In: RADÜNZ, Roberto, HERÉDIA, Vania Beatriz Merlloti. **Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil.** Caxias do Sul: EDUCS, 2015, p. 441-459.

RAUEN, Fábio José. Pesquisa Científica: Discutindo a questão das variáveis. In: **Anais do IV Simpósio sobre Formação de Professores – SIMFOP** Universidade do Sul de Santa Catarina, Campus de Tubarão: Tubarão, 2012.

RECH, Gelson Leonardo. **Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo.** 2015. 451 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.070, de 02 de maio de 1990. Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-9089-1990-rio-grande-do-sul--a-integra-deste-documento-encontra-se-disponivel-ainda-no-orgao-publico> >. Acesso em: 27 dez. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.070, de 02 de maio de 1990. Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-9089-1990-rio-grande-do-sul--a-integra-deste-documento-encontra-se-disponivel-ainda-no-orgao-publico> >.

Acesso em: 20 dez. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.089, de 19 de junho de 1990. Dispõe sobre os requisitos para a criação de municípios de que trata a lei complementar 9070, de 2 de maio de 1990. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=17891 >. Acesso em: 24 dez. 2019.

ROCHA NETO, Manoel Barretto da; SAMPAIO, Thales de Queiroz. **o papel do Serviço Geológico do Brasil na criação de geoparques e na conservação do patrimônio geológico** In: SCHOBENHAUS Carlos; SILVA, Cassio Roberto da. **Geoparques Do Brasil: Propostas: CPRM - Serviço Geológico do Brasil**, 2012.

ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Volume I.** Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Volume II.** Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SALVETTI, Patrizia. Governo Italiano, diplomacia e escolas italianas no Exterior. In LUCHESE, Tarciane Ângela (Org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras.** Caxias do Sul, RS: Educa, 2014. p. 57-78

SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida.** Porto Alegre: EST, 1986. 96 p.

_____. Sonhos diferenciados ou desfeitos: Silveira Martins, a Quarta Colônia, no cenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: MARIN, Jerri Roberto. **Quarta Colônia: Novos Olhares.** Porto Alegre: Edições Est, 1999. p. 11-22

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora do Humanismo, 1993.

_____. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Mirian Oliveira. A Colonização Italiana para o Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Migrantes ao Sul do Brasil.** Santa Maria: editora UFSM, 2010. p153-172.

_____. **Os Italianos de Caxias do Sul.** In: PÓVOA NETO, H; FERREIRA, A. P. (Orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios.* 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35-46

_____. Sobre o uso da noção de identidade étnica nos estudos sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: RADÜNZ, Roberto, HERÉDIA, Vania Beatriz Merlloti. **Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil.** Caxias do Sul: EDUCS, 2015, p. 35-77.

SAQUET, Marcos Aurélio. Alguns aspectos da formação econômica da Ex-colônia Silveira Martins. In: MARIN, Jerri Roberto. **Quarta Colônia: Novos Olhares**. Porto Alegre: Edições Est, 1999. p. 56-73

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. As Relações Brasil e Itália no período 1918-1939. In: DE BONI (Org.). *A Presença Italiana no Brasil*. vol. II, Torino/Itália; Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli; Escola Superior de Teologia – EST, 1990. p. 37-52

SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: PÓVOA NETO, H; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 17-34.

_____. A política de colonização os imigrantes e o nacionalismo (1845-1914). In: RADÜNZ, Roberto, HERÉDIA, Vania Beatriz Merlloti. **Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015, p. 35-77.

SPOLAOR, Silvane. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia-RS**. Dissertação de Mestrado. –RS. Programa De Pós-Graduação em Geografia Egeociências, Centro de Ciências Naturais e exatas da UFSM. UFSM, Santa Maria, 2010

SPONCHIADO, Breno. A. **Imigração 4ª Colônia: Nova Palma e Pe Luizinho**. Santa Maria: UFSM, 1996. 352 p.

SPONCHIADO, Breno. A. **Imigração 4ª Colônia: Nova Palma e Pe Luizinho**. PADOIN, Maria Medianeira; CRUZ, Jorge Alberto Soares (Orgs.). 2º Ed. Ampliada. Santa Maria: UFSM, 2019. 541 p.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011. 429 p.

TORRI, Valmor. **Retrospectiva Histórica de Santa Maria**. Santa Maria- RS: Associação Italiana de Santa Maria-AISM, 1998, 8 p.

TRENTO, Ângelo. **A Itália em guerra: a coletividade imigrada e o *Fanfulla* de São Paulo durante o primeiro conflito mundial**. Tradução Teresa Malatian. Imprensa italiana no Brasil, séculos XIX e XX. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2013.

TRENTO, Angelo. **A Itália em guerra: a coletividade imigrada e o *Fanfulla* de São Paulo durante o primeiro conflito mundial**. In Escrito IX. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 9, n.9, p. 97-124, 2015.. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero09/cap_04.pdf. Acessado em 15 de junho de 2020.

TUAM, Yi FU. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência**. Tradução Livia Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. 219 p.

_____. **Topofilia: um estudo da preservação atividades e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1973.

VARINE, Hugues. **O tempo Social**. Tradução Fernando Camago-Moro e Lourdes Rego Novaes. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987. 207 p.

_____. **As Raízes do Futuro**. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução Maria de Lourdes Pereira Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 255 p.

VENDRAME, Maíra Inês. Lá éramos servos aqui somos senhores: A organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins. Santa Maria: editora da UFSM, 2007. 321 p.

WERLEN, Benno; OOSTERBEEK, Luiz. Integrated Cultural Landscape Management. 100 keywords in debate (a lexicon). In: **Transdisciplinary contributions to Cultural Integrated Landscape Management**. Mação: Instituto Terra e Memória, série Arkeos, vol. 43 Mação, Portugal, 2017. 255 p.

XAVIER, Thiago Reis; WITTMANN, Milton Luiz; INÁCIO, Raoni de Oliveira; KERN, Juliana. Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal. Rio de Janeiro: In: **Rev. Adm. Pública** – v. 47, n. 4, p. 1041-1065, jul./ago. 2013. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9651/8685> >. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Identidades Negociadas: a ítalo-brasilidade na Região Central do Rio Grande do Sul. In: SEYFERTH, Giralda, et II (Org.). **Santa Maria: Mundos em Movimento: ensaio sobre imigração**. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria. Santa Maria/RS: Editora UFSM, 2006. 278 p.

ZANINI, M. C. C; VENDRAME, M. I. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. In: **Estudos Íbero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 128-149, jan.-jun. 2014.

APÊNDICE A - Termo de Livre Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA- DOUTORADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Eu Jorge Alberto Soares Cruz responsável pela pesquisa **A IDENTIDADE E A MEMÓRIA COMO FATORES DE INTEGRAÇÃO: A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS/BRASIL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1955-2017)**, o convido a participar como voluntário deste estudo. Sou estudante do curso de Pós-graduação em História - Doutorado da Universidade Federal de Santa Maria. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Maria Medianeira Padoin, cujo objetivo é verificar as ações desenvolvidas na integração e formação da identidade, da memória e da preservação do patrimônio material e imaterial referente a Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Sua participação envolve; uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de duas horas ou mais. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone 55 991087039 ou pela entidade responsável.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante
Matrícula: 201680362

Local e data

Autorização

Eu, _____], após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

ANEXO A - Mapa da demarcação dos lotes da Quarta Colônia

PLANTA Nº 3

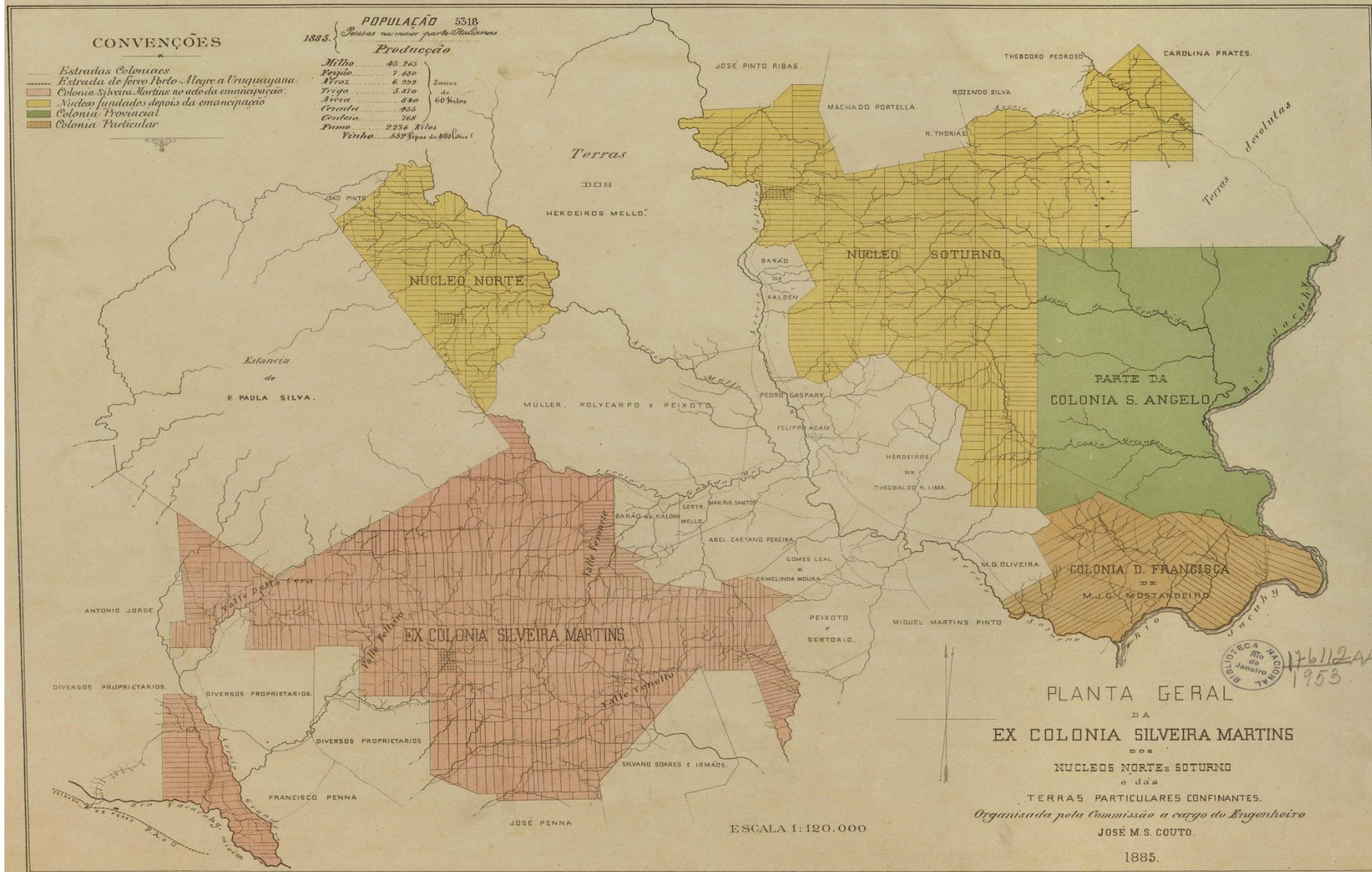
CONVENÇÕES

- Estradas Coloniaes
- Estrada de ferro Porto Alegre a Uruguayana.
- Colonia Silveira Martins no acto da emancipação.
- Nucleos fundados depois da emancipação
- Colonia Provincial
- Colonia Particular

POPULAÇÃO 5318
1885. Pessoas na maior parte Italianas

Produção

| | | |
|--------|-------------------------|----------|
| Milho | 45.263 | |
| Fevão | 7.650 | |
| Açúcar | 6.552 | Sacos |
| Trigo | 5.870 | de |
| Arroz | 880 | 60 Kilos |
| Leite | 455 | |
| Carne | 768 | |
| Fumo | 2236 Kilos | |
| Vinho | 552 Segas de 480 Litros | |



17612AA
1953

PLANTA GERAL
DA
EX COLONIA SILVEIRA MARTINS
DOS
NUCLEOS NORTE e SOTURNO
e das
TERRAS PARTICULARES CONFINANTES.
Organizada pela Comissão a cargo do Engenheiro
JOSÉ M. S. COUTO.

1885.

ANEXO B - Ato de criação das colônias Conde D'eu e Dona Izabel

Acto de 24 de Maio de 1870, pelo que tenho resolvido que se denomine—Conde d'Eu e Princeza D. Izabel—os dous territorios concedidos á provincia pelo aviso do ministerio dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas de 9 de Fevereiro do corrente anno.

Tendo o governo imperial autorizado por aviso expedido pelo ministerio dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas de 9 de Fevereiro do corrente anno, vender dous territorios de terras devolutas de 4 leguas em quadro cada um, situados entre os campos da Vaccaria, e rio Cahi e municipio do Triumpho, para serem subdivididos em lotes coloniaes, e cedidos aos emigrantes, que se destinarem a esta provincia, e con-

stando das informações do delegado da repartição especial das terras publicas, que o 1º de taes territorios contém uma área superficial de 16 leguas quadradas, ou 144,000,000 de braças quadradas, que demoram na margem esquerda da estrada que segue do Maratá ao rio das Antas, confinando ao norte com este rio, ao sul com terras devolutas, a leste com a parte da referida estrada comprehendida entre os marcos da mesma de ns. 8 a 15 e ao oeste com o mencionado rio e terras devolutas: que o 2º também contém igualmente uma área superficial de 16 leguas quadradas na margem direita da já citada estrada, confinando ao norte com o rio das Antas, ao sul com terras concedidas pelo governo imperial a Ignacio José Ferreira de Moura, com a concessão ultimamente feita a Luiz Antonio Feijó Junior & Machado e com terras devolutas, a leste também com terras devolutas e ao oeste com a mesma estrada a começar pouco acima do marco n. 11, o presidente da provincia resolve que o 1º daquelles territorios se denomine—Colonia Conde d'Eu e o 2º Princeza D. Izabel.—Pela secretaria do governo fação-se as devidas communicações.

Palacio do governo em Porto Alegre, 24 de Maio de 1870.

João Sertorio.

ANEXO C - Lei que criou a Colônia de Jaguaray

Lei n. 217 de 29 de Abril de 1871.

Crea uma colonia agricola de nacionaes e estrangeiros na costa da serra geral, que margea o rio Jaguaray grande.

Francisco Xavier Pinto Lima, Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, etc., etc.

Fago saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte :

Art. 1.º Fica creada uma colonia agricola de nacionaes e estrangeiros na costa da serra geral, que margea o rio Jaguaray grande, no lugar fronteiro ao rincão denominado S. Miguel Mirim, no districto de S. Vicente, do municipio de S. Gabriel.

Art. 2.º O Governo da Provincia mandará medir, demarcar e dividir em lotes coloniaes o territorio que julgar conveniente, que deve abranger pelo menos tres quartos de legua de frente, com os fundos que offerece a mesma serra, até encostar-se nos campos do Cima da Serra.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contém.

O Secretario d'esta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo na Leal e Valorosa cidade de Porto Alegre, aos vinte e nove dias do mez de Abril de mil oitocentos setenta e um, quinquagesimo da Independencia e do Imperio.

(L. S.)

Francisco Xavier Pinto Lima.

N'esta Secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente lei aos 26 de Abril de 1871.

No impedimento do Secretario do Governo,

José de Miranda e Castro.

ANEXO D - Elevação da ex-colônia de Silveira Martins à categoria de freguesia

21
 Palacio do Governo em Porto Alegre
 7 de Maio de 1888.

Comunico a V. M.^{tes}, para seu conhecimento, que pela lei provincial n.º 1455 de 26 de abril ultimo foi elevada o complexo colonial de Santa Maria, neste município, à categoria de freguesia, sendo os limites da nova freguesia os mesmos deste complexo colonial =

Deo. Guarde a V. M.^{tes}

José Julio de Albuquerque

Ex. Presidente e Vereadores da Câmara
 Municipal de Santa Maria, do P. do Norte.

ANEXO E - Abaixo-assinado dos moradores de Silveira Martins solicitando a elevação da ex-colônia à categoria de município

142
Ao Muito Ilustre Intendente de Santa Maria,
Cidadão Coronel Francisco de Almeida Valle Machado

Os abates assignados, commerciantes,
e industrialistas, residentes na fide da Ex. Colonia
Sobria Maribá, reunidos em casa do cidadão sub-
intendente, Major José Manoel de Oliveira e com sua
approvação, vêm pedir e rogar vos o que contém
esta abate assignada, que vos será entregue por uma
comissão de membros de commercio. Estando
o mercado de Nucleos D. Francisca habendo
de organizar e constituir municipios e sendo
esta fide e local mais proprio para esse fim e
conhecendo que com a vossa approvação e volun-
tade se pode obter que esta Ex. Colonia se
constitua nella com a denominação de Nucleo
N.º 1, Nucleo N.º 2, Francisca, Irerengon e etc. mas
mas por serem esses Nucleos de direito pertencen-
tes a esta fide, resolvemos por esse cordão
vos esta petição. Tratando dos limites, como
vos conhecendo da topographia d'este territorio,
sabes que o novo municipio os tem naturaes
fidelis eo Vaccaroby ou Anois Grande, como mes-
mos entendidos, Jaculy e Campes de terra da
terra, abrangidos os já citados Nucleos. Sendo
os abates assignados requerer ao Ex.º Governador
do Estado por vossas intermediações - solicitando vos
que sejais o nosso guia - e querendo o proveito

mas se a reunião da Assemblia dos Representantes
do Estado, como a comissão que o Ex.º Governador
temente no meo para a determinação do
municipio, e para os em vos, que, como sabes,
é de justiça e nosso pedido e assim a realização
da qual se tem a lucrar o Municipio de Santa
Maria, pois que será sempre o mercado de nos-
sos produtores agricullos. Esperamos de vos
prestigiar a vossa e obediência, e assim, como
nos vossos poderes na alta administração
do Municipio de que actualmente ainda se
percebe a parte, aqui lançamos a ideia, a qual
tem a gloria de desenvolver e ser a sua parte
etor, foyendo immensuravel e vossa nome no
coração d'esta povo que vos condecora aben-
na lembrança e gratidão.

Ex. Colonia Sobria Maribá, 9 de Outubro de 1878.

José Margutti
Antonio Lourenço
José e Anita
Prospero P. P. P.
Júlio Lourenço
Angelo Amadori
José Dal Porto
Carlos Uglione
Albino Carlos Lourenço
Mastella Giovanni
Antonio P. P.
Luiz P. P.
Pedro Mastella
Luiz Mosquin

ANEXO F - Inclusão no Currículo escolar do município de São João do Polesine da disciplina de Cultura e Língua Italiana



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

PROPOSIÇÃO N.º 006/2000

O Vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, apresenta ao Plenário a Proposição a seguir descrita:

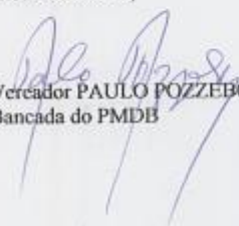
QUE SEJA INCLUÍDO NO CURRÍCULO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE, A DISCIPLINA DE LÍNGUA E CULTURA ITALIANA, BEM COMO, CURSOS PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA E PARTICULAR.

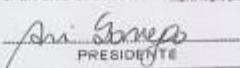
JUSTIFICATIVA:

A presente Proposição se justifica por sermos descendentes de italianos, e também pelo fato da língua e cultura italiana estar expandindo-se no mundo. Acredito que o nosso Município tem motivos para incluir a referida disciplina, como também cursos, considerando que São João do Polêsine tem um tratado de Gemellaggio, com a cidade de Ádria, na Itália. Além disso, no Distrito de Vale Vêneto, encontra-se o Recanto Maestro, que é referência mundial do estudo da Ontopsicologia. Estes são os motivos, pois a língua italiana facilita a comunicação, além de ser aceita como língua estrangeira nos concursos e vestibulares.

Isto posto, espero a aprovação dos colegas.

Atenciosamente,


Vereador PAULO POZZEBON
Bancada do PMDB

APROVADO POR UNANIMIDADE
SALA DAS SESSÕES AOS 13.12.2000

PRESIDENTE